



A cidade luso-brasileira e seus construtores

Nelson Pôrto Ribeiro
Luciene Pessotti
ORGANIZADORES

Editora
Milfontes

A cidade luso-brasileira e seus construtores



Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.
Compra direta e fale conosco: https://editoramilfontes.com.br
Distribuição nacional em: www.amazon.com.br
editor@editoramilfontes.com.br
Brasil

Apoio:


FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Revisão
Conceição Sá

Capa
Imagem da capa:
Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*
Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *Aspectos*

Projeto Gráfico
Anaise Perrone

Diagramação
Luiz Claudio Furtado - Pod Editora / Bruno Cesar Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F224i A cidade luso-brasileira e seus construtores / Nelson Pôrto Ribeiro &
Luciene Pessotti (Organizadores).
Vitória: Editora Milfontes, 2021.
232 p.: 23 cm.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-65-86207-68-2

1. Planejamento urbano. 2. História da Arquitetura. 3. Urbanização.
4. Cidades e vilas. 5. Restauração. 6. Técnicas construtivas. I. Ribeiro, Nelson Pôrto. II. Pessotti, Luciene. III. Título.

CDD 690.2

A cidade luso-brasileira e seus construtores

Nelson Pôrto Ribeiro &
Luciene Pessotti
ORGANIZADORES



Vitória - 2021

Prefácio

Os textos aqui organizados em livro são oriundos de palestras conferidas no contexto de dois Encontros Luso-brasileiros sobre o urbanismo na América portuguesa realizados no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo e patrocinados pelas agências de fomento FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Estes Encontros foram muito bem sucedidos e geraram publicações próprias em 2009 e em 2011, infelizmente de circulação restrita devido às edições reduzidas. Contudo, a pertinência dos textos produzidos nas duas coletâneas já a algum tempo reclamavam uma nova edição que pudesse democratizar e divulgar estes trabalhos, é o que agora trazemos a luz, com um certo atraso, mas conscientes de que no campo das ciências humanas a pertinência de um texto não necessariamente envelhece com o tempo. Além disso, nada melhor do que um ano sabático forçado como este da pandemia para finalizarmos projetos antigos.

Os organizadores fizeram uma seleção do que havia de mais instigante nas duas publicações e reuniram-nas sobre três grandes eixos temáticos: os agentes modeladores das cidades portuguesas na América; tradições portuguesas na construção da América e; o papel da cartografia no estudo da história urbana. Os autores selecionados são portugueses e brasileiros, alguns dos pesquisadores mais conhecidos na área da história da cidade assim como também do patrimônio histórico de origem cultural portuguesa. Um deles, infelizmente, não está mais entre nós e dedicamos a presente edição à sua querida memória: o Prof. Maurício de Almeida Abreu.

Esperamos que a reedição desses textos seja uma inspiração para organizadores e autores darem continuidade aos Encontros sobre a cidade Luso-brasileira, que se mostraram, até então, tão profícuos.

Vitória, maio de 2021

Os organizadores

Sumário

Parte 1 - Vilas e cidades da América portuguesa: agentes do seu desenvolvimento

Os agentes modeladores das cidades coloniais

Pedro de Almeida Vasconcelos, Ph.D[*]

Introdução

O passado é um país estrangeiro, segundo Lowenthal. De fato, procurar reconstituir o passado das cidades na longa duração não é uma tarefa fácil. A utilização dos agentes modeladores pode facilitar este entendimento. Deve ser considerado, entretanto, que as cidades no passado são diferentes das atuais. Por outro lado, as cidades de origem portuguesa tinham características próprias que as diferenciavam de outras cidades coloniais como as de origem espanhola, nas quais vigorava a rígida Lei das Índias. Outra consideração importante é que as cidades brasileiras faziam parte de um universo maior, o do conjunto das cidades implantadas durante a expansão ultramarina portuguesa, fazendo parte, portanto, de uma "família" de cidades portuguesas, conforme Orlando Ribeiro (1994).

O debate sobre os agentes sociais

Em artigo recente, procurei fazer a síntese do debate sobre o uso dos agentes sociais nas ciências sociais. Uma das melhores definições encontradas sobre os agentes pode ser a de Zoildo *et alii*. (2002, p. 19) que definem o "agente urbano" como uma "*persona física o jurídica que, directa o indirectamente y de forma decisiva, participa en la configuración de la ciudad*".

De fato, nas ciências sociais há um debate sobre a utilização de "atores" ou de "agentes" para o melhor entendimento das mudanças sociais. Alguns autores preferem utilizar a noção de atores sociais para o entendimento da sociedade como D. Harvey em *A Justiça Social e a Cidade*, 1980 [1973]; A. Touraine em *Le retour de l´acteur*, 1984; A. Durand - Lasserve em *L´exclusion des pauvres dans les villes du Tiers Monde*, 1986; e F. Tomas no seu *Les temporalités des villes*, 2003.

* Doutor em Geografia (Ph.D), Université d´Ottawa, Canadá (1985). Professor do quadro permanente da Universidade Católica de Salvador, atuando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador 1A do CNPq.

Outros autores utilizam ambas as noções como A. Giddens no clássico *A Constituição da Sociedade*, 1989 [1984]; M. Santos no seu livro *A Natureza do Espaço*, 1986 ou M. L. de Souza no recente livro *A Prisão e a Ágora*, 2006.

Finalmente, outros autores preferem a utilização da noção de agentes sociais, como o geógrafo H. Capel, no seu artigo "Agentes y estratégias en la producción del espacio urbano español, em 1974; os sociólogos C. Topalov, no clássico *Les promoteurs immobiliers*, também de 1974; e P. Bourdieu, no livro *O Poder Simbólico*, de 1989; os geógrafos R. L. Correa, no introdutório *O Espaço Urbano*, também de 1989; H. W. R. Whitehand, no livro *The Making of the Urban Landscape*, de 1992; M. Adélia de Souza em *A Identidade da Metrópole*, 1994; M. Pacione, o livro *Glasgow. The Socio-spatial Development of the City*, 1995; o sociólogo L. C. de Q. Ribeiro, no livro *Dos cortiços aos condomínios fechados*, 1997; e P. Vasconcelos nos textos de 1997, 2000a, 2000b, 2000c, 2002, 2005 e 2008.

Deve ser destacado, ainda, que a quase totalidade dos autores utilizaram essas noções para o entendimento da questão habitacional, havendo pouca extrapolação para outras áreas, como para os movimentos sociais, e muito pouca para períodos históricos.

Os agentes modeladores e as cidades coloniais

No exame das cidades brasileiras no período colonial desde 1997, utilizei a noção de agentes modeladores tanto em textos teóricos (1997, 2000a, 2000b, 2000c e 2008), quanto em textos aplicados à realidade de Salvador (2002 e 2005).

No texto pioneiro de 1997 dei destaque aos seguintes agentes que tiveram importante papel na formação da cidade colonial: a Igreja, as Ordens Leigas, o Estado, os Agentes Econômicos e a População e os Movimentos Sociais. As cidades examinadas foram Recife-Olinda, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo.

Neste texto, procuro atualizar o debate a partir da utilização de novas fontes e da comparação de outros contextos geográficos e incorporo algumas informações sobre a cidade de Vitória a partir da tese de Luciene Pessotti de Souza (2004).

1. O Estado

O Estado, sobretudo no seu nível superior, a Coroa Portuguesa, teve um papel fundamental na fundação e implantação das primeiras vilas e cidades brasileiras, seja diretamente, como no caso de Salvador e Rio de Janeiro,

seja através de donatários, como Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, Vitória, São Vicente, entre outras.

Embora o Estado tivesse funções mais restritas que as atuais, no início, ele foi responsável pela transferência das principais instituições portuguesas. O Estado mantinha a administração, o clero e as tropas. Apoiava as atividades econômicas e o escoamento dos produtos. Porém sua principal função foi a de defender a nova colônia.

– A Coroa Portuguesa e seus representantes

A Coroa Portuguesa procurava administrar a nova colônia a partir de ordens diretamente enviadas de Portugal, tanto para o Governador Geral (depois Vice-Rei), como para os Donatários e Governadores das Capitanias. O Governo Geral, primeiro em Salvador, depois de 1763, no Rio de Janeiro, tinha poderes limitados sobre as demais capitanias. No século XVII, foi implantado o tribunal civil, a Relação, em Salvador, que tinha jurisdição inclusive sobre parte do continente africano, sendo subordinado, apenas, ao Tribunal da Relação de Lisboa.

Os governadores e donatários tinham poderes de distribuir sesmarias, visando, sobretudo, a realização de atividades agrícolas rentáveis. Eles intervinham e auxiliavam as atividades econômicas, seja no estímulo de novas culturas ou na busca de minerais preciosos, como no desenvolvimento de novas técnicas, e realizavam atividades produtivas diretas, como a construção de naus de guerra, tanto nos arsenais de Salvador como nos do Rio de Janeiro. Por outro lado, defendendo os interesses da Metrópole, o Estado também proibia atividades (como a tecelagem e a atividade dos ourives) em determinados períodos.

O Estado implantava e instalava repartições importantes, como as alfândegas, casas da moeda, mercados, depósitos de alimentos ("tulhas"), entre outros. Também realizava obras de infra-estrutura, como a implantação e ampliação dos portos, armazéns, estradas, canais etc.. Instalava também equipamentos urbanos, sobretudo depois do século XVIII, como hospitais militares, aulas de engenharia (em Salvador e Rio de Janeiro) e aulas régias, após a expulsão dos jesuítas.

A principal atividade do Estado, no entanto, era a construção e ampliação dos sistemas defensivos, sobretudo nas cidades litorâneas, através da construção de muros, muralhas, portas, trincheiras, diques, fortes e fortificações. Essa atividade era custeada através de impostos e taxas, assim como da ajuda dos habitantes, seja em dinheiro seja em escravos.

Em Salvador, após os muros e portas iniciais, o sistema de fortes foi implantado no entorno da cidade, seja na parte baixa, protegendo o porto, com o destaque para o forte de São Marcelo, seja na cidade alta, na parte sul, através dos fortes de São Pedro e São Paulo, e na parte norte, pelos fortes de Santo Antônio e do Barbalho. O lado leste era protegido, primeiro pelo dique dos holandeses, depois pelo dique do Tororó. Os fortes, tanto no norte, como no sul, serviram como "pólos" de atração do crescimento da cidade. Na periferia sul, também foram implantados os fortes de Santo Antônio da Barra, de Santa Maria e de São Diogo, e, na periferia norte, os fortes de São Filipe e de São Bartolomeu.

O Rio de Janeiro tinha a entrada da baía defendida pelos fortes de São João e Santa Cruz. No litoral, o forte da Ilha das Cobras ajudava na defesa da cidade e, na parte alta da cidade, estavam localizados os fortes de São Sebastião (sul) e de Conceição (norte).

Olinda era pouco defendida pelos seus muros, baluartes e fortins, e foi incendiada pelos holandeses. Em Recife, cidade fundada pelos mesmos invasores, os fortes mais importantes foram implantados nas proximidades do porto, como o do Brum, assim como na defesa do flanco sul da cidade, como o das Sete Pontas. Os rios também faziam parte do sistema defensivo.

São Paulo, localizada no interior, no alto do planalto, contava com muros e baluartes e nunca foi atacada. Ouro Preto, nas Minas Gerais, não contou com muros, embora o palácio do governo tenha tido a forma de fortaleza.

As tropas eram divididas em regulares (pagas), auxiliares e de ordenanças. As auxiliares eram segregadas por cor (brancos, pardos e negros) e por atividades (comerciantes, artesãos). Um dos principais problemas era o do alojamento dessas tropas, que só foi minorado com a implantação de quartéis, e mesmo com a utilização parcial de conventos.

Finalmente, os prédios mais importantes da administração estavam localizados nas áreas centrais das cidades e vilas, como os palácios dos governadores e vice-reis, o tribunal de justiça (em Salvador), normalmente em torno de praças e largos. Esses prédios, embora com alguma imponência, não chegavam a ter a mesma importância dos prédios religiosos.

– As Câmaras Municipais

Sua composição era dominada pelos "homens bons", sobretudo os proprietários agrícolas ou principais personalidades locais. Representantes dos artesãos participaram também da administração. A partir de 1616, juízes foram nomeados para comandar as Câmaras, aumentando o controle da Coroa. Os comerciantes foram autorizados a participar a partir de 1740.

As Câmaras, também tinham funções próprias, desde a distribuição de terras urbanas (*datas*), a de definir as terras comuns (rossios), a de cobrar impostos e taxas e a de controlar os preços dos alimentos. Também procuravam manter e calçar ruas, construir e manter fontes, pontes e bicas. A limpeza das ruas, o controle, o despejo das águas e o destino do lixo urbano estavam em suas atribuições, assim como o policiamento das ruas e o controle do comércio ambulante e da circulação dos escravos. Regras eram elaboradas sobre as construções, sobre a localização de atividades comerciais e artesanais, como, por exemplo, a Postura de 1785, em Salvador.

As Câmaras de Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Ouro Preto estavam situadas nas áreas centrais.

2. A Igreja

Assim, com o Estado, a Igreja teve um papel determinante na estrutura das cidades brasileiras no passado. Os prédios religiosos se destacavam tanto no perfil das cidades, pela altura dos prédios, assim como sua implantação em sítios elevados, como na ocupação dos espaços urbanos, sobretudo no caso dos conventos e mosteiros. A localização dos prédios, em boa parte, dependeu de doações, não sendo, portanto, necessariamente premeditada. Discutiremos a Igreja em dois itens, o papel do clero secular e o papel do clero regular.

– O Clero Secular

A Igreja no Brasil esteve condicionada pelo regime do Padroado, ou seja, pelo acordo entre o Vaticano e a Coroa Portuguesa que transferia para a segunda a responsabilidade da manutenção do clero e dos prédios religiosos em troca do recebimento, pelo Estado, dos dízimos devidos à Igreja.

O clero secular era composto pela alta hierarquia da Igreja e suas instituições, ou seja, os bispos, os arcebispos e seus correspondentes cabidos, tribunais eclesiásticos e seminários. O grosso do clero, entretanto, era composto pelos párocos, vigários e curas, além dos capelães, que realizavam os serviços religiosos nos quartéis, nos engenhos e até nos navios negreiros.

O alto clero regular estabelecia as divisões administrativas da Igreja, nas cidades, através da criação de paróquias, cujos limites serviram, posteriormente, de base para as freguesias e os distritos administrativos em que foram divididos os municípios brasileiros. As matrizes de cada paróquia eram importantes locais de sociabilidade, assim como tinham funções administrativas de registros civis de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos dos paroquianos. Os bispados também realizavam

levantamentos censitários.

Deve ser destacada a importância do bispado e do arcebispado de Salvador, tendo jurisprudência, inclusive, sobre parte do território africano, como Angola e São Tomé e Príncipe.

Em 1707, foi convocado o primeiro Sínodo Diocesano, que estabeleceu as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* que, pela primeira vez, deram um ordenamento às regras a serem observadas pelo clero local, inclusive sobre a forma de implantar os prédios religiosos. Esse documento é interessante, na medida que foi elaborado para trazer as normas tridentinas, e adaptá-las à realidade escravista da América Portuguesa, como a inclusão, por exemplo, de "*Breve instrucção dos mysterios da fé acommodada ao modo de fallar dos escravos do Brasil para serem cathequisados por ella*" (Livro III, Título 31, 579). Instruções específicas foram dadas para os brancos darem exemplo aos "*muitos neofitos, pretos, e buçaes, que cada dia se baptizam e convertem-se ...*", pois eles aprendem mais "*das exterioridades*" do que das palavras (Livro IV, Título 27, 728).

No Livro I, além das limitações específicas da península ibérica, são adicionadas aquelas relativas à presença dos escravos africanos e seus descendentes. Quando trata, por exemplo, da ordenação dos sacerdotes, informações secretas deveriam ser realizadas para o exame "d*a limpesa de sangue*" (Título 50, 213); com destaque dos impedimentos seguintes: ser filho ou neto de "*Infiés, Hereges, Judeos ou Mouros*"; "*se tem parte de nação Hebrea, ou de outra qualquer infecta; ou de Negro, ou Mulato*"; ou "*se é captivo ... e sem licença do seu senhor se quer ordenar*" (Título 53, 224). Essa exigência era necessária até para empregar um simples sacristão: "*que se tome informação se tem limpesa de sangue ...*" (Título 37, 609).

O Livro IV é o mais importante, pois define como fundar e edificar igrejas: "em lugares decentes e acommodados ..., (a) Igreja Parochial ... se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado ... de lugares immundos, e sordidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possão andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção que ... seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fóra ..." (Título 17, 687). Define também a orientação da igreja: "posto o Sacerdote no altar fique com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente, ... e haverá no ambito, e circunferência dellas adros, e cemiterios ... " (688). Informa também que as igrejas recebiam dotes de S. Majestade no valor de seis mil reais cada (689).

Finalmente, outro aspecto importante, na época, é que os delinqüentes católicos poderiam gozar de imunidade nas igrejas, bastando que os mesmos "*se peguem aos ferrolhos das portas ..., ou se encostem a ellas, ou às paredes ou se recolhão debaixo dos alpendres ...* " (Título 32, 747), o que os protegeriam da justiça secular. Porém não gozavam de imunidade, o "*Herege, Apostata, ou Seismático. Nem blasfemo, feiticeiro, benzedeiro, agoureiro, e sortilego ..., nem o ladrão publico salteador de estradas ...*" (755), nem o "*Judeu, Mouro ou qualquer infiel ...*" (758), e, diante da realidade americana: "*nem ... o escravo (ainda que seja Christão) que fugir a seu senhor para se livrar do captiveiro*" (757) (Ver VIDE, 1853).

As catedrais (sé), os palácios dos bispos e arcebispos, assim como dos seminários eram sempre localizados em locais centrais, ou seja, os de maior prestígio, visibilidade e simbolismo. As matrizes paroquiais, que também eram prédios importantes, eram implantadas na medida da fundação de cada nova paróquia e acompanhavam o crescimento das cidades.

– O Clero Regular

O clero regular era formado pelas ordens religiosas, masculinas e femininas. Inicialmente, as primeiras ordens que chegaram na América Portuguesa tinham objetivo missionário, da catequese dos índios, assim como a do estabelecimento do ensino elementar. Em seguida, chegaram outras ordens com outras vocações, como a do estudo e do aperfeiçoamento pessoal. As ordens regulares estavam inseridas na nova estrutura social. Elas receberam dons, heranças, na forma de terras, prédios, propriedades agrícolas e escravos. Para o seu sustento contavam com as côngruas da Coroa, assim como dos rendimentos de fazendas, engenhos, das casas de aluguel, assim como de empréstimos de dinheiro. Além da função de "bancos", os conventos também era utilizados como local de hospedagem para visitantes eminentes. Suas amplas instalações também serviram, em períodos de crise, para alojamento de tropas, sendo transformados em quartéis.

Podemos destacar a ordem dos Jesuítas, a mais importante do período colonial. Ela recebeu imensas sesmarias e terras urbanas, assim como engenhos, fazendas e escravaria. Além das escolas, colégios, igrejas, conventos, seminários e casas de repouso, a ordem possuía, nas cidades, casas de aluguel, lojas, armazéns, cais, guindaste e até fragatas. A importância dos Jesuítas pode ser medida pela utilização de seus principais prédios após a expulsão da ordem, em 1759: em São Paulo, Vitória e em Recife, seus prédios serviram como palácios do governo; em Olinda, foi

utilizado como seminário. Em Salvador, a igreja se tornou a catedral, mesmo antes da derrubada da igreja da Sé em 1933; seus colégios foram transformados em hospitais, em Salvador e no Rio de Janeiro.

As ordens femininas foram implantadas posteriormente às masculinas, a partir do século XVII, tendo em vista as restrições da Coroa Portuguesa devido ao pequeno efetivo feminino na colônia. Destacam-se, em Salvador, o convento feminino mais antigo do Brasil, o das Franciscanas Clarissas, que deixaram um legado de pouca seriedade e do abuso do enorme contingente de escravas para seus serviços pessoais e atividades urbanas, além das numerosas casas de aluguel.

Os estabelecimentos conventuais tiveram um importante papel na estruturação das cidades coloniais brasileiras, tanto pela dimensão e imponência de seus prédios, em geral eram os de maior porte nas cidades, assim como de suas dependências, como hortas, currais no interior de suas cercas. Outro efeito era o de atração do crescimento da cidade em sua direção, pela sua implantação e pela construção de casas para aluguel no seu entorno.

Em Salvador, os Jesuítas ficaram na área central. Ao norte, se localizaram os Carmelitas e as Ursulinas. No sul os Beneditinos, Capuchinhos e as Ursulinas. No leste, ficaram os Franciscanos (ordem mendicante, mas com interior de maior riqueza), seguidos pelos conventos das Franciscanas da Lapa e do Desterro.

Em Olinda, os Jesuítas, Franciscanos e Beneditinos se estabeleceram nas partes altas, enquanto os Carmelitas ficaram na parte baixa da cidade, o mesmo tendo ocorrido no Rio de Janeiro. Em Recife, os Jesuítas, Franciscanos e Carmelitas ficaram na área central, enquanto que os Capuchinhos ficaram mais afastados assim como os Frades de S. Francisco Nery. Essa cidade não contou com mosteiro dos beneditinos.

Vitória também não contou com os beneditinos. A igreja e colégio dos Jesuítas estavam em situação privilegiada no sudoeste da cidade, enquanto que os conventos dos Franciscanos e Carmelitas foram localizados, respectivamente ao norte da cidade.

Em São Paulo, os Jesuítas, fundadores da cidade, ficaram na parte central, tendo no entorno, em forma de triângulo, os conventos dos Franciscanos, Carmelitas e o Mosteiro dos Beneditinos. Em Ouro Preto, não foi autorizada, como em outras áreas de mineração, a implantação de conventos, o que diferencia a sua paisagem e estrutura urbana.

Como a Igreja Católica era oficial e dominante, os demais cultos não eram autorizados ou eram clandestinos, causando, portanto, pouco impacto nas cidades do período colonial.

3. As Ordens Leigas

As ordens leigas eram instituições católicas, embora relativamente independentes da Igreja Oficial, tendo em vista que eram formadas pela associação voluntária de leigos, homens e mulheres. Eram associações de ajuda mútua, realizavam obras de caridade, e funcionavam também como instituições de empréstimos de dinheiro. Além dos recursos originários de seus membros, elas também contavam com casas de aluguel para sua manutenção.

Havia as Ordens Terceiras (as primeiras eram de frades, as segundas, de freiras), que estavam vinculadas aos conventos. As de maior prestígio eram as Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo. Era necessário, para participar das mesmas, pagar "joias" como entrada, o que limitava, em muito, o seu acesso, tornando-se uma espécie de "clube" das elites locais. Elas atendiam a seus membros residentes e aos de passagem. Houve caso, como a Ordem Terceira de São Domingos, de se implantar, mesmo sem a presença do convento dominicano, como no caso de Salvador. Elas possuíam recolhimentos e casas de aluguel. Em Recife, a capela da Ordem Terceira de São Francisco é a mais rica da cidade.

As irmandades eram mais variadas. A de maior prestígio era a Santa Casa da Misericórdia, de grande tradição no Império Português. Ela era exclusiva dos brancos, e era exigido o comprovante de "limpeza de sangue", não sendo admitidas pessoas de origem judaica, moura ou negra. Por outro lado, exercia funções importantes, como a implantação dos primeiros hospitais nas cidades brasileiras. Cuidavam dos doentes, inclusive pobres, como marinheiros e escravos; realizavam enterros e assistiam aos prisioneiros. Estabeleceram orfanatos e recolhimentos de mulheres. Também ajudavam na formação de dotes de moças pobres. Como recurso, além da cotização dos seus membros, eram uma das principais proprietárias de imóveis e terrenos das cidades coloniais. Elas estão localizadas nas áreas centrais de Salvador, Olinda, Recife, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo.

Outras irmandades exerciam funções especializadas, como as do Santíssimo Sacramento, que se ocupavam da manutenção das Matrizes das paróquias. Havia irmandades ligadas às atividades: as do clero secular ("clérigos"), as dos militares, as dos comerciantes, as de determinadas

categorias de artesãos e mesmo de traficantes de escravos, como no caso de Salvador. Algumas irmandades eram formadas por portugueses, outras por “brasileiros” brancos, outras eram compostas por pardos e outras por negros, sendo as últimas divididas entre crioulos e africanos. Algumas eram de maioria ou combinações étnicas, como no caso de Salvador. Suas funções principais eram também de ajuda mútua, empréstimo de dinheiro e, sobretudo, a garantia de um enterro decente. Algumas pessoas eram membros de várias irmandades. Outra atividade importante era a organização de procissões.

As irmandades mais ricas tinham igrejas próprias, outras tinham capelas e as mais pobres realizavam suas atividades em capelas no interior de outras igrejas. O mesmo se dá com os patrimônios de sobrados, casas e terrenos.

De um modo geral, as Ordens Terceiras (assim como as Misericórdias) tinham localização central, junto aos conventos respectivos. As irmandades dos pardos e negros ficavam situadas nas imediações dos centros. No caso de Ouro Preto, devido à ausência de conventos, as igrejas das irmandades tinham localizações privilegiadas, nos altos das colinas.

4. Os Agentes Econômicos

Os agentes econômicos eram externos, como os proprietários rurais, e internos, como os comerciantes e financistas, os traficantes de escravos e os artesãos.

– Os Proprietários rurais.

Em geral, eram brasileiros, e tinham suas principais atividades e investimentos realizados nas áreas rurais, como engenhos, fazendas, casas-grandes, capelas e escravos. Também tinham propriedades nas cidades, inclusive em imponentes solares, onde viviam parte do ano com suas famílias. Eles eram membros das ordens leigas de maior prestígio. No caso de Salvador, eles residiam, sobretudo, na Cidade Alta. Em Pernambuco, eles preferiam residir em Olinda, e posteriormente também em Recife, ao longo do rio Capibaribe. Foram importantes doadores de legados a igrejas, conventos e fortificações.

– Os Comerciantes e Financistas

Em sua maioria eram portugueses, sobretudo nas cidades portuárias, e controlavam o comércio de importação e exportação, até a abertura dos portos em 1808. No século XVIII, foram autorizados a participar das Câmaras Municipais (1740), assim como passaram a ser admitidos como provedores da Misericórdia, o que mostra a ascensão social e política da

classe. Eram também membros das ordens terceiras e de confrarias próprias. Os comerciantes, assim como os caixeiros, compunham os regimentos dos “Úteis”, em Salvador. Nessa cidade, os comerciantes residiam, sobretudo, na Cidade Baixa, onde construíram o imponente prédio da atual Associação Comercial, no início do século XIX. No Rio de Janeiro, eles habitavam nas áreas centrais da cidade. Em Recife, participaram da “Guerra dos Mascates”, contra os senhores rurais que habitavam em Olinda. Após 1808, os ingleses começaram a controlar o comércio de importação e exportação e preferiram localizar suas residências no bairro da Vitória, no sul da cidade de Salvador, enquanto que no Rio de Janeiro eles se concentraram nos bairros de Botafogo e Catete.

– Os Traficantes de Escravos

É uma categoria à parte, embora formada por portugueses e brasileiros, conseguiram monopolizar o tráfico de escravos a partir dos portos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, realizando diretamente a importação dos escravos, sem benefício para a metrópole. Esse tráfico permitiu uma importante acumulação local. Alguns eram muito ricos e tinham residências luxuosas em Salvador como no Rio de Janeiro. O Palácio de São Cristóvão é o resultado da doação da chácara do traficante Elias Antônio Lopes ao príncipe D. João, logo na sua chegada ao Rio de Janeiro. Em Salvador, os traficantes chegaram a propor os estatutos da uma companhia monopolista, e que tinha sua irmandade e devoção na igreja de Santo Antônio da Barra. No século XIX, teve início uma série de conflitos entre os traficantes de escravos e os ingleses. Em São Paulo, o tráfico era basicamente de escravos indígenas.

– Os Artesãos

Eram um dos elementos mais humildes da sociedade, tendo menor prestígio numa sociedade escravista, em que o trabalho manual era desconsiderado. Eles chegaram a ter representantes nas Casas das Câmaras, como em Salvador, e participavam de regimentos de milicianos, ao lado dos vendedores e taberneiros brancos. Eles eram irmãos menores na Santa Casa da Misericórdia, e tinham irmandades próprias, como a de São José. Confrarias organizadas realizavam exames para autorização de abertura de lojas. Porém, o escravismo desorganizou o sistema de aprendizado, tendo em vista a compra dos escravos para o treinamento e a realização do trabalho artesão. Posturas específicas foram elaboradas para a localização de suas atividades, em 1785, em Salvador. Algumas ruas ainda recordam as concentrações, como as ruas dos Ourives. Os artesãos foram responsáveis pelas construções de prédios urbanos importantes, como igrejas, encomendadas pelas irmandades, inclusive as de cor.

5. A População e os Movimentos Sociais

A sociedade no período colonial era dividida entre livres, libertos e escravos. Entre os livres, havia a divisão entre os nobres e os "peões".

– A "Classe Média"

Havia um esboço de "classe média" composta por pequenos assalariados, sobretudo funcionários, mestres de letras, físico-cirugiões etc., que encomendavam a construção de suas casas aos mestres pedreiros, que eram construídas tanto em terrenos próprios como em terrenos foreiros. Uma boa parte também vivia de aluguéis. Os mais altos funcionários ou os que tinham maior rendimento residiam em sobrados e solares, como os grandes proprietários de terra e os comerciantes. Os demais residiam em casas térreas.

– Os Pobres e Libertos

Havia pobres de todas as cores, pois alguns portugueses não tinham recursos para a compra de escravos. Os mestiços também eram numerosos. Uma das possibilidades era a de viver como agregado de algumas famílias. Uma atividade possível era a pesca ou se engajar nas tropas, segundo a cor. Mas, os mais numerosos entre os pobres eram os libertos. Eles tentavam sobreviver numa sociedade de base escravista. Realizavam trabalhos ocasionais ou manuais semelhantes aos escravos. Alguns se estabeleciam no pequeno comércio, sobretudo as mulheres. Eles habitavam tanto o centro, como no caso de Salvador, como tinham roças na periferia. No Rio de Janeiro, se estabeleceram perto do centro e nos morros e mangues. Em Recife, os mangues com seus mocambos também foram locais de concentração de pobres e libertos.

– Os Escravos

Os escravos eram contingentes importantes nas principais cidades portuárias. Chegaram a alcançar metade ou mais da população. Exerciam todo tipo de trabalho urbano, sobretudo o doméstico, mas também trabalharam no ganho ou alugados, o que permitia que circulassem pelas cidades e habitassem de aluguel, inclusive em áreas centrais, como em Salvador. Alguns se concentravam em cantos, aguardando a solicitação de seus serviços. Os domésticos residiam com seus proprietários, nas lojas, em porões, nos andares superiores ou nos quintais.

– Os Movimentos Sociais

Podemos chamar de movimentos sociais os levantes que ocorreram no período colonial, desde as rebeliões de tropas por atraso do pagamento, por exemplo, como levantes de pobres devido ao aumento do custo de

vida. Alguns levantes foram políticos, separatistas, independentistas e republicanos, e foram devidamente reprimidos. Quilombos urbanos ocorreram desde cedo. Mas os mais graves foram as revoltas negras em Salvador, de cunho islâmico, que incluíam além de escravos, libertos das mesmas etnias, que tiveram continuidade durante o período imperial.

Conclusões

O Estado e a Igreja aparecem como os principais agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras. Os palácios dos governos e a sedes das câmaras estavam sempre localizados nas áreas centrais das cidades.

As fortificações, por outro lado, seguiam uma lógica própria, sendo mais voltadas para a defesa dos portos e do litoral das cidades, também sendo encontradas em pontos elevados de caráter estratégico.

As catedrais (Sé), os prédios da principal ordem religiosa (Jesuítas), assim como da irmandade de maior prestígio (Misericórdia), estavam localizados nas áreas centrais de Olinda, de Salvador, de Vitória, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Era o resultado da antiguidade, do prestígio e da relação com o Estado.

Os conventos e mosteiros das demais ordens, assim como as ordens terceiras, estavam localizados nas periferias imediatas das áreas centrais. As demais confrarias ricas estavam situadas próximas ao centro, enquanto que as mais pobres ficam em situação periférica.

Recife, fundada pelos holandeses, e Ouro Preto, sem conventos, seguiram a outras lógicas.

Os solares dos agentes econômicos estavam distribuídos no tecido urbano, se destacando pelos volumes. Alguns residiam em chácaras nos entornos das cidades.

Os comerciantes e artesãos residiam também em ruas especializadas, enquanto o resto da população ocupava os demais espaços segundo suas possibilidades (construção ou aluguel) sobre terrenos próprios ou foreiros. Os libertos e os escravos de ganho também se inseriam onde podiam, sobretudo vivendo na periferia, ou no centro, em casas ou quartos de aluguel, enquanto os escravos domésticos residiam com seus proprietários.

As cidades do período colonial guardavam em sua forma uma forte herança portuguesa, embora adaptada às novas condições ecológicas, mas a população que circulava na rua era formada, sobretudo, por escravos de

origem africana, especialmente nas grandes cidades portuárias.

Finalmente, a discussão sobre os agentes modeladores pode enriquecer o debate sobre os períodos pretéritos de nossa história, ajudando a entender as diferentes estratégias e interesses tanto dos grupos dominantes como daqueles dominados.

Referências Bibliográficas

FLORENTINO, Manolo. Em Costas Negras. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1997].

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country.** Cambridge, Cambridge University Press, 2006 [1985].

RIBEIRO, Orlando. **Opúsculos geográficos.** Lisboa: Gulbenkian, 1994.

SOUZA, Luciene Pessotti de. **A Geopolítica do Sagrado. A participação da Igreja Católica na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória – ES (Século XVI ao XIX).** Salvador. Tese (Doutorado) UFBa / FAUFBa/ PPGAU, 2004.

VASCONCELOS, P. A. **"Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial"**, in Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Correa, R. L. (org.) Explorações Geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 247-278.

VASCONCELOS, P. A. **"Salvador: os agentes do seu desenvolvimento"**, in Gonçalves, N. M. S.; Silva, M. A.; Lage, C. S. (org.) **Os Lugares do Mundo. A Globalização dos Lugares.** Salvador, Ufba, 2000-a, p. 184-188.

VASCONCELOS, P. A. **"Os agentes modeladores de Salvador no período colonial"**, Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, 3 (01/2000-b), p. 66-72.

VASCONCELOS, P. A. **"Les agents de la formation des villes coloniales brésiliennes"**, *In*: Dias, L.: Raud, C. (dir.) Villes et régions au Brésil. Paris, L´Harmattan, 2000-c, p. 79-92.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador:** transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus, Editus, 2002.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador de Bahia (Brésil). Transformations et permanences (1549-2000).** Paris, L´Harmattan, 2005.

VASCONCELOS, P. A. **"A utilização dos agentes sociais nos estudos da Geografia Urbana: avanço ou recuo?"**. 2008 (Inédito).

VIDE, D. Sebastião M. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1853 [1707].

ZOILDO N., F. et alii. **Diccionario de geografia urbana, urbanismo y ordenación del territorio.** Barcelona, Ariel, 2000.

Engenheiros militares: atores na modelação do espaço urbano

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Dra[*]

Enganam-se os que pensam que os engenheiros militares construíam apenas fortificações. Atuaram em campos tão diversos como as arquiteturas religiosa, civil e militar e no projeto de vilas e cidades. Os engenheiros militares estiveram envolvidos em todas as obras de envergadura patrocinadas pela Coroa, desde a construção de pontes e estradas (calçadas), até a construção de hortos botânicos, calçamento de ruas e praças, construção de chafarizes, fontes, condutores de água, aquedutos, aterros, cais etc. Além disso, foram exímios cartógrafos.

Muita ênfase tem sido dada pela historiografia sobre as atividades desses profissionais no âmbito da Arquitetura Militar, do Urbanismo e da Cartografia, mas pouca atenção à sua atuação civil, como agentes das Câmaras locais na concepção de projetos, supervisão das arrematações e vistorias das obras públicas. De fato, segundo o tratado "*O Engenheiro Portuguez*" (1728/1729) de Manoel de Azevedo Fortes, em tempos de paz, além das atribuições ordinárias de natureza especificamente militar e cartográfica – locais e regionais, cabia, também, aos engenheiros instruir seus subalternos e projetar, supervisionar o leilão das arrematações, a medição e o andamento das obras civis, religiosas e de infraestrutura oficiais de porte.

Nesse aspecto, também pouca atenção tem sido dada à dimensão prática dos conteúdos ministrados nas lições de teoria; o significado do ensino da Geometria Elementar, Geometria Prática (longimetria, altimetria, planimetria, estereometria) e Trigonometria no dia-a-dia da profissão; o papel da ciência do desenho no complexo processo de concepção, aprovação, arrematação, vistoria ("louvação") e prestação de contas das obras, tanto militares como civis (Alfândegas, Palácios de Governadores, Casas de Câmara e Cadeia, Tribunais de Relação) e religiosas (Matrizes e Sés). Não podemos esquecer que, uma vez disponíveis, além de servirem às Câmaras, inclusive nas obras de infraestrutura urbana, os engenheiros

* Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2001). Professora Doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

também envolveram-se com encomendas de particulares, sobretudo das irmandades laicas, ordens terceiras, ordens monásticas e conventuais regulares e até na construção de solares de ricos senhores.

Concepção, aprovação e construção das obras públicas

Determinados procedimentos padrão envolviam a feitura e realização de projetos oficiais, tanto militares como civis e religiosos. Quando se decidia fazer uma obra nova, o governador das províncias do reino ou das capitanias do Brasil convocava, desde que disponíveis no local, um, dois ou mais engenheiros, conforme a importância da mesma; mandava-os ver o sítio e fazer a planta, elevações, cortes, perfis e prospectos, acompanhados de um orçamento aproximado do seu valor total e das suas diversas partes (alvenaria, cantaria, carpintaria etc). O orçamento da obra incluía a especificação, quantidade, preço dos materiais empregados e condições da sua execução. De posse da planta e orçamento, governador e provedor-mor os remetiam ao rei, através do tribunal competente (Conselho Ultramarino, Conselho de Guerra, Mesa da Consciência e Ordens) para obtenção de aprovação, cabendo ao tribunal competente ouvir o parecer do engenheiro-mor do reino apenas em caso de obra militar. Uma vez aprovado o projeto, o governador convocava o Vedor Geral para que mandasse "(...) *Pôr em lanços a dita obra, e se arremate, a cuja arremataçaò deve assistir o Engenheiro principal da Província com o Vedor Geral...*" (FORTES, 1729: II, p. 446).

Os engenheiros e os Vedores Gerais tinham igualmente mando e autoridade sobre os empreiteiros e mestres de todos os ofícios ocupados nas fortificações e demais obras civis e religiosas oficiais públicas: "(...) *os primeiros, pelo que toca à forma do trabalho, bondade dos materiaes, brevidade, e escolha das partes em que se hade continuar o trabalho; os segundos por tudo o que pertence à melhor arrecadação da Real Fazenda*" (FORTES, 1729: II, p. 447).

Na Vedoria, na presença do Vedor Geral e de dois engenheiros, desde que disponíveis[1], procediam-se aos lances da arrematação e a escolha

[1] Cerca de 200 engenheiros atuaram no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII, em geral regionalmente, raramente deslocando-se entre as capitanias do Sul, Nordeste e Norte. No entanto, concentram-se em zonas estratégicas, sendo comum a carência desses profissionais em determinadas praças e regiões de menos importância. Nessas zonas, atuaram outros atores da Coroa, em geral encabeçados pelos Ouvidores. Mesmo nas praças de maior importância, cidades capitais regionais ou vilas estratégicas foram comuns casos de ausência de profissionais por determinados períodos, já que atuavam regionalmente, deixando a praça-sede por vezes desguarnecida.

recaía no(s) empreiteiros(s) que apresentasse(m) melhor preço para os diferentes tipos de obra a se realizar. Finda a arrematação, o Vedor Geral, representante da Fazenda Real, fazia a escritura e mandava examinar a capacidade dos fiadores que os empreiteiros davam para garantir o dinheiro que lhes era adiantado em confiança. Aos engenheiros, quando existentes no local, cabia ainda vistoriar o andamento das obras oficiais em curso, "(...) *de sorte que sempre seja prezente hum Engenheiro, para que os empreiteiros naõ faltem à sua obrigação, errem as medidas, ou falcifiquem as obras, e que o apontador assista ao traço da cal, para que fazendo esta por conta do empreiteiro lhe não furte a quantidade devida dos materiaes*" (FORTES, 1729: II, p. 445).

Ou seja, uma vez iniciadas as obras, cabia aos engenheiros supervisionar o trabalho dos "olheiros" e "apontadores" - vigilantes de confiança do Vedor Geral, empregados no controle do andamento das mesmas – bem como dos empreiteiros, frequentemente alcunhados de corruptos por desviarem material e burlarem as "condições de execução" estabelecidas nos projetos por ocasião do leilão das arrematações. Estas constantes queixas de furto e corrupção da parte dos empreiteiros – "(...) *na quantidade e qualidade dos materiaes, que haõ de corromper as obras, ou corromper os apontadores, medidores e olheiros, &c*" – implicou na recorrente recomendação da parte dos engenheiros à preferência pelas "obras de jornal" às realizadas por empreitada.

Em Portugal e no Brasil, os engenheiros militares, mestres pedreiros e mestres carpinteiros conceberam e executaram muito da nossa arquitetura civil, religiosa e militar erudita, bem como as obras de infraestrutura urbana e regional. Todas essas atividades eram mediadas por desenhos.

A coleção de desenhos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) atesta a quantidade e qualidade dos projetos submetidos à aprovação do Conselho Ultramarino. Toda obra merecia projeto, executado em mais de uma via; em se tratando de obra pública, uma delas era sempre destinada ao referido Conselho – no caso do Brasil e demais Conquistas Ultramarinas – ou aos Conselhos da Guerra e da Fazenda.

A importância dos riscos e traças

Ao ser convocado para conceber determinada obra, cabia ao profissional do risco escolher o terreno, desenhar (*i.e.* raciocinar) e adaptar-lhe a forma mais adequada, buscando sempre a máxima regularidade possível. A planta demonstrava os comprimentos, larguras e espessuras de cada

parte do edifício, bem como a sua implantação no sítio; a elevação, as alturas, o ritmo das aberturas e a métrica presente nas fachadas; o perfil e o corte, as espessuras das paredes, os vários pavimentos do edifício, a estrutura da cobertura e a profundidade das fundações; a perspectiva e a maquete, o conjunto (interior e exterior). As espécies de representação, dotadas de uma escala gráfica – *petipé* –, permitiam também que fossem inventariadas a qualidade e quantidade dos materiais necessários, feitos os cálculos estruturais básicos e listado o orçamento aproximado das partes e do conjunto, para que a obra fosse então posta em arrematação.

Nesse sentido, reside a necessidade de formação teórico-prática dos engenheiros – e, quem sabe, como alertei em outro ensaio[2], de mestres pedreiros e carpinteiros – no âmbito das Academias Militares do Reino e Conquistas, a saber: Lisboa (desde 1573), Viana do Castelo (desde 1701), Peniche (desde 1719), Elvas (desde 1732), Almeida (desde 1732), Goa (desde 1699), Angola (desde 1699), Salvador (desde 1696), Rio de Janeiro (desde 1698/1699), São Luís do Maranhão (desde 1699), Recife (desde 1699) e Belém (desde 1758). Cursos por vezes intermitentes por falta de engenheiros/lentes, envolviam partidistas (de três a doze jovens membros da estrutura do exército que eram bolsistas)[3] e um certo número de civis. Infelizmente, as listas de presença das aulas jamais foram encontradas para que pudéssemos averiguar o número e o perfil dos civis envolvidos –

[2] BUENO, Beatriz P. S. "Os Exercícios dos Alunos da Aula Militar da Bahia nos Tempos de José Antônio Caldas (1779)". In: OLIVEIRA, Myriam A. R. de & PEREIRA, Sônia G. (org.). **Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Rio de Janeiro**, CBHA/PUC-Rio/UERJ/UFRJ, 2004, vol. 1.

[3] A formação envolvia lições de teoria e prática por um período que oscilava entre 3, 5, 6 e 9 anos. Segundo documento assinado por José Antônio Caldas, engenheiro-lente da Academia Militar da Bahia, datado de 25/08/1761, eram ministradas as seguintes disciplinas: *"As matérias q'tenho ditado, ensinado, e explicado na dita Academia sam Arithmetica, Algebra, Geometria Elementar, Trigonometria, Geometria pratica onde alem de tratar da Longimetria, Altimetria, Planimetria, Stereometria, Geodezia e Pantometria, se tratou também do nivelamento, Arpentage, e medisam das obras de Cantaria, Alvenaria, e Carpentaria, e uma boa parte de Geografia, modo de tirar as Cartas Geograficas, Topograficas, e Ichnograficas, e a desenhar toda qualidade de plantas Militares, e Civis, com um ensaio da Optica pa a extrasam dos prospectos: Forteficassam das Prasas, Calculo de sua despeza e toda a qualidade de edifícios Militares, e Civis q nelas se empregam, Ataque de Prasas, Defença de Prasas, Castramentrasam (sic) em q'naõ só se tratou do acampamento particular das Tropas; mas também o gl de um Exercito, e se encherio (sic) uma Arte da Guerra com varios principios da Tactica dos Corpos de Infantaria Cavalaria, e hum apendis (sic) da Fortificasam Pasageira, ou de Campanha: Artilharia, Arte de Bombas Theorica e Praticamente, Fogos Artificiaes da Guerra, e os Festivos, Mecanica, Statica, o Mecanismo das abobedas com o Calculo das muralhas, e pes direitos, Hidraulica e finalmente Arquitetura Sivil..."*. AHU – documento n. 10.151, Catálogo Eduardo de Castro e Almeida.

dentre eles, certamente, mestres carpinteiros e pedreiros.

Em se tratando de obras de escala urbana – muralhas, trincheiras, complexos sistemas de defesa (fortes, fortins, redutos e fortalezas), obras de infraestrutura, aterros, cais, pontes etc. –, era fundamental a execução de mapas topográficos – em planta, elevação ou perspectiva – demonstrando a inserção da intervenção na malha urbana. Muitas das plantas e prospectos das nossas vilas e cidades foram, na realidade, representações de projetos de grande escala, submetidos à aprovação da Coroa ou prestando contas da realização das obras. Nesse sentido, merecem análise no seu referido contexto de feitura, sendo fundamental a leitura dos ofícios que os acompanhavam. Muitas vezes, tratam-se de projetos jamais realizados, o que induz a sérios equívocos em estudos sobre o urbanismo colonial que insistem em tomar esses desenhos como duplos da realidade, comunemente referindo-se aos mesmos como representações fidedignas do estado da vila ou cidade em questão.

As obras militares e de infraestrutura

Para além dos projetos de fundação ou reformas de vilas e cidades – Vila Real de Santo António (Algarve), Lisboa Pombalina, Macapá e Mazagão (na Amazônia), só para citar alguns exemplos –, os engenheiros militares foram responsáveis pela construção de fortalezas, fortes, fortins, redutos, trincheiras e muralhas, dentro e fora dos núcleos urbanos. A elaboração dos sistemas de defesa e ataque foi fruto, por vezes, de concursos públicos, como, por exemplo, o da muralha à retaguarda do Rio de Janeiro (jamais realizado), do qual participaram nomes consagrados como José Custódio de Sá e Faria (1769) (REIS FILHO, 2004, p. 174-175), Francisco João Roscio (1769) (p. 176-177) e Jacques Funck (1768) (p. 173). As obras realizadas, para além das muralhas, às vezes envolviam uma sequência de fortes posicionados estrategicamente, tal como demonstrados na "*Elevação e Faxada que mostra em Prospeto pela marinha a Cidade do Salvador da Bahia de todos os Santos*"[4] (1758) de José Antônio Caldas para o caso da Bahia, como parte do relatório – "*Notícia Geral de Toda esta Capitania desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*", dando conta de todas as obras militares realizadas por seus antecessores. Além disso, foram responsáveis pela construção de portas, pontes, aterros e cais. Célebre foi a obra de remodelação do Largo do Carmo, no Rio de Janeiro,

[4] REIS FILHO, N. G. **Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial**, p. 44-45. O prospecto foi resultado de um levantamento realizado entre 1756 e 1757, sob a orientação do engenheiro militar Manuel Cardoso de Saldanha, com a colaboração de seus discípulos, entre os quais, com destaque, Caldas.

encomendado pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa ao engenheiro militar sueco Jacques Funck, completada em 1789 (FERREZ, 1978, p. 11) (Figura 1). O projeto envolvia a construção de um imponente cais, com escadaria de cantaria, e de um novo chafariz. O cais foi executado, porém, o chafariz não foi aceito pelo Vice-Rei, que preferiu o projeto do mestre Valentim da Fonseca e Silva, construído em granito carioca à beira-mar, próximo ao embarcadouro. Na terceira década do Século XVIII, o Largo do Carmo já merecera algumas intervenções que lhe converteram na principal praça da cidade. Nessa época, foram construídos o então Palácio dos Governadores e o fronteiriço Solar dos Teles e Menezes (com o Arco do Teles que conectava a Praça à Rua do Ouvidor, através da Travessa do Comércio), ambos desenhados pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim. O rigor na simetria do conjunto projetado por Alpoim, somado à imponência do belo cais de Funck, conferiram monumentalidade ao principal cartão-postal da então Capital do Brasil. O largo mereceu ainda calçamento posterior, acredito que encabeçado por Francisco João Roscio, tal como se vê na aquarela de John Mawe de 1818 – "*Travels in interior of Brazil...*" (edições de Londres 1821, 1823, 1825). Os projetos do novo cais encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o conjunto pode ser apreciado até hoje (atual Praça XV de Novembro). Localizados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, datam de 1746 dois outros desenhos de Alpoim para a cidade: a Cadeia e a Casa de Relação. O primeiro, uma simples reforma do edifício existente; o segundo, o Tribunal de Relação a construir.[5]

Em meados do Século XVIII, o Rio de Janeiro contou ainda com a construção do Aqueduto da Carioca (atual Arcos da Lapa), encabeçado por Alpoim. Fontes e chafarizes por vezes mereceram a traça desses profissionais, tal como em Lisboa os condutores de água, fontes, chafarizes e o Aqueduto das Águas Livres planejados pelo engenheiro Manuel da Maia e outros. Além disso, foram também responsáveis pela construção de alguns hortos botânicos, como, por exemplo, o de Ouro Preto, cujo projeto datado de 1799 está assinado pelo engenheiro militar Manuel Ribeiro Guimarães (SEGAWA, 1996, p. 129).

Não podemos esquecer, em escala regional, das fortalezas de fronteira e das estradas, tal como a magnífica Calçada do Lorena na Capitania de São Paulo, datada de fins do Século XVIII, projetada e construída por João da Costa Ferreira, bem como a Estrada da Maioridade, também em São Paulo, realizada por José Jacques da Costa Ourique (1844), antes da ferrovia.

---

[5] AHU – Rio de Janeiro - cartografia antiga – n. 1097/1098 e n. 1099.

Para além das obras de peritagem e infraestrutura supracitadas, coube também aos engenheiros a execução dos principais edifícios oficiais, civis e religiosos. Menos conhecidas, darei destaque para ambas, começando pela Arquitetura Civil.

A arquitetura civil

As obras de arquitetura civil a cargo dos engenheiros militares eram em geral oficiais: Casas de Câmara e Cadeia, Casa da Relação, Casa dos Contos, Alfândega, Palácio dos Governadores, Casa do Trem de Artilharia etc. Das mais completas foi a atuação de José Fernandes Pinto Alpoim, que além de lente da *Academia das Fortificações* do Rio de Janeiro, foi autor de numerosos projetos de arquitetura militar e civil, a se destacar neste segundo quesito os Palácios dos Governadores de Ouro Preto e do Rio de Janeiro.

Entre a solicitação da Coroa, a concepção do edifício, sua aprovação e execução, passavam-se frequentemente muitos anos.

Localizados no Arquivo Histórico Ultramarino[6], os ofícios relativos à construção da Alfândega de Pernambuco que acompanham os projetos de João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso, engenheiros da Praça do Recife e lentes da Aula de Fortificação local, são muito esclarecedores quanto ao processo de encomenda, concepção, aprovação e execução de obra oficial.

Datada de 09 de setembro de 1729, uma Ordem Régia foi encaminhada pelo Conselho Ultramarino, solicitando ao governador da capitania que encomendasse aos engenheiros locais orçamento e planta da nova Alfândega, em terreno previamente designado, no Forte do Matos. De 28 de novembro de 1730 é a resposta com o orçamento, o parecer e a planta (Figuras 2 e 3) feitos pelos tenentes-generais engenheiros João de Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Velloso. No ofício endereçado ao governador da capitania de Pernambuco, os engenheiros falam das dificuldades para conseguir bons e confiáveis empreiteiros; mencionam descaminhos e furtos de materiais nas obras e sugerem artifícios para controlá-los (como, por exemplo, evitar fazê-las por empreitada, ajustando-se *a priori* os preços dos materiais e da mão-de-obra). Essas questões nos parecem relevantes por esboçarem aspectos da dinâmica de concepção e viabilização de uma obra, demonstrando que desenhá-la significava ser previdente, antever

[6] 1099.6AHU - Conselho Ultramarino – Brasil – Pernambuco – 1730 – Novembro – 28. Vide doc. de 1738, nov., 14.

problemas, listar e quantificar os materiais necessários, orçar os custos, controlar descaminhos etc. Segundo Corte Real e Velloso:

> Mandanos Vsa. o informemos de como se poderá fazer a obra da nova Alfandega e caza dos contos no forte chamado do Mattos de sorte que se consiga o fim de ser bem obrada, e sem descaminhos da Real fazenda. Sua Magde. que Deos gde ordena que as suas obras se façam todas por arremataçam, por entender que he este o único meyo de se fazerem sem os tays descaminhos de Sua Real fazenda. Com tudo tem mostrado a experiencia que os empreyteyros sempre fazem nellas os seus costumados furtos da cal, por mais cautella e vegilancia que haja, de que se segue não serem feytas com a segurança necessaria, e consequentemte não terem a duraçam que devem ter.
>
> Tem chegado esta terra a tam infimo estado, que nella se não acham MESTRES capazes de tomarem esta ou semelhante obra para a fazerem de EMPREYTADA e assim entedemos que será utilissimo usar do mesmo arbitrio que Vsa. Mandou praticar com a facçam da NOVA CADEA e CAZA DA CAMERA, em que sem duvida se poupam mais de quatro mil cruzados de preço a preço se se rematase, e he este arbitrio tal que parece impossivel (moralmte falando) que haja descaminhos, nem furtos, e se consegue ser feyta esta obra com toda a devida segurança.
>
> He a forma que Vsa. tem mandado praticar, e a que tambem se deve usar nesta obra da NOVA ALFANDEGA a seguinte. Primeyramte a pedra de Cantaria se deve ajustar com os cabouqueyros que acordam o preço porque devem dar cada palmo, o qual deve ser conforme sua grossura e comprimto, advertindo porem que a pedra mais grossa e mais comprida vale mais que a que for mais curta e delgada, porque aquella carece de mais escravos para acortarem e carregarem, o que naõ tem a outra, e da mesma sorte vale menos a pedra tosca para os fundamos por não ser capaz de se lavrar.
>
> A pedra de alvenaria se deve tambem ajustar lançada ao pé da obra, ou seja por barcas, ou por canoas, e estas temos experimentado terem mto mais conta que as barcas, e se poupa quazi metade de preço a preço. A CAL se deve comprar nos fornos pelo preço comum, fazendo que se meça por medida afizada, e mandalla conduzir em canoas que para isso se alugavam. A AREA se carregará pelos escravos que trabalharem na dita obra, por ficar junto a ella, e não ser necessario vir de longe, e da mesma sorte a agua doce para ella, que não convem seja salgada.
>
> No que toca ás madeyras se devem ajustar com que as va cortar ao matto, e fazer conduzir para a dita obra, dandoselhe o comprimto e grossura das TRAVES, ENXAMEIS, FRECHAIS, MADRES, CUMIEYRAS, ESPIGÕES, TERÇAS e mais PÁOS que forem necessarios para a dita obra, como tambem CAYBROS, e RIPA que se vende as duzias, finalmente a duzia de TABOADO ORDINARIO DE AMARELLO, e a duzia de COSTADO de q hade ser ASSOALHADA a PONTE ou TRAPICHE, da descarga da fazenda.
>
> Tambem será precizo e muyto util mandar vir FERRO por conta de Sua Magde para se fazer toda a casta de pregadura e ferrage necessaria pagandose aos ferreyros o seu trabalho na forma que se ajustar com elles. Ultima-

mente se devem tomar officiays os mais capazes que se acharem, e ajustar com elles o que devem ganhar por dia, e da mesma sorte os PRETOS TRABALHADORES.

A todos estes ajustes assim da pedra de huã e outra casta, como de todas as madeyras, e officiays póde V. SA. Assistir para com o seu grande zello e experiencia que já tem adquirido fazer que os preços não excedam o Comum, deve tambem assistir o Provedor da fazenda Real, e os officiays Engenros como pessoas praticas, e inteligentes, para verem se os presos sam racionaveis, ou tem excesso dos comuns, e finalmte deve assistir o procurador da fazenda, e escrivão della para fazer termo dos preços ajustados.

A ADMINISTRAÇAM desta obra deve ser pelos officiays ENGENHEYROS, poys para toda devem dar a direcçam prever todo o necessario para sua segurança, examinar o que for obrando, e cautelar dos erros, fazer dar a execuçam o mais conveniente, dispor o que se deve obrar, e attender a que não haja descaminhos.

Deve haver hum MESTRE a quem os ditos officiays Engenheiros encarreguem as determinações e RISCO da tal obra, e este lhes dará conta do que tiver obrado, e se ouver algum erro lhe possam pedir Razão delle, os que V. SA. com muyto acerto está praticando na obra da nova cadea. Deve tambem haver hum APONTADOR homem de boa experiencia e conhecida verdade, este terá dous LIVROS RUBRICADOS e numerados pelo Provedor da fazenda Real, hum dos quais livros hade servir para se assentarem os materiays que se forem comprando assim de pedra e call, como de madeyras, e as pessoas a quem se comprarem para por elle se lhes fazer pagamento; o outro Livro hade servir para se assentarem os officiays e pretos que andarem na dita obra, apontandoselhes os dias que nella trabalharem, e deste Livro se hade tirar em papel separado a feria porque se lhes hade pagar, a qual como hade servir de despeza corrente ao thezoyreyro da decima, ou outro qualquer que se nomear para o ser desta obra, deve ser vista e examinada pelo Provedor da fazenda Real e por hum ou por ambos os officiays Engenheyros, precedendo primeyro para isso despacho de V. Sa. para dizerem se se lhe offerece algua duvida, ou tem erro a ditta feria, e não o tendo se lhe mandar passar mandado de despeza com conhecimto em forma, o qual asignará o dito apontador, porque os officiays, e negros que recebem o dinheyro naõ será possivel, em Razão da mayor parte delles naõ saberem escrever.

Deve haver hum sargento pago que póde assistir as somanas, ou as mezes, eximindo-o das guardas neste tempo, o qual servirá para appenar carros e fazer conduzir os materiays para a obra, e sendo desta sorte administrada naõ só naõ haverá descaminhos, mas se fará com mayor conveniencia do que sendo rematada: isto he o que podemos informar a V. Sa. que disporá o que mais conveniente for ao Real serviço com o zello e acerto que costuma. Villa do Ro. 2 de Dezbro de 1730. João de Macedo Corte Real e Diogo da Sylveyra Vellozo.

Os engenheiros faziam o projeto, definiam os moldes da arrematação, cabendo aos mestres dos diversos ofícios executarem a empreitada.

Datado de 5 de abril 1732, outro ofício explicita a polêmica em relação ao

sítio escolhido, cabendo aos engenheiros Diogo da Silveira Velloso e João de Macedo Corte Real proceder à nova vistoria e enviar parecer e plantas ao Conselho Ultramarino quanto à melhor opção. O parecer era muito bem fundamentado em argumentos concretos:

> Por quanto Sua Magde que Deos gde he servido MANDAR EXAMINAR QUAIS DOS dous citios he mais conveniente, e acomodado parase fazer huã nova alfandega, se o lugar em que actualmente se acha, ou se dentro no terreno do forte chamado do Mattos, e havendo de precizamente dizer o que entendo com toda a verdade e singeleza, como fiel vassalo que sou do mesmo Senhor e por tanto obrigado a isso, certifico que o citio que tenho e julgo por mais proprio e conveniente parase fazer a dita Alfandega, he a parage onde de prezente se acha, e que actualmente está servindo pelas Razões seguintes:
>
> PRIMEYRA, porque está bem no meyo da marinha desta povoaçam do Ro. [Recife] ficando tanto para huã como para outra parte. SEGUNDA, que em qualquer hora de maré seja bayxa mar de aguas mortas ou vivas, podem chegar as lanchas e barcas da fazenda a descarregar no TRAPICHE que tem, sem trabalho ou detrimento dos navios. TERCEYRA, que quazi todos os navios quando vem para sima do posso dão fundo defronte e a vista da dita Alfandega, e muytos ficam à falla com ella, de tal sorte que de todos se estam vendo sahir as barcas e lanchas carregadas da fazenda sem que seja facil que haja nella descaminhos; QUARTA, que ainda para os navios de mayor porte, aos quais he precizo descarregar metade da fazenda que trazem no posso para poderem passar o barco, lhes fica mais perto a dita Alfandega. QUINTA, que esta está em hum angulo da única praça que tem este bayro do Ro., aonde desembocam as melhores e mais largas ruas que tem. SEXTA que para todos os homens de negocio, e comissarios que vem de Portugal, lhes fica distancia commoda e pouco distante de suas cazas, de que se segue naõ fazerem grande despeza na conduçam das fazendas despachadas para suas cazas, e alguns destas asestam vendo sahir da mesma Alfandega. SETIMA, que por estar no tal citio naõ he facil ser aberta e roubada de noyte por estar rodeada de moradores. OYTAVA, que ainda que esta dita Alfandega seja propriedade alhea de que se está pagando Renda, o que se deve evitar, isto se póde fazer comprandose a dita propriedade a qual segundo o que tenho ouvido praticar dava seo dono por vinte e quatro ou vinte e cinco mil cruzados, os quais em espasso de doze annos pouco mais ou menos tornará a Real fazenda a embolsarse delles, alugando treze moradas de cazas que sam da mesma propriedade, dasquais seis lhe ficam por sima, e sete encostadas, que pelo citio em que estam nunca ficam devoluto, e rendem todas quinhentos e vinte e outo mil Reis...

O documento menciona as razões que levaram o engenheiro a preterir o sítio do Forte do Matos em prol do local em que se encontrava a antiga Alfândega, em casa alugada; termina datado de "Recife, 5 de abril de 1732" e assinado apenas por Diogo da Silveira Velloso.

Parecer conclusivo, de poucas linhas, é encaminhado oito dias depois e, dessa vez, assinado pelos dois engenheiros – João de Macedo Corte Real

(tenente-general de artilharia) e Diogo da Silveira Velloso (tenente-general de infantaria):

> Por quanto Sua Magde que Deos gde ordena ao Capam de Mar e Guerra Jozé Soares de Andrade comandante da prezente frota, EXAMINE QUAL DOS DOUS CITIOS SERÁ MAIS CONVENIENTE PARA NELE SE FAZER ALFANDEGA, se no em que de prezente se acha, ou se no forte chamado do Mattos, e o dito Capam de Mar e Guerra nos requere da parte do dito Senhor lhe demos o NOSSO PARECER por certidão; Certificamos que o citio em que de prezente se acha a dita alfandega que ao prezente serve, nos parece ser o mais conveniente para nelle se conservar a dita Alfandega, assim para a descarga dos navios, como para os homens de negocio, e comissarios que ham de despachar as fazendas, o que juramos aos Santos Evangelhos Ro. De Pernambuco 13 de Abril de 1732. João de Macedo Corte Real e Diogo da Sylveyra Vellozo.

De Lisboa, em 8 abril de 1735, o Conselho Ultramarino emite longa resposta sobre a polêmica referente à escolha do terreno. Os conselheiros mostram-se conciliativos, solicitando apenas um novo levantamento de ambos os sítios e orçamento da obra:

> Ao Conselheyro o Doutor Jozeph de Carvalho Abreu parece q supposto os Engenheyros todos convenhão em q a Alfandega se faça no mesmo citio em q prezentemente se acha, comtudo naõ assignão incoveniente grave em q seja no citio do Forte do Mattos, (...); e nestes termos lhe parece conveniente q V. Magde se sirva, antez de tomar rezoluçaõ do citio em q deve ser, mandar fazer huma planta em huma e outra parte, e orçamento do custo q há de fazer huma e outra obra, attendendo a compta do trapiche em q elle existe para q à vista da despeza q há de fazer huma e outra obra tome (...) a Rezolução q lhe parecer mais conveniente à Sua Real fazenda.

De Lisboa, datado de 24 de agosto de 1738, é o parecer emitido pelo engenheiro Manuel da Maia, reiterando os anteriores e confirmando o parecer dos engenheiros locais, achando melhor construir-se a Alfândega no sítio onde estava. Novo levantamento do sítio e projeto da Alfândega datam desse ínterim, entre 1735 e 1738, pois nele constam os dados referentes ao parecer de Manuel da Maia (Figuras 4 e 5).

Em 20 de outubro de 1732, o então engenheiro-mor do reino Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749) foi convocado a interceder na querela, enviando três curtos pareceres (1732, 1735, 1738) em que ratifica as opiniões de Velloso, Corte Real e Maia. O primeiro, de 1732, apresenta o teor semelhante aos anteriores; nos demais, o autor declara não ter mais nada a acrescentar sobre o assunto. Por ocasião da emissão desses documentos, Manoel de Azevedo Fortes contava idade avançada, 1732 (72 anos), 1735 (75 anos) e 1738 (78 anos) –, e sua assinatura aparece muito trêmula. Em se tratando de um posto vitalício, na impossibilidade de o engenheiro-mor dar conta de todos os afazeres exigidos pelo cargo, cabia aos engenheiros

mais graduados da Corte substitui-lo. Esse é o caso de Manuel da Maia[7], que só veio a assumir o posto de engenheiro-mor em 1754, após a morte de Azevedo Fortes, mas ao que tudo indica já o exercia interinamente desde os anos trinta, tal como se lê nos pareceres enviados ao Brasil sobre a polêmica mencionada, cujas discussões se estenderam por longos anos sem resultados concretos. O Arquivo Histórico Ultramarino guarda um belíssimo "*Desenho da Nova Alfandega de Pernco*"[8], assinado "*F.X.R*" e datado de 1789, que atesta, cinquenta e nove anos depois, estar ainda a questão sem resolução. Não sabemos se esse projeto foi executado. Entre os desenhos assinados por Velloso e Corte Real e este assinado por "*F.X.R*", encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino um terceiro projeto para a Nova Alfândega, datado genericamente do Século XVIII (Figuras 6, 7 e 8), que não apresenta a caligrafia de Velloso como os anteriores. Embora não possamos precisar a época dessa proposta intermediária entre os projetos de Velloso e Corte Real e o projeto de "*F.X.R.*", a série de desenhos para a Alfândega do Recife apresenta um partido geral comum: grandes edifícios de trezentos a quatrocentos palmos de comprimento (66 m a 88 m de fachada frontal); dois andares; fachadas sóbrias; evidente correspondência métrica entre as paredes do piso inferior e do superior e programa básico semelhante[9].

Esses projetos têm em comum a austeridade típica dos edifícios administrativos do Brasil-Colônia e a métrica pensada tanto por questões estéticas como por questões de natureza construtiva; era fundamental que as paredes do *sobrado* se apoiassem nas do primeiro pavimento, já que não estamos diante de estrutura independente. Tratam-se de obras com paredes autoportantes de alvenaria de pedra e cal. Por outro lado, a métrica também facilitava a feitura dos orçamentos e a execução da obra, em nome da economia e da racionalidade construtiva, tão defendidas pelos engenheiros. Em todos esses projetos referentes à Alfândega do Recife, observa-se rigorosa simetria, bem como primorosa representação gráfica. Percebe-se, através dos desenhos, que o edifício fora pensado para ser visto de diferentes ângulos, destacando-se do casario e ostentando

---

7 Manoel da Maia também não era muito novo, pois na altura do terremoto de Lisboa (1755) já contava 70 e poucos anos; mesmo assim, encabeçou o projeto base de toda a reforma da Baixa Pombalina. Cf. José Augusto França, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, 1987.

8 AHU - Pernambuco no. 943 a 944. Planta, alçado e perfil. Dimensão: 48,1 X 68,1 cm e 47,4 X 67,6 cm.

9 Piso térreo, armazéns laterais e grande espaço central para a Alfândega; no sobrado, Casa dos Contos e Vedoria, sala para o Provedor da Fazenda Real, câmaras, alcovas, salas para se darem e se recolherem as fardas dos soldados.

um grau de importância considerável. A visibilidade dos edifícios oficiais era parte da estratégia de controle exercida pela Coroa; por meio dessas instituições, o rei se auto-representava nas *conquistas*. Na fachada "*Fronteyra da Parte do Mar*" do projeto de 1789 ("*F.X.R.*"), observa-se o predomínio dos cheios sobre os vazios; na fachada "*Fronteyra da Parte da Terra*", o contrário. As técnicas construtivas de pedra e cal permitiam uma e outra solução, assim como prescindiam dos largos beirais. Por sua vez, a escada externa do projeto anterior criava efeitos de monumentalidade e majestade ao edifício. Uma mente pragmática como a dos engenheiros militares privilegiava antes de tudo a economia e a simplicidade construtiva, sem perder de vista o apuro estético do conjunto do edifício, fruto da boa articulação entre a ordenação e a disposição das suas partes, bem como do *decoro*, conformidade com o programa requerido, conveniência com os costumes e o sítio, sempre ancorados em rígidos princípios de geometria.

No que diz respeito ao senso estético dos engenheiros militares, o correto emprego da métrica, a rigorosa simetria e o apurado manejo do vocabulário de matriz clássica "*à romana*", o melhor exemplo de edifício oficial é o da *Caza do Governo* de Santa Catarina[10], na Vila de Desterro (atual Florianópolis), feito por José da Silva Paes, c.1647, juntamente com o da Igreja Matriz analisado mais adiante. Esta lá até hoje, embora muito descaracterizado por uma ornamentação eclética. Esse projeto reunia todos os atributos da boa arquitetura de sua época: ordem, disposição, simetria, eurritmia, decoro e distribuição. Há clara regularidade no ritmo das aberturas da fachada frontal, num compasso de 1:2,5 m. O corpo central do frontispício destaca-se do conjunto, ladeado por pilastras e encimado por um frontão triangular. Por outro lado, a sobreposição dos pavimentos evidencia correspondência entre as paredes do andar térreo e do sobrado, demonstrando racionalidade construtiva. A planta organiza-se num retângulo composto de um duplo quadrado, cujo rebatimento da diagonal desenha os limites dos quadrados menores salientes, anexos, nos quais se inserem a cozinha e o palheiro no térreo, a copa e a casa do fogo no *sobrado*. Rigorosa disciplina geométrica preside o projeto assinado pelo célebre engenheiro português.

Sendo profissionais bem remunerados e escassos na Colônia, os engenheiros militares estiveram basicamente envolvidos na construção de edifícios civis oficiais. O casario comum não mereceu a sua assinatura: era

---

[10] AHU- Santa Catarina – Cartografia Antiga n. 1221-1224.

executado por mestres pedreiros, mestres carpinteiros, mestres taipeiros etc. Há, no entanto, algumas exceções à regra, como certos solares baianos que receberam a assinatura de engenheiros militares, como, por exemplo, o Solar do Ferrão, atribuído a Francisco Frias da Mesquita.

A arquitetura religiosa

Nem sempre relacionada à figura do engenheiro, nos casos em que mereceu a sua participação, contou com *traça* erudita, marcada por evidente disciplina geométrica. Em geral, as Sés Catedrais e Matrizes eram atribuição das Câmaras, cabendo aos engenheiros militares desenhá-las ou reformá-las, desde que disponíveis na praça em questão. No entanto, como já dito, os engenheiros envolveram-se também com obras religiosas privadas, sobretudo a arquitetura das irmandades laicas, das ordens terceiras e ordens monásticas e conventuais regulares.

Segundo George Kubler (1988) a produção arquitetônica lusa oficial, relacionada em boa parte à figura do engenheiro militar, condicionou a permanência, por quase três séculos, do gosto ao *romano* ou da arquitetura *chã* (sóbria, desornamentada), de matriz clássica e cariz castrense, fruto do pragmatismo dos seus conceptores, mesmo em tempos do Barroco e Rococó.

Digno de menção é o conjunto de cinco igrejas do Rio de Janeiro, minuciosamente estudadas por Sandra Alvim (1999), concebidas por engenheiros militares, que apresentam algumas características comuns: assinadas por engenheiros militares, constituem-se nos projetos mais sofisticados da cidade[11], apresentando complexa geometria sobretudo nas fachadas; apresentam um partido geral comum – planta retangular (à exceção da Igreja de N. S. da Glória do Outeiro), nave única com corredor lateral[12] e capela-mor profunda; as suas fachadas são marcadas por um jogo de proporções e simetria especular, evidenciado pelo contraste entre a cantaria e a alvenaria caiada; à exceção da Glória, observa-se o predomínio do frontão triangular, típico do léxico clássico, o que confere certa austeridade aos frontispícios.

A Igreja de N. S. de Monserrate, do Mosteiro de São Bento, teve a primeira *traça* assinada por Francisco de Frias da Mesquita, em 1617 (SILVA-NIGRA,

---

11 Somados às Igrejas de São Pedro dos Clérigos, da Ordem Terceira do Carmo e da Ordem Terceira de São Francisco.

12 As Igrejas de de N. S. de Monserrate do Mosteiro de São Bento e de N. S. da Candelária sofreram reformas posteriores ao projeto original, sendo as suas plantas transformadas de nave única em três naves, incorporando os corredores laterais.

1945), e a segunda por Frei Bernardo de São Bento, em 1670, responsável entre outras alterações pela transformação da nave única da igreja em três naves, incorporando o antigo corredor lateral. O corpo central da fachada, marcado por pilastras toscanas de cantaria, é ladeado por duas torres ligeiramente recuadas, encimadas por cobertura piramidal. O frontispício encontra-se dividido em cinco tramos verticais e dois horizontais. O primeiro tramo horizontal, em cantaria, é constituído pela arcada da galilé, e o segundo contém as três janelas do coro. Um frontão triangular coroa a composição e uma pequena janela no seu tímpano marca o eixo de simetria que divide o conjunto em duas partes rigorosamente iguais. O estudo das proporções da fachada a partir dos princípios reguladores da sua composição (ALVIM, 1999, p. 119; 243-244) demonstra um complexo arranjo geométrico entre as partes e o todo (modenatura). A composição da fachada de São Bento é caracterizada pela associação de quadrados de mesma dimensão. O corpo central, abaixo do frontão, conforma um quadrado cuja metade do lado corresponde à largura da torre, que se organiza a partir da sobreposição de três quadrados submódulos do central. O conjunto fica, portanto, ordenado por uma malha composta de quatro módulos equivalentes à largura total, três equivalentes à altura das torres laterais e dois ao corpo central.

Esse complexo jogo de proporções com base no quadrado revela um bom *desenho* e profundo conhecimento da tratadística italiana. Não por acaso, a obra é do engenheiro-mor do Brasil no período (c.1616-c.1635), que teve sólida formação teórico-prática como *partidista* da Aula de *Architectura* do Paço da Ribeira.

Outro exemplo, a Igreja de N. S. da Glória do Outeiro, tem projeto atribuído ao tenente-coronel José Cardoso Ramalho, embora sem base documental. No entanto, a sua complexa geometria indica um bom tracista, do padrão de um engenheiro militar. Sobre o provável autor, pouco se sabe. A Igreja da Glória apresenta elaborada composição e encontra-se implantada em sítio engenhosamente escolhido: sobre um outeiro afastado do núcleo urbano inicial e dotado de 360º de visibilidade. Explorando magistralmente as possibilidades tridimensionais de uma situação geográfica estrategicamente escolhida, o autor do *desenho* da Glória optou por inusitada volumetria, usando dois octógonos irregulares, alongados e entrelaçados, antecedidos pela base quadrangular da torre sineira. O programa da igreja é facilmente inteligível do seu exterior. A entrada principal do templo assenta-se sobre um pórtico de base quadrada delimitado por três arcos, sob torre sineira única coroada por um bulbo de base octogonal. Três portadas, uma central e duas laterais nos planos oblíquos ao polígono, dão acesso a uma nave

única, inscrita no primeiro octógono e flanqueada por corredores laterais que conduzem à sacristia. No segundo octógono, inscrevem-se a capela-mor e a sacristia ao fundo. Pelo perímetro do octógono maior, entre as paredes externas e internas, desenvolvem-se as escadarias que dão acesso ao púlpito, às tribunas da nave e ao coro. O adro da igreja também apresenta planta octogonal, formando-se a partir de um retângulo com ângulos chanfrados, em torno do qual se ergue um muro de arrimo encimado por guarda-corpo. Concebido para se ver tridimensionalmente, o conjunto organiza-se em três corpos, compartimentados frontalmente em cinco planos verticais e lateralmente em sete; sendo a trama assinalada por pilastras de ângulo em cantaria e arrematada por uma cimalha contínua. Há perfeita integração entre o edifício e seu entorno; o adro, ao mesmo tempo que valoriza a construção, convida o observador a circundá-la e a fruir seus atributos plásticos. Considerando-se a fachada principal, o adro e a escadaria de acesso ao edifício, notam-se outras fascinantes relações: o quadrado do corpo da igreja inscreve-se num triângulo eqüilátero, cujos lados correspondem à largura da fachada frontal do adro. Por sua vez, a fachada principal do templo inscreve-se num quadrado, embora apresente volumetria e envolva três planos (frontispício, primeiro e segundo tramos do octógono da nave). Esses diferentes níveis de leitura da edificação, intencionalmente previstos pelo seu conceptor, confirmam a erudição do projeto e apontam para uma mente dotada de sólida formação matemática. Tais soluções plásticas, somadas a uma complexa cobertura em abóbada de berço, implicavam em conhecimento técnico considerável, somente possível no rol dos engenheiros militares. Não se trata de mero exercício estético, mas de uma forma que se ajusta perfeitamente às necessidades do programa, utilizando criteriosamente as proporções geométricas, atrelando o processo compositivo às exigências práticas da construção.

Do mesmo período é a pequena Capela de S. José, da Ilha das Cobras, cujo projeto é atribuído ao célebre engenheiro-mor do reino Manoel de Azevedo Fortes. Construída por Manuel Vicente, na linha das igrejas de José Fernandes Pinto Alpoim e José da Silva Paes, que analisaremos a seguir, a capela tem por frontispício um corpo retangular, ao qual se somam um quadrado e a sua diagonal rebatida ("proporção deangular ou diagonal", segundo o livro I de Serlio). A altura total do frontispício é composta a partir da relação proporcional 1:2 entre largura e altura. O eixo central é demarcado pela portada de mármore de lioz, ladeada por pilastras toscanas de cantaria. O frontispício é coroado por um frontão triangular, sem cimalha, com óculo que reforça a centralidade do eixo de simetria. Situada em adro também lajeado com pedra de lioz, constitui-

se em obra esmerada no projeto e nos ornamentos, em pleno interior de uma fortaleza, evidenciando a dimensão estética envolvida nas realizações militares.

Numa escala bem maior, o projeto da Igreja de N. S. da Candelária, concebido originalmente pelo sargento-mor engenheiro Francisco João Roscio, em 1775, mescla monumentalidade e equilíbrio estético, numa fachada caracterizada pela sobreposição das ordens toscana e jônica. O conjunto compõe-se a partir de um duplo quadrado, segmentado por sete tramos verticais de pilastras duplas e dois horizontais constituídos pelo entablamento. Os elementos de cantaria ocupam quase toda a área da fachada, contrastando com os reduzidos trechos de alvenaria caiada. Os três tramos centrais do frontispício são delimitados, na parte superior, por um frontão triangular, coroado por acrotério e pináculos. As duas torres são arrematadas por sineiras de base quadrada, coroadas por terminação bulbosa e circundadas com balaustrada. O zimbório e a transformação da nave única em três naves resultam de sucessivas reformas posteriores. Originalmente, dentro do partido geral adotado pelos engenheiros, tratava-se de uma planta retangular de nave única, com corredores laterais e capela-mor profunda. O autor do projeto original foi aluno da Academia Militar de Lisboa, com destacado currículo profissional em Portugal a partir de 1762, inclusive junto ao célebre engenheiro-desenhista português Miguel Luis Jacob (1764) na *praça* de Almeida. Em 31 de maio de 1767, ele foi nomeado para atuar nas comissões de demarcação do Brasil e, em 1769, para servir no Rio de Janeiro sob as ordens do coronel-engenheiro sueco Jacques Funck, encarregado de planejar o novo sistema de defesa da cidade.

Na mesma linha dos projetos anteriores, a Igreja da Santa Cruz dos Militares foi construída entre 1780 e 1811, com assinatura do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria[13]. De todos os integrantes da Comissão do Sul da famosa expedição científico-demarcatória enviada ao Brasil por ocasião do Tratado de Madri (1750), Sá e Faria foi o que mais se distinguiu, tanto como engenheiro militar quanto como cartógrafo, arquiteto, administrador e homem de armas. Além da Santa Cruz dos Militares, foi autor do projeto das Catedrais de Buenos Aires e de Montevidéu e do Convento de São Francisco de Buenos Aires. Valia-se de sólida formação teórica como ex-*partidista* da *Academia Militar das Fortificaçoes* de Lisboa. Espelhando o profissionalismo e a erudição do seu conceptor, a fachada da Igreja da Santa Cruz dos Militares apresenta elaborada composição, com

[13] Para maiores informações sobre o engenheiro, consultar: Benedito L. de Toledo, O Real Corpo de Engenheiros da Capitania de São Paulo, 1972.

nítida inspiração na fachada de Gesú de Roma e na imagem do Livro IV de Serlio. O frontispício é formado pela sobreposição das ordens jônica e coríntia, apresentando cinco tramos no primeiro pavimento, três no segundo e, entre ambos, um entablamento encimado por larga faixa de cantaria. Volutas nas extremidades do corpo superior fazem a transição entre os pavimentos de larguras diferentes. O conjunto é coroado por um frontão triangular; as tradicionais envasaduras são substituídas por nichos nos tramos intermediários, e um jogo de claro-escuro entre cantaria e alvenaria caiada dá ritmo à composição. Guarnece a porta central um arco de cantaria encimado por um balcão com balaustrada, o qual sustentam colunas jônicas. A torre sineira, ausente na fachada, situa-se nos fundos da igreja. O traçado do frontispício deriva de um círculo dividido em dez partes, o que lhe confere proporção áurea na relação entre suas diversas partes (largura do corpo central e largura total da fachada; largura e altura do corpo central; largura dos tramos da fachada; altura do primeiro pavimento até o peitoril do balcão e altura do segundo pavimento). A fachada está inscrita num retângulo composto de um duplo quadrado. Sua planta apresenta os tradicionais elementos do partido geral adotado pelos engenheiros na composição de igrejas: nave única retangular com corredores laterais e capela-mor profunda.

Com a mesma sofisticação geométrica dos exemplos cariocas supracitados, também nos parece digno de menção o projeto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, encomendado ao engenheiro militar Manuel Cardoso de Saldanha (MOREIRA, 1998, p. 476)[14] em 1736. Trata-se de uma planta de nave única, retangular com cantos chanfrados, ladeada por capelas e flanqueada pelos inevitáveis corredores direcionados à sacristia; a planta deriva provavelmente dos "exercícios gráficos de inserção de um octógono numa oval, usuais na aprendizagem das 'Aulas Militares' (MOREIRA; ARAÚJO, 1999, p. 177). Essa tipologia teria se afirmado em Lisboa com o arquiteto João Antunes, na Igreja do Menino Deus (1711), embora suas origens estivessem no âmbito dos arquitetos-engenheiros militares, tendo sido empregada já em 1654, no Forte de São João das Berlengas, concebido por Mateus do Couto, sobrinho do homônimo arquiteto e lente da *Aula de Architectura* do Paço da Ribeira. A Igreja de N. S. da Conceição da Praia foi concebida em Lisboa e seu frontispício em pedra de lioz, montado em Salvador pelo mestre pedreiro lisboeta Eugénio da Mota. O frontispício é dos mais excepcionais conhecidos no Brasil, apresentando duas torres losangulares salientes, como na Igreja de

---

[14] O projeto apresenta data anterior ao período de serviço desse importante engenheiro militar português na Bahia (1749-1767).

N. S. da Piedade de Elvas, construída em 1753, concomitantemente à obra de Salvador.[15]

No que diz respeito à qualidade gráfica dos projetos de arquitetura religiosa feitos por engenheiros militares, cabe destacar o *Plano da obra do hospicio dos padres Barbonios,*[16] assinado por "*Jozé Frz Pto Alpoym*" (1740) e o desenho para a Igreja Matriz de Desterro[17] (Florianópolis), feito por José da Silva Paes (1747). Aparentemente simples, tratam-se de igrejas com lógica compositiva erudita, frontispício contínuo ladeado por pilastras toscanas, coroado com um frontão triangular sem cimalha e interrompido por um óculo que, junto da portada, marca o eixo de simetria. São fachadas austeras e simples, bem ao gosto dos engenheiros militares.

Tal como o da Capela de São José, na Ilha das Cobras, o frontispício da Igreja do Hospício dos Barbônios está inscrito num retângulo, composto de um quadrado e sua diagonal rebatida.

Também o frontispício e as torres da Matriz do Desterro estão inscritos num retângulo, composto de um duplo quadrado. É interessante observar a modulação presente na planta de Silva Paes, com base num quadrado de 30 x 30 palmos (6,6 x 6,6 m), bem como o fato de a nave e o vestíbulo de entrada inscreverem-se num retângulo composto de um quadrado e sua terça parte, em *proporção sexquitertia*. A distância da porta de entrada ao altar-mor corresponde à diagonal do quadrado maior no qual se inscrevem a capela-mor, a tribuna, a sacristia, a "caza da fabrica", a sacristia das Irmandades do Santíssimo, a Casa do Consistório e o transepto. Assim como o Palácio dos Governadores, citado anteriormente, a igreja compõe a principal praça de Florianópolis até hoje, embora com as torres e o frontispício alteados.

Ao destacar a multifaceta atuação dos engenheiros militares no Brasil, com foco no meio urbano, convém não esquecer que a maioria dos aqui mencionados era de origem portuguesa ou estrangeiros contratados pela Coroa. A árdua tarefa de trabalhar nas Conquistas Ultramarinas, longe da família e em clima inóspito, condicionava uma permanência de no máximo cinco anos para a maioria deles. Claro que houve exceções à regra e muitos aqui ficaram a vida toda. Além disso, assim como o baiano José Antônio Caldas, muitos foram os engenheiros nascidos no Brasil, formados nas

15 Germain Bazin. A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil, 1952, vol. I , p. 165-166 e 171 e vol. II, prancha 46. Projetada em 1736, a obra teve grande impulso em 1758, sendo concluída em 1765.

16 AHU – Rio de Janeiro n. 1095. Anexo ao Ofício de 29 abr. 1740, Documento n. 10.418 Inventário Castro e Almeida, Rio de Janeiro. AUH- Cartografia antiga n. 1095.

17 AHU – Santa Catarina – Cartografia Antiga – n. 1216-1220.

Academias Militares regionais, aqui atuando com destaque. Ao contrário do que pensamos hoje, tratam-se de profissionais extremamente eruditos e qualificados, com senso estético apurado, além de um notável rigor técnico para execução de obras de grande envergadura. Foram os arquitetos que o Brasil não teve, atuando junto dos mestres de ofício, e com eles, aclimatando formas arquitetônicas ao saber das circunstâncias materiais da Colônia. O resultado é um conjunto de obras primorosas nos mais diversos campos – Arquitetura, Engenharia, Urbanismo e Cartografia – que vale a pena conhecer e apreciar.

Figuras



Figura 01: "Palace Square, Rio de Janeiro, 1808". A aquarela anônima representa o Largo do Carmo, no Rio de Janeiro (atual Praça XV de Novembro), após a remodelação do cais projetada pelo engenheiro Jacques Funck, em 1789, e a construção do novo chafariz pelo Mestre Valentim. Demonstra a parceria entre os dois principais profissionais atuantes no meio urbano no Brasil – engenheiros militares e mestres de ofício. Foram eles os arquitetos que a Colônia não teve. Fonte: FERREZ, Gilberto. A Praça 15 de Novembro, antigo Largo do Carmo. RJ: Riotur, 1978. Capa. Aquarela de autor Anônimo.



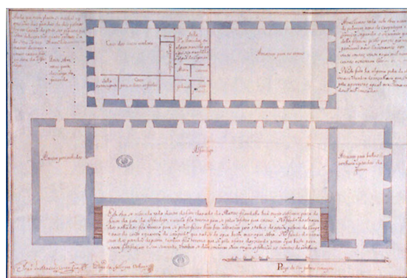


Figura 02: Terreno designado, no Forte do Matos, para construção da nova Alfândega.
Figura 03: Planta da nova Alfândega.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



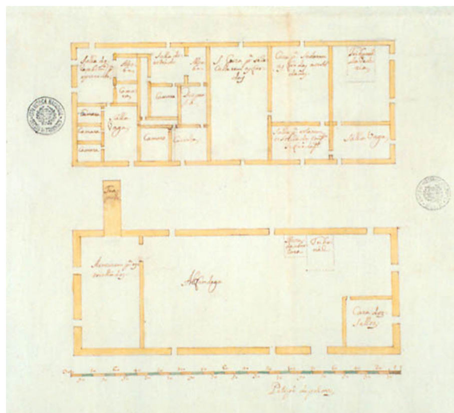


Figura 04: Mapa do novo levantamento do sítio para construção da Alfândega.
Figura 05: Projeto da Alfândega.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

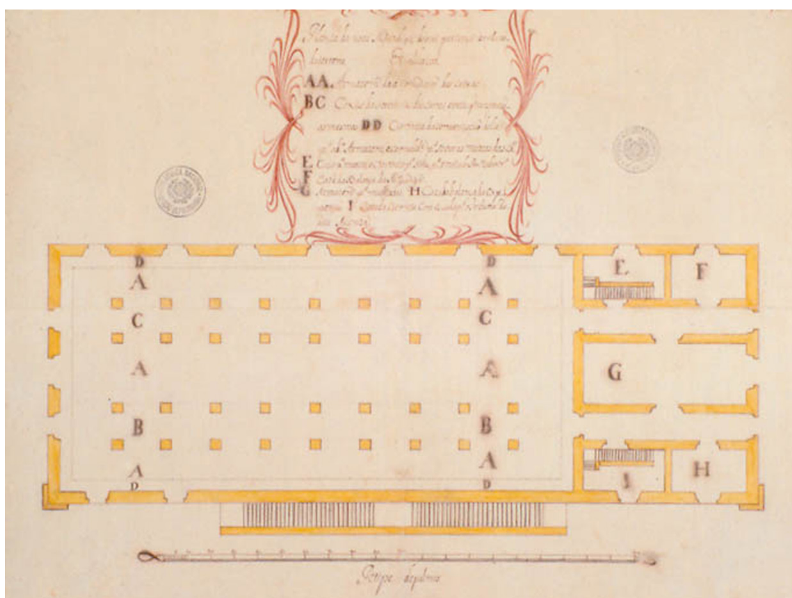


Figura 06: Projeto de F.X.R. Terceiro projeto para a Nova Alfândega, datado genericamente do Século XVIII. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

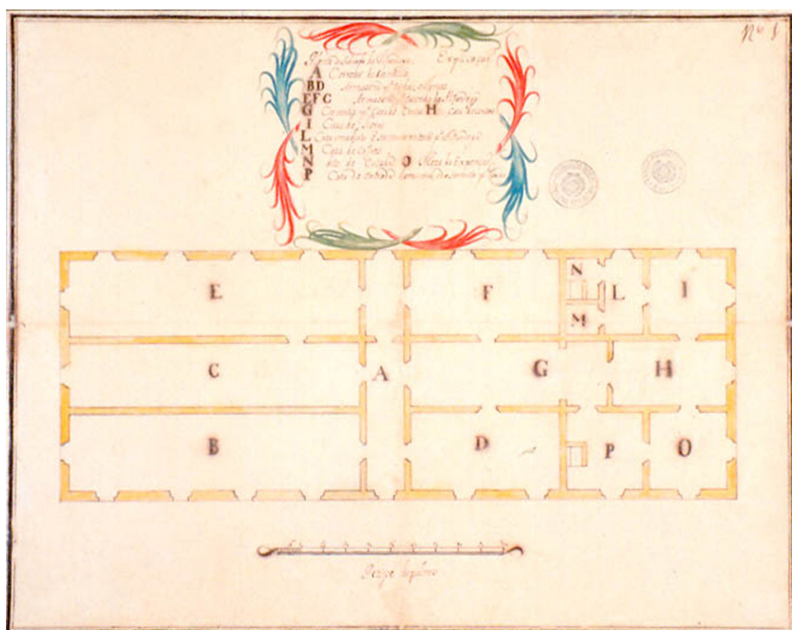


Figura 07: Projeto de F.X.R. Terceiro projeto para a Nova Alfândega, datado genericamente do Século XVIII.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

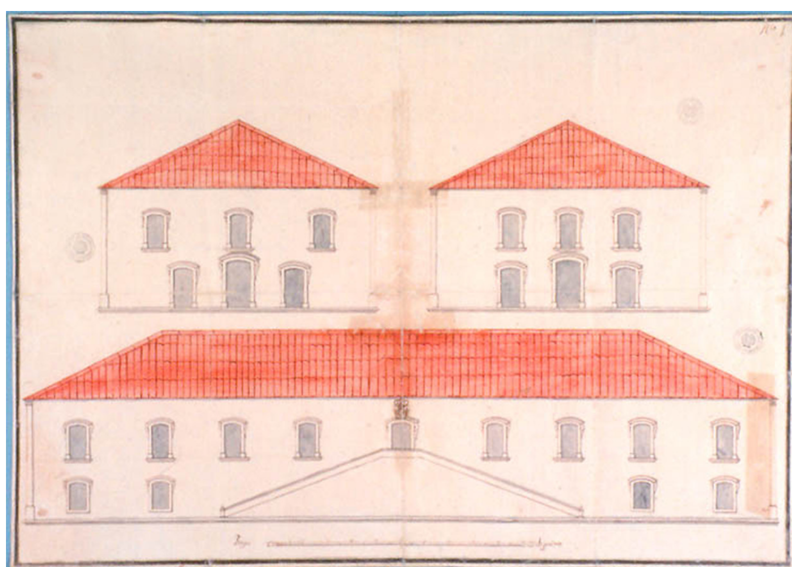


Figura 08: Projeto de F.X.R. Terceiro projeto para a Nova Alfândega, datado genericamente do Século XVIII.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Sandra. **Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ/MinC-IPHAN/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1999, vol. 2.

ARAÚJO, Renata M. de. **"Engenharia Militar e Urbanismo".** In: MOREIRA, Rafael (dir.). **História das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Lisboa, Alfa, 1989.

ARAÚJO, Renata M. **As Cidades da Amazónia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão.** Porto, FAUP Publicações, 1998.

BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Record, 1952, vol. 1-2.

BUENO, Beatriz P. S. **"Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares". Oceanos [A construção do Brasil urbano]**, 41, 2000, p. 40-58.

BUENO, Beatriz P. S. **Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822).** Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2001 (versão revisada 2003). No prelo.

BUENO, Beatriz P. S. **"Os Exercícios dos Alunos da Aula Militar da Bahia nos Tempos de José Antônio Caldas (1779)".** In: OLIVEIRA, Myriam A. R. de & PEREIRA, Sônia G. (org.). **Anais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte.** Rio de Janeiro, CBHA/PUC-Rio/UERJ/UFRJ, 2004, vol. 1.

BUENO, Beatriz P. S. **"Formação e metodologia de trabalho dos engenheiros-militares: a importância da 'ciência do desenho' na construção de edifícios e cidades".** In: TEIXEIRA, Manuel (org.). **A Construção da Cidade Brasileira.** Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

BUENO, Beatriz P. S. **"A Produção de um Território Chamado 'Brasil'**. In: ANTUNES, Ermelinda (cur.). **Laboratório do Mundo: Idéias e Saberes do Século XVIII.** São Paulo, IMESP/ Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2004 (Catálogo de Exposição).

BUENO, Beatriz P. S. **"Decifrando Mapas: Sobre o Conceito de "Território" e suas Vinculações com a Cartografia". Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 10/11, p. 155-194, 2004.

FERREZ, Gilberto. **A praça 15 de Novembro, antigo Largo do Carmo.** Rio de Janeiro: Riotur, 1978.

IRIA, Alberto. **IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**. Inventário geral da Cartografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica). Separata de STVDIA, n. 17, abril 1966.

FORTES, Manoel de Azevedo. **O Engenheiro Portuguez.** Lisboa, 1728 e 1729. Tomos I e II.

KUBLER, George. **Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706.** Lisboa, Vega, 1988.

MOREIRA, Rafael. **"A Arte Luso-Brasileira: Modelos, Síntese, Autonomia".** In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa.** Navarra, Círculo de Leitores, 1998, p. 463-493, vol. 3.

MOREIRA, Rafael & ARAÚJO, Renata Malcher de. **"A Engenharia Militar do Século XVIII e A Ocupação da Amazónia".** In: Amazónia Felsínea. António José Landi. **Itinerário Artístico e Científico de Um Arquitecto Bolonhès na Amazónia do Século XVIII.** Lisboa: CNCDP, 1999, p. 173-195.

MOREIRA, Rafael; BUENO, Beatriz P. S. **"O Desenho de Arquitetura Militar: Tipologias e Usos".** *In*: **Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Faro**, Universidade de Algarve, 2002, p. 15-26.

REIS FILHO, N. G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: FAPESP/ EDUSP, 2000.

SEGAWA, Hugo. **"O Jardim Botânico de Ouro Preto".** In: **Ao amor do público. Jardins no Brasil.** São Paulo: Fapesp/ Nobel, 1996.

SILVA-NIGRA, D. Clemente M. da. **"Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil".** RSPHAN, 9, 1945, p. 9-84.

SMITH, Robert C. **"Arquitetura Jesuítica no Brasil".** Cadernos de Pesquisa do LAP. São Paulo, FAU-USP, 1998 (Texto publicado originalmente In: The Art Bulletin, 30(3), 1948).

TOLEDO, Benedito Lima de. **O Real Corpo de Engenheiros da Capitania de São Paulo.** São Paulo, Tese de Doutorado, FAU-USP, 1972.

A tradição religiosa e os aspectos do simbólico no cotidiano da vida urbana de uma vila no Brasil do século XIX: o caso de Vitória

Nelson Pôrto Ribeiro[1]

Introdução

Na região do Espírito Santo, no alvorecer do século XIX, havia apenas uma aglomeração humana que se aproximava de possuir aquilo que denominaríamos hoje como possuindo uma vida urbana; a Vila da Vitória, e mesmo assim esta afirmação só deve ser aceita com reservas. De acordo com o historiador Luís Felipe dos Santos Neves: "*Nem mesmo em Vitória (...) existia uma cultura urbana que já se pudesse considerar sedimentada*" (SANTOS NEVES, 2002, p. 20).

As demais aglomerações existentes na Capitania – cinco vilas e seis povoados de acordo com o governador Rubim (2003) - possuíam características exclusivas de vilarejos rurais. Estes aglomerados urbanos eram compostos de construções que mostravam uma precariedade de meios que nos faz crer tratar-se predominantemente de choupanas de pau-a-pique, de acordo com os testemunhos: o naturalista Saint-Hilaire que por aqui esteve em 1818, enfatizou que "*a pretensa vila de Itapemirim é somente um lugarejo composto, se tanto, de 60 casas, na maior parte cobertas de palha e nas mais deploráveis condições. Essas cabanas formam uma única rua muito curta* (com) *a praça inacabada*" (1974, p. 45). Já o Bispo Coutinho, nas anotações da sua visitação de 1819, observou que em Linhares "*todos os quatro lados da mesma praça estão cheios de casas de palha*" ou que Viana era constituída de "*umas quatro ou cinco moradias de casas de telha e caiadinhas* (...) *porque as demais são barracos de barro e palha*" ou, ainda, que Nova Almeida era conformada por uma grande praça "*mas com todas as casas térreas feitas*

1 Professor Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do ES. Pesquisador do CNPq.

de barro, e cobertas de palha, e só quatro cobertas de telha" (COUTINHO, 2002, p. 131).

As práticas construtivas empregadas nestas vilas e povoados denotam não apenas uma carência de material adequado para a construção civil, mas também a ausência de mão de obra especializada. Com exceção de Vitória, onde a presença de mestres construtores qualificados parece atestada pela qualidade da arquitetura remanescente[2], nas demais localidades a utilização invariável do "barro e palha" demonstra que a população tinha que lidar ela mesma com a edificação das suas residências. Em Linhares, Coutinho observou que "*há falta de ofícios mecânicos, especialmente oleiros, ferreiros etc.*" (COUTINHO, 2002, p. 70). Ao longo de todo seu trajeto, da Bahia até Linhares, o Bispo do Rio de Janeiro só viu uma única olaria (p. 82).

Mesmo para as obras institucionais o governo da Província tinha enorme dificuldade em encontrar recursos e mão de obra qualificada, em especial quando se tratava das obras de engenharia e de infraestrutura, como estradas e pontes, e no mais das vezes dependia da boa vontade de abastados moradores locais que aceitassem a responsabilidade da empreitada sem onerar os cofres governamentais. Ao longo de todo o século, a ausência de profissionais qualificados se faz sentir nos relatórios governamentais. Apenas a partir da segunda metade do século XIX aparece a figura do engenheiro de Província, a princípio um engenheiro-militar designado pelo Governo imperial, em seguida um engenheiro civil contratado pelo Governo provincial (RIBEIRO. 2019. p. 245). À medida que o século vai terminando a presença desses profissionais qualificados se faz mais ativa na vida pública, de forma a se poder falar que atingem mesmo os mais altos cargos administrativos da Província na passagem do século XIX para o XX.

No início do século toda a região do interior da Capitania desconhecia colonização, durante muito tempo, os assentamentos dos colonizadores portugueses reduziram-se exclusivamente a povoações litorâneas ou próximas do litoral deixando de lado o interior em meio a uma espessa mata atlântica e onde habitavam índios hostis que sem dúvida ofereciam resistência poderosa ao processo de assentamento do português. O Bispo Coutinho, que fez visitações pastorais na região em 1812 e 1819 pelava-se

2 E não só: estudos recentes de nossa autoria confirmam que apenas Vitória ao longo do século XIX, e Cachoeiro de Itapemirim mais para o final do mesmo século, tinham profissionais qualificados para a construção civil em geral. A este respeito ver: RIBEIRO. 2019.

de medo dos botocudos antropófagos, numa carta dirigida a D. João VI assinalava que este "*é o país*[3] *mais despovoado que tenho visitado em toda a extensão da diocese do Rio de Janeiro*[4]*, e o mais infestado de gentios bravos e malfazejos, que talvez haja em todo o Brasil*" (COUTINHO, 2002, p. 123). Ainda no início da segunda metade do século a situação parece não ter se modificado consubstancialmente, pois o viajante suíço Tschudi, em 1860, escrevia: "*o interior da Província é em sua maior parte coberto por uma selva densa, bastante montanhoso e habitado por grupos dispersos de índios selvagens*" (TSCHUDI, 2004, p. 60).

Sabe-se que foi uma política explícita da coroa lusa durante todo o século XVIII de impedir a colonização do interior da região como forma de dificultar o acesso aos cobiçados minérios situados nas Gerais, obtendo dessa forma um controle mais efetivo do escoamento das riquezas que se faziam apenas por porto localizado na Capitania do Rio de Janeiro. No início do século XIX com a decadência da mineração e a vinda da família real para o Brasil esta política modificou-se, a partir em especial da proposta de tornar o rio Doce viável à colonização e à navegação comercial até o interior (SANTOS NEVES, 2002, p. 21); política essa que foi acompanhada por uma prática de colonização e fixação de migrantes na qual se utilizou em 1813 de colonos provenientes dos Açores (COUTINHO, 2002, p. 131).

A carência material na Província refletia a situação de uma economia rudimentar. Toda a produção existente nestes povoados era exclusivamente agrária e, sobretudo, baseada na monocultura. A Vila de São Mateus, provavelmente na época a segunda maior aglomeração urbana da Província depois da capital, assim como o maior porto do litoral brasileiro na extensa região que ia da cidade do Rio de Janeiro até a cidade de Salvador, em 1819 não produzia outra coisa que mandioca (COUTINHO, 2002, p. 123). A precariedade da vida urbana destes vilarejos fica muita bem expressa por uma observação do Bispo Coutinho acerca da Vila de Linhares: "*sente-se* [aqui] *uma falta geral de quase tudo quanto é necessário para a vida!*" (COUTINHO, 2002, p. 70).

Evidentemente a precariedade material acompanhava a precariedade da estrutura urbana e das suas construções arquitetônicas. A carência de material de construção de qualidade assim como de mão de obra qualificada marcava indelevelmente a cidade, os seus edifícios e o seu espaço público, assim como as suas representações e simbolismos: é

3 Coutinho utiliza o termo "país" no sentido de "região", tal como era comum ainda no século XIX; ver por ex. Moraes e Silva. **Diccionario da língua portuguesa**. 1831. [v. II].

4 Na época, a região do Espírito Santo pertencia à Diocese do Rio de Janeiro.

certo que a complexidade do rito não está necessariamente vinculada à riqueza material com a qual se expressa, é certo também que dentro da própria igreja católica, correntes distintas propugnaram abordagens antagônicas em relação à presença do luxo nos ofícios religiosos, mas não é menos certo que a riqueza que uma grande capital barroca acumulava, e expressava através dos seus rituais – como foi o caso de Roma – marcava indelevelmente a cultura e o espaço urbano de sua cidade.

Sabe-se que o espaço, para o homem das sociedades religiosas, é fortemente marcado pela hierofania e pelo ritual; as ruas, as praças e mesmo as construções civis são prenhes de significados transmitidos por força de uma concepção de mundo que instrumentaliza a natureza e vê tudo como *symbolum*, como desígnio do divino a ser decifrado.[5] A sociedade brasileira no limiar do século XIX ainda estava impregnada destas práticas as quais o pensamento do iluminismo, avesso a todo simbolismo místico, em breve viria fortemente fustigar, terminando com uma concepção religiosa da vida cotidiana e separando em esferas distintas e estanques a vida religiosa da vida laica.

O propósito do presente texto é o de examinar como a sociedade capixaba dos primórdios do século XIX, transitando de uma situação de completa dependência política como o foi a do antigo sistema colonial, para outra em que a iniciativa privada - em especial a das castas mais elevadas - se fazia presente, participando mais ativamente da vida pública, comportava-se em relação ao espaço da sua urbe, e principalmente como inseria este espaço no imaginário religioso e simbólico que produzia. A crer nos seus primeiros cronistas a Vila da Vitória foi construída sob o signo da cruz e da espada: o espaço desta primitiva vila – ainda fortemente presente na cidade do século XIX - seus significados assim como práticas rituais geradas, são o objeto do presente estudo.

Aspectos formais da Vila da Vitória ao longo do século XIX

Apesar das condições desfavoráveis para o florescimento de uma cultura artística, a Vila da Vitória costumava impressionar positivamente os visitantes e estrangeiros que a visitavam desde o final do século XVIII. Na Vila, onde havia material lítico de boa qualidade e em quantidade suficiente para a construção, e onde, segundo os viajantes, a cal não faltava, as construções eram assobradadas, predominantemente em pedra e cal, caiadas e telhadas, pelo menos é o que nos atesta a iconografia histórica:

5 A este respeito ver ELIADE, Mircea. **Le sacré et le profane**. Paris: Gallimard, 1965. (ver especialmente o 1º capítulo).

desde a perspectiva da cidade de 1767, executada com rigor, através de câmara-escura, pelo engenheiro militar José Antônio Caldas, até as inúmeras fotografias do século XIX assim como aquelas do início do XX que mostravam edificações sendo demolidas para a abertura das novas Avenidas.

Situada numa extensa ilha, no interior de uma estreita baía, em situação de anfiteatro entre a mata e a montanha, a Vila da Vitória no limiar do século XIX não tinha mais do que quatro mil habitantes numa freguesia que contava com cerca de doze mil almas entre brancos, pardos, negros e índios. Apesar das proporções modestas da Vila, Saint-Hilaire comentou que os capixabas "*cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa*" (SAIN-HILAIRE, 1974, p. 45). Cerca de um ano após, o Bispo Coutinho fez coro com o viajante francês escrevendo que a Vila mostrava "*muitas casas nobres de dois e três andares, igrejas, torres, e sobretudo o magnífico colégio dos jesuítas*" (COUTINHO, 2002, p. 115). Também Saint-Hilaire havia louvado esta edificação entre todas as demais: "*O mais belo adorno da capital do Espírito Santo*" dissera ele, "*é, sem contestação, o antigo convento dos jesuítas, hoje palácio do governador*" (SAIN-HILAIRE, 1974, p. 41).

De fato, o Colégio - com as suas duas torres - sobressaía junto com a igreja Matriz e as instalações conventuais de franciscanos e carmelitas como sendo as grandes referências arquitetônicas da Vila. Nisso Vitória não diferia das demais cidades portuguesas espalhadas pelo império luso onde a construção religiosa mostrava predominância sobre as edificações civis e administrativas, com raras exceções para algumas edificações de caráter militar. Na relação do Bispo Coutinho, havia na Vila:

> dez igrejas públicas. A matriz que é magnífica[6], posto que ainda não esteja acabada, nem tenha torres, nem sacristia; a capela do colégio, que é excelente; Nossa Senhora da Conceição (da Praia); Santa Luzia; o Rosário dos pretos; o convento de São Francisco (...) a capela dos terceiros dentro dele (...); a igreja do Carmo (...); a capela dos seus terceiros (...) a igreja de São Gonçalo e a igreja da Misericórdia (COUTINHO, 2002, p. 114).

Ora, esta conformação tradicional, na qual o casario assobradado é dominado pelas principais edificações religiosas subsistiu praticamente até as primeiras décadas do século XX, ainda que a esta

6 Esta observação é da visita de 1812, na visita de 1819 Coutinho volta a designar a matriz como "grande e magnífica" (2002, p. 124).

época a cidade não estivesse mais enquadrada nos limites coloniais - jesuítas e igreja do Rosário nas extremidades laterais, franciscanos e Baía aos fundos e à frente - e que já tenha se expandido, em especial, através da linha da costa. Fotografias das primeiras décadas do século XX mostram uma Vitória ainda muito próxima daquilo que, podemos supor, os viajantes do início do século XIX devem ter vislumbrado.

Vitória e o espaço público: o sagrado, o profano e o laico

No limiar do século XIX em Vitória não existia ainda aquilo que os estudiosos do urbano chamariam de um espaço público propriamente dito: local privilegiado para o exercício da cidadania. De forma muito arguta Saint-Hilaire observou que a vila era desprovida de um tipo muito especial de "*ornato: não possui, por assim dizer, qualquer praça pública, pois a existente diante do palácio é muito pequena, e com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga (diante) da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia*" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 41).

O viajante ilustrado - oriundo de regiões onde o pensamento do iluminismo já estava estabelecido e onde as fronteiras que separam as esferas do público e do privado, do religioso e do laico, já estavam suficientemente delineadas - procurava no contexto da vila aquilo que em Europa caracterizava o coração da cidade, a praça pública com função de Ágora, local do exercício da cidadania; evidentemente frustrava-se pois a vila ainda refletia em termos da sua distribuição espacial uma organização pré-iluminista na qual as fronteiras mencionadas não são delineadas e que tinha como principais referências edificadas os seus templos religiosos, tendo também as suas ruas e praças nomeadas de acordo com os santos mais populares e voltadas fundamentalmente para a realização de práticas e rituais derivados dos ofícios litúrgicos. O espaço público na Vitória do século XIX ainda era um espaço fundamentalmente sagrado.

Para o homem de religiosidade tradicional, observa Mircea Eliade, não existe um espaço profano propriamente dito - o profano é o desconhecido - todo o espaço no qual este homem habita é investido de sacralidade, ainda que em níveis diferenciados. É neste sentido que devemos procurar entender a cidade portuguesa na América, e é neste sentido também que procuraremos explicar Vitória ainda no desenrolar do século XIX, este século tão cheio de paradoxos que se inicia em 1808 com o fim do

antigo sistema colonial e finaliza com a implantação da República em 1889. No decorrer dele, desaparecem as ultrapassadas amarras mentais, desmorona-se o que sobrou do Antigo Regime e tudo aquilo que o acompanhava incluindo o sistema do Padroado no qual estado e igreja estavam intimamente irmanados e onde "*prelados e padres estavam muito mais ligados a uma 'religião de Estado', que tinha no rei o seu pontífice máximo, do que à "religião de Roma*"" (SANTOS NEVES, 2002, p. 21).

Em Vitória, como na maior parte das demais vilas do Brasil colonial, observa-se que o espaço público foi fundamentalmente conformado pelas instituições religiosas, são elas que estabeleceram os limites da cidade, influenciaram o traçado de suas ruas e praças, impuseram uma hierarquia nos percursos viários e investiram de significados simbólicos os ambientes e os artefatos da topografia urbana. Esta construção de significados não se fez sem a ajuda do ritual, foi ele o principal responsável por esta imensa construção de subjetividade em que se constituiu a formação cultural do ocidente cristão.

Na América portuguesa, estes rituais que se realizaram no espaço externo da cidade basicamente restringiram-se a dois tipos; a Procissão e a Entrada, ambos de caráter religioso apesar da aparência laica do segundo, e ambos fundamentados na prática da deambulação a qual se dava cumprindo um percurso processional específico no espaço da urbe. Este percurso nunca era escolhido ao acaso, e no qual parece não ter havido ao longo dos anos variações, era um trajeto que expressava relações de poder e de hierarquia entre as ordens e confrarias entre si, mas também à submissão de todas elas ao poder temporal da coroa.

Os percursos processionais na Vila da Vitória

A Procissão

Nas cidades da América portuguesa a Procissão de caráter religioso era sem dúvida a festa de maior presença. Referindo-se ao Rio de Janeiro do final do século XVIII - referência que acredito podermos estender sem grandes reservas às demais cidades da América lusa – o viajante inglês Barrow observou que não se passava um dia sequer;

> sem que se visse uma procissão funerária acompanhada por padres carregando tochas e entoando seus cânticos solenes, assim como também uma única noite sem que o santo do calendário, ou a Virgem sagrada (...) deixassem de ter suas imagens carregadas por toda a cidade, com o acompanhamento de soldados padres e músicos. (BARROW, 1806, p. 98).

Numa sociedade onde uma religiosidade de tipo tradicional somava-se a uma carência generalizada na vida cultural, não é de se estranhar que a Procissão atingisse a popularidade e a força que teve nas distintas camadas da população americana. É possível que essa atração fosse também herança da cultura de nossos colonizadores. Tecendo observações sobre os aspectos lúdicos da Procissão na cultura lusa, Link, um alemão que esteve em Lisboa por volta de 1799 observou: "*Entre as diversões públicas* (...) *é necessário não esquecer os exercícios de religião, que para os portugueses contam como tais* (...) (aqui), *seguem-se as procissões como se corre a ópera*" (LINK, 1805, p. 286).

Não devemos nos esquecer também do papel modelador e coercitivo que tinham estes rituais na sociedade do Antigo Regime, em especial através daqueles relacionados com o Santo Ofício e intitulados "Autos de fé". É certo que nas primeiras décadas do século XIX a Inquisição definhava no mundo luso - ela foi extinta em 1821 - não é menos certo, entretanto, que o caráter pedagógico da Procissão tenha persistido muito além desta data: caráter pedagógico que se expressava não apenas através da ilustração da vida dos santos e do convite à uma imitação, mas também daquilo que podemos entrever como uma forte aliança entre Estado e Igreja no sentido da manutenção da ordem e do status vigente: o absolutismo monárquico. Não apenas os representantes do poder temporal caminhavam à frente da procissão juntos com os representantes do poder eclesiástico, como também toda a disposição processional era feita de forma hierárquica exprimindo a forte divisão em estamentos existente na sociedade.

O primeiro percurso processional que identificamos na Vila nos parece definir a sua artéria principal, e nos é informado pelo Bispo Coutinho: "*Paramentei-me de pluvial*[7] *na capela do Colégio, donde saí em procissão para a Matriz* (acompanhado por) *todas as irmandades, clérigos e frades*". Este percurso, muito significativamente conectava o antigo Colégio dos Jesuítas com a Igreja Matriz, passando em frente da igreja da Misericórdia assim como diante da Casa de Câmara e Cadeia, ou seja, os dois principais templos religiosos da cidade nas extremidades do percurso – sendo que o primeiro destes templos agora transformado em capela do palácio governamental, ambos, prestando as devidas vênias ao longo do trajeto à sede do poder civil e ao seu atributo de autoridade assim como máximo paradigma pedagógico da época; o pelourinho.

7 A pluvial é a capa que o sacerdote utiliza para fazer aspersões (Houaiss eletrônico).

O professor Walter Rossa gentilmente chamou a atenção para a característica de platéa da área situada entre a Igreja da Misericórdia e a Casa de Câmara e Cadeia, que é uma palavra latina que designa "*rua larga e praça pública*" (Houaiss eletrônico), ou seja, um conceito que define uma situação característica do urbanismo medieval onde ainda não estavam claros os limites entre uma rua larga e uma praça pública. No período colonial esta região era chamada de Largo da Misericórdia (ELTON, 1986) e, ao final do século XIX, praça Pedro Palácios.

Com certeza havia outros trajetos processionais instituídos na Vila de Vitória: procissões importantes do mundo luso em geral eram as procissões d'el Rey e a de Corpus Christi, esta última considerada por alguns viajantes a mais magnífica festa da cristandade ibérica, assim como também procissões próprias da Vila e de seus santos principais: as festas de São Benedito, por exemplo, que eram de grande popularidade na vila no século XIX, organizada pela irmandade de mesmo nome, e que iniciava com missa na Véspera, voltando a ter missa no dia seguinte de manhã e procissão à tarde "*pelas ruas de costume* (...) *finalizando à noite com Te Deum e Magnificat*" sucedidos por fogos de artifício (**Correio da Vitória**, 19.05.1849, p. 4). A Procissão da Padroeira da Vila – N. Sra. da Victoria – que era organizada pela Camara Municipal, a qual criava também, para os festejos, "*alguns divertimentos públicos*" (**Correio da Vitória**, 12.09.1849, p. 4). Já a Procissão do Senhor dos Passos, pela sua importância, obrigatoriamente nela deviam ser "*rendidas as guardas de palácio, cadeia, etc. desta cidade*" (**Correio da Vitória**, 28.02.1849, p. 1). Em geral, por determinação superior, os corpos de guarnição disponíveis na Vila deviam acompanhar as procissões programadas (**Correio da Vitória**, 13.02.1864, p. 2).

Ainda no final do século XIX a Procissão como ato de fé e de solicitação de Graça se perpetuava: no ano de 1895 por exemplo, em que a cidade foi tomada por uma epidemia de varíola, os rituais sagrados de exorcização da doença passaram pela devoção de N. Sra. da Conceição da Prainha através de "*missa de penitência e procissão*" (**Estado do Espírito Santo**, 25.08.1895. p. 02.) e posteriormente, de missa de júbilo pela "*extinção da epidemia*" (**Estado do Espírito Santo**, 12.04.1896).

No momento nos falta documentação para precisar melhor cada um desses percursos, mas é sabido que cada confraria, cada ordem religiosa, tinha a sua festa, o seu ritual e o seu roteiro a ser feito, o que estabelecia sobre o traçado da cidade uma rede de trajetos que sacralizavam suas ruas, periodicamente renovavam o ritual de unidade

entre a coroa e a igreja, e simbolicamente tomavam posse da vila para estas duas instituições.

A Entrada

O segundo dos rituais que vamos examinar é a Entrada. Trata-se de uma festa laica que teve sua origem na Idade Média, festa pública onde com grande pompa e aparato o rei, através de um percurso processional, tomava posse simbólica da cidade de seu reino.

A Entrada em Portugal realizava-se em duas situações específicas: quando o Rei visitava alguma província de seu reino ou quando recebia, pela primeira vez na sua capital, a sua nova consorte (FERREIRA, 1709, p. 4). O Antigo Regime - observa Starobinski – "*era pródigo em festas públicas,* (...) *sob o comando dos melhores arquitetos, construía-se, por poucas horas, um décor de teatro em plena rua, arcos de triunfo, figuras alegóricas, fontes de vinho*" (STAROBINSKI, 1994, p. 87). O povo era chamado a participar de uma festa que, como numa grande procissão, desfilavam organizadamente os guardas, os oficiais, os nobres e príncipes, e onde tudo "*se acabava nas iluminações e nos fogos de artifício. Obras de arte efêmeras e movediças, das quais os gravadores nos legaram alguns instantâneos*" (p. 87).

Na América portuguesa onde essas festas com a presença do rei evidentemente não tiveram curso – com exceção do curto período em que a corte se instalou no Rio de Janeiro - as Entradas parecem ter se desenvolvido principalmente em torno dos Bispos enquanto os mais altos dignitários eclesiásticos existentes no território americano assim, como também, representantes da monarquia.

Em Portugal, essas festas costumavam ser seguidas de uma ou várias publicações que relatavam os acontecimentos assim como descreviam minuciosamente o décor, para as festas na América, infelizmente não tivemos tanta profusão de documentos e estes restringem-se a festividades acontecidas em Salvador e no Rio de Janeiro, mas ficamos sabendo, pelo relato da visitação do Bispo Coutinho na segunda década do século XIX que esta prática ainda estava em uso e que em cada vila da capitania do Espírito Santo por onde passou ele teria sido honrado com um arremedo de Entrada: quando em Guarapari, no ano de 1812, escreveu ele: "*me fizeram as honras da Entrada no dia 8 à noite; foguetes, luminárias etc*" (COUTINHO, 2002, p. 51), já em 1819 quando em São Mateus, apesar da gente que o tinha vindo receber com "*velas acesas, com muitas luminárias, com muitos tiros e salvas da terra e das embarcações, com foguetes etc*" (p.

58) não pode, por motivos de cansaço, fazer a Entrada se não dois dias depois.

> no dia 02 de janeiro dei a minha Entrada pública nesta freguesia (de Itapemirim) que em 1812 era uma aldeia, e já hoje é uma vila ainda muito bamba. Consistiu ela em me virem buscar à casa, que era na praça, os juízes e vereadores, todos de suas varas (...) com o alcaide de varinha torcida na algibeira, (...) e mais homens ricaços, uma cruz, com vários negros descalços com opas brancas de São Benedito, e fomos todos em charola por meio da lama (...) (até o) monte em que está a matriz (COUTINHO, 2002, p. 150-151)

Parece que a Entrada acontecida em Vitória no ano de 1819 foi de todas as prestadas em honra de Coutinho a que mais se aproximou das antigas festas do Antigo Regime, em muito similar, por exemplo, a que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1747 quando da Entrada do Bispo Malheiro, na qual após a procissão percorrer as ruas ricamente ornadas até a catedral, seguiu-se comemorações com fogos e três dias de luminárias (CUNHA, 1747). Contudo, a Entrada de Coutinho em Vitória foi mais comedida, pelo relato deste último parece não ter havido a construção efêmera dos Arcos triunfais construídos no Rio de Janeiro:

> Desembarcamos no cais do Palácio do Governo (...) Estava no cais o governador (...), o ouvidor (...), os dois juízes ordinários, que são presidentes da câmara, e todos os vereadores de capa e volta (...) e outras pessoas da nobreza; o regimento de Infantaria de Milícias, e a Companhia de Linha (...) fazendo filas pelas ruas até a matriz. A procissão solene preparou-se e saiu da capela dos jesuítas, hoje Palácio do Governo; houveram alguns foguetes, algumas flores pelas ruas, janelas (festivamente) armadas (...) me salvou o novo e belo parque de Artilharia com salvas reais de 21 tiros; e finalmente (houve) três dias de luminárias. (COUTINHO, 2002, p. 108-110).

Este segundo percurso processional desenvolvido pela Entrada do Bispo na verdade é uma variante do primeiro, ele começa no cais das colunas – principal porta da cidade para quem vem de fora – e leva à Matriz, passando pelo Palácio do governo. Ele reafirma a predominância do eixo jesuítas-matriz anteriormente examinado.



Fig.01. José Antônio Caldas. **Planta da villa da Victoria**... (parte). cópia de 1860. (BNRJ. Cartografia 530868). Trajeto da Entrada do Bispo Coutinho: 1. Cais das Colunas; 2. Capela Nacional (Capela dos jesuítas); 3. Igreja da Misericórdia; 4. Casa de Câmara e Cadeia; 5. Matriz.

Trajeto similar cumpriu o imperador Dom Pedro II quando visitou a Província em 1860, nesta época não se foi até a Matriz – local de remate dos dois percursos examinados anteriormente – porque a edificação encontrava-se em estado ruinoso (BONICENHA, 2004, p. 66), mas a Entrada de Pedro II - com certeza mais elaborada que a de Coutinho - teve a presença de arcos triunfais monumentais como aquele construído pelos comerciantes no alto da ladeira e descrito por um jornal da época como "*de cor bronzeada, singela e elegante construção* (...) *a cúpula interior é de um belo azul marchetado de estrelas por sob a qual e como parte superior do arco, assenta uma marca quadrada em forma de palanque, para as músicas*" (ROCHA, 1980, p. 39).

Após 61 anos de intervalo, quando das visitas do Bispo D. Pedro Maria de Lacerda em 1880 e 1886, infelizmente extraviaram-se os trechos relativos à Vitória e Vila Velha dos documentos redigidos por este clérigo, que, acredita-se, teriam sido "*registrados separadamente e sobre os quais ainda não se tem notícia*".[8] Também, curiosamente, não existem referencias da passagem do Bispo em Vitória pelos periódicos da época. Contudo, fica bastante claro pela recepção que o religioso recebeu nas pequenas localidades[9], que as festividades de Vitória devem ter sido as Entradas de maior apuro.

Ainda no início do século XX a persistência do vigor simbólico do principal eixo da cidade pode ser verificado quando da visita presidencial de Nilo Peçanha em junho de 1910: o presidente da República desembarcou no cais do Palácio (antigo cais das Colunas e antigo cais do Imperador) e seguiu em préstito para o palácio governamental ladeado ao longo da escadaria de acesso à cidade alta por estudantes e militares em formação.

Agora o caráter laico da cerimônia foi dramaticamente acentuado, não apenas porque suprimiu-se a cerimônia religiosa ao término do percurso processional como também pelo fato de que a Igreja e seus representantes não estavam mais presentes – ao menos oficialmente - e entre aqueles que se perfilaram ao longo do trajeto não estavam também os fiéis organizados em suas confrarias e ordens terceiras. Mas o caráter de Entrada era inequívoco; o rito processional, a organização em hierarquia

8 Cf. Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo. **Estação Capixaba**, 2016. Disponível em: http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/02/diario-das-visitas-pastorais-de-1880-e.html. Acesso em: 30 out. 2020. Organização e coordenação de Maria Clara M. Santos Neves.

9 Como na chegada à Serra; acompanhado para mais de 200 cavaleiros até uma casa no início da cidade onde ornou-se para seguir em Procissão até a Matriz, seguido das autoridades locais e da população em geral (**O Espírito Santense**, 21.07.1880, p. 4).

dos participantes e sobretudo a decoração e o arco triunfal construído ao longo do percurso:

> No cais de Palácio levanta-se próximo a escadaria do mar um belíssimo arco de triunfo de onde pendem bandeiras e festões, lendo-se em uma das faces, ao alto, a seguinte inscrição 'O Espírito Santo saúda o preclaro chefe da Nação' e em outra os dizeres 'Sejam bem vindos'. O arco ostenta profusa iluminação, oferecendo a noite um ótimo aspecto. (**Diário da Manhã**, 29.06.1910, p. 2).

Também a Rua Pedro Palácios – o antigo eixo de conexão entre a agora inexistente igreja de São Tiago (atual palácio) e a Matriz – recebe a sua decoração processional, apresentando "*uma decoração brilhante* (...) *arcos de festões que se levantam de ornados postes formando duas avenidas*" (Diário da Manhã. 29.06.1910. p. 2).



Fig. 02. (Arco de Triunfo construído para a recepção do presidente Nilo Peçanha no alto da rampa que leva ao Palácio de governo). 1910. IPHAN/ES.

Festas que se repetiriam no ano seguinte na visita de outro presidente da República, Hermes da Fonseca e nas quais o ritual da Entrada republicana, com arco de triunfo incorporando arremedos de alegorias ao longo da escadaria-eixo processional, ainda estariam presentes:

> No cais do Imperador vê-se próximo a escadaria do mar, um belíssimo arco de triunfo representando a União e o Espírito Santo, encimado por uma águia altaneira tendo ao bico uma coroa de louro, sobre o retrato do Sr. Marechal Hermes da Fonseca (**Diário da Manhã**, 22.07.1911, p. 2).

A águia e a coroa de louros atribuídos à Hermes da Fonseca - símbolos dos generais romanos vitoriosos - paralelo com toda certeza traçado devido ao histórico militar do homenageado mas que não deixam de tecer relações também com a República romana, paradigma simbólico da nascente República brasileira como em seguida se verá cristalizado no programa iconográfico da mais importante edificação construída na 1ª República; a da Câmara dos Deputados federais na cidade do Rio de Janeiro – atualmente prédio da Assembleia Legislativa do Estado.[10]

Fontes e chafarizes como conformadores do espaço urbano

Outro importante elemento que configurava o espaço urbano da cidade portuguesa na América foi o instituído pelo abastecimento de água. Desde os primórdios da fundação de cidades no continente americano a existência de mananciais para o abastecimento era visto como condição necessária para a escolha do sítio de fundação.

Com o desenvolvimento da vida urbana, o fornecimento de água da população se dava, com raras exceções, por chafarizes públicos que recebiam suas águas através de canalizações e aquedutos, muitas vezes verdadeiras obras de engenharia hidráulica como é o caso do aqueduto da Carioca que abastecia a cidade do Rio de Janeiro. Estas obras eram responsabilidade das câmaras municipais, as quais normatizavam a utilização proibindo que eles fossem usados como bebedouro para cavalos ou como tanque de lavar roupa da população. Mas estas fontes iam além do seu caráter, propriamente dito, funcional de abastecimento. Nas grandes capitais do Barroco elas foram locais onde se desenvolveram sofisticados programas alegórico-artísticos, de temática religiosa, tal como a fonte de Bernini na Piazza Navona, em Roma.

Vitória chegou ao século XIX com três fontes oriundas do período colonial: na sua visitação de 1812 o Bispo Coutinho observou que a primeira destas fontes era chamada da capixaba, "*fica na extremidade oriental; a segunda fonte é chamada a Grande, e fica no meio da vila; e a terceira, chamada da Lapa, fica no Campinho, na extremidade ocidental; e todas têm excelentes águas*" (COUTINHO, 2002, p. 116). Vasconcellos, alguns anos mais tarde, completa informando tratar-se de "*pequenos regatos, que vertem entre morros contíguos, aproveitados por canos que rematam em chafarizes*" (VASCONCELLOS, 1978). Estes chafarizes

10 Para o significado do intrincado programa alegórico desta edificação ver o Ensaio introdutório de minha autoria da obra: LEITE, L. E. T.; RIBEIRO, N. P. **O Rio que o Rio não vê**: os símbolos e seus significados na arquitetura civil do centro da cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: Aori, 2012.

capixabas, singelos, não deviam incorporar qualquer programa alegórico de caráter artístico, deles disse Saint-Hilaire "*que não concorrem para embelezar a cidade*" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 41), isto não nos autoriza, contudo, a afirmar que eles não participassem da ritualística sacra do espaço urbano.

Estudos mais aprofundados são necessários para podermos desvendar a simbólica das águas e de suas fontes na conformação da Vila da Vitória do colonial ao XIX, mas podemos conjecturar da importância que por aqui tiveram na construção deste simbolismo espacial, em especial, a atuação dos franciscanos.

Estudos recentes desenvolvidos em Portugal têm procurado demonstrar como as águas participaram ativamente na construção das casas conventuais em geral, e em especial nas franciscanas, por exigências canônicas, funcionais e, sobretudo simbólicas, e como também a repercussão dessa demanda conventual se refletiu no desenho urbanístico da cidade (JORGE, 1996). No Rio de Janeiro, por exemplo, observa-se que o Convento das Clarissas – ordem segunda franciscana – tinha no seu claustro um chafariz com um sofisticado programa alegórico abastecido por um complexo sistema hidráulico que era um ramal secundário do Aqueduto da Carioca[11]. A hidráulica monástica, segundo estes estudos, era o que havia na época de mais avançado neste ramo específico da engenharia, sobretudo pela sua eficiência e economia de meios e materiais.

Em Vitória, a Fonte Grande, principal manancial da cidade alta, situava-se próxima ao Convento franciscano, embora as suas águas proviessem de uma nascente situada no interior do perímetro da cerca carmelita (FREIRE, 2006, p. 155). Serafim Derenzi (1995, p. 78) observou, contudo, que os franciscanos possuíram a primeira habitação conventual da cidade que teve água a domicílio, que o construtor do aqueduto que levava água para o interior da casa conventual chamou-se frei Paulo de Santo Antônio e que um ramal do referido aqueduto abasteceu até o início do século XX um chafariz fronteiro ao prédio da maçonaria na parte alta da cidade.

De responsabilidade dos franciscanos de Vitória houve com certeza um sistema hidráulico eficiente de abastecimento de seu convento e de suas propriedades, pois em 1848 ficamos sabendo pelo relatório governamental que em virtude de uma crise de abastecimento de água, o governador propôs à câmara a construção, já no exercício seguinte, de um novo

11 Para o significado simbólico deste chafariz ver o texto de minha autoria: O claustro e a fonte: um estudo iconológico do claustro do Convento da Ajuda no Rio de Janeiro. Belo Horizonte. **Barroco**. v. 19, p. 199-212, 2004.

chafariz que se aproveitasse da estrutura do antigo sistema hidráulico franciscano – aqueduto inclusive - estrutura esta sem utilidade naquele momento pois o convento dos capuchinhos encontrava-se praticamente sem uso (**RELATÓRIO**..., 1848, p. 40).

Iluminação e religião

A implantação de sistemas regulares de iluminação pública nas cidades lusas foi tardia. Mesmo a Lisboa pombalina, exemplo de um urbanismo tido como ilustrado, não possuía um. Observavam horrorizados os viajantes estrangeiros que a cidade de Pombal não tinha iluminação pública alguma e sair à noite nas suas ruas escuras como breu era uma verdadeira aventura perigosa.[12] Esta situação só foi modificada muitos anos depois na administração de Pina Manique. Talvez a definição mais sintomática da utilização das luzes na Lisboa pombalina noturna nos seja dada pelo viajante inglês Robert Southey: "*Não existem lâmpadas públicas acesas, exceto diante da imagem de um Santo*" declarou ele em 1799 (SOUTHEY, 1799, p. 242).

A iluminação noturna nas cidades lusas até o início do século XVIII resumia-se assim às lâmpadas acesas diante dos oratórios e capelinhas, era uma iluminação de caráter devocional pelo qual podemos pressupor que as ruas mais bem iluminadas eram aquelas onde se encontravam maior número de fiéis, mas sobretudo as ruas por onde passavam os percursos processionais mais importantes e onde muitas vezes haviam capelas e oratórios específicos dispostos.

A este sistema de iluminação "regular" vinha sobrepor-se outro, efêmero e errático, mas não menos importante se acatamos a informação dada anteriormente pelo inglês Barrow de que nessas cidades havia procissões todas as noites: que seria o da luz fornecida pelas tochas e candeinhas portadas pela população nas procissões noturnas, assim como pelas lamparinas extras acesas nas fachadas das casas por onde passava a procissão ou, ainda, ao longo das três convencionais noites de luminárias usuais nas festas portuguesas de maior monta. Na popular procissão de São Benedito de 1849 em Vitória sabe-se que "*foram iluminados nessa noite não só os Conventos de São Francisco e de Carmo, como grande número de casas de alguns habitantes*" (**Correio da Victoria**, 03.03.1849, p. 3).

Vemos assim como religião e iluminação pública, a princípio temas tão

12 "*Autrefois la ville était éclairée pendant la nuit, mais elle n'est plus aujourd'hui,* (...) *rien n'approche de l'obscurité de ces rues étroites et mal pavées.* (...) *Comment chez un peuple civilisé, peut-on souffrir des abus aussi crians, et qui ravalent Lisbonne au dessous même de Constantinople?*" (LINK, 1805, p. 261).

distintos e que o senso comum colocaria em esferas opostas, na cidade colonial estavam intimamente vinculados.

Em Vitória, as primeiras referências que encontramos da organização de um sistema público de iluminação das ruas datam da primeira metade do século XIX - 1832 mais precisamente, de acordo com Derenzi (1995, p. 121). Pelo relatório governamental de 1843 ficamos sabendo que "*a iluminação pública desta capital* (...) *acaba de ser arrematada* (...) *sendo aumentada de dez lampiões*", o que nos permite pressupor que ela já existia de forma mais comedida em data mais recuada, assim como de conjecturar o local onde os novos lampiões seriam posicionados pela administração da cidade. É tentador conjecturar que as primeiras vias oficialmente iluminadas da Vila tivessem sido justamente aquelas já consagradas pelos percursos processionais, embora nenhuma fonte documental ateste essa conjectura é evidente que na carência de lampiões para satisfazer a necessidade de toda a Vila que a administração pública tenha escolhido criteriosamente os locais a receberem este benefício.

Conclusão

A pretensão deste texto não é o de esgotar o assunto sobre o qual discorre. Trata-se de uma pesquisa que ainda pode e deve avançar. A minha contribuição pretende estender-se aos limites dos significados simbólicos e da adesão destes aos elementos topográficos e aos artefatos arquitetônicos e urbanísticos que compõe o traçado da urbe. O homem da sociedade colonial mantinha resquícios da prática milenar de se organizar o espaço em que se vivia de acordo com os padrões religiosos, prática esta que os historiadores da religião chamam de simpatia universal e que em resumo é uma procura de vínculos de similaridade entre macro e microcosmos. Desde que o homem passou a dominar com uma certa técnica a construção de suas moradas e a organização do seu espaço urbano, sempre - e isso pode ser encontrado nas mais diversas culturas ainda que com as mais variadas conotações - se divertiu em organizá-las de forma a que refletissem as suas concepções cosmogônicas, a sua mundivisão, tentando criar vínculos de ligação com os seus deuses. A casa, o templo, a vila e a cidade podem e devem também ser estudados como expressões dessas concepções.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos usuais ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que desde 2005 vem regularmente financiando as minhas pesquisas.

Referências

Almanaque Laemmert. Rio de Janeiro, 1849.

BARROW, Sir John. **A voyage to Cochinchina, in the years 1792 and 1793:** To which is annexed an account of a journey made in the years 1801 and 1802, to the residence of the chief of the Booshuana nation. London: T. Cadell and W. Davies, 1806.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e caridade:** as irmandades religiosas na cidade de Vitória – ES. Vitória: Multiplicidade, 2004.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX.** Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação capixaba e cultural, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio Rosado da. **Relação da Entrada que fez o Exmo. e Revmo. Sr. D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro Bifpo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia defte prezente Anno de 1747** (...). Rio de Janeiro: Off. de Antonio Isidoro da Fonceca, 1747.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: PMV/ Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

ELIADE, Mircea. **Le sacré et le profane**. Gallimard. 1965.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1986.

FERREIRA, Francisco Leitam. **Idea Poetica, Epithalamica, Panegyrica, que servio no Arco Triunfal, que a Nação Italiana mandou levantar na occafião em que as Mageftades dos Sereniffimos Reys de Portugal** (...) **foram à cathedral de Lisboa no dia de Sabbado 22 de Dezembro de 1708**. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1709.

FREIRE, Mario Aristides. **A capitania do Espírito Santo:** crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores – 1535/1822. Vitória: Flor e Cultura, 2006.

JORGE, Virgolino Ferreira. *In*: MASCARENHAS, José Manuel de; Abecasis, Maria Helena; JORGE, Virgolino F. (edit.). **Hidráulica Monástica Medieval e Moderna**. Lisboa, 1996.

LINK, M. **Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799:** suivi d'un essai sur le commerce du Portugal. [traduit de l'Allemand]. Paris, Chez Levrault, Schoell et Cgnie. Libraires, 1805.

SANTOS NEVES, Luis Guilherme dos Santos. Estudo introdutório: Vivência religiosa no Espírito Santo no início do século XIX. *In*: COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em Princípios do Século XIX**. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito

Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Estação capixaba e cultural, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. 1. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2000.

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assemblea Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1848.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. Engenheiros, construtores e artífices na Província do Espírito Santo. *In*: RIBEIRO, N. P.; PESSÔA, J.; RIBEIRO, R. T. M. **Novos subsídios para uma História da Construção Luso-brasileira**. Vitória: Milfontes, 2019.

ROCHA, Levy Curcio da. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Revista Continente; Brasília: INL, 1980.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memorias para servir a história até ao anno de 1817**. (1º edição 1840). Vitória: Arquivo Publico do Estado do Espírito Santo - Biblioteca Digital. 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. São Paulo: Itatiaia, 1974.

SOUTHEY, Robert. **Letters written during a short residence in Spain and Portugal**. London, Longman, 1799.

STAROBINSKI, Jean. **L'invention de la liberté**. Genéve: Albert Skira, 1994.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem à província do Espírito Santo**: imigração e colonização suíça 1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VASCONCELLOS, Ignacio Accioli de. **Memoria Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Biblioteca Digital 1978.

Parte 2 - Tradições portuguesas na construção da América

Os modelos urbanos brasileiros das cidades portuguesas

*Manuel C. Teixeira**

Introdução

A expansão ultramarina portuguesa a partir do século XV teve como um de seus principais componentes um amplo processo de urbanização dos novos territórios. Nas primeiras fases deste processo pode observar-se uma influência dos padrões de urbanização da metrópole, que se aplicavam nos novos territórios com adaptações decorrentes das diferentes condições ambientais, dos promotores envolvidos e dos recursos, dos materiais e da mão de obra disponíveis.

Rapidamente se começa a observar o fenômeno inverso, e já desde o final do século XV, novas morfologias urbanas desenvolvidas na Madeira e nos Açores virão influenciar a prática urbanística em Portugal. É no Brasil que podemos observar, de uma forma muito clara, esta reciprocidade. Dois períodos históricos são particularmente importantes para observar as influências dos modelos urbanos brasileiros sobre o urbanismo português.

O primeiro é o século XVI, marcado pela construção de Salvador da Bahia, em cujo traçado podemos ver as influências do plano de expansão da cidade do Funchal, na ilha da Madeira, de finais de quatrocentos, e do plano de expansão da cidade de Angra, nos Açores, do início de quinhentos. No entanto, no plano de Salvador da Bahia, a regularidade e a lógica do traçado, a articulação dos seus diferentes componentes, as hierarquias urbanas, a relação com o território, o papel ordenador das praças, a estrutura de quarteirões e de loteamento, surgem-nos muito mais articulados e coerentes, definindo um padrão urbano que irá a partir daí influenciar o urbanismo em Portugal e noutras regiões do mundo.

O segundo momento histórico a analisar é o século XVIII e as múltiplas fundações urbanas brasileiras deste período, que se caracterizam por uma

* Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

crescente afirmação da regularidade e da ortogonalidade, pela assunção das praças como elementos geradores das malhas urbanas, e pela adoção de programas de arquitetura uniformes, que se viriam a refletir na prática e na teoria urbanística portuguesas setecentistas. Nem o plano da reconstrução da Baixa de Lisboa nem o plano de Vila Real de Santo António, ambos da segunda metade do século XVIII, seriam possíveis sem a ampla prática urbanizadora dos engenheiros militares envolvidos no processo de urbanização brasileira de setecentos e os modelos urbanos aí desenvolvidos.

A singularidade do urbanismo português

As cidades portuguesas apresentam características morfológicas que as distinguem das cidades de outras culturas. Muitas dessas características foram desenvolvidas em contextos coloniais, vindo a ser posteriormente aplicadas na metrópole e incorporadas na cultura urbana portuguesa.

A cidade portuguesa é morfologicamente diferente em cada momento histórico. Apesar disso, são perceptíveis elos de continuidade que articulam diferentes formas e concepções de cidade, e em que é possível reconhecer um fundo de permanência ao longo do tempo.

Dentre os fatores determinantes para a estruturação das cidades portuguesas, ocupam um papel fundamental a geografia e a topografia do terreno, o clima, a natureza do solo e os materiais disponíveis para a construção. Fatores de ordem cultural, em que se incluem os valores sociais, políticos, morais e religiosos que estruturam uma sociedade, vêm articular-se com aqueles fatores físicos, expressando-se também nas formas de organização urbana.

É na articulação desses diferentes fatores que qualquer cidade deve ser entendida. A civilização material – que respeita o conjunto de práticas e de comportamentos que se desenvolvem a partir das características físicas e ambientais de um determinado território – traduz-se naquilo que é habitualmente designado como as características vernáculas do urbanismo. A cultura – que é expressão da concepção do mundo e dos valores sociais, políticos e religiosos das sociedades – corresponderá àquilo que é habitualmente designado como o seu componente erudita.

O componente vernáculo tem a ver com o tipo de relações que o núcleo urbano estabelece com o território e com o desenvolvimento de soluções urbanísticas que respondem às condições físicas e ambientais. O componente erudito diz respeito às referências intelectuais e às concepções teóricas, urbanísticas e arquitetônicas, dos seus construtores, traduzindo-se habitualmente em esquemas geometrizados.

O componente vernáculo e o componente erudito correspondem a diferentes concepções e formas de organização do espaço urbano. Na primeira, os principais elementos estruturantes da cidade são as ruas que se implantam sobre as linhas naturais do território e os edifícios singulares localizados em pontos dominantes, que são referências para a organização dos espaços envolventes e para a organização da cidade no seu todo. Na segunda, é o próprio espaço urbano, definido por um traçado regular de base geométrica, que é o elemento estruturante fundamental, no qual se vêm inserir os diferentes elementos da cidade.

Nas cidades portuguesas encontramos sempre articuladas esses dois componentes. O componente vernáculo é preponderante nos períodos iniciais de desenvolvimento do núcleo urbano, que decorrem a maior parte das vezes sem o recurso a técnicos especializados. A adaptação ao sítio traduz-se na definição do perímetro das muralhas, que se adaptava à topografia do território, na construção dos principais percursos urbanos sobre as linhas naturais do território, na escolha dos sítios mais elevados para a implantação de edifícios singulares, no desenvolvimento de praças e de largos nos pontos de articulação ou de inflexão das vias estruturantes da malha urbana.

O componente erudito caracteriza-se pela adoção de princípios geométricos como elementos geradores dos traçados urbanos. Ele é mais evidente nas situações de desenvolvimento urbano em que há a participação de técnicos no desenho da cidade. Nestes incluimos os arquitetos e engenheiros militares, mas também os povoadores medievais, os arruadores, os "homem da agulha" ou "habilidosos no uso da prancheta" Este modelo de cidade tende a ser mais regular e construído de acordo com um esquema racional: existe uma ordem geométrica pré-definida que estrutura o traçado urbano, onde se vêm inserir os diferentes tipos de edifícios e de funções.

Não é correto fazer-se a dicotomia entre traçados urbanos planeados e não planeados. Embora se tenda a assumir que um traçado geométrico corresponde à existência de um plano e à participação de técnicos no seu desenho, isso não é necessariamente o caso. A presença desses técnicos não é suficiente para caracterizar um traçado urbano como planeado, nem o conceito de planeado significa a existência de um plano desenhado *a priori*. Não podemos confundir os agentes e os processos envolvidos na promoção urbana com os resultados construídos. A promoção do espaço urbano pode ser privada ou pública, de iniciativa municipal ou do poder central, civil ou religiosa, desenvolvida gradual ou rapidamente, realizada pelos próprios habitantes

ou através de técnicos urbanistas. Em qualquer desses casos, os resultados construídos podem denotar maior ou menor regularidade geométrica.

Por um lado, o trabalho de sucessivas gerações a construir gradualmente os seus próprios espaços urbanos podia resultar em traçados surpreendentemente regulares; por outro lado, o urbanismo português de carácter erudito soube integrar o entendimento do território nas suas propostas, e arquitetos e engenheiros procuravam adaptar os seus planos ao sítio, tornando-os menos rigorosos, sempre que necessário,

Em todos os tempos, a cidade portuguesa é planeada e construída com o sítio, atendendo às suas características físicas e ambientais. Mesmo nos casos em que os planos tinham por base princípios geométricos, e em que as características físicas do território se poderiam considerar menos relevantes, houve sempre a preocupação de adaptar o plano, e a sua geometria, às preexistências, fossem elas naturais ou construídas pelo homem. A cidade portuguesa caracteriza-se pela síntese destas duas componentes, harmonizando inteligentemente essas duas formas de construir a cidade, constituindo esta a principal característica do urbanismo português.

A consequência disto é que os traçados urbanos portugueses raramente eram geometricamente rigorosos. Subentendia-se a sua lógica, e a sua regularidade, mas sempre dispostas a serem subvertidas para uma melhor adequação ao terreno, seja do ponto de vista funcional, formal ou simbólico. Esta plasticidade dos traçados urbanos portugueses não se traduzia numa estrutura amorfa. Pelo contrário, as cidades portuguesas eram eminentemente estruturadas e hierarquizadas.

Contrariamente aos traçados rigorosamente planeados, definitivos na sua lógica formal, e que dificilmente se acomodam a transformações de escala, de uso, ou de significado, o urbanismo português nunca se caracterizou por esquemas rígidos e abstratos, antes se moldando ao território e a todas as alterações que sobrevinham ao longo do tempo. A sua não rigidez, a sua plasticidade, permitia-lhe acomodar-se e responder a todas as mudanças.

A cultura urbana portuguesa no início da expansão marítima

Muitas cidades portuguesas tinham o seu núcleo primitivo localizado no topo de uma colina proeminente, a partir do qual o núcleo urbano se desenvolvia, numa continuidade de tradição que remontava aos Castros pré-romanos. A localização desses núcleos urbanos em pontos dominantes do território, em locais facilmente defensáveis, era justificada por razões de defesa. A mesma razão iria estar por detrás da escolha de locais aciden-

tados para a implantação das cidades portuguesas em sucessivas épocas históricas e em diferentes contextos geográficos. São essas características que observamos em cidades como Lisboa, Porto ou Coimbra, mas também em muitas cidades coloniais como Luanda, Salvador da Bahia ou Rio de Janeiro.

A localização costeira ou ribeirinha de muitas cidades portuguesas, associada à escolha de sítios elevados para a implantação do núcleo urbano original, levou a que muitas dessas cidades se estruturasse em cidade alta e cidade baixa, com funções e características distintas. A cidade alta era a sede do poder, político e religioso, enquanto a cidade baixa era o local onde se desenvolviam as atividades marítimas e comerciais.

Muitas dessas características radicam na tradição urbana mediterânica, de que a cidade portuguesa é também herdeira. A cidade portuguesa partilha dessa rica tradição urbana, que encarava a estrutura do território como uma condicionante e uma componente do traçado urbano.

A ocupação pelos romanos do território que hoje corresponde a Portugal decorreu a partir do século II a.C. até ao século IV d.C. A partir desse século, suevos e visigodos vieram ocupar a maior parte desse território. A cultura e a civilização romanas eram territoriais, baseadas no estabelecimento de uma rede de implantações urbanas para a ocupação efectiva do território. Os princípios urbanísticos da cidade romana de colonização, baseados na regularidade, na racionalidade e na ordem, foram impostos quer às cidades fundadas de novo, quer a aglomerados já existentes, e que foram reestruturados durante o período de ocupação romana.

A cidade colonial romana era uma cidade regular, com uma estrutura ortogonal de ruas e de quarteirões. Duas ruas perpendiculares entre si - o cardus e o decumanus - constituíam os dois eixos viários principais e as diretrizes fundamentais da cidade. Adjacente à interseção desses dois eixos, no centro da cidade, localizava-se o fórum. Este modelo tinha um desenvolvimento pleno quando a cidade se construía de raiz, mas mesmo quando se tratava da remodelação de aglomerados urbanos já existentes, a estrutura regular continuava a ser a referência, ainda que condicionada pelos traçados anteriores ou pelas condições topográficas locais. Subsistem vestígios de traçados romanos em cidades portuguesas, nomeadamente em Évora, Beja, Braga, onde se observam as marcas de uma estrutura regular ortogonal.

A regularidade da cidade romana vai ser também um componente importante da cultura urbana portuguesa. A adoção de modelos racionais é uma

constante ao longo dos séculos, sempre associadas a ações de planeamento promovidas pelo poder.

Os traçados urbanos de origem muçulmana e os princípios que lhes deram forma constituem outra importante componente da tradição urbana portuguesa. Na sua permanência em Portugal, do século VIII ao século XIII, os muçulmanos deixaram as marcas da sua cultura urbana em cidades do centro e do sul de Portugal, que fundaram ou que ocuparam e adaptaram às suas necessidades. Na cidade muçulmana confluem dois tipos de fatores determinantes da sua forma: aqueles que derivavam das condições materiais e ambientais do espaço em que se implantam, e aqueles que derivavam de fatores culturais e religiosos.

Relativamente aos primeiros, as cidades muçulmanas ibéricas eram também herdeiras da civilização mediterrânica, partilhando das suas características morfológicas. Relativamente aos segundos, as influências culturais e religiosas na estruturação dos espaços urbanos só lentamente se fariam sentir nas cidades ocupadas.

É deste caldear de influências, mais ou menos evidentes conforme as condições históricas e locais, que se vai estruturar a cidade portuguesa, após a conclusão da reconquista do território aos muçulmanos, no século XIII.

Os séculos XIII e XIV correspondem a um período de fundação de cidades por toda a Europa, incluindo Portugal. D. Afonso III e D. Diniz fundaram muitas dessas povoações, em zonas de fronteira ou em áreas que necessitavam de ser colonizadas. Nelas se incluem, entre muitas outras, Viana do Castelo, Monção, Caminha, Monsaraz, Niza. Os traçados dessas cidades tinham uma base regular, com uma organização sensivelmente ortogonal de ruas e de quarteirões. As ruas alternavam entre ruas de frente e de trás, cortadas por transversais. Os quarteirões tinham uma forma retangular alongada, cada um deles composto pelo mesmo número de lotes. Os lotes iam de lado a lado do quarteirão, com uma face para uma rua de frente e outra face para uma rua de trás. As suas dimensões variavam, conforme os casos, entre os 25 e os 30 palmos (5.50 ou 6.60 metros) de frente. É esta dimensão que vamos encontrar a partir daí, ao longo dos séculos, em muitas cidades de origem portuguesa, e que está na origem da tipologia arquitetônica característica dessas cidades, com frentes de casa com três vãos.

Este era o panorama da cultura urbana portuguesa no início da expansão marítima, que ocorre a partir das primeiras décadas do século XV, e que é simbolicamente marcado pela conquista de Ceuta em 1415. Espaços urbanos com as suas raízes simultaneamente na civilização mediterrânea,

na cultura romana, e na cidade muçulmana constituiam a realidade das cidades portuguesas do século XV, e eram a principal referência para os construtores de cidades além-mar.

Funchal, Angra e as intervenções urbanas quinhentistas na metrópole

A descoberta e a ocupação dos arquipélagos da Madeira e dos Açores ocorre ainda na primeira metade do século XV. Inicialmente, os núcleos populacionais que se desenvolveram nessas ilhas eram simples estruturas de ocupação do território, adaptadas às condições geográficas e construídas pelos próprios colonos. Em fases posteriores de desenvolvimento, nos casos em que contariam já com o apoio de arruadores, observa-se a adoção dos modelos das cidades medievais planeadas em Portugal nos séculos XIII e XIV. Entre a construção de Niza ou Viana do Castelo – cidades do século XIV, com traçados urbanos regulares – e o início da construção do Funchal, na ilha da Madeira, decorrem pouco mais de cem anos.

Inevitavelmente, as referências para a sua construção eram as da metrópole. Os sítios escolhidos para a implantação inicial destes núcleos urbanos insulares apresentavam características idênticas: baías abrigadas, com boas condições de ancoradouro natural, viradas a sul, protegidas nos extremos por acidentes naturais que protegiam o porto e a cidade. Uma estrutura defensiva ou a casa do capitão, acompanhadas de algum casario e de estruturas religiosas, localizavam-se numa zona sobrelevada. Na parte baixa, junto ao mar, a ocupação do território era feita através de um caminho que se desenvolvia ao longo da costa, habitualmente ligando capelas localizadas nos extremos da baía. Este caminho virá a transformar-se na principal rua do aglomerado, papel que continua a assegurar até hoje em muitos casos.

Em fases subsequentes, desenvolviam-se outras ruas paralelas à primeira e algumas transversais, estruturando um pequeno número de quarteirões, de forma sensivelmente retangular, com a maior dimensão paralela à linha de costa. É esta primeira malha urbana que, nas cidades do Funchal e de Ponta Delgada, apresenta características morfológicas de traçado, da estrutura de quarteirões e de loteamento idênticas às das cidades medievais planeadas dos séculos XIII e XIV.

Dada a distância cada vez maior a que cada uma das ruas longitudinais era traçada relativamente às anteriores, os quarteirões passavam a dispor-se, na sua maior dimensão, perpendicularmente ao mar. Se bem que os grandes eixos estruturantes da cidade continuassem a ser as ruas paralelas à linha de costa, as ruas que se dispunham perpendicularmente tendiam a

adquirir uma importância crescente, tornando-se progressivamente a direção dominante do traçado.

Vamos encontrar idênticas características morfológicas em núcleos urbanos brasileiras do século XVI, nomeadamente no Rio de Janeiro, no que se refere quer à escolha dos sítios de implantação inicial, quer à forma como se estruturaram nas suas primeiras fases de desenvolvimento. No entanto, no Rio de Janeiro já não se observa a estrutura de quarteirões de origem medieval ainda presentes naquelas fundações do século XV.

Se de início as referências para a construção dos núcleos urbanos ultramarinos eram as referências vernáculas e eruditas da metrópole, rapidamente se começa a observar o processo inverso. A inovação nos traçados urbanos das cidades insulares ocorre a partir de finais de Quatrocentos, através da reestruturação das malhas urbanas ou da construção de novas zonas de expansão. É no Funchal, na ilha da Madeira, e em Angra, na ilha Terceira nos Açores, que se inicia esta inovação urbanística.

O donatário da ilha da Madeira, e futuro rei D. Manuel I, teve um papel determinante na modernização da cidade do Funchal nos finais do século XV. As intervenções urbanas então realizadas consistiram na construção de uma nova expansão urbana, planeada e construída segundo uma estrutura ortogonal, na construção de novos edifícios institucionais – a Casa da Câmara, o Paço de Tabeliães, a Alfândega e a Sé – e na construção de uma nova praça, o Terreiro da Sé, associada a este edifício religioso (Figura1).

A inovação dessas intervenções liga-se a dois aspectos fundamentais. Por um lado, o Terreiro da Sé era um espaço urbano regular, planeado e cons-



Figura 1. Funchal, Portugal. - a) Desenho do autor. - b) *Cidade do funchal*, [Mateus Fernandes], [c. 1570], Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

truído como parte do novo vocabulário urbano que D. Manuel procurava instituir. Por outro lado, a estrutura de ruas da nova malha urbana já não era uma estrutura de raiz medieval, constituída por ruas de frente e de traseiras que se alternavam, limitando quarteirões em que os lotes urbanos tinham duas frentes. Pelo contrário, os quarteirões eram menos alongados, tendendo para o quadrado, e os lotes dispunham-se agora costas com costas, criando uma estrutura de ruas em que as hierarquias eram estabelecidas através do perfil das ruas, das suas funções, da arquitetura dos edifícios, bem como através da sua relação com outros componentes da malha urbana.

Observa-se assim no Funchal, em finais de quatrocentos, a aplicação, pela primeira vez, de uma estratégia de modernização urbana que D. Manuel I irá aplicar em inúmeras cidades do reino a partir do início do século XVI. A primeira dessas intervenções ocorre poucos anos depois na cidade de Angra, onde vemos serem aplicados estes mesmos princípios de uma forma mais consistente.

Na primeira metade do século XVI, a cidade de Angra vai reestruturar-se com um traçado urbano regular, que representa uma ruptura clara com os modelos medievais. O plano de Angra consiste numa malha urbana sensivelmente ortogonal, com as ruas principais orientadas perpendicularmente à linha de costa e as secundárias cruzando-as em ângulo reto. Esta estrutura de ruas definia um conjunto de quarteirões retangulares orientados na direção do mar. Tal como no Funchal, cada um dos quarteirões era constituído por duas fiadas de lotes urbanos, dispostos costas com costas. As frentes desses lotes estavam viradas para as ruas principais, não havendo lotes urbanos orientados para as ruas transversais. O loteamento era regular, tendo os lotes as dimensões habituais de 30 palmos (6,60 metros) de frente.

Uma praça retangular que correspondia – pelas suas dimensões e pela sua relação com a restante malha urbana – a um quarteirão não construído era o elemento central deste plano, em cujo centro se localizava a igreja da Sé. Tal como a praça da Sé no Funchal, também esta era uma praça nova, regular e geometrizada, que correspondia a um novo conceito de espaço urbano. A diferença entre as duas é que enquanto a Sé do Funchal se localizava num dos lados da praça, a Sé de Angra situava-se no meio da praça (Figura 2).

Ao longo do século XVI, essas intervenções vão ter o seu reflexo na metrópole, observando-se um amplo movimento de renovação urbanística consistindo na reforma ou na expansão de cidades existentes. Em muitos casos, essas intervenções consistiam na estruturação de Praças Novas, as-



Figura 2. Angra do Heroísmo, Portugal. - a) Desenho do autor. - b) *Cidade de Angra*, [s.d], Museu da Horta.

sociadas à construção de novos edifícios institucionais: Casas de Câmara, Misericórdias e Igrejas Matrizes. A abertura dessas Praças Novas ou era realizada no interior do próprio tecido urbano, à custa de demolições, ou consistia na reestruturação de antigos terreiros localizados extramuros. Em outros casos, tratava-se da construção de novas expansões urbanas planeadas, em que eram adotados princípios urbanísticos de regularidade e de ordenamento e onde se expressava uma concepção moderna de espaços públicos.

Em todas essas intervenções procurava-se a valorização do espaço público, e nelas encontramos exemplos das estratégias de composição urbana utilizados pelo urbanismo renascentista a partir do século XVI: as ruas com um traçado retilíneo e ordenado, a localização de edifícios ou monumentos no enfiamento de ruas tirando partido do efeito de perspectiva, a definição de Praças Novas fechadas e regulares, o ordenamento e a repetição das fachadas, a construção de malhas urbanas ortogonais. Por detrás destas operações, estava uma ideia de composição global da cidade, em que todos os seus elementos deviam estar articulados.

Salvador da Bahia e o Bairro Alto de Lisboa

A experiência colonial brasileira foi a mais importante para o desenvolvimento do urbanismo português, pela própria dimensão do território e por ser um território anteriormente não urbanizado. A expansão ultramarina portuguesa teve como uma das suas principais componentes o processo de urbanização dos novos territórios. Mas esse processo de urbanização teve várias expressões, conforme se tratava de territórios virgens, sem ocupação humana anterior, como era o caso das ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde ou S. Tomé; territórios já com ocupação humana, mas não urbanizados, como o Brasil; ou territórios já urbanizados, na África continental, no

Índico e no Extremo Oriente. É no Brasil que podemos observar, de uma forma muito clara, as múltiplas influências recíprocas que percorriam todo o espaço colonial português, e o desenvolvimento de modelos que vieram a influenciar determinantemente o urbanismo na metrópole.

Em cada época, o planos urbanos construídos em contextos coloniais partiam sempre de uma simplificação, ou de uma abstração, das principais características do urbanismo de épocas anteriores. Isso era tanto resultado do pragmatismo e da rapidez de construção necessários em contextos coloniais, que exigiam uma simplificação de procedimentos, de traçados, de arquitetura e de construção, como era resultado da habitual escassez de recursos materiais e humanos. Mas esta abstração dos princípios essenciais era também a condição necessária para a inovação, que efetivamente se verificava nesses planos.

Os traçados das primeiras cidades do Brasil, construídas no século XVI sem intervenção direta do poder real, tinham as suas raízes na tradição vernácula, porventura mais adequada a uma política de ocupação do território feita pelos donatários. Quando as cidades eram construídas sob os auspícios da Coroa, pelo contrário, eram adotados modelos de cidades regulares, já desenvolvidos e experimentados noutros contextos coloniais portugueses.

A cidade do Rio de Janeiro, apesar de não ter sido objeto de um planeamento urbanístico nas suas primeiras fases de desenvolvimento, antes evoluindo a partir da ocupação inicial do morro do Castelo e de um povoamento linear ao longo da costa, acabou por se estruturar segundo um plano de base ortogonal. Para tal, contribuíram os engenheiros militares que, quando a crescente importância estratégica e econômica do Rio de Janeiro o justificou, planearam a expansão ordenada da cidade. Entre eles, Batista Antonelli, que esteve na cidade de 1582 a 1604, Miguel de l'Escol, de 1643 a 1653, e Jean de Massé, no início do século XVIII. A ocupação da várzea, entre os morros do Castelo e de São Bento, a partir do início do século XVII fez-se segundo uma malha sensivelmente ortogonal. Tal como noutras cidades, a regularidade do traçado moldava-se sem esforço às particularidades do terreno, às preexistências naturais ou construídas pelo homem, e à lógica dos percursos de ligação entre pontos fulcrais do território ou da malha urbana (Figura 3).

É no entanto na cidade de Salvador da Bahia que encontramos uma expressão bastante nítida da síntese das experiências práticas anteriores e de algumas das características fundamentais do urbanismo de origem portuguesa. A cidade alta de Salvador da Bahia, construída num planalto



Figura 3. Rio de Janeiro, Brasil. - a) Desenho do autor. - b) *Planta da Cidade de São Sebastiaõ do Rio de Janeiro (...)*, João Massé, 1713, Arquivo Histórico Ultramarino.

sobranceiro à Baía de Todos os Santos, foi uma cidade planeada com um traçado que, por um lado, tinha por base uma estrutura regular de quarteirões retangulares e, por outro lado, se adaptava às características topográficas do terreno (Figura 4).



Figura 4. Salvador da Bahia, Brasil. - a) Desenho do autor. - b) *Planta da Restituição da Bahia*, João Teixeira Albernaz, 1631, Mapoteca do Ministérico das Relações Exteriores – Palácio do Itamaraty.

A primeira fase da cidade alta, delineada por Luis Dias, era constituída por dois conjuntos de quarteirões, ambos de forma retangular mas de diferentes proporções. Um desses conjuntos tinha uma estrutura idêntica aos quarteirões de cidades medievais planeadas, estreitos e compridos, com lotes que provavelmente iam de lado a lado dos quarteirões. Os quarteirões do outro conjunto tinham uma forma mais quadrada e cada um deles era composto por lotes urbanos que faziam frente para as quatro faces do quarteirão. No encontro dessas duas malhas estruturava-se o largo da Ajuda, pontuado pela igreja de Nossa Senhora da Ajuda, que foi a primitiva igreja dos jesuítas. Associadas às portas da muralha desenvolviam-se duas outras praças: uma

junto à porta de Santa Luzia, no local que corresponde hoje à Praça Castro Alves, a outra junto à porta de Santa Catarina, que corresponde à atual Praça Tomé de Sousa. É nesta parte alta da cidade que se vieram localizar os principais edifícios institucionais, consolidando esta praça.

Poucos anos depois inicia-se a segunda fase de expansão da cidade. A cidade expande-se para um segundo planalto adjacente, um pouco maior do que o primeiro, mas com as mesmas características topográficas. Os jesuítas foram o motor principal dessa fase de desenvolvimento urbano de Salvador da Bahia. Em 1551 as obras já se haviam iniciado no novo local, estando já nesse ano construídos alguns edifícios do colégio, sendo em torno do Terreiro de Jesus que se estruturará a nova malha urbana de Salvador.

O traçado desta nova expansão da cidade é mais ortogonal e mais regular do que o núcleo original, com quarteirões de forma e dimensões idênticas, e uma estrutura de loteamento regular. Os quarteirões são de forma sensivelmente quadrada, com lotes virados para as suas quatro faces. Um conjunto de praças de forma retangular, inseridas na lógica da malha urbana, são elementos fundamentais da estrutura da cidade, sendo em função delas que toda a malha se organiza. Estamos perante uma nova concepção de espaço urbano, em que o elemento dominante e gerador da malha urbana é a praça, e já não como anteriormente os edifícios singulares e as ruas que os articulavam entre si. Esta concepção moderna de estruturação urbana, que primeiramente se expressa em Salvador da Bahia, irá influenciar toda a teoria e a prática urbanística portuguesa.

Uma das principais características do urbanismo português, que está bem presente em Salvador da Bahia, é a síntese de um plano racionalmente estruturado com uma cuidadosa adaptação ao sítio. O modo como a cidade de Salvador se relacionou com o território, construindo-se com ele, observa-se na escolha de localização, na sua estruturação em cidade alta e cidade baixa, no traçado da muralha, que seguia a topografia do terreno situando-se em todo o perímetro urbano em torno da cota 50, no construção da principal via estruturante da cidade ao longo da linha de cumeada, no modo como as praças se desenvolveram nos nós de articulação dos principais percursos.

Salvador da Bahia foi objeto de um plano, ou de planos sucessivos intimamente articulados. Uma análise cuidadosa revela-nos as suas principais características. A principal via da parte alta de Salvador, que percorre toda a cidade longitudinalmente, apoia-se sobre a linha de cumeada, e os pontos de inflexão desta linha de cumeada são os locais onde se vieram implantar

as praças, em perfeita correspondência com a estrutura física do território.

A cidade tem uma estrutura ortogonal, ordenada e simétrica relativamente a um eixo, perpendicular ao mar, que passa pela praça da Sé. Extramuros, de cada lado da cidade, temos um convento com o seu terreiro: S. Bento e o Carmo. Junto às principais portas da cidade, num e noutro extremo, temos um terreiro exterior, e uma praça interior, que mais tarde se irão fundir em espaços maiores – a praça Castro Alves, de um lado, e o largo do Pelourinho, do outro. No interior dos muros da cidade, a malha urbana divide-se em cinco partes. As duas partes dos extremos são malhas sensivelmente triangulares, que constituem os limites da cidade intramuros e terminam nas principais portas. As três restantes partes da malha urbana são, cada uma delas, constituídas por três fiadas de quarteirões. Em cada uma dessas partes, na fiada do meio, localiza-se sempre uma praça retangular: a praça do Palácio, a praça da Sé e o terreiro de Jesus.

Essas três praças, por sua vez, inserem-se numa lógica formal muito definida. As três situavam-se ao longo do eixo principal do plano, que passava tangente a cada uma delas, todas eram retangulares e orientadas perpendicularmente ao mar na sua maior dimensão, e todas eram atravessadas por uma rua longitudinal que ia dar a meio dos seus lados maiores. É óbvia a existência de um plano, elaborado com um grande rigor, que foi moldado à realidade física do sítio selecionado para a sua implantação.

A ortogonalidade do plano adaptou-se facilmente à linha de cumeada através das praças, que se localizam nos pontos de inflexão desta linha estruturante do território. Para além de obedecer a um esquema global, planeado, que lhe dá unidade e regularidade, Salvador da Bahia tira partido das particularidades e dos acidentes do sítio, enfatizando essas particularidades e integrando-as nesse esquema global ordenador.

Desta prática urbanística, que em Salvador da Bahia teve uma expressão culminante, e que se viria a aplicar em muitas outras situações, resultaram cidades que, embora em planta não sejam rigorosamente geométricas, evidenciam quando as percorremos uma notável regularidade, valorizada pela exploração arquitetônica e urbanística das particularidades locais. Se a estruturação dos percursos fundamentais da cidade sobre as linhas de vale e as linhas de cumeada, ou o pontuar das colinas por edifícios singulares, era uma prática anterior e resultado do pragmatismo que presidia à escolha do sítio e à definição do traçado, já as estratégias de desenho que exploravam a localização dos edifícios e a sua arquitetura como elementos de referência e valorizadores da paisagem da cidade foram sendo desenvolvidos nesta prática urbanística colonial.

Em Salvador encontramos a expressão de estratégias de desenho desenvolvidas pelo urbanismo renascentista: a exploração da simetria, a utilização da perspectiva e o fechamento de vistas através da colocação de edifícios, monumentos ou elementos urbanos significativos no enfiamento de ruas ou de grandes eixos, a utilização destes elementos arquitetônicos como pontos focais de praças, o aproveitamento de desníveis para valorizar edifícios e monumentos, a integração de edifícios individuais em conjuntos arquitetônicos harmônicos, através do ordenamento e da repetição das fachadas.

Estas estratégias de desenho viriam a ser aplicadas em diferentes contextos, nomeadamente em Lisboa, onde é possível observá-las em múltiplas situações construídas em séculos posteriores. É frequente os edifícios surgirem no enfiamento de ruas, ou em enfiamentos visuais, sofrendo por vezes torções ou ajustamentos na sua implantação para melhor se oferecerem ao seu usufruto estético, contribuindo desta forma para a qualidade da paisagem urbana e melhor participarem na organização formal da cidade. De fato, existem duas organizações formais da cidade: aquela que resulta dos percursos e a que resulta dos pontos de vista. Estas são por vezes coincidentes, outras vezes divergentes, outras vezes ainda constituindo dois sistemas completamente distintos.

Contemporâneo de Salvador da Bahia, é o Bairro Alto em Lisboa, um bairro periférico construído fora dos limites das antigas muralhas fernandinas, que se desenvolveu ao longo do século XVI, e no qual encontramos algumas semelhanças com o plano de Salvador da Bahia. No que se refere à lógica geométrica do traçado, ambos são constituídos por quarteirões retangulares, a definirem malhas ortogonais que se vão articulando entre si. No que se refere à estrutura desses quarteirões, enquanto em Salvador da Bahia, os quarteirões rapidamente assumem uma proporção quase quadrada, com lotes orientados para as quatro faces, no Bairro Alto encontramos quarteirões retangulares de diferentes proporções, com três tipos de loteamento, conforme o seu período de construção: quarteirões com lotes que iam de lado a lado do quarteirão, quarteirões com duas fiadas de lotes, costa com costas, e quarteirões com lotes virados para as suas quatro faces. Tal como em Salvador da Bahia, no Bairro Alto a medida de referência para o loteamento urbano é em qualquer dos casos a frente de lote de 25 ou 30 palmos (Figura 5).

As diferenças entre os dois planos são, porém, significativas. Elas radicam no fato de Salvador da Bahia ser uma iniciativa régia e beneficiar de um plano global que lhe dá unidade, enquanto que o Bairro Alto, tratando-se

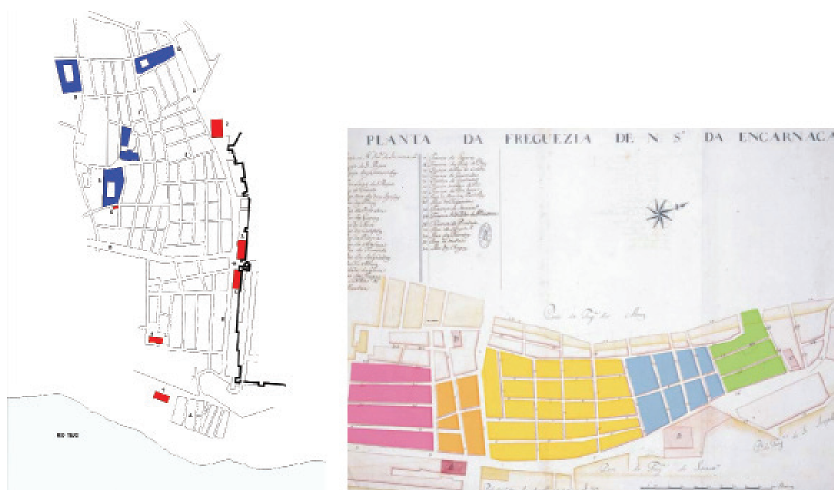


Figura 5. Bairro Alto, Lisboa, Portugal. - a) Desenho do autor. - b) *Planta da Freguezia de N. Sª. Da Encarnação*, [séc. XVIII], Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

de uma promoção privada, ou de um conjunto de promoções privadas, ter sido construído através de um acumular de sucessivas unidades de crescimento, que se foram ajustando umas às outras sem uma lógica global. Por vezes com soluções de continuidade bem resolvidas, outras vezes com ajustamentos menos articulados.

Salvador da Bahia beneficiava-se de uma lógica de valorização do espaço público, que se traduzia na existência de praças, que assumiam um papel importante na organização urbana, enquanto que o caráter especulativo do Bairro Alto se traduzia na inexistência de praças no interior da malha. Da mesma forma, o terreno disponível era aproveitado intensamente, de que resultavam ruas mais estreitas, uma estrutura de quarteirões menos regular e de menor dimensão, com interiores mais reduzidos.

As cidades brasileiras seiscentistas e setecentistas, a Baixa de Lisboa e Vila Real de Santo António

A partir do século XVI verifica-se cada vez mais a adoção de traçados regulares, geometrizados, no planeamento de novas cidades ou nos planos de reestruturação ou de expansão de cidades já existentes. A escolha de sítios planos em vez dos sítios acidentados preferidos anteriormente, e a crescente intervenção dos engenheiros militares no traçado e na urbanização das cidades, foram fatores importantes para a crescente racionalização e geometrização dos traçados urbanos.

São Luis do Maranhão, de 1615, e Belém do Pará, de 1616, são exemplos de cidades seiscentistas que adotaram planos regulares, embora remetendo

para culturas urbanísticas distintas. São Luis do Maranhão tem um traçado em quadrícula, concebido como um todo, com uma praça central de forma quadrada, no centro da qual se localiza a igreja de Nossa Senhora do Carmo. Belém do Pará era constituída por duas malhas urbanas distintas – a cidade e a campinha – cada uma delas com uma estrutura sensivelmente ortogonal, respondendo às particularidades do sítio. A separar uma da outra existiam terrenos pantanosos nos quais, ao longo dos séculos XVII e XVIII, se construíram as duas grandes praças de Belém.

No século XVIII foram construídas no Brasil muitas vilas e cidades com planos absolutamente regulares e geométricos, a maior parte das vezes ortogonais, onde se expressam os grandes temas do urbanismo clássico. Estes núcleos urbanos eram planeados racionalmente, com uma estrutura global, e a praça assumia o papel de elemento central da malha urbana. A beleza da cidade estava associada à regularidade do traçado e à adoção de modelos arquitetônicos uniformes, aos quais deviam obedecer todas as construções de uma rua ou de uma praça, ou mesmo de todo o núcleo urbano.

Dentre as vilas e cidades fundadas no Brasil neste período com traçados regulares, muitas delas foram fruto da política urbanizadora de Pombal na segunda metade de setecentos. Esta ação urbanizadora situa-se num contexto político específico, em que eram questões fulcrais a delimitação de fronteiras entre os territórios de Portugal e Espanha e a afirmação do poder do Estado sobre territórios e populações até aí sob o domínio temporal dos missionários. Este projeto urbanizador era um componente fundamental da estratégia de ocupação efetiva do território e traduzia-se na construção de fortificações em pontos estratégicos, na fundação de novas vilas e cidades, e na refundação de aldeamentos missionários e sua integração na rede urbana.

Nessas novas fundações, existia uma preocupação pelo ordenamento do plano urbano, o alinhamento de ruas e de fachadas, e a uniformidade da aquitetura. O rigoroso ordenamento urbano era ao mesmo tempo expressão da cultura racional europeia que se pretendia implantar no Brasil e marca do bom governo. Nessas novas fundações, uma praça, habitualmente quadrada, e localizada no centro da povoação constituía o elemento gerador do plano da cidade. Era a partir dela que se definia o traçado das ruas e se estruturava o conjunto da malha urbana, segundo uma estrutura ortogonal. Em muitas situações existiam duas praças, destinadas a funções distintas, continuando a tradição de praças múltiplas nas cidades portuguesas. Numa delas estava localizada a igreja, com o cruzeiro, enquanto na

outra se localizava a Casa da Câmara e o pelourinho. A formosura e o ordenamento destes núcleos urbanos passava também pela normalização da arquitectura dos edifícios a construir. Em muitos casos, todos os edifícios de habitação deviam ter fachadas com o mesmo desenho.

Contrariamente às cidades de períodos anteriores, o processo de crescimento dessas cidades setecentistas já não era através da construção de sucessivas malhas urbanas, cada uma delas com as suas próprias características morfológicas, que se iam adicionando, mas sim através da expansão da sua estrutura urbana original, segundo regras que nela já estavam implícitas.

A Vila de São José de Macapá, fundada em 1758, é uma das principais fundações deste período, e representativa desses princípios de organização urbana. O plano de Macapá é centrado em duas praças retangulares, a partir das quais se estrutura o traçado das ruas e dos quarteirões dentro de uma lógica ortogonal. Embora as ruas e os lotes urbanos sejam todos da mesma dimensão, os quarteirões não são todos idênticos: a sua proporção e a sua dimensão variam, bem como a disposição e a orientação dos lotes em cada um deles. As praças, que constituem o elemento central do plano, não são simples espaços vazios, correspondendo a quarteirões não construídos, antes se articulam com as ruas e a malha urbana de forma diferente em cada caso. Em Macapá, tal como noutras vilas e cidades planeadas neste período, a malha reticulada que havia servido de base à concepção do conjunto não se traduzia literalmente na estrutura de ruas, de praças e de quarteirões, as quais se articulam num sistema compositivo mais complexo.

Em Vila Nova de Mazagão, fundada em 1769, pelo contrário, temos uma correspondência mais literal entre essa malha conceitual e o traçado efetivo da cidade, dando origem a um traçado urbano facilmente perceptível. Este baseia-se numa malha regular, que define uma estrutura ortogonal de ruas e de quarteirões quadrados. O plano desenvolve-se a partir de uma praça central quadrada, que é obtida através da supressão de um dos quarteirões. Apesar do plano de Mazagão ser, em vários sentidos, um plano mais literal do que o plano de Macapá, existem características comuns às duas vilas, que podem encontrar-se na sua regularidade geométrica e no modo como ambos os planos, apesar de concebidos segundo um traçado ortogonal, desestruturam as suas malhas para se adaptar às condições físicas do território. Isto significa que mesmo quando se concebia uma cidade de forma racional e se desenhava o seu plano, era no terreno no processo de implantação que, em última instância, se definia o seu traçado.

Estas cidades setecentistas eram herdeiras de um saber teórico e de uma grande experiência urbanizadora desenvolvida na fundação de cidades ao longo de séculos. Esta longa experiência prática e os conhecimentos teóricos dos arquitetos e engenheiros militares foi condição necessária para a eficácia dessa campanha urbanizadora e para a regularidade dos planos. Esse mesmo capital de conhecimentos e de experiência desenvolvidos em contextos coloniais, nomeadamente no Brasil, virá a ser a base das intervenções urbanas levadas a cabo em Portugal na segunda metade do século.

Os planos para a reconstrução pombalina da Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755 e o plano para Vila Real de Santo António, de 1775, constituem, de diferentes formas, a síntese da experiência urbanística portuguesa de séculos anteriores. Nenhum deles teria sido possível sem a experiência urbanística colonial, onde foram buscar a sua prática, os seus processos de planeamento, as suas referências e as suas morfologias. Sem eles, nunca os planos para a reconstrução de Lisboa poderiam ter sido executados tão rapidamente, nem a reconstrução se poderia ter iniciado em tão breve espaço de tempo.

Cada um dos seis planos elaborados para a reconstrução da Baixa de Lisboa constituía uma síntese diferente das vertentes vernácula e erudita que, em todas as épocas, eram componentes fundamentais do urbanismo português, e expressava uma atitude diferente para com as preexistências e o antigo traçado da cidade. Esses planos iam de uma total aceitação das preexistências e das particularidades locais, como era o caso do plano de Gualter da Fonseca e de Francisco Pinheiro da Cunha, que respeitava o traçado anterior e muito particularmente a localização das igrejas e capelas, até uma quase abstração do seu traçado geométrico, como era o projeto de Eugénio dos Santos.

A proposta elaborada por Eugénio dos Santos, em colaboração com António Carlos Andreas, é a última expressão do urbanismo português que, embora planeado, onde a racionalidade e a geometria estão presentes, privilegiava e tinha como referências fundamentais a memória da cidade de antes do terremoto, os seus elementos estruturantes e as suas hierarquias (Figura 6).

Este é um plano que de uma forma inteligente e equilibrada faz uma síntese perfeita dos dois componentes que caracterizam a cidade portuguesa. O novo plano integrava-se sem esforço no tecido envolvente, reconstruído de acordo com o traçado de antes do terremoto, acomodava-se com naturalidade à topografia, e tinha a capacidade de integrar preexistências constru-

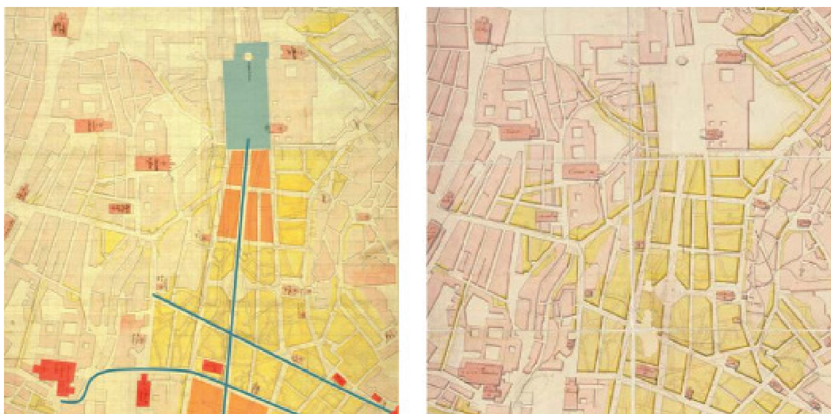


Figura 6. Lisboa, Portugal. *Planta nº 3, Plano da Cidade de Lisboa baixa (...)*, Eugénio dos Santos e Carvalho, António Carlos Andreas, [séc. XVIII], Museu da Cidade de Lisboa.

ídas ou a memória de espaços urbanos de antes do terremoto. Ao mesmo tempo, era um plano ordenado, simétrico e hierarquizado. A síntese dessas duas concepções de espaço era feita de uma forma sensível, em que as estratégias de desenho adotadas exploravam com sucesso as relações entre o plano urbano e a arquitetura. É esta capacidade de integrar a nova ordem geométrica com as antigas preexistências – construídas ou simplesmente memórias – e simultaneamente de se adomar ao terreno que fazem este plano o último representante do que consideramos ser a essência do urbanismo português.

O plano conseguia conciliar de uma forma equilibrada o respeito por linhas estruturantes fundamentais da cidade, por percursos pré-existentes e o respeito pela localização das igrejas antes do terremoto, com um traçado inovador e racional, onde é patente a geometria, o ordenamento e a regularidade que se pretendeu impôr ao plano. A genealogia deste plano, mais do que nos planos setecentistas, vamos encontrá-la em Salvador da Bahia.

Viria, no entanto, a ser adotado o plano mais racional e o que propunha uma alteração mais radical relativamente à situação preexistente. Este plano, também de Eugénio dos Santos, era polarizado pelas praças do Rossio e do Terreiro do Paço, que já existiam antes do terremoto, mas que foram regularizadas, redefinidas na sua forma e orientação. Estas duas praças eram unidas por uma malha ortogonal de ruas longitudinais e transversais, hierarquizadas pela sua posição no plano, pelo modo como se articulavam com o Rossio e com o Terreiro do Paço, pelo seu perfil, pelas suas cérceas e pelas características arquitetônicas dos edifícios que ao longo delas se construíam, de acordo com os projetos elaborados pela Casa do Risco das Obras Públicas (Figura 7).

Este projeto para a Baixa de Lisboa é herdeiro de uma cultura urbanística erudita, que era uma parte fundamental do capital de conhecimentos dos engenheiros militares que desde o século XVI construíam cidades no Brasil e noutras partes do mundo. Mas para além das suas referências eruditas e apesar da sua aparente abstração, este plano fazia uma deliberada revisi-



Figura 7. Lisboa, Portugal. *Planta Thopographica da Cidade de Lisboa (...)*, Eugénio dos Santos e Carvalho, Carlos Mardel, [séc. XVIII], Museu da Cidade de Lisboa.

tação de algumas das características do urbanismo tradicional português, incorporando-os no plano.

Assim, a rua longitudinal que se desenvolve ao longo da costa, que é um elemento fundamental na estrutura das cidades marítimas e ribeirinhas, está presente no plano pombalino através das ruas da Alfândega, do Arsenal e Bernardino Costa. Sensivelmente a meio desta rua longitudinal, no cruzamento com a principal rua transversal – a rua Augusta – estrutura-se uma praça – o Terreiro do Paço. Tal como naquelas cidades, esta praça desenvolve-se entre a rua longitudinal que lhe passa tangente e o rio.

O progressivo distanciamento das sucessivas ruas longitudinais faz com que a um primeiro conjunto de quarteirões paralelos ao rio se sucedam outros quarteirões que lhes são perpendiculares. Correspondentemente, as ruas perpendiculares ao rio passam a ser as mais importantes e tornam-se a direção dominante do traçado. Este é um processo de desenvolvimento característico das cidades litorais ou ribeirinhas, em que ocorre a passagem de quarteirões paralelos à linha de água a outros de dominância vertical, como é o caso, por exemplo, de Ponta Delgada ou do Rio de Janeiro, cidades cuja morfologia é uma referência deste plano.

A multiplicidade de praças destinadas a funções diferentes está presente nas duas praças principais, o Rossio e o Terreiro do Paço, e nos pequenos largos, resultado de simples alargamentos de ruas, que se formam em frente às igrejas inseridas na malha da Baixa. A hierarquia das ruas é feita através da sucessão de ruas principais e secundárias, com diferentes perfis, que se alternam, numa referência explícita ao traçado das cidades medievais planeadas. Para além do seu perfil – mais largas as ruas de frente, mais estreitas as ruas de trás – a hierarquia das ruas era também definida pela relação que estabelecem com as duas grandes praças que polarizam o plano, e pelas cérceas e a arquitetura dos edifícios que se constróem ao longo delas.

A relação do traçado urbano com a arquitetura está presente na adoção de um padrão arquitetônico uniforme para toda a área do plano e nas sutis diferenças que distinguem os três tipos de fachada que, dentro daquela uniformidade, foram elaborados para as ruas de frente, de traseiras e transversais. A exceção é o Terreiro do Paço, que tem um projeto diferente adequado à sua escala monumental de praça real.

O processo habitual de crescimento das cidades portuguesas, através da construção de sucessivas malhas urbanas, com diferentes características morfológicas, que se vão adicionando, é também referenciado no plano de Eugénio dos Santos. As malhas da Baixa, do Chiado e do Cais do Sodré são distintas, correspondendo a diferentes unidades de crescimento. Dentro da própria Baixa, os dois conjuntos de quarteirões – os primeiros, paralelos ao rio e os segundos, perpendiculares ao rio – parecem querer sugerir diferentes fases de crescimento, como era o caso das cidades costeiras cuja morfologia é uma das referências deste plano.

Também o processo de planeamento e de construção da cidade portuguesa, em que o plano desenhado é confrontado com o sítio e adaptado ao sítio no ato da sua implantação, está também presente no plano de Eugénio dos Santos. Entre a planta desenhada que temos como referência – que não é contudo a planta original, desaparecida – e a realidade construída são perceptíveis várias diferenças. Entre outras alterações, o Hospital Real não foi reconstruído, daí resultando uma solução diferente para o Rossio, a malha do Chiado foi construída com quarteirões de diferente dimensão, a praça em forma de estrela junto ao convento de S. Francisco não foi construída, a igreja de São Paulo foi reorientada, e outras igrejas foram construídas noutros locais. Algumas destas alterações foram consequência, sem dúvida, do confronto com o local e das necessidades de adaptação que daí resultaram.

Temos assim que todo o saber, a prática e as formas urbanas desenvolvidas através da experiência urbanística colonial teve expressão no plano de

reconstrução da Baixa. Partindo de formas tradicionais de estruturação da cidade portuguesa, de diferentes períodos históricos, Eugénio dos Santos abstraiu, a partir delas, um plano eminentemente racional e erudito. As habituais dualidades que se estabelecem entre traçados vernaculares e eruditos, planeados e não planeados, esbatem-se. O plano da Baixa mostra que não há incompatibilidade entre uma e outra destas formas de fazer cidade. Ambas se baseiam em princípios inteligentes de estruturar uma cidade de forma ordenada, hierarquizada, e sabendo tirar partido das particularidades físicas do sítio em que se implanta.

O plano de Eugénio dos Santos é herdeiro do espírito de racionalidade e da capacidade de abstração dos princípios essenciais do urbanismo português, a partir dos quais teve a capacidade de inovar e de elaborar um plano eminentemente racional. Ao mesmo, tal como nas cidades coloniais, este plano respondia a um idêntico quadro de escassez de recursos, e do necessário pragmatismo e rapidez de construção exigidos pelo terremoto. Neste sentido, o plano da Baixa de Lisboa é um legítimo herdeiro do urbanismo brasileiro setecentista.

No plano de Vila Real de Santo António, de 1775, vemos expressar-se de forma igualmente nítida os princípios racionais e abstratos que enformavam a urbanística portuguesa setecentista, herdeira da experiência brasileira. Vila Real de Santo António tem um traçado de ruas rigorosamente ortogonal, definindo dois tipos de quarteirões, de forma quadrada e retangular. No centro do plano localiza-se uma praça quadrada, correspondendo a um quarteirão não construído; duas outras praças, também quadradas, mas de menores dimensões, localizam-se simetricamente, de um e outro lado, em relação à praça central.

Encontramos uma grande identidade formal entre o traçado de Vila Real de Santo António e o da vila de Portalegre, na comarca de Porto Seguro/Bahia, de 1772. Não só ambos entroncam na mesma cultura urbanística que permeava a prática do urbanismo português na segunda metade do século XVIII – e que se traduzia em traçados ortogonais regulares, com uma praça central que constituía o elemento gerador do plano, e a adoção de programas arquitetônicos uniformes, com edifícios obedecendo a um mesmo projeto – como a solução formal adotada em ambos os planos é idêntica (Figura 8).

Os modelos urbanos da cidade de origem portuguesa, a reciprocidade de influências

Os traçados urbanos setecentistas das cidades construídas em Portugal e no Brasil são expressão de um conhecimento teórico e prático caldeado

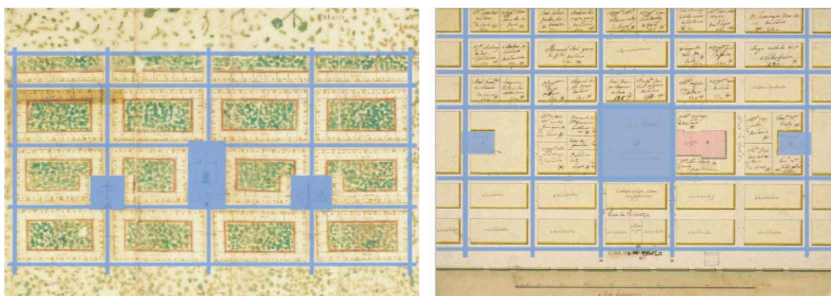


Figura 8. - a) Portalegre, Brasil. *[Mapa da novas Villa de Portalegre]*, 1769, Arquivo Histórico Ultramarino. - b) Vila Real de Santo António, Portugal. *Planta Geral da Villa de Santo Antonio de Arenilha*, [c. 1775], Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

e sintetizado ao longo de séculos, em múltiplas situações, em que se observam os elos de continuidade e as influências cruzadas que lhes deram origem. Ao longo da história, a componente do urbanismo português que se baseava numa compreensão do território nunca foi rejeitada, mas antes assimilada pelos profissionais, que foram capazes de fazer a síntese do saber teórico e da prática urbanística. Desta síntese resultavam cidades onde sobressaem como características fundamentais a capacidade de desenhar com o sítio e o pragmatismo das soluções adotadas em cada caso.

A cidade portuguesa procurava responder sempre à realidade material em que se situava, não se limitando a reproduzir modelos abstratos. Mesmo quando se estruturava a partir de modelos racionais, traduzida em estruturas geométricas, não obstante esta matriz intelectual procurava sempre adaptar-se à realidade material e às particularidades do sítio em que se situava. Esta é a síntese dos componentes vernáculo e erudito que sempre caracterizou o urbanismo português, e que se concretizava através das sucessivas fases de concepção, desenho, implantação e construção da cidade. A elaboração do plano para a reconstrução da Baixa de Lisboa, as tranformações efetuadas ao longo do processo e a sua efetiva construção, mostram precisamente como essa outra dimensão do urbanismo português subsistiu, articulada com a racionalidade iluminista.

Esta síntese não era apenas o resultado de uma prática, mas era ela próprio objeto de teorização por parte dos engenheiros militares portugueses. Serrão Pimentel, engenheiro-mor do Reino de 1663 a 1678, no seu tratado *O Engenheiro Português* reconhecia as virtudes da execução de um desenho prévio, embora considerasse que a prova final da adequação do plano devesse ser feita no terreno, no confronto prático com a realidade, através da sua adaptação ao sítio. Da mesma forma, mais de um século depois,

Manuel da Maia, engenheiro-mor do Reino que superintendeu à reconstrução de Lisboa, na sua dissertação sobre a reconstrução de Lisboa, considerava que o verdadeiro ato de projetar se realizava no confronto com o terreno. Segundo ele, mesmo quando existia um projeto desenhado, a avaliação prática da sua viabilidade e a sua adaptação ao sítio constituíam os passos mais importantes do ato de projetar.

A urbanística portuguesa consistiu sempre na síntese destes dois saberes: por um lado, a teoria, o plano idealizado e o desenho; por outro lado, a experiência prática, o confronto com a realidade, a demarcação no terreno. Para tal, muito contribui a sua experiência colonial, e a necessidade de adaptar os modelos urbanos a várias contextos geográficos e climáticos, não os impondo, antes os moldando conforme as necessidades e em resultado de uma cuidadosa compreensão da realidade.

O urbanismo de origem portuguesa é o resultado de múltiplas experiências, processos de troca e influências recíprocas, levados a cabo em Portugal, no Brasil, em África, no Índico e no Oriente, em que participaram populações e técnicos de várias origens. O Brasil desempenhou um papel particulamente importante no processo de inovação de formas e de processos que daí resultaram e que vieram a fazer parte integrante do urbanismo português. Não obstante a multiplicidade das suas expressões construídas, o urbanismo português soube construir uma identidade, que se consubstancia num conjunto de invariantes morfológicas e de processos que, ao longo do tempo e dos espaço, caracterizam indelevelmente essas cidades.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil**. **A Terra e o Homem**, vols 1 e 2, São Paulo, 1964.

CARITA, Helder, Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495 – 1521), Lisboa, 1999.

DELSON, Roberta Marx, Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII, Brasília, 1997.

FERREIRA, Tito Lívio, FERREIRA, Manoel Rodrigues, *História da Civilização Brasileira*, São Paulo, 1959.

MARX, Murillo, *Cidade Brasileira*, São Paulo, 1980.

MARX, Murillo, *Nosso Chão: do Sagrado ao Profano*, São Paulo, 1989.

MAYA, Manuel da, "1ª Dissertação sobre a Renovação da Cidade de Lisboa por Manoel da Maya, Engenhrº mor do R.no", *in* Christovam Ayres, *Manuel da Maya e os Engenheiros Militares Portugueses no Terramoto de 1755*, Lisboa, 1910.

PIMENTEL, Luís Serrão, Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificacoens das

Praças Regulares & Iregulares, Fortes de Campanha e outras Obras Pertencentes a Architectura Militar, Lisboa, 1680.

REIS, Nestor Goulart, *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp, São Paulo, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart, Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720), São Paulo, 1968.

SANTOS, Paulo F., Formação de Cidades no Brasil Colonial, Coimbra, 1968.

SIMAS FILHO, Américo, *Evolução Física de Salvador*, Centro de Estudos de Arquitectura da Bahia, Salvador da Bahia, 1979.

TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida, O Urbanismo Português, Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil, Lisboa, 1999.

TEIXEIRA, Manuel C., coord., *A Praça na Cidade Portuguesa*, Lisboa, 2001.

TEIXEIRA, Manuel C., coord., *A Construção da Cidade Brasileira*, Lisboa, 2004.

TEIXEIRA, Manuel C., *A Forma da Cidade de Origem Portuguesa*, publicação on-line, Lisboa, 2007, http://cartografiaurbana.ceurban.com/publicacoes.php.

Pesquisa financiada pelo projecto "Atlas do do Património Urbano Português no Mundo", PTDC/GEO/75081/2006, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, MCTES, Portugal.

A cor (das cidades portuguesas) antes do moderno. Perplexidades, descobertas recentes e investigações em curso*

*José Aguiar***

«Inside this house was a whole world, a very particular kind of world, a very clean, clear and orderly universe. (…) There is a kind of white that is more than white, and this was that kind of white. There is a kind of white that repeals everything that is inferior to it, and that is almost everything. This was that kind of white. There is a kind of white that is not created by bleach but itself is bleach. This was that kind of white. This white was aggressively white. It did its work on everything around it, and nothing escaped. Some would hold the architect responsible. He was a man, it is said, who put it about that his work was "minimalist", that is mission was to strip bare and to make pure, architecturally speaking, that his spaces were "very direct" and "very clear", that in them there was "no possibility of lying" because "they are just what they are." He was lying, of course, telling big white lies (…).»

David Batchelor, Chromophobia, Reaktion Books, 2000, p. 10

Padece a arquitetura contemporânea de cromofobia?

É mais que pacífico dizer-se que a cor integra e é elemento fulcral dos que caracterizam, humanizando, o espaço urbano e arquitetônico, tornando-o reconhecível e identificável. É também coerente assumir-se que a manipulação da cor é imprescindível à coerência das intervenções sobre a cidade existente, enquanto instrumento de (re)conformação e (re)desenho da própria imagem urbana, tanto no quadro de ações de conservação como da inserção mais (ou menos) consonante de novas arquiteturas.

* Desenvolvido a partir de um artigo anterior de título *Cor, espaços públicos, o Moderno e a cidade histórica*. Publicado na *Revista Cadernos Edifícios*, nº4. Lisboa: LNEC, 2005

** Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Dito isso é verdadeiramente anômala a forma como literalmente hoje desconhecemos esse poderoso meio expressivo da arquitetura, desprezando os contributos da cor para a conformação e organização do espaço humanizado e humanizante.

Na arquitetura contemporânea continua perene o primado do minimalismo, do homogêneo, do monocromático e, mais que todas as cores, a do etéreo branco – ao que se contrapõe o fauvismo de um pós-moderno quase desesperado (ou exasperado) –, isto quando de há muito se sabe que as catedrais eram pintadas, tanto quanto os templos do classicismo, de policromáticas acrópoles (sublimada por Le Corbusier como símbolo de uma inteligência de desenho "puro" em magnífica monocromia de mármore).

O primado do racionalista branco parece recentemente adquirir reforçada racionalidade perante os excessos cromáticos pós-modernos, de gostos primários e imediatistas, que parece agora esgotar-se num exibicionismo sem tino e talento (que hoje atinge e fere com pedaços de reboco soltos os passantes, acidentados pela típica preferência do choque estético e absurdo desprezo pelo saber construir).

Mas de onde proveio essa preferência, ou oposta condenação, ao branco? De onde tanto azar nas tentativas de regresso à cor? David Batchelor, num recente livro de título Cromofobia, procura esclarecer a questão1[1]. Para Batchelor, o trauma da relação da arquitetura contemporânea com a cor tem nome, chama-o de "Cromofobia", que define como uma permanente patologia da cultura ocidental, na qual se verifica um longo e orquestrado esforço de purgar a arte e a arquitetura da inquietude da cor.

Desde Aristóteles, a nossa cultura parece eleger a linha e o traço como os mais elevados representantes da qualidade do pensamento em arte. O desenho com o mais nobre nível de expressão do pensar, sublimando a inteligência do abstrato por comparação com outras formas de expressividade plástica. Ficou assim estabelecida, nas artes plásticas e na pintura, uma ordem operativa hierarquizada que nos leva da "invenção", através do "desenho", ao "chiaroscuro" e, apenas no fim, à "cor".

Como ironicamente enfatiza Batchelor, na nossa cultura parece haver, portanto, uma longa presunção de um "desenho-ordem" como oposto à mais diletante "cor-caos", ou "cor-droga", que intoxica, que se toma como instável, e como tal podendo confundir ou desfocar. Uma "cor-ameaça" a ponto de afetar a "clareza" do raciocínio, enfim: a cor tomada como um "submarino-amarelo" que nos conduz à perda da "graça" (ou ao seu ganho,

1 BATCHELOR, D. *Chromophobia*. Londres: Reaktion Books, 2000.

se partilharmos de perspectivas transgressoras)[2]. Todos sabemos da longa e perene continuidade dessa luta.

O discurso moderno e a moral da cor em arquitetura, ou seja, para ser mais preciso, a redução do problema da cor à pseudo verdade expressiva dos próprios materiais, alicerça-se em grande medida nas teorias de Ruskin (consulte-se o capítulo a "Lâmpada da Verdade" no "Sete lâmpadas da arquitetura"[3]). Ruskin tomou muito dos revestimentos em arquitetura (i.e. rebocos, pinturas e consequentes técnicas ornamentais) como sinônimo da produção de indesejáveis "fingimentos" que ocultavam, perturbando, a verdade de relação desejável entre concepção, produção e percepção visual e imediata da materialidade ("verdade") das formas. Importa realçar que essas qualificações de Ruskin sucedem no auge de uma campanha contra o espúrio do historicismo e do ecletismo, em prol do regresso à verdade do gótico em pleno contexto romântico e "ruinista".

Na verdade, nesta questão particular das relações de "verdade", na relação construção vs "forma", Ruskin revela uma profunda ignorância quanto ao duplo papel de "camada sacrificial" e de "camada de expressão" estética, que cabem e são inerentes à missão dos revestimentos na construção e na definição de superfícies arquitetônicas históricas. Ou seja, na cultura da construção pré-industrial, que se baseava em grande medida na utilização de materiais porosos, aos revestimentos cabia a missão não só de assegurar a durabilidade dos elementos tetônicos (as alvenarias), aguentando os embates dos agentes da degradação e do tempo, sacrificando-se sempre que necessário e depois refazendo-os, em consequência e ao gosto da moda do(s) tempo(s), como também de assegurar soluções de comunicação arquitetural, e portanto fingindo, se necessário, simulando pedra em falsas pilastras ou em quadros de vãos e, claro, recorrendo à cor como sublinhado da permanência de um sentido de ordem, sempre inerente à vestimenta da arquitetura, tal como ela se entendia antes da modernidade.

Um entendimento da cor como algo de perigoso ou de trivial, corruptor da séria cultura. Cor-corpo-estranho e, portanto, tomada como algo de oriental, de feminino ou infantil - como diz Batcehelor -, cor situada em arquitetura entre o vulgar e o patológico, como algo de superficial, de suplementar, de não essencial e portanto decorativo - logo de ordem cosmética. Esta visão espúria da cor parece coerente com a nossa nacionalista preferência pelo tudo branco (a Sul), ou pela "pedra à vista" (mais a Norte),

---

2 D. Batchelor, *op. cit.*, p. 31

3 RUSKIN, J. *The seven lamps of architecture. Fac-simili* da segunda edição de 1880. Nova Yorque: Dover Publications, 1989.

que se tornou o paradigma visual do restauro no Estado Novo. Paradigma que, convenhamos, em grande medida se manteve e acentuou quando o Moderno finalmente chegou e, com ele, os planos e regulamentos monocromáticos e higienistas típicos das décadas de 1950 a 1970.

Ocorrem-me a este propósito as palavras de Ludovico Quaroni que cito: "É provável que a carência de cores puras, polidas, brilhantes, na pintura de cavalete ou de parede, nos rebocos, nas tintas das telas, tenha orientado o gosto para a harmonia das 'terras', e esta seja uma das muitas razões pelas quais a arquitetura do passado na Europa "resistia" ao tempo, quer dizer, era cada vez mais bela à medida que passavam os anos, enquanto na arquitetura moderna vale a regra inversa, a do novo, do perfeito, do polido"[4].

A cor da cidade histórica e das suas mudanças

A constatação do impacto traumático da perda de cidade histórica coincide exatamente com o início das políticas de salvaguarda centradas sobre a modificação das *facies* de áreas urbanas históricas, ou seja com o lançamento das primeiras grandes operações de *Ravalement,* tais como as que A. Malroux promoveu em Paris, a partir de 1961, ou como as sistemáticas operações de renovação desenvolvidas por alemães e austríacos depois da II Grande Guerra. O *Ravalement*, como método, baseia-se na promoção de operações massivas de limpeza e de repintura das fachadas em zonas históricas, recorrendo a técnicas modernas (geralmente novos rebocos de cimento Portland e pinturas com dispersões acrílicas e vinílicas) procurando alterar, por meio da renovação do aspecto, a decrepitude visual dos antigos tecidos urbanos.

Com o *Ravalement* a cidade histórica, lida até aí como abandonada, velha e suja, surge rapidamente nova, realçada, colorida e brilhante, capitalizando novos interesses e afetividades por parte do grande público (um pouco menos por parte dos mais eruditos), com óbvias repercussões e capitalizações políticas. Em grande medida a operação "7ª Colina" com a repintura, festiva e Fauvista, do eixo que ligava o Cais do Soudré ao Largo do Rato, foi uma das nossas mais divulgadas dessas ações.

No mundo da conservação, as dúvidas metodológicas sobre o resultado do *Ravalement* surgiram quase imediatamente: o que era único e diverso, o que tinha a diversidade da estratificação histórica, o pouco que ainda não era Moderno, parecia ressurgir agora igualizado, homogeneizado, amalgamado por pinturas industriais e soluções interpretativas que pouco tinham

4 QUARONI, L. *Proyectar un edificio. Ocho lecciones de arquitectura*. Tradução em castelhano do original de 1977. Madrid: Xarait Ediciones, 1980, p. 180.

que ver com as diferentes e ricas possibilidades expressivas das superfícies, materiais e cromas originais.

Apesar de todas as suas limitações, importa não esquecer e até realçar que a constância das artes e das técnicas tradicionais, sobretudo das artes ditas da cal, assegurava algo de maravilhoso: as águas das chuvas, o vento e o sol, a transparência dessas tintas, a qualidade dos seus pigmentos minerais, revelavam pouco a pouco os tons anteriormente aplicados, numa belíssima pátina - feita de expostas sobreposições. Ao mesmo tempo permitiam assegurar uma quase que natural integração da arquitetura, e da própria evolução cromática de cada arquitetura individual, no contexto envolvente do lugar, com sutis variações tonais de aquarela e grande heterogeneidade sensorial e cromática que nenhuma tinta atual consegue atingir ou ainda, sequer, simular.

E importa não esquecer que para a emoção do fruir da cidade histórica é fulcral esse primeiro contato, visual, de apreciação da cor, na sua imediata revelação sensitiva através do olhar, para a qual é também óbvia a importância das superfícies e texturas.

Em Portugal havia cor e o ornamento não era crime!

Na verdade e durante demasiado tempo, pensamos que a qualidade da expressão arquitetônica dos revestimentos e superfícies mais usuais em Portugal (provenientes das técnicas da cal), com a evidente exceção dos azulejos e da ornamentação em pedra, era particularmente pobre e de muito baixo nível artístico, isto por comparação com outras realidades europeias (como a italiana). Parecia termos de nos contentar com o usual branco da cal aérea rematado pelos amarelos-ocre ou azuis, ou pela pedra, quando era mais rica a construção.

A sucessão, ainda relativamente recente, de uma série de estudos sobre revestimentos e as descobertas entretanto ocorridas em diversos monumentos classificados (como, por exemplo, está ainda acontecendo no Palácio Nacional de Sintra), sobre a imagem urbana de alguns centros históricos (por exemplo os estudos de cor no âmbito da reconstrução pós-sismo na Ilha Terceira, os projetos de cor da responsabilidade do Plano Integrado do Castelo em Lisboa, as intervenções cromáticas em Centros Históricos da responsabilidade de gabinetes técnicos como o CRUARB do Porto, o GTL de Guimarães e o GCH de Évora etc.), têm vindo a alterar, por vezes de forma verdadeiramente inesperada, essa restrita visão.[5]

[5] AGUIAR, J. *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*, (tese elaborada no LNEC, apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Conservação do

Hoje sabemos que também em Portugal existiram (mas cada vez menos existem) revestimentos e técnicas ornamentais de grande valor histórico e estético, expressando-se por vezes com elevado nível artístico e típicas da cultura do mundo mediterrâneo, que integramos. Coimbra teve (e muitos já desapareceram) e Évora ainda tem extraordinários esgrafitos, que em nada ficam a dever aos esgrafitos que nos levam de romaria a Segóvia, a Barcelona, ou até a Florença.

A simulação de materiais nobres como a pedra, feita através de argamassas cuja coloração se obtinha pela cuidadosa seleção dos agregados e pelo controle das sua texturas, ou por técnicas de pintura de fingido, era extraordinariamente corrente nas nossas cidades históricas e ainda hoje muito extensiva no Centro e Sul do país.

Os guarnecimentos de pasta de cal e pó de pedra em camadas finais com a espessura de dois a três milímetros e muito lisas (muito similares à aparência do estuque), por vezes pigmentados na massa, abundavam nas nossas cidades, existindo exemplos, como em Sintra, onde simulavam os aparelhos de tijolo à vista, ou mesmo a pedra e a madeira (como no semi-destruído Challet da Condessa d´Edla), por vezes preenchendo também com policromia as paredes das *villas* românticas espalhadas pela serra.

Os ornamentos exteriores em técnicas de "stucco", com ornatos simulando cantaria e relevos em pedra, por vezes intimamente articulados com pinturas murais (a seco ou a fresco) eram extremamente comuns do Norte ao Sul do País (visite-se a quase "esquecida" Campo Maior, para se perceber o extraordinário nível artístico que atingiram entre nós essas artes decorativas, ou leia-se a recente tese de Eduarda Moreira da Silva sobre as técnicas tradicionais de fingidos e de estuques interiores e exteriores no Norte de Portugal, para descobrir a relevância dessas soluções).[6]

Temos até originais e muito interessantes simulações por pintura de azulejaria em fachadas urbanas, já que os azulejos eram geralmente fabricados no litoral e, portanto, muito caros no seu transporte para o interior, pelo que eram fingidos recorrendo à pintura com estampilhas, simulações das quais persistem hoje muito poucos exemplos (mesmo assim ainda visíveis

---

Património Arquitectónico). Évora: UE/LNEC, 1999. Também publicado como Aguiar, J., *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*, Porto, Edições FAUP, 2003 (versão corrigida e parcial da tese de doutoramento, prólogo de Nuno Portas).

6 MOREIRA DA SILVA, E. *Técnicas tradicionais de fingidos e de estuques no Norte de Portugal. Contributo para o seu estudo e conservação*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Évora: Universidade de Évora, 2002.

em algumas terras do interior como Évora, Reguengos, Castelo Mendo, Crato etc.).

Frequentemente essas diferentes técnicas articulavam-se, misturando-se numa combinatória de grande qualidade expressiva e estética.

O aumento dos estudos de cor em tecidos históricos (restituindo o conhecimento das sucessivas estratigrafias da cor) prova também que em muitas pequenas vilas históricas, como por exemplo na "alva" Monsaraz, a cor era muito frequente nas fachadas e que a monótona exclusividade do branco parece corresponder a um mito demasiado recente, produto de interpretações estilisticamente seletivas e hiper-nacionalistas da história (a vontade de fazer o Sul corresponder a um branco moçárabe e tomar o Norte como granítico, tetônico, em suma, Românico), ou proveniente de normas higienistas mais ou menos recentes (dos finais do século XIX ao higienismo do Moderno).

Do valor das superfícies e revestimentos para a conservação do patrimônio urbano

Até o explodir da revolução industrial os revestimentos e as cores dependiam e expressavam o forte enraizamento da cultura da construção no seu contexto geográfico e geológico. Os materiais de cor (como os outros), provinham do próprio lugar, das suas terras, pedras e madeiras, diferenciando com matizes específicos as arquiteturas (um ocre de Moura não é cromaticamente igual a um ocre das terras de Évora).

Adicionalmente os revestimentos estratificam a história sedimentada das apresentações visuais da arquitetura ao longo da história, constituindo provas materiais de primeira importância sobre as modificações e evoluções nas formas de comunicação arquitetural.

São também provas tecnológicas de primeira importância: já que as distintas argamassas, na análise dos seus constituintes e da sua técnica de execução e de aplicação, se tornam um importante testemunho da história tecnológica e cultural a que deram rosto, esclarecendo (como já esclareceram Pilar de Luxán e F. Borrego) o nível tecnológico do povo que as produziu, informando sobre o comportamento e durabilidades daquelas construções perante o micro-ambiente específico a que pertencem e ao qual têm de resistir no futuro, dado precioso para a definição de futuros critérios de intervenção.[7]

---

7 PILAR DE LUXÁN, M.; DORREGO, F. Morteros antiguos y la intervencion en el património. Em Actas do Seminário Intervenção no Património Práticas de Conservação

A cor tornou-se um interessante problema de projeto e uma questão fulcral para a conservação

Os problemas de planear ou projetar a cor em cidades e tecidos históricos (ou não) são dos mais apaixonantes e complexos da urbanística contemporânea. Avalie-se o desafio de uma ambição que pretende gerir uma miríade de intervenções difusas, pontuais e não coincidentes no tempo, propostas por um grande número de diferentes promotores (institucionais ou privados), operando dentro de uma sociedade democrática, cada vez mais multicultural e multi-étnica, perante naturais dificuldades na eficácia dos instrumentos de controle exercido por parte das tutelas e enormes pressões resultantes do funcionamento das leis do mercado de uma economia aberta.

Num tempo dito de pluralidades é quase inevitável a dificuldade de instaurar ou aceitar paradigmas ordenadores. Isso conduz à procura de mecanismos alternativos de legitimação projetual, que se vão popularizando em diversos tipos: o privilégio de argumentos artísticos (o primado da "arte" sobre a construção, típico de um certo pós-moderno mais óbvio, popularesco e falho de argumentos); as justificativas sociopolíticas (o – agora fora de moda? - apelo à democracia direta e à participação popular, por exemplo); os argumentos contextuais (o *Genius Locci* como motor do projeto); as fundamentações tecnológicas (propondo o primado racionalista da construção sobre os argumentos artísticos) etc. Compreende-se como, nesse atual e confuso quadro, a ecologia e a história adquiriram hoje – pela sua óbvia premência -, pouco a pouco, uma nova legitimidade, enquanto argumentos e primordiais justificativas de sustentação, ou da defesa, das decisões de projeto.

Compreende-se também a pobreza argumentativa de quem hoje continua a propor uma pretensa liberdade criativa do projeto – que na verdade sempre foi limitada - e de "autores-heróis-contra-tudo-e-contra-todos", reduzindo o problema das escolhas a um pretenso combate, ou antagonismo, entre a pusilânime necessidade da afirmação artística e idiossincrática do «*eu-autor*» contra a regra, a ordem colectiva e as suas normas, como as que se fundam na disciplina da cidade e na incorporação da sua cultura histórica, imediatamente tomadas como "castradoras". Dito de forma mais simples, percebem-se os fundamentos ideológicos de quem diz do património arquitetônico ser um arqui-inimigo impeditivo da "nova arquitetura" e que grita aos sete ventos: *faça-se patrimônio de hoje!*

e Reabilitação. Porto: FEUP-DGEMN, 2002.

Ao ódio aos pretensos cerceamentos da criatividade criados pela salvaguarda quando esta é norma pode sempre contrapor-se a não menor violência da casualidade nas decisões sobre conservação e, claro, sobre a cor.

A nova cultura industrial, depois do tempo de opressivas culturas de massas, evoluiu para um consumismo individualista permitido pela evolução da tecnologia e das lógicas comerciais, procurando uma pretensa e ampla liberdade nas expressão das diferenças (a base dos relógios Swatch, símbolo desta nova fase da cultura industrial e do seu design, é absolutamente igual, mas cada relógio parece diferente e como tal parece possibilitar a individualidade). As novas tintas industriais e as máquinas mágicas que as misturam (já ditos, na gíria, os "colormixes"), se por um lado parecem garantir o nosso individualismo e a universalização da diferença, acabam também por contribuir para a construção de uma nova realidade substancialmente artificial que afasta a cultura e a imagem da cidade histórica da cultura material do seu próprio território, na qual antes se fundava.

É dentro desse processo que as nossas cidades históricas perdem hoje, demasiado rapidamente, o seu *Colore Loci,*[8] quer dizer, a antiga e intima relação existente entre a imagem e a cor da cidade e as possibilidades concretas do seu próprio território (materiais, pigmentos, terras, areias, cais etc.).

Tornou-se também já tradicional o argumento de que a cor na cidade histórica é rapidamente perecível e, portanto, não permanente, arbitrariedade que justificaria novas liberdades (ou novas arbitrariedades). Este argumento é falso e todas as pesquisas desenvolvidas com algum rigor científico provam que, apesar das mudanças nos tempo e nos modos, existia, sendo possível lê-la e restituí-la, uma cultura local da cor e dos materiais que dão cor, numa sistemática local, numa linguagem específica que tem uma gramática e os correspondentes dicionários expressivos, tal e qual como na arquitetura da cidade existem e podem ser lidas (através da análise morfo-tipológica) a inteligência condensada que no tempo liga (ou separou em ruptura) as permanências essenciais.

Na verdade os autismos ou as decisões de renovação de pinturas e revestimentos que resultam em poluição cromática duram dezenas de anos até serem resolvidos, implicando na maior parte das vezes a perda definitiva de superfícies com interesse histórico. E quanto às questões

---

8 RAIMONDO, C. I piani del colore, Manuale per la regolamentazione cromatica ambientale. Rimini: Maggioli Editore, 1987.

da liberdade, será que podemos considerar como mais livre, enquanto exercício de cultura ou de cidadania, a escolha de alguém que se orienta por um catálogo comercial de um fabricante de tintas com 20 ou 30 cores base (ou 200 ou 300), feitas com os pigmentos orgânicos dos mais baratos - hoje vindos da Alemanha, amanhã, com significativa mudança de tonalidades, provenientes da China? Será essa escolha mais livre e coerente do que as escolhas de alguém que se oriente por catálogos e combinatórias de cores (atlas cromáticos) estabelecidos em função de referências locais ou regionais precisas, técnica e culturalmente fundados na especificidade daquele lugar e incorporando uma representatividade histórica?

A construção gradual de um lugar da cor nas teorias de projeto para a cidade e arquiteturas históricas foi lenta e marcada por duas vias significativas, uma de caráter mais metodológico e culturalista, a outra preocupando-se sobretudo com a *praxis* e as implicações da disciplina do restauro.

Foi sobretudo a partir da pós-modernidade dos anos 1980 que começaram a divulgar novas abordagens ao problema de projetar a cor mais vinculadas aos valores do contexto e do *habitat* humano. Afirma-se então uma pioneira geração de *coloristas*, entre os quais destacaria Jean-Philippe Lenclos e Antal Nemecsis[9 e 10]. Os métodos propostos, no entanto, sustentam-se em grande medida no empirismo, baseando-se em análises e registros eminentemente impressivos, longe ainda das necessidades de maior rigor no registro, na catalogação e na comunicação entre projeto e obra, imprescindíveis às intervenções em patrimônio histórico.

Porter e Mikellides, década e meia antes, iniciaram a sustentação do projeto de cor como uma disciplina integrante em parte inteira do projeto arquitetônico e do planeamento urbano, domínio que se alargou à arquitetura da paisagem e do território, numa amplitude à qual Michael Lencaster daria a feliz designação de *Colourscape.*[11]

Um pouco em contracorrente a essas iniciativas centradas no problema do método em projeto, iniciaram-se na Itália e na Áustria, isto em meados da década de 1970, abordagens fundamentadas numa estreita arti-

9 LENCLOS, J.-P. Les couleurs de la France. Paris: Moniteur, 1982. Do mesmo autor, The Geography of Color. Tóquio: San´ei Shobo Publishing Company, 1989.

10 NEMESICS, A. Budapest: The coloroid system, The colour scheme of the Buda Castle District. Em The Colour of the City. Haia: V+K Publishing, 1992.

11 LENCASTER, M. Colourscape, Londres, Academy Editions, 1996. Porter, T. - Colour Outside. Londres, Architectural Press, 1982.

culação entre ciência, filosofia e arte, suportadas por uma nova historiografia da arte que pela primeira vez se preocupa com - ou que finalmente começa a conseguir ver e dar a ver - o estudo das diversas modalidades artísticas e das expressões das superfícies arquitetônicas exteriores, resolvidas com revestimentos minerais (pinturas murais, *stuccos* ou rebocos ornamentais, esgrafitos etc.).

Esta evolução acontece no quadro da incorporação das teorias do restauro propostas pelo mais influente dos teóricos da conservação no século XX, Cesare Brandi, que marcaram o espírito da fundamental *Carta Italiana del Restauro*, de 1972, a qual condenou a sistemática renovação arquitetônica e urbana contrapondo-lhe o "restauro urbano" e, portanto também, a necessidade da salvaguarda das superfícies e revestimentos históricos da cidade, perante a sua óbvia importância estética e linguística para a leitura da própria cidade histórica, entretanto também já entendida como uma "obra de arte", ainda que coletiva.[12]

Nessas abordagens são de referência obrigatória os trabalhos pioneiros de investigação em história da arte e da arquitetura de Manfred Koller e de Paolo Marconi.[13] Também as novas abordagens científicas aos problemas do restauro e da conservação (importando citar os contributos de cientistas como Giorgio Torraca e o seu fundamental *Porous Building Materials*[14]) assim como a gradual adaptação das metodologias e das técnicas desenvolvidas para a conservação da pintura mural (que tinham o seu estado da arte registado no fundamental tratado *La Conservation des Peintures Murales* do casal Mora e de Paul Phillipot[15]), testadas e aperfeiçoadas por novas gerações de restauradores que dei-

---

12 BRANDI, C. Teoria del Restauro. 2ª ed. do original de 1963. Turim: Picola Biblioteca Einaudi, 1977. 1963 A Carta Italiana del Restauro encontra-se traduzida para Castelhano em JUSTÍCIA, M. - Antología de textos sobre restauración, Jaén: ed. Universidade de Jaén, 1996, pp. 169-194.

13 KOLLER, M. Architektur und Farbe, Probleme ihrer Geschichte, Untersuchung und Restaurierung. Em Maltechink-Restauro, nº4. Viena: 1975. Ver também KOLLER, M.; KOBLER, F. - Farbigkeit der Architectur. Em Reallexicon zur deutschen Kunstgeschichte, vol VII. Munique: 1975; e ainda KOLLER, M. - Facciate dipinte in Europa centrale: ricerca e restauro. Em Facciate Dipinte, Conservazione e restauro, Atti del convegno di studi. Génova: Sagep Editrice, 1982. MARCONI, P., et. al. - Il colore nella edilizia storica. Em Bolletino d´Arte, Supplemento 6. Roma: 1984.

14 TORRACA, G. Porous building materials. Roma: ICCROM, 1982. Do mesmo autor Processes and Materials used in Conservation, Roma, ICCROM, 1980.

15 MORA, L. ; MORA, P. ; PHILIPPOT, P. La Conservation des peintures murales. Bolonha: 1977. De Paul Philippot veja-se ainda o fundamental: Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines. Em Proceedings of the Northamerican Int. Regional Conference. Pennsylvania: 1972.

xam gradualmente de se dedicarem só e apenas às mais elevadas formas do restauro dos objetos artísticos e que pouco a pouco começam a debruçar-se sobre o mais amplo universo do restauro arquitetônico (como é o caso dos austríacos Ivo Hammer e Heinz Leitner, apenas para exemplificar).

Seria demasiado fastidioso enunciar aqui o grande número de intervenções de projeto urbano na Europa em que a discussão da cor e a decisão de conservar e/ou restaurar revestimentos e superfícies arquitetônicas afetam decididamente a forma como hoje vemos essas cidades históricas. Praga, Turim, Roma, Siena, Pienza, Viena, Barcelona, Estocolmo são apenas algumas dessas muitas cidades. Houve países em que a cal já se tornou a norma no restauro de edifícios históricos e os planos de cor, uma obrigatoriedade para os seus centros históricos.

Portugal, nesse contexto está substancialmente atrasado. Entre nós permanece uma longa tradição de imposição à arquitetura que se considera histórica (por vezes também a não-histórica) de um monocromatismo branco ou à cor da pedra. Este branco imposto surgiu de uma argumentação aparentemente positivista e higiênica (na segunda metade do século XIX, perante o ressurgir de pestes urbanas e consequente obrigatoriedade de caiar), que evoluiu para pendores fortemente nacionalistas durante o Estado Novo, suportando-se no desejo do reflexo de tradições culturais que relacionam o branco com a afirmação visual, no território, de uma cultura de Sul e mediterrânea, ressurgindo mais uma vez no seu pendor mais funcionalista e higienista no nosso tardio Moderno.

Hoje a continuidade dessas imposições pode ser fortemente negativa se considerarmos a usual não correspondência entre as cores habitualmente impostas - sem provas históricas e materiais concretas que as justifiquem em conjuntos históricos. Nem sempre também o branco é a cor que melhor se integra num determinado contexto ou território, tendo até já sido registrado o lado cromaticamente poluidor do branco.

Na verdade, fora alguns momentos de intenso interesse (como na intensa polêmica sobre a cor da cidade de Lisboa na década de 1940[16]) a discussão disciplinar da cor na arquitetura e no urbanismo é muito parca entre nós. Considerado um tema menor pelo racionalismo culturalmente dominante, sublimado pelo excessivo e idiossincrático exercício cromático das voláveis estrelas pós-modernas, o assunto tornou-se um "tema a evitar". Este

[16] AAVV A Cor de Lisboa. 2ª edição do original de 1949. Lisboa: CML-Amigos de Lisboa, 1993.

vazio só foi gradualmente alterado na década de 1990, no surgimento de discussões públicas sobre o tema da cor e da cidade histórica, e academicamente alterando-se decididamente o *status quo* com o pioneiro surgimento na Universidade Portuguesa de um específico Mestrado (apenas na FAUTL e em 2002-2003).

No país, os estudos cromáticos baseados em métodos mais rigorosos de abordagem ocorrem no início da década de 1980, com um pioneiro plano: o Plano de Salvaguarda e Recuperação de Beja, baseando-se na metodologia proposta por Jean-Philippe Lenclos (na, já citada, obra *Les couleurs de la France*). Neste registo de mudança é importante realçar ainda a lucidez do discurso teórico de Eduardo Nery, que em 1988 publicou uma interessante reflexão sobre o tema da cor e a cidade.[17] Nesse pioneiro ensaio e partindo duma interpretação negativa da forma como evolui a nossa paisagem urbana, Nery apresenta pela primeira vez no país uma fundamentação teórica sólida e coerente para o desenvolvimento de programas orquestrados de investigação, de análise e de planeamento da cor, nomeadamente para a cidade de Lisboa.

Importa ainda não esquecer os diversos projetos levados a cabo nos centros históricos de Évora, Guimarães, Porto e Lisboa (primeiro no decorrer da *7ª Colina* e mais recentemente pelo *Projecto Integrado do Castelo*), no quadro de atuação dos antigos GTL´s, hoje gabinetes ditos do "centro histórico" e responsáveis pela coordenação das intervenções nos núcleos urbanos dessas cidades.[18]

Acompanhando a evolução europeia, foi nas duas últimas décadas do século XX que se iniciou a gradual construção da disciplina da Conservação enquanto hermenêutica prática, tal como a fundamentou Cesare Brandi na sua Teoria do Restauro – i.e. uma Filosofia da Arte aplicada ao Restauro e fundamentando-se na sua verificação prática. Uma teoria (fundamentada na História e na Crítica da Arte) confrontada com uma *praxis*, comprovada pela ciência com o experimentalismo dos laboratórios do Instituto Central de Restauro em Roma (ICR) depois traduzida numa "Escola", uma Escola de Restauradores, amplificada internacionalmente por estruturas como o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM).

---

[17] NERY, E. A cor de Lisboa. Em Povos e Culturas, A Cidade em Portugal: Onde se Vive, nº2. Lisboa: Edição do Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa - Universidade Católica Portuguesa, 1987.

[18] J. Aguiar, *op. cit.,* 1999.

Foi exatamente pelo ICR e pelo ICCROM que se deu o primeiro contato de muitos de nós, com os novos ensinamentos dessa notável (e muito generosa) geração: Brandi; Philippot; Laura e Paolo Mora, Torraca, Massari, Tabasso etc. Este contato aconteceu sobretudo na década de 1980, e ainda mais na década de 1990, do século XX, período em que algumas novas gerações de cientistas, de arquitetos e engenheiros, e a primeira geração do "Restauradores - Conservadores" portugueses, travaram contato com o célebre ICR de Roma que Brandi fundou e dirigiu, e, depois, com os cursos de restauro que o ICCROM concretizava em Roma e por toda a Europa.

Refiro-me aos célebres cursos *Conservation de Pinture Mural* (depois, com a avassaladora primazia anglo-saxônica, designados de *Mural Painting Conservation*), refiro-me aos estruturais cursos *Architectural Conservation* e aos mais específicos cursos *Architectural Surfaces Conservation* (também a outros, orientados para a conservação de materiais específicos como a pedra, a madeira, ou para os cientistas, como os cursos de análise não destrutiva dos materiais das obras de arte etc.).

Formações avançadas frequentadas por muitos dos atuais protagonistas portugueses do mundo do restauro e da conservação, da embrionária investigação científica ao projeto e à *praxis*, e ocorrem-me de memória: T. Cabral, J. Cordovil, J. Caetano, I. Frazão, M. Portela, F. Peralta, F. Henriques, M. Fernandes, F. Marques, F. Pinto, J. Cornélio, J. Aguiar, S. Salema, J. Antunes, A. Barreiros, P. Santa Bárbara, E. Murta, T. Gonçalves, E. Paupério, M. Goreti etc.

Cursos de conservação baseados no aprender fazendo e na experimentação das mais contemporâneas teorias do restauro. Rescrevendo as *praxis* ao mesmo tempo que se permitia a algumas das nossas gerações os primeiros contatos com os centros de excelência, com as intensas discussões pluridisciplinares que desde os anos 1970 ferviam pela Europa.

Acedemos assim pela primeira vez aos conhecimentos mais avançados e ao inexcedível convívio direto com as mais distintas estrelas desse novo universo da nova disciplina da conservação patrimonial (como o saudoso casal Mora, G. Torraca, H. e G. Massari, M. Koller, E. De Witte, J. Jokilehto, e tantos outros). Cursos onde hoje, como feliz indicador do nosso crescimento científico, onde já não encontramos apenas alunos mas também professores e investigadores portugueses, como o investigador do LNEC Delgado Rodrigues.

Alguns desses, associados a investigadores de diversas especialidades (Engenharia Civil, Química, Física das Construções, Geologia, Arquitetura e Urbanismo etc.), fundaram no LNEC o COSAH - Grupo de Estudos da Conservação das Superfícies Históricas! Dentro do próprio LNEC a estreita colaboração com um grupo extraordinários de investigadores, tais como António Reis Cabrita, Vasconcelos de Paiva, João Appleton, Delgado Rodrigues, Rosário Veiga, Teresa Gonçalvez, Santos Silva, Fernando Henriques, Mary Mun, J. Mimoso, M. Baião etc., permitiu o lançamento de Projectos de Investigação,[19] e a organização de conferências científicas internacionais, como os célebres ENCORES - Encontro sobre conservação e reabilitação de edifícios, o primeiro *I Encontro Cor e Conservação de Superfícies Arquitectónicas* (LNEC, 1999). Iniciou-se assim, em paralelo com algumas universidades que lançavam os primeiros cursos de pós-graduação em conservação, a construção científica das suas bases.

Hoje multiplicam-se os encontros como os ainda recentes HMC2008 e COLORS 2008[20], as publicações e os projetos de investigação de fundo e aplicados onde se integram as dissertações e teses de doutoramento que irão garantir o surgimento de novas gerações de investigadores.[21]

---

[19] De forma não exaustiva: 2004-2008 Lime renders conservation: Improving repair techniques and materials on architectural heritage, FCT (POCTI/HEC/57723/2004); 2004-2008 Pigmentos e práticas históricas da pintura mural: caracterização dos materiais e das tecnologias da cor no património urbano do Alentejo, FCT (POCTI/HEC/59555/2004); 2004-2008 Bases para o Restauro dos Revestimentos Históricos do Centro Histórico de Coimbra, Instituto Pedro Nunes, FCT (POCTI/HEC/60371/2004); 2003-2007 Guia técnico para a reabilitação de edifícios habitacionais (LNEC-INH-SEH); 2000-2005 Projecto Conservação do Património Arquitectónico e Urbano, onde é responsável pelo desenvolvimento do estudo "Conservação e requalificação da imagem urbana em Centros Históricos", PIP-LNEC; 1999-2005 Metodologias para a Mitigação do Risco Associado à Degradação das Construções (FCT); 1999-2003 Projecto Metodologias para Caracterização, Manutenção e Reparação de Rebocos para Edifícios Antigos (OLDRENDERS); 1999-2002 Laboratories on Science and Technology for the conservation of the European Cultural Heritage (LABSTECH); 1995-2000 Projecto Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos, JNICT, PCSH/C/ARQ/864/95.

[20] Vejam-se as actas dos últimos Encontros concretizados sobre o tema da conservação de superfícies arquitectónicas: HMC2008: Historical Mortars Conference, realizada em LISBOA, no LNEC, de 24 a 26 de Setembro de 2008 (http://www.lnec.pt/congressos/eventos/hmc08/). ISBN: 9789724921563; COLOURS 2008, bridging science with Art. Évora, 10-12 Julho 2008, realizado no Colégio do Espírito Santo, University of Évora, Portugal (http://www.ciul.ul.pt/~colour/ index.htm).

[21] Realço aqui no domínio da conservação das superfícies arquitectónicas algumas das teses que oriento ou co-oriento: as teses já finalizadas de Milene Gil Duarte: *Pigmentos*

Para concluir: não é Grafite, é Escrita Vandálica!

Aprendi que é muito difícil ver em arquitetura, e que vemos em função direta do que sabemos. Num tempo que, na cultura europeia, se assiste a uma revalorização da ideia do regresso à cidade, i.e. ao viver e habitar a cidade, perante o desafio feito pelos editores desses Cadernos do DED - para uma reflexão sobre o esquecimento e o abandono a que têm sido votados os nosso espaços públicos e da necessidade da urgente requalificação -, procurou-se contribuir focando esta, só aparentemente banal, questão da visualidade, i.e. desses microns ou centímetros que modelam as faces das cidades e da sua arquitetura, nas formas como esta se vê (ou não se vê), como se transmite e se dá a ver, questão ainda muito desconsiderada nos projetos e planos de hoje.

É evidente que o problema da cor nos (mal)ditos "centros históricos" nem de longe nem de perto é hoje apenas um problema metodológico ou, sequer, tecnológico! Aliás, esses são, muito provavelmente, os aspectos mais próximos de uma solução. Como em quase tudo que diz respeito à arquitetura e à cidade, é sobretudo a multiplicidade dos aspectos socioculturais, dos olhares da antropologia aos da história, dos impactos recentes na alteração dos modos de produção nas formas e espaços de vida dos homens, que verdadeiramente condicionam a forma como hoje a cidade histórica é vivida e percebida, afetando decididamente os processos de requalificação da cidade e da sua imagem que temos de pôr em marcha.

Provavelmente vivemos a sorte (ou o azar) de assistirmos aos tempos de uma profunda mudança civilizacional, no fim de uma cultura e no desenho de uma nova sociedade pós-industrial, mudanças perante as quais se rescrevem as morais, as políticas e as vidas. Não sabemos – tomara que os soubéssemos – os seus novos paradigmas. Mas desconfiamos de alguns dos novos valores (do primado da ecologia ao valor do conhecimento e, sobretudo, da informação) e, sobretudo, sabemos que as sociedades urbanas estão em rápida e estrutural mudança, no surgir de novos tipos de comunidades multiculturais e multi-étnicas, que se reapropriam do patrimônio de acordo com novos valores, certamente

---

e práticas históricas da Pintura Mural: Caracterização dos materiais e das tecnologias da cor no património urbano do Alentejo; e de Martha Tavares, sobre metodologias de consolidação de rebocos, de título: *A Conservação e o Restauro de Revestimentos Exteriores de Edifícios Antigos. Uma metodologia de estudo e de reparação*; e ainda a tese em desenvolvimento de Sofia Salema: *Conservação das superfícies arquitectónicas e a imagem urbana: O estudo dos esgrafitos no Alentejo.*

distintos dos antigos ênfases históricos e nacionalistas.

Tudo isso perante também um ambiente cultural que faz do consumismo (transvertido em pseudo transgressão) um dos seus principais valores. E aqui importa reparar no apreço de alguns (pseudo?) artistas plásticos e, sobretudo, de tantos jovens pela escrita vandálica (e deixemos de ambiguidades: não se chame grafite ao que não o é).[22]

Por escrita vandálica refiro-me a esta praga dos nossos dias que cobre com sprays irreversíveis (a sua remoção implica sempre perda do material constitutivo ou alteração permanente das características físicas e químicas) as superfícies das nossas paredes, ou as pedras dos nossos monumentos.

Na verdade estamos a falar de materiais porosos, quando o spray dos grafites atinge essas superfícies o líquido vai ainda em estado líquido e em gotículas de muito pequena dimensão, penetrando pelos espaços existentes entre alvéolos, cristais ou através de poros abertos. Os solventes, que tornam líquida a tinta, ao evaporarem deixam o resíduo seco em profundidade. A remoção com novos solventes muitas vezes apenas alastra ainda mais, e mais profundamente, a coloração indesejada, restando a sua extração mecânica ou a repintura (se esta não for transparente). Mais recentemente surgiu o laser, mas o seu emprego em obras não excepcionais é ainda raro.

A escrita vandálica produz danos irreversíveis nos nossos monumentos, afeta decididamente as contas públicas pelo elevado custo da sua remoção, tem clara consequências na percepção da segurança por parte dos cidadãos e na avaliação que estes fazem da eficácia dos municípios quanto à sua obrigação e capacidade de manterem belas e limpas as cidades.

A luta contra os indesejados grafites e contra a ainda mais indesejada escrita vandálica é de décadas e com resultados desiguais. Nos Estados Unidos, depois de décadas de campanhas de sensibilização, sem grande eficácia, apenas começaram o obter alguns resultados com o endurecimento da atuação das autoridades e a clara criminalização do ato, o mesmo se passou em países do Norte da Europa, como a Dinamarca. Na Holanda e na Grã Bretanha continua tentando-se o diálogo. Em todos esses países propuseram-se locais alternativos para essas expressões (pouco eficaz pois esta alternativa é recusada pelos autores dos grafites, considerando-a uma tentativa de domesticação de uma arte que desejam transgressora), assim como a proteção dos monumentos e zonas

[22] A.A. V.V. *Roma imbrattata e imbruttita*. Roma: Edizioni Nagard, 1999.

históricas com a aplicação de barreiras anti-grafite (hidro-repelentes de superfície), soluções que permitam tornar mais fácil e provocar menos danos na sua remoção. Entre nós continuam a abundar os discursos e as promessas, algumas tentativas de controle através de enquadramento municipal (disponibilidade de locais alternativos e organização de iniciativas apoiadas institucionalmente) mas com poucos resultados concretos ou, sequer, animadores.

O drama da arquitetura de hoje é (provavelmente foi-o desde sempre) o de conseguir propor novas espacialidades que anunciem, ou pelo menos que não impeçam, o futuro, resolvendo necessidades do presente e integrando as permanências essenciais do passado. A novidade está na necessidade de servir a uma sociedade de extremos: dividida entre os que se batem acerrimamente pela preservação das antigas pinturas, afirmando a amplitude dos seus valores culturais; e os que as destroem, admirando e considerando como "arte" as próprias ações de destruição (como as escritas vandálicas), tomando a "conservação" como algo de reacionário *per si* e como tal impeditivo das (assim atávicas) oportunidades do progresso e da mudança.

Eternos paradoxos que me trazem sempre à memória as palavras de Ramalho Ortigão quando dizia (e tantas vezes já que o citei): "Nenhuma restauração se deve empreender, nem se deve autorizar, sem que previamente se defina, bem precisa e bem nitidamente, qual o fim de utilidade social a que êsse trabalho se consagra (...)".[23]

[23] ORTIGÃO, R. *Arte Portuguesa.* Reedição do original de 1896. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1943, p. 230.



Fig. 1 – Évora, uma cidade ainda cheia de esgrafitos.



Fig. 4 – Palácio de Sintra, execução de guarnecimentos
(para fingir pedra).



Fig. 2 – Moura, simulação alvenarias de pedra com argamassas.



Fig. 5 – Stuccos em Montemor.



Fig. 3 – Fronteira, simulação de alvenarias com argamassas.



Fig. 6 – Stuccos em Monsaraz



Fig. 7 - Almendra, fingidos de azulejos e de detalhes arquitectónicos.



Fig.10 - Áustria, Viena,Singerstrabe, intervenções exemplares de restauro urbano com salvaguarda dos revestimentos originais.

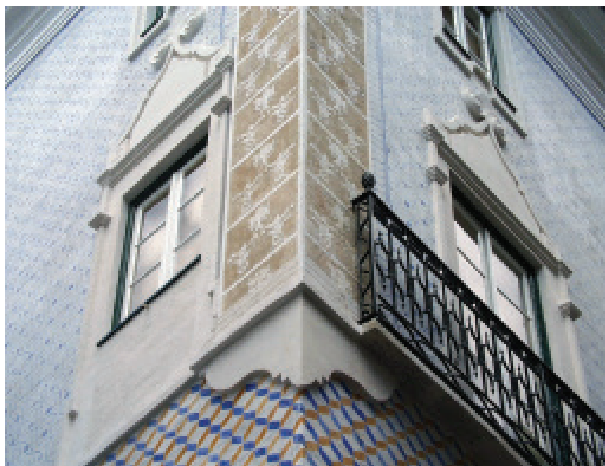


Fig 11 – Évora, Restauradora Sofia Lopes, intervenções exemplar de restauro urbano na Rua 5 de Outubro.



Fig. 8 – Estudos de cor, J. P. Lenclos.



Fig. 9 – Propostas de cor, *Plano de Salvaguarda e Recuperação de Beja.*



Fig 12 – Évora, intervenções exemplares de restauro (DGEMN).



Fig 13 – Évora, Restaurador Nuno Proença intervenção exemplar de restauro de fontes urbanas.



Fig. 15 – Cacilhas: não é graffity ..é escrita vandálica!



Fig. 14 – Évora, vandalismo na Sé de Évora.



Fig. 16 – Fronteira, esgrafito à espera de restauro ..ou da obliteração.

Repovoamento e urbanização do Brasil no século XVIII

*Maria Helena Ochi Flexor**

Entre o Tratado de Limites de Madri, de 1750, e o de Santo Ildefonso, de 1777, foi desencadeada uma série de ações do governo luso em relação a seu reino e suas conquistas. Transcorria o período do reinado de D. José I e a ação de seu ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o discutidíssimo Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal. Este ministro procurou desenvolver um programa de reorganização econômica, social, administrativa, judicial, religiosa e, sobretudo, política em todo o reino. Foi Pombal quem estendeu suas ações, auxiliado de perto por seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para fixar as fronteiras do Brasil e manter a unidade do território na América portuguesa. Reputa-se que, só então, a metrópole resolveu tomar o controle total desse território, por meio da intervenção direta, iniciando um processo de repovoamento e urbanização.

Assim, pode-se citar, entre as muitas ações, o levantamento cartográfico e formação de comissões de demarcação de limites em função do Tratado de Madri; criação do Tribunal da Relação no Rio de Janeiro e organização das capitanias subalternas ao Grão-Pará e Maranhão, sediando o governo em Belém, mais próxima da região amazônica, ponto nevrálgico ameaçado pelos espanhóis, além dos ingleses, franceses e holandeses, complementada pela criação da capitania de São José do Rio Negro (Amazônia); construção de fortalezas; introdução de sementes não-nativas e fomento à indústria extrativa nessa zona; melhoria da técnica agrícola – como uso de estrume e arado –, importação de pretos para a região Norte e proibição de sua exportação. Continuou-se a introdução de casais açorianos, madeirenses[2]

* Professora Emérita da UFBa.

[2] A criação da Capitania Geral dos Açores, em 1766, e o poder de D. Antão Almada nas Ilhas (MENEZES, Avelino de Freitas. Os Açores nas encruzilhadas do setecentos, 1740-1770; poderes e instituições. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993. p. 322), a criação de Nova Goa, na Índia, de Nova Oeiras, em Angola, de Santo Antônio da Ilha do Príncipe, e mesmo a ação do primo de Pombal, João de Almada e Melo, no Porto, ou a Real Vila de Santo Antônio, às margens do Rio Guadiana, nos Algarves, faziam parte desse projeto.

e minhotos no Sul e em várias partes do Norte e Nordeste; incentivou-se o boicote ao contrabando e desvios dos quintos com a reforma da arrecadação da Fazenda Real; promoveu-se a moralização na venda de ofícios, o incentivo ao comércio com as criações da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e Companhia de Pesca da Baleia nas costas do Brasil; a instalação de mesas de inspeção nos portos, abertura de caminhos e estradas para o comércio e intensificação deste entre as capitanias - como entre o Pará e Goiás e Mato Grosso, através dos rios amazônicos –, introduziram-se as medidas padrão de Lisboa e foi dada permissão para o comércio direto com Portugal.

Por outro lado, houve restrições, como a proibição da busca de ouro, do exercício dos ourives do ouro e da prata e fabricação de sedas e algodões e, além dessas atitudes, promoveu-se a expulsão dos jesuítas, com o estabelecimento de côngruas para os missionários e seculares com função de vigários e consequente laicização das aldeias, a recriação da aula de Engenharia do Pará, a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, com a finalidade de administrar a parte Sul e região Oeste. Fez-se a incorporação de capitanias à Coroa e anexação de capitanias entre si. Efetuaram-se recenseamentos, visando ao conhecimento real de habitantes e quantidade de homens válidos para o Serviço Real. Foram criados comarcas, ouvidorias e julgados com juízes "meio ordinários" somados a Juntas de Justiça anexas às Ouvidorias, bem como tropas regulares, auxiliares de milícia, com reforço e reorganização das ordenanças.[3] Extinguiu-se a Companhia de Privilegiados da Nobreza e criou-se a Escola de Nobres no Pará.

O que importa neste trabalho é dizer que, dentro dessas ações realizadas pelo Projeto Pombalino, foram criados núcleos urbanos, mais precisamente vilas, para fixar os habitantes ao solo. Portanto, a criação dessas vilas se deu dentro de um programa político amplo. Não foi um fato isolado e não se dirigiu unicamente ao Brasil. Estenderam-se para a Índia, a África, bem como às Ilhas Atlânticas e ao próprio território da metrópole. Toda atenção, no entanto, foi voltada para o Brasil. Dentro do programa, foram criadas muitas vilas, que está se procurando pontuar, e apenas uma cidade. Como complemento da mudança de capital do Vice-Reino, e criação de um centro administrativo em Belém do Pará, transformou-se a povoação de Araticu, elevada a vila de Mocha, instalada em 1718, em cidade e capital da capitania do Piauí, em 1761.

A ideia de que a mudança da capital do Vice-Reino para o Rio de Janeiro

3 Regimento das Ordenanças de 30 de abril de 1758. CARTAS RÉGIAS, Lº 60, fl. 484-497v.

teve como causa a defesa das regiões auríferas fenece quando se percebe que, do grande número de vilas criadas entre 1750 e 1777, Minas Gerais não teve um único arraial elevado a essa condição. Isso somou-se a várias medidas restritivas à exploração do metal, confundida, muitas vezes, com seu declínio da busca do ouro e esgotamento de sua exploração. Em nome da defesa do território, através do povoamento, todas as aldeias – jesuítas, carmelitas ou franciscanas –, com número suficiente de habitantes, foram elevadas a vila. A mudança da capital da Bahia para o Rio de Janeiro foi muito mais de ordem administrativo-estratégica do que em função do controle dos metais preciosos saídos de Minas Gerais, que é a ideia normalmente defendida pela historiografia brasileira.[4] O principal objetivo do Projeto Pombalino era a defesa e administração de todo o território do Brasil.

Segundo a maioria dos governantes, então indicados para auxiliar na implantação do projeto, os portugueses que haviam chegado ao Brasil antes do século XVIII, e que não viviam nos núcleos urbanos de maior porte, haviam se adaptado à vida dos índios, vivendo errantes entregando-se à vadiagem e à preguiça, ao ponto de, desde D. João V, se começar a proibir os "sítios volantes"[5] e a apontar a necessidade de fazê-los viver em "sociedade civil".[6]

Foi dada liberdade aos índios.[7] Ao libertá-los, a metrópole ordenou a elevação de antigas aldeias, as maiores, a vilas e as menores, a lugares ou povoações, desmembrando-as de outras câmaras e entregando sua administração aos índios. Dependendo da localização, e tipo de população preeexistente, foram ainda criadas freguesias, aldeias e julgados. O objetivo, na prática, era civilizar, educar e obrigar os índios a falar a língua portuguesa e integrá-los na sociedade dos brancos, num núcleo urbano para, assim, povoar e tomar conta do território.

---

[4] MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A primeira mudança da capital do Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 249, p. 414-423, out.-dez., 1960.

[5] Culturas itinerantes.

[6] FLEXOR, Maria Helena Ochi. A ociosidade, a vadiagem e a preguiça no século XVIII. In: Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, São Paulo, p. 157-164,1997.

[7] Alvará com força de Lei de 6 e 7 de junho de 1755 e Alvará de 8 de maio de 1758. Este Alvará tentava reafirmar outras leis dadas anteriormente pelos Reis portugueses e não obedecidas: as de 1587, 1595, 1609, 1619, 1640, com alterações. AMARAL, Braz do. Limites do Estado da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1917. v. 2, p. 226. 1917, p. 266; CARTAS RÉGIAS, 1757-1758, APEB, Lº 60, fl. 471, 474-475.

Dava-se liberdade aos índios, mas baseada nas teorias de Jean-Jacques Rousseau, sobre a origem e fundamento da desigualdade entre os homens, de acordo com a dissertação apresentada na Academia de Dijon, em 1755[8] e, especialmente, na teoria da inocência dos primitivos.[9] A liberdade dos índios ainda era fictícia, pois deviam estar sujeitos ao "Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário", de 1758,[10] e que se tornou extensivo a todo o Brasil. Cláusulas desse "Directorio" já estavam inclusas no Alvará de 6 e 7 de junho de 1755[11] que aplicava, entre os nativos, a prática corrente em alguns lugares da Europa, e de Portugal, estabelecida pelas Ordenações, pela qual os filhos órfãos de pais mecânicos, ou pais vivos dementes, deviam aplicar-se aos ofícios mecânicos ou trabalhar a soldada. "O mesmo parece justo que se observe com os filhos de índios ainda que tenham pays vivos, porque por dementes e pródigos se reputam governados por Directores como seus tutores".[12] Até que os indígenas fossem capazes de se inserir na sociedade civilizada, deviam ter um diretor em cada vila, ou aldeia, com funções mais de orientação e instrução do que de administração. Bondade e brandura foram insistentemente recomendadas. Essas recomendações estavam explicitadas na obra de Juan Solórzano Pereyra, o Direito Indiano, no qual foi baseado o referido "Directorio".[13]

---

8 APEB – Arquivo do Estado da Bahia, Secção Colonial, Antigo Índios, maço 603, cad. 32, fl. 20v.

9 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discours sur l'origine et les fondemens de l'inegalité parmi les hommes. Amsterdam: chez Mr. Michel Rey, 1755. Respondia à questão proposta pela Academia de Dijon: qual é a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural. Vide bibliografia.

10 DIRECTORIO que se deve observar nas povoaçoens dos índios do Pará, e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrario, 1758. In: Boletim de Pesquisas da CEAM, Manaus. v. 3, n. 4, p. 85-126, jan-dez/84. Confirmado como Lei pelo Alvará de 17 de agosto de 1758. Abolido em 1798 depois de muitos abusos. Vide também ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios; um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. Apêndice.

11 CARTA RÉGIA, 1757-1758, APEB, Lº 60, fl. 474rv; Catálogo Eduardo de Castro e Almeida, AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, doc. 3.633.

12 ANNAES - Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1914, v. 32, p. 373.

13 Trata-se de Juan Solórzano Pereyra que, com base nas Leyes de Indias, grandes juristas e experiência pessoal, foi o autor da Đe la Recedencia del Consejo de Indias sobre el de Flandes; politica indiana sacada en lengua castelhana de los dos tomos del Derecho y gobierno municipal de las Indias Occidentales. Madrid, 1629 (1º t), 1639 (2º t), comumente conhecido como Política Indiana, com segunda edição de 1647. Há uma edição recente SOLÓRZANO PEREYRA, Juan. Política indiana. Madrid: Biblioteca Castro, 1996. 3t. Foi Ouvidor de Audiências no Peru, por 17 anos (1609), fiscal do

Com a implantação do projeto, na realidade, a metrópole seguia as sugestões de Mendonça Furtado que mostrara, através de cartas desde 1752, vontade de realizá-lo. Uma resposta do Conde de Oeiras a esse seu irmão, de 14 de março de 1755, dizia que Sua Majestade resolvera "reduzir as Aldeyas, e Fazendas a Villas, e Povoações Civis"[14] e tomara "a mesma Rezolução a Respeito da liberdade dos Índios na conformidade de certa Doutrina de Solórzano", permanecendo ainda "em segredo esse negócio" até que Mendonça Furtado se recolhesse ao Pará depois da viagem pela região amazônica.[15]

Foi dada a liberdade de comércio, e de bens individuais, aos índios, com vantagens e prêmios àqueles brancos que casassem com índias,[16] pois "não ficariam com infâmia", e foi proibido chamarem seus filhos de caboclos, igualando-os em tudo, teoricamente,[17] aos outros vassalos brancos.[18] O mesmo se praticaria com relação às portuguesas que casassem com índios. Estavam proibidos, entretanto, de casar com pretos e pretas cativos[19] ou escolhê-los como padrinhos e madrinhas de batismo e confirmação. Ordenava-se, desde o início, a implantação da educação dos índios, com a criação, posteriormente, das Aulas Régias e acrescentando a instituição do subsídio literário.

O principal interesse centrou-se nas regiões do Norte e do Sul onde a questão de limites era mais frágil. Para o Norte foi mandado, como Ministro Plenipotenciário, para execução do tratado e demarcações de limites, iniciadas a partir de 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado[20] que, desde logo, começou a informar à metrópole sobre os pormenores da verdadeira situação em que se encontrava a região, duzentos e cinquenta

---

Conselho da Fazenda, conselheiro do Conselho das Índias, fiscal do Conselho de Castela.

[14] Esta resolução estava contida no Alvará de 6 de junho do mesmo ano. CARTA RÉGIA, 1757-1758, Lº 60, APEB, fl. 480v, fl. 482v.

[15] PARA O GOVERNADOR, Biblioteca Nacional da Ajuda, Cota 54-IX-27, n. 16, fl. 2; CARTA FAMILIAR, Cod. 113.930, fl. 31rv.

[16] Entre os prêmios incluíam-se os Hábitos da Ordem de Cristo.

[17] Diz-se teoricamente, pois passados muitos anos, 1803, acusava-se a presença de 300 índios na vila de Santarém, em "*que entrão muitas famílias de espécie degenerada com brancos portuguezes*". BARROS, Francisco Borges de (Org.) ***Diccionario geographico e histórico da Bahia. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia***, 1923. p. 339.

[18] Lei de 4 de abril de 1755 e Alvará de 17 de abril de 1755. O mesmo foi feito na Índia e China.

[19] ANNAES, v. 32, p. 376.

[20] Vide RODRIGUES, Maria Isabel da Silva Reis Vieira. ***O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado***, 1751-1759. Lisboa, 1997. v. 1. (Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa).

anos depois do descobrimento do Brasil.[21]

Um documento (incompleto), de 28 de setembro de 1758, do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), trazia a "Instrucção para a diligência de se erigirem em Villas as Aldeyas dos Índios". Esse documento mandava que a referida diligência principiasse depois de publicadas as Leis, de 6 e 7 de junho de 1755, e Alvará de 8 de maio de 1758, que davam liberdade aos índios. Boa parte dessas instruções já estava contida no "Diretório".[22] As instruções foram dadas a partir das descrições minuciosas das diversas regiões, feitas, especialmente, pelos ouvidores e pessoas encarregadas de criar os núcleos, exploradores e vigários.[23]

Dentro desse projeto português, destaca-se a capitania da Bahia que, se de um lado, perdeu a sede da capital do Vice-Reino, por outro, teve incorporados ao seu território os das antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Incluía, ainda, parte do Norte da capitania do Espírito Santo e toda a de Sergipe. Criaram-se comarcas e cargos de ouvidores e a Bahia passou a ter, além da comarca do Sul, ou de Jacobina, e a do Norte ou de Sergipe, as de Ilhéus, Porto Seguro e Bahia propriamente dita, algumas das quais foram criadas nessa época.

A esse tempo, foram enviados os conselheiros José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo e Manuel Estevão de Almeida de Vasconcelos Barberino. Sob a presidência do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha,

---

21 Para as outras regiões também foram mandados, ou mantidos, homens de pulso e de confiança de Pombal que permaneceram em seus cargos por tempo superior ao previsto legalmente. O próprio Mendonça Furtado trabalhou na região Norte de 1751 a 1759. Gomes Freire de Andrade já estava no Rio de Janeiro, desde 1733, e ali ficou até falecer em 1763. D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeado por decreto de 5 de janeiro de 1765, permaneceu no governo por dez anos (RIHGB, Rio de Janeiro, Esp., v. 5, p. 351, 1957), bem como vários ouvidores. Miguel Lobo Aires de Carvalho foi ouvidor da comarca de Sergipe de 1754 a 1769. O Ouvidor José Xavier Machado Monteiro, nomeado em 1766, ficou em Porto Seguro de 10 para 11 anos (ANNAES, v. 32, p. 370). Da mesma forma, também, ficaram no poder de 1766 a 1776 D. Antão de Almada, na Capitania Geral dos Açores (MENEZES, A. F. Ob. cit., p. 26), e D. Francisco de Souza Coutinho entre 1760 e 1770, em Angola (ARAÚJO, Renata Malcher. ***As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão.*** Lisboa: FCSH/UNL, 1992, t. 1, p. 102). Vide também COSTA, Nelson. Gomes Freire, vice-rei. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro,* Rio de Janeiro, v. 255, p. 363-365, abr.-jun. 1962.

22 DIRECTÓRIO, Loc. cit.

23 Vide AMARAL, Braz do. Ob. cit., v. 2, p. 198; Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, AHU, Bahia, doc. 2.666 e 2.698, 2.708, 2.710, 2.713, 2.715, 6.429; VIANA, Francisco e CAMPOS, José de Oliveira. ***Estudos sobre a origem histórica dos limites entre Sergipe e Bahia.*** Bahia, 1892, p. 98, 101-102; ANNAES, v. 32, p. 51-53, 54-62, etc.

Vice-Rei do Brasil, e com o Desembargador do Tribunal da Relação, Antônio de Azevedo Coutinho, deviam formar o Tribunal do Conselho de Ultramar, na Bahia, para superintender a criação das vilas, já ordenadas em 1755 e compreendidas nas Cartas Régias de 8 e 19 de maio de 1758. Esta última carta, dirigida ao Arcebispo da Bahia, participava que os desembargadores vindos de Portugal, Barberino e Pacheco, traziam jurisdição para constituir, também na Bahia, o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens para os negócios relativos ao provimento de párocos nas novas paróquias nas vilas dos índios. Uma das observações feitas por este Conselho, a partir disso, era que o novo pároco não devia ter a menor ingerência no governo político, caso contrário "seria concorrer para o mesmo abuso dos jesuítas", devendo-se manter, para isso, ministros e magistrados civis nas novas vilas. A Carta Régia, de 8 de maio, enviada ao Conde dos Arcos, também insistia que não se devia permitir "por modo algum que os Religiosos, que até agora se arrogarão o governo secular das ditas Aldeias, tenhão nelle a menor ingerencia contra as prohibiçoens do Direito Canonico, das Constituições Apostólicas e dos seus mesmos Institutos de que sou Protector nos meus Reinos e Dominios"...[24]

Para acelerar os estabelecimentos das vilas,[25] designaram-se vários ministros. Assim, das aldeias do distrito da Capitania de Ilhéus foi encarregado o Ouvidor e Corregedor da Comarca da Bahia, Luís Freire Veras, que criou Olivença (1758), Barcelos (1758) e Santarém (1758).[26] O Juiz de Fora da Vila de Cachoeira, José Gomes Ribeiro, com jurisdição especial, foi encarregado de erigir Soure na aldeia de Natuba (1759), no distrito da freguesia de Itapicuru, da Comarca da Bahia. O Ouvidor e Corregedor da Comarca de Sergipe del Rey, Miguel de Aires Lobo de Carvalho, encarregou-se de Pombal (1758), Mirandela (1760) e Távora (1758).[27] Ao Capitão-mor da capitania de Porto Seguro, Antônio da Costa

---

[24] AHU, Bahia, doc. 3.645, 3.634.

[25] A Carta Régia, de 22 de julho de 1766, reafirmava as instruções para o Governador e Capitão-General da Bahia, Conde de Azambuja, criar vilas na Capitania. ANNAES, v. 32, p. 353; v. 36, p. 145. Já em 8 de outubro de 1758, a Bahia havia recebido a Provisão de 8 de maio de 1758 e o texto das leis de 6 e 7 de julho de 1755.

[26] Respectivamente, nas aldeias de N. Sra. da Escada, N. Sra. das Candeias do Rio Maraú e Santo André no Rio Serinhaem, freguesia de Camamu. A Carta Régia, de 10 de abril de 1763, no entanto, se referia a cinco vilas na Comarca de Ilhéus, sendo quatro mandadas criar pelo seu primeiro Ouvidor, Miguel de Aires Lobo de Carvalho. AHU, Bahia, cx. 157, doc. 26, 1963, avulsos, ms.

[27] Nas aldeias de Canabrava/Santa Tereza, freguesia de Itapicuru, Morcegos/Ascensão, na freguesia de Geremoabo, pertencentes à Comarca da Bahia e N. Sra. do Socorro, na freguesia do Rio Real, pertencente à Comarca de Sergipe d'El Rey, respectivamente. A

Souza,[28] e ao Manoel da Cruz Freire, coube Trancoso (1759) e Vila Verde (1759)[29] na mesma freguesia e comarca. A Francisco de Sales Ribeiro, Ouvidor e Corregedor da Comarca do Espírito Santo, coube Benavente[30] e Nova Almeida nessa mesma Comarca. Para o Juiz de Fora do Geral, do Cível e do Crime da Bahia, João Ferreira de Bittencourt e Sá ficou Nova Abrantes (1758) que, por estar mais próxima, foi a primeira vila a ser criada no distrito da cidade da Bahia (Salvador). Ficou faltando indicar ministro para a aldeia dos índios Grens, que seria Vila de Almada, na capitania de Ilhéus, por se esperar informações sobre a mesma. Essas foram as vilas criadas sob as ordens do Conselho de Ultramar formado na Bahia.

Segundo Felisbelo Freire, ainda a Bitencourt e Sá, por resolução do mesmo Conselho, de 28 de setembro de 1758,[31] foi incumbida a fundação da vila de Nazareth, criada em 1761, no termo da vila de Jaguaripe, distante três léguas do mar, na aldeia da Pedra Branca.

Antes disso, para defender os limites a Oeste, tinha sido fundada, por ordem da Carta Régia de 5 de dezembro de 1752, a vila de São Francisco das Chagas, chamada da Barra do Rio Grande do Sul, por solicitação de seus moradores.[32] Ao contrário das demais vilas, esta tinha sido uma antiga missão de capuchos italianos, ou alcantarinos, no termo da vila de Pambú. Foi instalada a 23 de agosto do ano seguinte, pelo Ouvidor de Jacobina, Henrique Correia Lobato. Embora ficasse fora do "giro mineral", constava, no período, que por ali corria muito ouro em pó, extraviado das minas de Paracatu e, por isso mesmo, estava infestado de contínuos latrocínios, homicídios, arrombamentos da cadeia e violências em geral. Isso explica a solicitação dos moradores para que, com a vila, houvesse aplicação de justiça. Convém ressaltar que os próprios moradores e autoridades podiam, como no caso de Barra, solicitar a elevação de uma povoação ou freguesia à vila, partindo de um núcleo já povoado.

última constituía a aldeia de Gerú, corruptela de Algeru-assu, com o nome de Nova Távora. Esse nome, por Ordem Régia de 24 de abril de 1759, por causa do atentado a D. José I, foi mudado para nova Tomar. ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, Bahia, v. 13, 1925, p. l 17.

28 Foi nomeado adjunto de Manoel da Cruz Freire por este ser "*leigo*", isto é, não era formado em direito, nem tinha cargo de juiz de fora ou ouvidor.

29 Nas aldeias de São João e Espírito Santo/Patatiba.

30 Nas aldeias de Eriritiba e Reis Magos.

31 FREIRE, Felisbelo. História territorial do Brasil; Bahia, Sergipe, Espírito Santo. Rio de Janeiro, 1906. v, 1. p. 168.

32 O termo dessa vila constituía o antigo sertão de Rodelas, onde habitavam os índios Rodelas, Acoroases e Mocoases.

Além das comarcas, vilas, povoações, lugares, aldeias, julgados, foram criadas paróquias e freguesias[33] que, apesar de divisões da administração eclesiástica, funcionavam na prática, também como jurisdição civil, tendo, inclusive, ordens reais para sua criação. Assim, criaram-se as freguesias de São José da Barra (1752), N. Sra. de Nazareth (1753), N. Sra. de Nazareth (das Farinhas) (1753), Santana de Tucano (1754), Santo Antônio de Caetité (1754), Santo Estevão do Jacuípe (1754), S. João Batista de Sento Sé (1755), Santo Antônio das Caravelas (1755), Santana do Camisão (1755), N. Sra. da Conceição da Vila de Soure e Santa Tereza de Pombal (1758), N. Sra. da Escada de Olivença e N. Sra. das Candeias de Barcelos (1758), Santo Antônio da Jacobina (1758), Mirandela (1760) e várias outras. Nem sempre os limites da vila coincidiam com os da freguesia – e nem jurisdições – e vice-versa. Também não foram criadas necessariamente ao mesmo tempo.[34]

Um relatório desse Tribunal do Conselho de Ultramar dava notícias ao Rei, a 22 de dezembro de 1758, sobre seus passos. Nas primeiras sessões discutiram sobre o "modo de estabelecimento Político, e Civil, das Aldeias de Índios, que V. Magestade mandou erigir em Villas". Assentaram, também, que "deviam preceder informações verídicas, e individuaes das situações de cada huã das ditas Aldeias, e da qualidade, e extensão das fazendas, que lhes ficão em circuito declarando-se se estavão possuídas por alguem ou devollutas; da qualidade, e número de cazaes de que se compõem aquelles povos, declarando-se a differença que há entre elles e de civilidade, ou cabedaes"..., conforme foi referido acima. Devido às dificuldades que se encontrariam no estabelecimento das vilas, antes de ter as informações, e por não haver pessoas que pudessem levantá-las e outras que fossem fazer os estabelecimentos, se estipulou que, depois de instalada a vila de Abrantes, se regularia o estabelecimento das outras vilas e que, cada um dos informantes que fosse mandado para outra localidade, pudesse logo levar instruções, munido de jurisdição para a criação das vilas, devido às grandes distâncias em que se encontravam. Isso deliberado, passou-se, então, provisão a João Ferreira de Bitencourt e Sá, Juiz de Fora da capital

[33] A Carta Régia, de 8 de maio de 1758, dirigida ao Arcebispo da Bahia, ordenava se transformasse as missões em paróquias e lhes nomeasse párocos com côngrua. AHU, Bahia, cx. 158, doc. 12, 1763, ms. avulsos. Foram mandadas cartas idênticas ao Vice-Rei, Conde dos Arcos, e demais governadores e capitães-generais para que auxiliassem o Arcebispo. Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, AHU, Bahia, doc. 3.635, 3.637.

[34] Assim, as freguesias de N. Sra. da Penha de Porto Seguro, S. João Batista de Trancoso, N. Sra. da Purificação de Prado, S. Bernardo de Alcobaça, S. José de Portalegre, matriz do Espírito Santo de Vila Verde foram criadas só em 1795. FREIRE, F. Ob. cit., p. 186; BARROS, F. B. de. Ob. cit., p. 16.

da Bahia, para estabelecer a vila na Aldeia do Espírito Santo da Ipitanga, com o nome de Nova Abrantes, desmembrada da Câmara de Salvador.[35]

Criada a vila, discutiu-se longamente sobre se manter, ou não, os rendeiros que ocupavam parte das terras de Abrantes. Essa discussão decorreu devido à voz corrente na Europa de que as terras na América eram muito fracas e que o superpovoamento poderia causar falta de alimentos, rebatendo outros que seria a "mayor felicidade de qualquer Republica" ter muitos povoadores, sendo apregoado no Reino da França, em 1756, por um político anônimo, o discurso com o título "Amigo dos Homens", sobre a instalação de estranhos aos territórios em processos de povoamento. Nessa discussão os conselheiros invocaram a civilização dos primeiros gregos, dos romanos, dos bárbaros europeus e mesmo dos gregos sujeitos ao czar de "Moscovia",[36] alegando que só pelo contato é que os índios poderiam civilizar-se. Finalmente, recorreram às leis reais "mandando erigir Villas nestas Aldeas para que se governassem com inteira liberdade os seus habitantes, igualando-os em tudo com os outros Vassallos, e athê promettrendo prêmios aos que pela aliança do matrimonio se misturassem com os Índios pela Ley de 4 de Abril de 1755".[37] Ainda achavam convenientíssimo que os índios perdessem seus nomes bárbaros, permitindo confundirem-se com os outros vassalos em obediência às ordens régias. Determinava-se que tirassem os nomes bárbaros das aldeias, trocando-os por outras das vilas civilizadas, "sendo contra todas as suas Leys da Política dos estados, que nelles haja Villas a parte, de certas Nações, que fação hum corpo diverso dos outros Povos, como reconheceo a Monarquia de Hespanha nas Leys novíssimas porque igualou os Aragoneses, Catalaens, Valencianos com todos os mais Vassallos de Castella".[38]

Criadas algumas vilas, para Porto Seguro foi provido como Ouvidor o bacharel Tomé Couceiro de Abreu pelo tempo de três anos. Recebeu a "Instrucção para o Ministro, que vay criar a nova Ouvidoria da Capitania de Porto Seguro",[39] datada de 30 de abril de 1763, com 18 itens, incumbindo-o, também, de criar vilas, e demarcar seus termos,[40] com base

---

35 ANNAES DO ARQUIVO PUBLICO DA BAHIA. *De como viviam os índios de Nova Abrantes do Espírito santo*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1938. v. 26, p. 6, 8-9.

36 Correspondia à Rússia.

37 *Idem*, p. 25, 27-28, 29, 32.

38 *Idem*, p. 31-32.

39 AHU, Bahia, cx. 157, doc. 40. 1763, ms, avulsos.

40 Esta incumbência não estava incluída nas Ordenações Filipinas que regiam a vida no mundo português. Mas, segundo essas mesmas Ordenações, os ouvidores deviam mandar fazer as benfeitorias públicas e promover povoamento de núcleos despovoados.

no "Directório" do Grão-Pará e Maranhão. A instrução nº 9 recomendava que o ouvidor, *"nem pela imaginação"*, devia deixar "passar o objecto de ir fazer o descobrimento de Minas, mas antes se deve aplicar muito seriamente, depois dos estabelecimentos das novas Villas que puder erigir, e da educação dos seus novos Habitantes; na cultura dos frutos para se sustentarem com abundancia, não só os Mercadores das mesmas terras, mas fazerem o commercio delles para a Bahia e Rio de Janeiro" e, com seu produto, comprar negros para aumentar as plantações. Esta recomendação, e a do parágrafo 17, eram insistentemente feitas e, inclusive, registradas junto com os autos de elevação das vilas. Criou-se Belmonte (1765) ou Belo Monte, pelo Ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, na antiga povoação do Rio Grande que também erigiu a vila de Prado (1764), no sítio da barra do Jacurucu. As melhorias e planta desta última foram feitas pelo ouvidor seguinte.

José Javier Machado Monteiro, que substituiu Couceiro de Abreu na Ouvidoria de Porto Seguro, disse ter erigido três vilas em observância às instruções que recebera da Secretaria de Estado: Vila Viçosa (1768), padroeira N. Sra. da Conceição, distante do mar um quarto de légua à margem do Rio Peroipe, Portalegre (1769), padroeiro S. José, no arraial do Mucuri, junto à barra do rio Mecurim, a dezoito léguas da praia, a terceira Vila de Alcobaça (1772),[41] padroeira S. Bernardo, no arraial de Itanhem, junto à barra do rio desse nome. Deu início a três aldeias, uma na enseada do rio Camujutiba, outra na barra do rio de S. Mateus e a última junto ao Rio Doce, pois eram lugares de terras férteis e possibilitavam, através da estrada que abriu, comunicação com a capitania do Espírito Santo. Pretendia, ainda, elevar uma quarta junto ao rio Caim. Não pode levar isso a efeito por falta de povoadores. A povoação de São Mateus pertencia, nesse período, ao território da Bahia. Em 13 de janeiro de 1769, uma representação dos Membros do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens comunicava "que suposto fossem mandadas erigir em Villas com os nomes de Nova Benavente e Nova Almeida, não consta até o prezente que o Ouvidor da Capitania do Espirito Santo tenha executado esta diligencia, havendo-se-lhe expedido as ordens necessárias em janeiro de

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Lº 1, p. 109, 114.

41 Criada por Carta Régia de 3 de março de 1755 só foi instalada em 1772. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, v. 29. p. 26. Teve seus limites demarcados a 18 de outubro de 1773. BARROS, F. B. de. Ob. cit., p. 126.

1759".[42] Houve demora na criação dessas vilas devido, também, ao fato de diferirem as jurisdições civil e eclesiástica da região. A civil pertencia à Bahia e a religiosa ao Rio de Janeiro.

A elevação de uma aldeia, ou povoação, em vila possuía ritual próprio. Para ilustrar este trabalho foram tomados exemplos da Comarca de Porto Seguro e de cujas vilas se tem as plantas originais, raras dentro do conjunto de núcleos criados no período em todo o Brasil. A criação, medição e demarcação de Vila Viçosa deu-se, a 23 de outubro de 1768, pelo Ouvidor José Machado Monteiro. Esse ato foi público e a ele concorreram as autoridades e povo e coube ao ouvidor dirigir o ato da cerimônia. Todos os criadores de vilas seguiam o mesmo cerimonial. Esse cerimonial de implantação das vilas era bastante simbólico.

O ouvidor convocava, por editais, os habitantes da povoação e de vilas vizinhas para, no dia exato, das sete para as oito horas da manhã, estar à frente das casas de sua aposentadoria para o acompanharem no ato. Todos se encaminhavam ao lugar e sítio limpo, medido, demarcado para terreno da praça, com as ruas já traçadas, e preparado com arcos e enfeites festivos, onde o ouvidor levantava o pelourinho[43] e aclamava a vila, com o chapéu na mão, dizendo, em voz alta e inteligível: "Real-Real-Real, esta nova Vila Viçosa pelo nosso Augusto e Fidelíssimo Monarcha D. José o primeiro, Rei de Portugal", repetindo a frase por três vezes, ao "que immediatamente se seguirão com grande jubilo, alegria e applauzo de todos muitos e repetidos vivas com outras varias demonstrações de gosto e ao som de varios instrumentos festivos que para o mesmo applauzo tinha convocado".[44] Seguiam-se um *Te Deum Laudamus*, com ladainhas e música, e missa. De cada um dos atos se fazia registro.

A planta das praças, ruas e travessas e suas medidas eram "bem explicitadas, individuadas com seus nomes", no livro de provimentos da correição. Indicavam-se arruador da agulha e ajudantes da corda, picadores de mato, todos moradores do local, para as medições. Estes deviam apresentar suas medidas, agulha e corda para o ministro verificar se estavam corretos e

---

[42] Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, AHU, Bahia, doc. 4.791.

[43] Documentos avulsos ad Capitania da Bahia, 1769-1770, AHU, cx. 44, doc. 8555, microfilmes, rolo 41, APEB, ms.

[44] Em todas as vilas, o pelourinho, por falta de pedra, foi feito de madeira lavrada. Foram colocados "pelourinhos em todas as villas, ainda que de páo, bem lavrados 2 delles, com escada de pedra, pois os que havia erão toscos indignos". ANNAES, v. 32, p. 372. Para conservá-lo eram pintados com tinta à óleo. Em 1772, o Ouvidor notificava que havia feito outros pelourinhos em todas as vilas por serem "toscos e ridículos os que tinhão". ANNAES, Loc. cit., p. 308.

dentro do padrão.

O ouvidor delineva uma, duas praças ou três: uma ou duas religiosas e a outra civil. Colocava nesta última o símbolo da fundação, o pelourinho, declarando, como se viu, o nome da nova vila. A partir desse ponto, ou de marco preexistente, demarcava o aro, ou os limites da vila, estabelecendo o seu termo, devendo esses limites alcançar a propriedade dos índios, segundo os títulos de doações dados pelos monarcas anteriores. Como ele, os ouvidores demarcavam o terreno das Casas de Câmara e Cadeia, Igreja – caso não as tivessem – e as ruas, novas ou antigas[45] –, utilizando o plano ortogonal recomendado para essas novas vilas. Na repartição das terras, deixavam baldios para lavouras, e mais plantações, e quatro léguas em quadro para patrimônio e rendimento do Conselho da Câmara. Em torno das vilas, mandavam reduzir a campo um largo espaço de matos para livrar os habitantes "de assaltos do gentio, para viverem menos receosos dos seus nacionaes inimigos, para beneficio dos ares, para afugentar as onças, para diminuir as cobras, para extinguir o mosquito que cá morde muito e finalmente para creação dos gados no augmento dos pastos". Os marcos, por falta de pedra, foram feitos, também, com árvores de maior porte, tidas como sólidas e duráveis. Nas árvores, esculpiam uma cruz "de forma que só não havia Memoria della tendo consumo a dita árvore".[46] Os limites do extremo sertão ficavam, em geral, sem marcação, devido ao medo dos ataques dos índios, ou por falta de ferramentas para derrubar o mato. A extensão dessas vilas era bastante grande, admitindo, pela própria configuração de sua forma, o aumento a qualquer tempo. Para a de Nova Benavente, prevista para ser criada já em 1758, na capitania do Espírito Santo, foram medidas "doze legoas de terra pela Costa de mar, com hum fundo indefenido, pois se extremão pelos sertõens athé onde não podem penetrar, ficando o termo desta Villa mais extenso, que os das maiores Cortes de toda a Europa".[47]

Nos Provimentos e Instruções, de 1768, o Ouvidor da Comarca Machado Monteiro dizia que, em Viçosa, balizou o traçado a partir do edifício da Igreja que já existia, ainda que tosca, mas que não podia mudá-la de lugar por causa da pobreza da população. Dava, então, as medidas desses logradouros e os nomes atribuídos às ruas. O adro comportava 360 palmos de cumprimento por 200 de largura, "dentro de cujo circuito existe a igreja

[45] As ruas antigas, geralmente, tinham 4 braças de largura e as novas 6. AMARAL, B. do. Ob. cit., p. 281.

[46] ANNAES, v, 32, p. 309, 366.

[47] Idem, v. 26, p. 30.

para se poder acrescentar quanto o tempo o permitir ficando sempre á Roda separada das cazas, que lhe hão de fazer boa perspectiva".

A vila, alinhada ao longo do rio, com margem para cais, contava uma outra praça de 200 palmos "em quadro", muito plana, onde desembocavam quatro ruas principais e duas travessas. Segundo o ouvidor, "para as Ruas lhe fiz em via Recta três alinhamentos, que todos discorrem de Oeste para Leste, cada hú dividido pelas travessas em tres Ruas principais, que por todas fazem estas o numero de nove". Essas ruas foram chamadas do Lira, da Cobiça, do Desembargador, do Brejo, Formosa, do Prado, do Campo, das Flores, Bela. As ruas que desembocavam na praça mediam 280 palmos e as demais 370, todas, inclusive as travessas, com a largura de 30 braças. As travessas, em número de onze, foram designadas por travessa do Vigário, do Rio, do Cais, do Coelho, das Laranjeiras, do Avelar, da Praça, do Cuidado, do Tabaco, do Fogo, da Cacimba. E completava: "todos os Refferidos nomes lhes assigney, hús Respeitando aos Sitios, e outros a algús particulares objectos".

Previa a construção das Casas da Câmara e Cadeia, num dos lados da praça, e a das casas dos moradores. Estas deviam ser feitas conforme os modelos estabelecidos. Podiam ter de frente as medidas que pedissem, com os quintais nos fundos. O cumprimento destes seria de 70 palmos para os terrenos que saíam do adro da Igreja e 80 para os outros, "todos em via Recta", excetuando os das esquinas que teriam quintais menores, o "que lhes fica remunerado com a maior e milhor vista das cazas". E ordenava "e prohibo o dar se Licença para se fazerem fora dos tais aRuamentos, ou Rossas, porque no cazo de estes todos se encherem dellas, se abrirão para a parte do campo outros de novo pegados e pella mesma Rectidão, e formalidade".[48]

Os ouvidores aproveitavam os edifícios existentes, a maior parte deles da propriedade dos missionários, e por serem os mais resistentes. Serviam de sede da Casa de Câmara e Cadeia. Não havendo construções mais sólidas, faziam-na construir de taipa. A Casa de Câmara e Cadeia de Viçosa ainda estavam por erigir em 1777, quando o Ouvidor Machado Monteiro noticiava que "de igual fortaleza e pelo mesmo risco (da de Porto Seguro) se vão apromptando os materiaes para as de Vila Viçosa".[49]

Na mesma ocasião do levantamento do pelourinho elegia-se a invocação de seu orago, da igreja e da vila. Indicavam e/ou construíam residência do

[48] Documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU, cx. 42, doc. 7975, microfilme, rolo 40, APEB.

[49] ANNAES, v. 32, p. 325.

pároco, deixando para este terreno e espaço para suas lavouras.

A Casa de Câmara e Cadeia, igreja, casa do pároco e dos moradores eram os únicos edifícios da maior parte das vilas. Segundo os componentes do Conselho de Ultramar, reunido na Bahia, não havia esperança de poder haver nessas vilas Casa de Misericórdia ou Hospital, tendo notícias de que se "o missionário", aqui se referindo a Abrantes, não socorresse os doentes, os índios os deixavam, em total desamparo, morrer sozinhos.

Após as primeiras instalações, eram indicados diretor, capitão-mor, os oficiais de guerra e ordenança, armavam os índios de pólvora e balas para se defender contra os inimigos que, geralmente, assaltavam a aldeia para roubar as roças e ferramentas. Estabeleciam taxas de jornais dos trabalhadores rurais e dos artífices e davam outras providências.

Toda a instalação das vilas era feita às custas da própria comunidade, a quem cabia, igualmente, subsidiar a construção dos edifícios públicos, igreja e de suas casas. Isso explica porque a maioria desses edifícios, nas regiões tratadas, só foi construída tardiamente.[50] O poder real só pagava o ouvidor, tropa de linha e poucos outros funcionários, incluindo o vigário. Mesmo a Câmara, depois de instalada, devia se auto-sustentar com as fintas, a que tinha direito, multas, licenças, arrendamento das terras de seu patrimônio, aluguéis etc. Nos casos tratados na Bahia, devido à suma pobreza dos índios, a Coroa arcou com as despesas de demarcação das terras e medições, mesmo porque não havia precedido "requerimento dos Indios para este estabelecimento".[51] Isto quer dizer que, quando os moradores solicitavam a elevação de sua povoação à vila, inevitavelmente deviam arcar com todas as despesas.

Como as demais construções, a maioria das igrejas era feita de materiais frágeis e foi necessário reedificá-las. Havendo igreja dos antigos missionários, faziam inventário antes de entregá-la ao novo pároco nomeado. Nas novas povoações, a Igreja, ao contrário de muitos núcleos anteriores, aparecia depois de tomadas outras iniciativas. Era, no entanto, a primeira providência coletiva ao se fundar uma vila, depois de se construir a Casa de Câmara e Cadeia. Em 1771, ao se referir à vila de Porto Alegre, Machado Monteiro dizia ter providenciado para que os habitantes trabalhassem em roças alheias para poder comprar ferramentas e, depois, usá-las nas suas próprias plantações e, ainda... "com o seu producto erigirem a Egreja, que ainda hé coberta de palha, assim como ainda o

[50] Podiam aceitar doações do Governador ou de proprietários particulares ou ser feitas às custas do próprio Ouvidor.

[51] ANNAES, v. 26, p. 23.

são as cazas delles"...[52] Em 1777, o mesmo ouvidor se comprometia a "dar principio ainda que de tijolo por falta de pedra, as Matrizes das Villas novas de Bellomonte, Prado, Alcobaça, Portalegre e S. Matheus", acrescentando ainda "que me desanima a falta de artifices e muito mais a nimia pobreza de seus povoadores, e quanto me não tem custado o fazel-os erigir de madeira e provel-os dos indispensaveis, ainda que tenues, ornamentos para o culto divino, sem ajuda alguma do erario regio".[53]

Ao erigir Vila Viçosa, o ouvidor dera para a localidade as "leis municipais, chamadas vulgarmente posturas",[54] que estabeleciam os deveres e direitos dos Juizes, Oficiais da Câmara e do povo, conforme os preceitos das Ordenações Filipinas e práticas consensuais do Brasil.

A postura 21 rezava que "ninguém fará cazas alguãs no terrado do Logradouro da villa Sem Licença da Câmara e ainda dentro do alinhamento das Ruas, sem se lhe hir medir com pena de tres mil Reis, e de Se lhe demolir achandosse fora das medidas, ainda em piquena parte do aRuamento, mas nas Rossas cada qual as poderá fazer aonde, e como quizer". Repetia, em parte, as provisões do ouvidor.[55] Essas posturas eram válidas para as demais vilas fundadas e mesmo para a própria sede da Comarca, Porto Seguro.

Criada a vila, de posse das leis, cumpriam as outras formalidades e elegiam juiz ordinário e de órfãos, vereadores e procurador do Conselho da Câmara para o ano e os três anos seguintes. Elegiam alcaide e porteiro, este para servir na Câmara e nos auditórios judiciais e, fazer as vezes, também, de carcereiro. Os índios, segundo as leis e instruções dadas, tinham prioridade no governo das vilas, preferindo os casados aos solteiros para as propriedades e serventias dos ofícios, porém, os solteiros teriam prioridade a quaisquer outras pessoas, "de qualquer prerogativa e condiçõens que sejam, ou destes Reynos ou do Brasil, ou de qualquer outra parte", de sorte que só os moradores da vila deviam servir esses ofícios.[56] Havendo índio que soubesse ler e escrever, ocupava o cargo de escrivão. Em muitos casos, foram indicados portugueses, tanto para escrivão da Câmara, para Diretores, quanto para tabelião de notas, escrivão do judicial, de órfãos, de

52 ANNAES, v. 32, p. 352.

53 Idem, p. 325.

54 O vocábulo "*municipal*" raramente aparece na documentação do século XVIII, já que a estrutura municipal, com essa designação, só foi montada a partir de 1828, depois da Independência do Brasil.

55 Documentos avulsos da Capitania da Bahia, AHU, cx. 42, doc 7974, microfilme, rolo 40, APEB.

56 ANNAES, v. 32, p. 288.

alcaide, de acordo com as próprias Ordens Reais. Caberia a este ensinar os índios, com aptidão, a ler e escrever para, depois, servir o ofício. Se houvesse português casado com índia, este teria preferência para o cargo. Os brancos deveriam deixar o cargo assim que houvesse índio apto.

Segundo as instruções, caso os índios não possuíssem terras, seriam dadas propriedades naquelas partes previstas para a vila e seus confins,[57] mesmo tendo sesmeiros ou donatários, contanto que não fosse "propriedade notavel, que se entende ser Engenho, ou alguã caza grande e nobre". Essas sesmarias não podiam ficar longe, mas se localizar ao redor da vila, na distância de até seis léguas e nenhum morador poderia receber "mais do que meia legoa em quadro".[58] Com a fundação de novas povoações, as sesmarias que se encontrassem no local escolhido perdiam a validade, prevalecendo o bem comum, contra os interesses particulares, sendo os moradores, dentro do terreno marcado, que não fossem índios, obrigados a se retirar no prazo de um ano. Os arrendatários, sesmeiros e donatários tinham dois anos para deixar a terra, tempo suficiente para colher os frutos plantados. Os sesmeiros, no entanto, podiam recorrer à justiça para dar-lhes solução ou conseguirem outra sesmaria. Fruto das discussões sobre esse assunto, na maior parte das vilas, ficou estabelecido o convívio entre índios e brancos, mesmo porque, como se viu, obedeciam ordens régias.

Por mais que se queira apontar o fracasso do projeto pombalino, deve-se notar que houve mudanças no povoamento e urbanização do território. Em 1764, Couceiro de Abreu notificava que os índios viviam em Trancoso e Vila Verde da mesma forma como antes "debaixo de uma só palhoça 10, 12 e mais com seus filhos e filhas". Não havia pastos comuns, nem terras para rendimento da Câmara. O terreno delimitado era tão pequeno que muitos se queixavam não ter terra para lavrar, pois algumas que tinham recebido já estavam cansadas e cheias de formigueiros, e outras eram capoeiras. Não tinham diretor, mas apenas um escrivão com a obrigação de ensinar os meninos a ler e escrever. E concluía: "a estes incumbi por ora algumas advertências do Directorio do Maranhão, de que vão dando boa conta, dei plantas para a formalidade das Villas e hum d'estes dias vou dispôr o mais que me parecer mais conforme as ordens de Sua Magestade e bem d'estas duas povoações".[59] Nesse mesmo ano Couceiro de Abreu notificava que ia fazendo construir as casas e "huma e outra escóla, a que

---

[57] Determinada pelo Alvará de 23 de novembro de 1700.

[58] ANNAES, v. 32, p. 290-291.

[59] Idem, p. 39.

não hia rapaz alguns, traz agora 90 e tantos divididos por ambas".[60] Se não aproveitassem os ensinos da escola, pelo menos ouviam e praticavam a língua portuguesa, como se viu, obrigatória a partir de então.

Alguns anos depois, em 1771, dizia Machado Monteiro: "ha eschola em que aprendem ler e escrever 80 meninos e por acazo não ha mestre ou official de officio mecanico, que deixe de ter algum aprendiz e dos maiores os mais rusticos á soldada". O produto desses pagamentos dos rapazes devia ser aplicado no vestuário e o resto na compra de gado, ou de ferramentas para a lavoura, telha e feitio de suas casas.

Porém, a conquista do índio era um obstáculo que os ouvidores transpunham com dificuldade. O próprio Couceiro de Abreu, em 1764, tentou fixar os índios da nação Menhãa na região do Rio Doce. Prometeu-lhes um clérigo e os cargos da Câmara, quando a vila fosse instalada, "e para que logo entrassem a fundar a sua habitação com a formalidade de Villa, mandei ir para aquelle sitio hum homem de bom proposito e já conhecido d'elles, com huma fórma de planta, para que por ella fosse regulado as cazas, que os ditos índios deviam de edificar; e que a cada um delles desse terreno ao menos com seis quartos, hum que lhes servisse de sallinha, outro para os pais dormirem, outro para os filhos, o 4º para as filhas, o 5º para cozinha e o 6º para terem os seus effeitos". Em outro documento, continuava: "...lhes assignei a seu contento, sitio para estabelecerem huma regular povoação, por haver fallecido o homem, que para esse fim e para os dirigir havia mandado para o dito Rio, deixando-lhes recomendado que entrassem logo a fazer a casa para o clerigo, que para lá havia de ir e depois della as suas, em que havião de viver com esta e aquella formalidade que lhes deixei em um risco". Executaram a casa do clérigo e mais cinco, mas fugiram, no dia de São José, rio acima.[61] A maioria dos diretores, muitos deles escrivães, foi sempre acusada de incompetentes, abusados, corruptos, defensores de seus próprios interesses e outras coisas.

A falta de povoadores foi um dos grandes problemas. Em 1773, Monteiro dizia que "impossivel será o chegar a erigir as 3 que já referi" e já citadas anteriormente, e se lastimava que "...se erigi-las me he facil, o povoa-las me he muito difícil".[62] Queixava-se da constante fuga de índios e degredados para a Comarca de Ilhéus e de suas inúteis "requisitorias para a prizão e retrocesso delles",[63] não contando com a colaboração do Ouvidor daquela

[60] Idem, p. 52.

[61] Idem.

[62] Idem, p. 371.

[63] Idem, p. 272, 277, 293, 324-325.

Comarca, Miguel Aires Lobo de Carvalho. Essas povoações deveriam ser elevadas à vila, sendo indispensavelmente precisas para a estrada, "que nas minhas Instrucções se me adverte faça abrir para comunicação, e comercio dessa Capitania com a do Espirito Santo", dizia Machado Monteiro. Aí já tinha sido instalada uma dúzia ou dúzia e meia de casais, mas a falta de gente impossibilitou a realização de suas implantações. Essa estrada era recomendada para ligar essas regiões ao Rio de Janeiro.

Além da falta de gente e de ferramentas, não havia mão de obra especializada. Assim, era o povo, em especial os índios, que construiu as vilas. Já o Ouvidor Couceiro de Abreu dava notícias dessa atividade: "não me tenho descuidado da melhor forma da creação das duas vilas novas de Trancoso e Villaverde, cujos Índios vão fabricando as suas cazas com a formalidade que lhes dei". Só em 1772, na Vila de Porto Seguro, e locais mais próximos, se empregava mão de obra especializada e o ouvidor delegava o "risco" a outrém. As vilas menores, ou recém-criadas, continuavam, no entanto, a ser construídas pelos próprios habitantes. Ao se referir à edificação das matrizes de Belmonte e Portalegre, o Ouvidor Monteiro dizia textualmente que os "artifices foram os seus mesmos povoadores, cada qual conforme a sua habilitação, por não terem pela sua muita pobreza com que pagar os outros". E, no ano seguinte, continuava a notificar que "por todas as villas se augmentão á proporção das possibilidades dos habitantes, e para o que por falta de artífices as vão fabricando por mãos de curiozos". E ainda: "não achei em toda a Capitania mais que 2 pedreiros, que com outros 2, que acariciei de fóra e mais 4 degradados já chegão ao número de 8, mas taes que eu fui o mestre da obra das cazas da Camara (de Porto Seguro) porque os da Bahia me pedem por ella exorbitantissimo presso, com que querem compensar o virem para cá de tão longe".[64]

Pelos documentos do período, e por algumas passagens já referidas, verifica-se que, na região de Porto Seguro, os próprios ouvidores foram os urbanistas, arquitetos e mestres de obra, e o povo, na ausência de oficiais mecânicos especializados, o construtor. Coube a eles a organização espacial dos núcleos urbanos programados e a expansão da rede urbana. Sendo essas regiões extremamente pobres, e sem importância administrativa, dificilmente puderam contar com a presença de engenheiros militares em suas obras públicas, e particulares. Esses engenheiros só estiveram nas regiões mais importantes na época, como São José do Rio Negro, Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, por exemplo.

Segundo o que se ordenava, os edifícios se inseriram num espaço

[64] Idem, p. 52, 267, 273, 277.

determinado, onde devia predominar a uniformidade teórica, em nome da "boa perspectiva". Deve-se ressaltar vários tipos de plantas: um que aproveitou o traçado jesuítico preexistente, da grande praça ou terreiro – civil e religiosa – de onde partiam as ruas perpendicularmente e a de plano ortogonal, rascunhada expressamente para a implantação das vilas, como Prado, Portalegre, Viçosa, Alcobaça, na Capitania de Porto Seguro. Uma terceira possibilidade mostra a reurbanização de um núcleo irregular preexistente, a exemplo de Barcelos na região Amazônica.[65]

Os núcleos, anteriores a 1735, em sua grande maioria, eram irregulares, pois, como simples povoações, postos avançados na boca do sertão, pouso de viajantes, passagens de rios etc., nasceram espontaneamente, sem alinhamentos, sem ordem. Uma vez transformados em vilas – incluindo os núcleos que já nasceram como tal –, passaram a ter a interferência administrativa da Câmara que, necessariamente, promovia os alinhamentos e vistorias, através de peritos especialmente designados. Esses planos podiam ser perfeitamente regulares ou de regularidade aparente. Desta última forma era a grande maioria dos traçados das vilas e cidades barrocas.

As plantas de regularidade aparente já aparecem no século XVI e Salvador é um exemplo antológico, de traça barroca, determinada pelas diferenças de nível, contornos de níveis de elevação, assimetria de ruas e travessas etc. O Projeto Pombalino, invariavelmente, adotou o plano ortogonal, obedecendo à centralidade da praça civil ou religiosa, caracterizado pela racionalidade, regularidade, simetria, economia, clareza e simplicidade, de figuras geométricas perfeitas e instalado, de preferência, em lugares planos, junto a rios ou beira do mar. Baseava-se no conhecimento prático, experimentado.[66]

A regularidade, mesmo baseada num traçado empírico, foi adotada em toda a rede urbana que então se estabelecia, especialmente nos dois últimos

---

65 A retificação de ruas foi feita mesmo em núcleos antigos, dentro e fora de muros medievais, no mesmo período no Reino. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. Os Almadas e o urbanismo portuense. In: *Colóquio Lisboa Iluminista e o seu tempo, Lisboa,*, p. 151-158, 1998.

66 Esse mesmo plano foi implantado nos Algarves permitindo à Coroa levantar, em cinco meses, a Vila Real de Santo Antônio, às margens do rio Guadiana, em 1775, substituindo a vila provisória catalã de Santo Antônio de Arenilha. CORREIA, José Eduardo Horta. Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Coord.). ***Pombal revisitado***. Lisboa: Estampa, 1984, p. 79.

tipos.[67] Mesmo empírico, esse traçado alicerçava-se numa experiência anterior, pelo menos ótica, das autoridades que fizeram os "riscos" dos núcleos que fundaram. Essa experiência anterior era lusa, com traçado regular renascentista "ponto de partida para o estudo da gênese dos traçados das cidades da América portuguesa e espanhola", segundo Paulo Santos,[68] baseada em Vitrúvio, Alberti, Sérlio e Catâneo ou, ainda, nos espanhóis André Garcia de Céspedes e frei Lorenzo de San Nicolás. Essas soluções, adotadas também na baixa de Lisboa, como indicou Nestor Goulart, "não teriam caráter tão circunstancial, mas seriam fruto de uma consciência urbanística, comum, dos princípios construtivos portugueses dessa época, que se vinham formando nas décadas anteriores".[69] Isso não está longe do pensamento de Renata Araújo para quem "no conjunto da variedade formal do urbanismo português da expansão encontra-se a unidade que lhe advém da 'escola' que o criou, desenvolvida pelos engenheiros militares portugueses, responsáveis por um método que, cremos, une o pragmatismo à segurança teórica"... e identifica o conhecimento urbano como fruto de um saber acumulado "identificando o urbanismo com o processo civilizador".[70] E isso se nota nas palavras do Morgado de Mateus, D. Luís Antônio Botelho Mourão de Souza, Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, no período, sabia que "uma das coisas que os paises mais adiantados costumam cuidar atualmente é da simetria e harmonia das edificações que estão surgindo em cidades grandes e pequenas, de modo que, da sua disposição resulte não só o conforto publico mas também o prazer, com os quais as aglomerações se tornam mais atraentes e apropriadas, sabendo-se da boa ordem com que essas edificações são dispostas, da policia e cultura de seus habitantes".[71]

É classificado como um traçado moderno das cidades, necessidade ideológica e prática do iluminismo, como utilizaria Manuel da Maia, em Lisboa, na reconstrução pós-terremoto, os engenheiros Francisco Xavier

---

[67] É interessante ver, por exemplo, que o Quilombo Buraco do Tatu, de 1764, nos arredores de Salvador, seguia as mesmas normas.

[68] SANTOS, Paulo. Formação de cidades no Brasil colonial. In: *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra, 1968, p. 25.

[69] O autor aponta o parentesco desse conjunto lisboeta com a Bahia, Belém, São Luis e Alcântara. Nenhuma delas é obra do acaso. REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, nº 3, p. 17, nov.-dez. 1994.

[70] ARAÚJO, Renata Malcher. As cidades da Amazônia no século XVIII; Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998. p. 37.

[71] PORTARIA que levou o D^{or} Juiz de Fora quando foi para Santos, Biblioteca Nacional, Lista 1, São Paulo, 15 set. 1766, p. 67-68v.

do Rego, Francisco Pinheiro da Cunha, no Porto, Luís Serrão Pimentel, Manuel de Azevedo Fortes, José de Figueiredo Seixas, este último com seu "Tratado da Ruação para emenda das ruas das cidades, vilas e lugares deste Reino"..., segundo Rafael Moreira, datado da década de 1760, primeiro tratado do urbanismo pombalino conhecido.[72]

Também não se pode ignorar toda a tratadística e manuais estrangeiros, cujos escritos circulavam em Portugal, e da Academia Portuguesa de Artes, de Roma, ativa até 1760. E basta ver os componentes da expedição da América portuguesa, encarregada das demarcações, dos quais dez eram portugueses e 24 estrangeiros, alguns dos quais intervieram na urbanização da Amazônia, como Sambucetti, Sturm, Landi, Galluzzi etc. Estes traziam toda uma carga de conhecimentos e que mostrava as linhas de pensamento português mais moderno.

Vários estudiosos se dedicaram ao estudo desses "riscos". Paulo Santos, ao se referir ao desenho de Macapá, qualificou de traçado "monótono, estéril", datando-o como sendo dos finais do setecentos, sob influência da engenharia militar, que dava preferência pelos traçados ortogonais nos projetos das povoações, citando, inclusive, Vila Viçosa da Bahia, de forma incorreta, como um dos exemplos. Baseou-se no levantamento feito pelo 2º Tenente do Imperial do Corpo de Engenheiros, em 1849, membro da Comissão de Exploração do Mucuri e Jequitinhonha, ressaltando, que "os traçados ortogonais chegam ao ponto de invadir as aldeias de Índios", vendo-os como de influência hispânica ou, pelo menos, reforçados por essa influência, como consequência dos contatos entre as duas Coroas por ocasião do Tratado de Madrid.[73]

Muitos buscaram essas origens em épocas mais recuadas. Ferrão fez "uma perspectiva sobre a tradição do desenho urbano regular português",[74] remontando o período de romanização da Península Ibérica, os primeiros vestígios de geometrização dos aglomerados, passando pela Idade Média, identificando no século XV as construções em que esteve subjacente a utilização do modelo urbano geometrizado. Enfatizou a época do quinhentos como um dos períodos mais significativos da urbanística portuguesa em

[72] Manuscrito de 150 fls. da Biblioteca Nacional de Lisboa. Vide MOREIRA, Rafael de Faria Domingues. Uma utopia urbanística pombalina: o "Tratado de Ruação" de José de Figueiredo Seixas. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (Coord.). ***Pombal revisitado***. Lisboa: Estampa, 1984, p.131-144.

[73] SANTOS, P. Ob. cit., p. 64, ilustração VIII-C.

[74] FERRÃO, Bernardo José. ***Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas, 1758-1813***; uma contribuição para o estudo da cidade pombalina, 3ed. Porto: FAUP, 1997. p. 38-69.

que se vulgarizou a utilização de modelos urbanos regulares, já de desenho renascentista. Quase todos os modelos apresentados pelo autor constituem o que aqui se chamou planos com regularidade aparente, diferentes dos apontados como ortogonais, com ruas e travessas absolutamente retas e paralelas e com ângulos rigorosamente retos, em retícula, acrescentando a regularidade arquitetônica.

Roberta Marx Delson,[75] desde 1979, tratou de estudar o século XVIII, tanto para desfazer o mito de falta de planejamento urbano no Brasil, quanto para provar a aplicação precoce do modelo retilíneo como programa. Como a maioria dos autores tratou o Brasil como se não participasse do mundo português, parte integrante do Reino.[76] Buscou a origem do plano ortogonal já em 1716,[77] quando a povoação de Mocha teria sido elevada a vila, afirmando que, a partir dessa data, as novas comunidades construídas no sertão estavam subordinadas a um "protótipo de planejamento de vila", segundo um "plano diretor barroco, com ênfase em ruas retilíneas, praças bem delineadas (amiúde orladas por fileiras de arvores plantadas simetricamente) e numa uniformidade de elementos arquitetônicos".[78] Segundo a autora, este era o modelo adaptável a qualquer região geográfica e que podia empregar a mão de obra indígena, não especializada, que teria no padrão de casa um modelo multiplicável. Tentou mostrar que todos os núcleos – incluindo povoados, aldeias e arraiais – foram precedidos de "planos diretores".[79]

O planejamento era muito mais escrito que desenhado e as normas eram gerais para serem adaptadas a cada situação. A interferência do engenheiro militar no planejamento dessas vilas não mudou sua estrutura, apenas a

---

75 DELSON, Roberta Marx. ***Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII***. Tradução de Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Alva-Ciord, 1997. 123p, A tradução de seu livro não foi feita com muito cuidado, prejudicando, por vezes, os seus conceitos. Por exemplo, confunde direito com reto ou, mais precisamente "*vai endireitando*" com reto. Loc. cit., p. 29.

76 Chama todo o período de urbanização de que trata como processo de europeização. DELSON, R. M. Ob. cit., p. 49. Liberal de Castro denominou projeto de lusitinização. CASTRO, José Liberal de. Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Monte-mor o Novo d'América. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). ***Paisagem e a Arte; a Invenção da natureza, a Evolução do Olhar.*** São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, 2000. Nota 1, p. 310, 311.

77 Vide KNOX, Miridan Brito. ***O Piauí na primeira metade do século XIX.*** Rio de Janeiro: Projeto Petrônio Portella, 1992. p. 16.

78 Essas são características dos planos renascentistas.

79 DELSON, R. M. Ob. cit., p. 4, 14. Confunde, com freqüência vila e cidade, paróquia e vila.

tornou mais sofisticada, como se observou em Vila Bela da Santíssima Trindade, plano de autoria do engenheiro Francisco Mota, ou Nova Mazagão, no Pará, de autoria do engenheiro militar Domenico Sambocetti.

A ausência do conceito de plano preestabelecido desfaz as afirmativas de alguns autores.[80] Foram poucas as vilas e cidades do Brasil cujos "riscos e traças" vieram de Portugal com antecedência, como a de Salvador, dados a Tomé de Souza junto com seu Regimento. Poucos núcleos tiveram engenheiros militares para planejá-los *in loco* e com antecipação. Além disso, os arraiais, lugares, povoações, aldeias não tiveram planejamento algum.[81] Apenas algumas aldeias pombalinas tiveram essa atenção. Só as vilas e cidades mereciam a intervenção oficial no delineamento de sua forma. Aquelas podiam ter intervenção quando eram elevados à condição dessas últimas. Essa é uma discussão que há muito se estabeleceu entre os estudiosos brasileiros e brasilianistas, historiadores, geógrafos, arquitetos, sociólogos, sem que se tivesse chegado a conclusões definitivas. De fato, existiram inúmeros núcleos nascidos – e que cresceram – sem planejamento e de forma desordenada. A diferença estava justamente naquela existente entre uma povoação, arraial, aldeia e uma vila ou cidade,[82] diferenciados por estatutos jurídicos.

A boa perspectiva e a regularidade do traçado, segundo essa nova concepção urbana, já estavam contidos na Carta Régia, de 3 de março de 1755. Esse documento criava a capitania de São José do Rio Negro, instalada como um terceiro governo no Norte do Brasil, e mandava erigir em vila a aldeia de São Pedro, administrada pelos carmelitas e mandava "...delinear as casas dos moradores por linha recta com tanto que fiquem largas e direitas as ruas".... Já estabelecia, também a uniformidade arquitetônica ao mandar que as "...casas sejão sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte exterior ainda que não valera na parte interior as faça cada hum como lhe parecer"...[83] Era a origem de Barcelos, reurbanizada em 1762, segundo

80 Incluindo a designação de "*plano diretor*" ai empregado extemporaneamente. Refere-se também a "*cópias da legislação de planejamento urbano*", em 1736, e "*código de planejamento urbano*". Idem, p. 31, 32, 36.

81 Estes núcleos, em grande número, é que deram a conotação pejorativa ao Brasil, divulgada desde 1936 por Sérgio Buarque de Holanda, nas suas *Raízes do Brasil*, que, ao compará-lo com a América espanhola dizia que nasceu e cresceu sem planejamento. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 3ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

82 Muitos autores confundem esses tipos de núcleos urbanos com freguesia ou paróquia que são divisões administrativas eclesiásticas.

83 Cópia da Carta Régia de três de março demil esete centos e cincoenta esinco. In: DOCUMENTOS AVULSOS DA CAPITANIA DA BAHIA, 1771-1774, AHU, cx. 46,

Delson, por Felipe Sturm, membro da Comissão de Demarcação,[84] mas, só em 1772, o Governador e Capitão-General, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, incumbia o engenheiro Francisco da Mota de dar novas formas urbanísticas, aplicando as normas estabelecidas anteriormente. Com as mesmas palavras vê-se as instruções dadas ao Ouvidor, Vitorino Soares Barbosa, para instalar, em 1764, a Vila Real de Monte-mor o Novo da América, na Capitania do Ceará, atendendo o determinado: "fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas"..."com a obrigação de que as ditas casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte interior faça cada uma conforme lhe parece, para que desta sorte se conserve na mesma formosura nas vilas e nas ruas delas a mesma largura que se lhes assinar nas fundações".[85]

A Carta Régia de 3 de março de 1755 precedeu aos planos de reforma de Lisboa ou da Real Vila de Santo Antônio, nos Algarves, e suas linhas mestras foram incluídas no Diretório dos índios do Grão-Pará e Maranhão, e instruções decorrentes, tanto no que dizia respeito ao desenho da vila, quanto das construções, e os planos, pré ou pós-estabelecidos, seguiam essas diretrizes. Às Instruções, ordenando criar as vilas, se anexaram cópias da Carta Régia citada e se reproduziram os itens que diziam respeito à forma do traçado urbano e das casas. A diferença entre os vários traçados, que são poucas, foi ditada pela situação geográfica, número e condições econômicas de seus povoadores. E o Diretório, somado às instruções dadas às diversas autoridades, encarregadas de criar as vilas, são exemplos típicos de planejamento escrito.

Verifica-se, pois, que havia, como observou Nestor Goulart, uma consciência comum que foi colocada em efetiva prática no reinado de D. José I. Mas o plano ortogonal, com as mesmas características já era preconizado desde a década de 1740, mas aplicado sistematicamente no período pombalino.

Se se recuar no tempo, acham-se as mesmas instruções dadas por D. João V a D. Luis Mascarenhas, Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, em 1746, para as obras que foram executadas em 1752, na criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso. Essas instruções mandavam "delinear por linhas retas, a área para as cazas se edificarem deyxando ruas largas e direytas" e determinava, também, que os moradores poderiam ter

doc. 8578, microfilme, rolo 43, APEB.

[84] DELSON, R. M. Ob. Cit., p. 51-52.

[85] Cit. por CASTRO, J. L. de. Ob. cit., p. 310.

os terrenos, para casas e quintais, que desejassem "nos lugares delineados e as ditas cazas em todo o tempo serão feytas todas no mesmo perfil no exterior, ainda que no interior as fará cada morada a sua vontade, de sorte que se conserve a mesmo formosura da terra e a mesma largura das ruas".[86] As instruções já continham os privilégios e isenções que seriam dados aos moradores das vilas criadas no período de Pombal. Outro exemplo, do mesmo período, a adotar esse padrão – retilinearidade e igualdade externa da arquitetura –, é encontrado em Aracati, no Ceará, em ordem emitida em 1747. As instruções dirigidas ao Ouvidor, José de Faria, recomendavam que se algum morador do antigo povoado fosse erigir nova casa, devia reconstrui-la de "*forma a dar-lhe um contorno e aparência equivalente aos das novas casas*". A mesma recomendação foi dada, nominando inclusive Aracati, a Gomes Freire Andrade para a criação da vila do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A segunda instalação de Mariana, em Minas Gerais, em 1746,[87] tinha iguais recomendações.

Parte dos colonos[88] açorianos, destinados a Santa Catarina, foi mandada para povoar o Rio Grande do Sul, do Rio de São Francisco do Sul até Cerro de São Miguel. Mandava-se que se fundassem lugares, com cerca de 60 casais cada um, com um quarto de légua em quadro. Devia-se dar, para cada lugar, meia légua em quadro para assento e logradouros públicos. À praça destinavam-se 500 palmos de fundo e, em um de seus lados, ficaria a Igreja. A rua, ou ruas, se demarcariam ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos e "por elas e nos lados se porão as moradas, em boa ordem deixando, entre umas e outras e por trás, lugar suficiente e repartido para quintais, atendendo, assim, ao cômodo presente, como a poderem ampliar-se as casas para o futuro".[89] Este modelo, com casa rodeada por quintal, foi raro no período.

Em todos os casos depara-se com um planejamento moderno. E o moderno, como se viu, baseava-se na regularidade do traçado que, como aconteceu com as casas, foi o padrão estabelecido para a implantação de novas vilas, mais fácil de ser imposto e de se adequar às localidades tão diversas em que foram eretas. A irregularidade dos riscos se opunha, então, à própria política urbanizadora que trazia embutida no seu âmago o conceito de ordem.

86 SANTOS, P. Ob. cit., p. 58-59.

87 Cit. por DELSON, R. M. Ob. cit. p. 24, 37.

88 Aparecem com essa designação na documentação.

89 Ordem de 1747, registrada em 1750. REGISTO DAS ORDENS DE SUA MAGESTADE para a situação dos casais neste estabelecimento (Santa Catarina). In: *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande.* Porto Alegre: Arquivo do Rio Grande do Sul/Instituto Estadual do Livro, 1977. p. 269.

Machado Monteiro afirmou categoricamente “a respeito da fundação de villas”: “...erigi huma na Aldeia chamada do Campinho, a que dei o nome de Villa Viçosa e de que remetto planta, em tudo conforme o seu original, ainda que, por falta de architecto, delineado pela minha rustica ideia e decifrada pela minha penna”. Em fevereiro de 1769, dava conta ao Rei dos serviços feitos e notificava que remetia “planta, em tudo conforme o seu original, ainda q[ue] por falta de Arquiteto delineado pella minha Rústica idéia e decifrada pella minha rústica pena”.[90] O mesmo plano, com ligeiras modificações, foi válido para as demais vilas implantadas na Bahia.[91]

Portanto, no caso estudado da Bahia, o ouvidor rascunhou uma planta na qual se baseou para fazer as medições, elevação e aclamação das vilas, com implantação do pelourinho, assento nos livros e determinação dos principais edifícios. As plantas, enviadas ao Rei, foram feitas posteriormente a todos os atos e seguiram, rigorosamente, o determinado pela Carta Régia de 3 de março de 1755 e do Diretório dado aos índios do Grão-Pará e Maranhão.

As casas, como várias vezes foram referidas, eram erigidas de acordo com modelos preestabelecidos, sem que os edifícios estabelecessem diferenciação social.[92] A imposição dos modelos devia-se ao fato de ser, a maioria dos seus ocupantes índios que, até então, viviam em moradias coletivas, de estrutura muito diversa das unidades que se impunham.

---

90 DOCUMENTOS AVULSOS DA CAPITANIA DA BAHIA, 1768-1769, AHU, cx. 43, doc. 7972, microfilme, rolo 40, APEB.

91 Em 1770 Machado Monteiro notificava: “*na nova Villa de Bello Monte de que no anno de 1767 remetti tão bem á Secretaria do Estado a planta que lhe formei*” (DOCUMENTOS AVULSOS DA CAPITANIA DA BAHIA, 1769-1770, cx. 44, doc. 8215, microfilme, rolo 41, APEB; ANNAES, v. 32, p. 300);... “*com o nome de Villa Viçosa e orago de N. S. da Conceição e de que remetti a planta dos arruamentos que lhe risquei e demarquei*”, 1770 (IDEM, p. 298-299). “*Já dei conta a V.M. daquellas que de novo tinha erecto, remettendo os borrões das plantas dos seus arruamentos*”, 1771 (IDEM, p. 255). “*Duas villas que de novo erigi*”...“*e a que dei os nomes de Villa Viçoza e de Portalegre*”...”*já remetti á Secretaria o borrão da planta, assim como já fiz dos de Villa Viçosa. No prezente anno trabalho por erigir outra na barra do Rio de Itanham* (Alcobaça), *aonde achei 20 e tantos cazaes, que já excedem de 90 e della tão bem farei e remetterei planta*”. “*Remetto á Secretaria de estado competente os autos da erecção da de Alcobaça e a V. Ex. o tosco, se bem coherente mappa do seu terrapleno e arruamentos, que a minha grosseira curiosidade não soube melhor debuchar*”, 1774. Vide Catálogo de Eduardo de Castro e Almeida, AHU, Bahia, doc. 8578, 8.628.

92 Isso não quer dizer que não houvesse sinais de distinção entre os moradores. Na vila de Santarém, Comarca de Ilhéus, colocavam uma cruz à porta da casa dos Oficiais. Quanto menor a cruz, menor a patente. A maior era da residência da Capitão-mór. BARROS, F. B. de. Ob. cit., p. 338.

Têm-se duas descrições de casas que, no geral, variam muito pouco uma em relação à outra. A primeira foi dada aos índios de toda a Comarca de Porto Seguro, através das Instruções, baseadas no Diretório, que dispunha que todas as casas deviam ser cobertas de telha, feitas por oficiais de carpinteiro e "por não haver pedra, de madeira do melhor uzo do paiz".[93] Estabelecia as medidas externas e internas, determinando como deviam ser as casas. Além da uniformidade arquitetônica, pelo menos externa, os documentos citados estabeleciam uma coordenação dimensional, conforme notou Nestor Goulart, incluindo tamanho dos lotes, número e dimensões de janelas e portas, altura dos edifícios e dos pavimentos, por fora e por dentro, relações com as construções vizinhas etc.[94]

O outro modelo padrão está inserido no documento que tratava da criação da citada Vila Viçosa, datada de 1769. Percebe-se que os Ouvidores trataram de destruir o módulo de composição formado por casas coletivas, ainda encontradas na maioria das aldeias jesuíticas, e edificar casas para abrigar uma única família.[95]

Nesse período, o Marquês de Lavradio, Governador e Capitão-General, notificava a metrópole de que na Bahia só havia um "oficial Enginheyro que não podia fazer todas as tarefas ao mesmo tempo: ler na aula militar, examinar as fortificações e fazer os mais serviços".[96] Isso explica porque os Ouvidores Couceiro de Abreu e Machado Monteiro, casos raros entre as autoridades de sua posição na época, foram os autores dos riscos das plantas e promoveram o povoamento das vilas em torno de Porto Seguro, cabeça de sua Comarca.

Nem todos os Ouvidores tiveram a iniciativa de Machado Monteiro, mas as recomendações da Carta, de 3 de março de 1755, estavam no programa de todos os administradores do período. Tem-se o exemplo de Tomé Couceiro de Abreu, que criou as vilas de Belmonte e Prado e se refere aos planos que forneceu. Desta última foi Machado Monteiro, seu sucessor, que fez a planta e promoveu o povoamento. O Ouvidor Feliciano Ramos Nobre Mourão, ao contrário, em correição de 1764, só visitou as povoações de Monforte, Soure, Salvaterra, Colares, Vila Nova Del Rey, Sintra, Monçarás, Ourém e Bragança, na região amazônica, entre janeiro e março, dando

93 ANNAES, v. 32, p. 376.

94 REIS, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil; primeira parte: período colonial. In: *Cadernos de Pesquisa do LAP,* São Paulo, nº 8, p. 52, jul.-ago. 1995.

95 ANNAES, v. 32, p. 212-213.

96 DOCUMENTOS AVULSOS DA CAPITANIA DA BAHIA, 1768-1769, AHU, cx. 42, doc. 7845, microfilme, rolo 40, APEB.

apenas conta de casos relativos à justiça e, em especial, sobre a situação de cada vila e seus habitantes.

Assim, dava notícias que as 53 moradas de casas de Monçarás estavam cobertas de palha e não se achavam "em boa ordem por estarem disformes as ruas". Em Salvaterra, acusava 42 moradas de casas que formavam uma praça "de que se compõem a dita villa sem mais ruas", dizendo que "preciza mais que se fação cazas de novo dos moradores com seus quintaes cercados para plantarem arvores de frutas, e se utilizarem dellas as famílias" e reclamava ser conveniente "que hum engenheyro delineace as ruas e formalidade das cazas para ser perfeito o prospecto publico e formuzura da villa". Mesmo Soure, considerada das melhores e bem situadas, dizia que tinha os mesmos problemas que as demais. Sobre todas elas deu notícias que os índios eram pobres e precisavam trabalhar para si, a fim de poder construir suas casas e apontava a falta de olarias em boa parte delas.[97]

É preciso lembrar que todas as povoações, mesmo as menores, estavam, desde 1756, contribuindo com os três milhões de cruzados, o chamado Donativo Real, empregado na reconstrução de Lisboa,[98] adiando as providências para construção de seus próprios núcleos.

Isso e as condições locais modificaram planos e plantas. "Mas a respeito da factura das cazas", dizia o Ouvidor Monteiro, em 1771, "ainda a metade ou mais dos seus moradores vivem em cabanas, porque nem todos poderão pela sua pobreza entrar logo a trabalhar nellas e as que se tem feito e vão fazendo são das melhores do paiz pelo uniforme da planta e risco que lhes dei", referindo-se à Vila Viçosa.[99] Antes de construir suas casas, da mesma forma como notificou o Ouvidor Nobre Mourão, em relação à Amazônia, os moradores precisavam cuidar da lavoura para o alimento de suas famílias, ficando para depois, com os lucros dessa lavoura, a fatura das casas.

As descrições das vilas, feitas em 1803, mostram que boa parte das casas ainda era de palha e muitos terrenos estavam devolutos. Mas os traçados permaneciam. E é interessante notar que, mesmo as aldeias e lugares que foram instalados depois de 1750, embora não tivessem o estatuto de vila,

---

[97] CASTRO, Aluísio Fonseca de. Autos de devassa. In: ***Anais do Arquivo Público do Pará***, Belém, v. 3, nº 11, p. 9-211, 1997. Os documentos publicados nesses Anais constituem Autos de Correição e não de Devassa.

[98] Documentos avulsos da Capitania da Bahia, 1768-1769, AHU, cx. 42, doc. 777-7813, Microfilme, rolo 40, APEB.

[99] ANNAES, v. 32, p. 256.

seguiam o mesmo traçado. Veja-se a aldeia de São Miguel (1765) e o lugar de Balsemão (1768), na Amazônia.

Quase no fim do período estudado, os Ouvidores em ato de correição, naturalistas ou pessoas especialmente indicadas, davam notícias sobre a situação de cada lugar. Esses relatórios permitem avaliar o programa pombalino, como aconteceu em Porto Seguro, com o Ouvidor José Xavier Machado Monteiro, entre os anos de 1772 e 1776. Depois de muitos anos de permanência na região, apesar da idade avançada (63 anos), como dizia, Machado Monteiro continuava seu trabalho, mas queixando-se sempre da falta de bons oficiais mecânicos e do pouco avanço na cobertura de telha das casas das diversas vilas por não contar com olarias e por causa da pobreza dos moradores. Apesar disso, aumentou e melhorou as vilas com construções novas e reedificações, além de executar pontes e pontões, caminhos e fontes, barcas para os grandes rios e canoas, e com isso notificava que "ja por terra se vadeia toda a Capitania, quando anteriormente só se podia fazer por mar".[100]

Esse projeto fazia parte dos primeiros passos que caracterizavam o liberalismo oitocentista e procurava fortificar o governo das câmaras e enfraquecer o poder eclesiástico, criando freguesias, estabelecendo côngruas para os vigários, abrindo as companhias de comércio e abolindo a servidão dos índios. No fim da década de 70, o projeto começava a encerrar-se devido, sobretudo, às dificuldades financeiras e políticas, mas muitas vilas tinham sido criadas e sobreviveram. Já se tinha implantado não só o projeto de repovoamento, mas também o de reurbanização que consagrou o plano ortogonal como modelo.

Se, de um lado, esse plano teve influências de urbanistas europeus, de outro, foi fruto da assimilação das novas ideologias relativas às relações humanas, defendidas pelos franceses e absorvidas pelo iluminismo luso-espanhol. E, ainda, é resultado de um maior conhecimento do direito dos indígenas, com base no direito natural dessa raça, trabalhado por Juan Solórzano Pereyra, Ouvidor das Audiências do Peru e legislador do século XVII, que atingiu a percepção lusa no século seguinte. Isso mostra que os portugueses não desconheciam a política indigenista espanhola e, com isso, também, não desconheciam seu urbanismo na América.

A urbanização, com base em planos ortogonais, tão comuns na América de domínio espanhol, já era encontrada no Brasil a partir de D. João V, mas com intensificação de uso, como regra preestabelecida, na segunda metade

[100] Idem, p. 325, 372.

do século XVIII. O motivo principal estava fundado especialmente na nova política portuguesa de voltar seus olhos para o Brasil, até então ocupados na Índia, e consequente promoção de seu repovoamento, reurbanização e defesa. Não só Mendonça Furtado, como Alexandre de Gusmão, um ao Norte e outro ao Sul, viam no povoamento uma das grandes armas de defesa do território. Essa ideia estava no imaginário de todos os governantes escolhidos por Pombal nesse período.

Portugal e Espanha[101] adotaram, no século XVIII, o conceito original de defender povoando (*ut possedetis)*, estabelecendo alternativas para o desenvolvimento socioeconômico americano. Pelo lado espanhol, também se promoveu um plano de ocupação do solo, tentando avançar as fronteiras com povoações de crioulos ou espanhóis, especialmente galegos e canários. E a estrutura urbana dos inúmeros povoados teve a praça quadrada como núcleo central e as ruas regulares com lotes retangulares.

De maneira geral desfez-se a relação cidade-fortaleza, em especial em todo o circuito das aldeias transformadas em vilas. Essa relação permaneceu nas fronteiras com as conquistas espanholas ou lugares estratégicos na região amazônica.[102]

No caso da Bahia, por esse projeto, grande parte das vilas fundadas no litoral permitia a comunicação entre essa capitania e o Rio de Janeiro, além de servir de defesa contra os índios bravios – aimorés, tamoios e pataxós –, que atacavam constantemente as povoações, partidos do continente para o mar.[103] Ao mesmo tempo serviam de defesa do território contra os invasores estrangeiros, bem como eram postos avançados para as entradas do sertão, em busca de índios para povoamento das fundações, de salitre e, em último caso, do ouro.

De qualquer forma, mostra-se que o que foi dito por Sergio Buarque de Holanda, e repetido por outros autores,[104] não correspondia à verdade.

[101] GUTIERREZ, Ramón. ***Arquitectura y urbanismo em Iberoamerica***, 2ed. Espanha: Cátedra, 1992. p. 221.

[102] Santa Tecla, 1752, no Sul; Macapá, fortaleza de São José, 1764; Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi, 1774, forte Coimbra, Rio Paraguai, 1775, forte do Príncipe da Beira, do rio Guaporé, 1776.

[103] O plano era criar uma vila a cada seis léguas, pelo litoral, para permitir o trânsito entre as capitanias.

[104] Por exemplo, SMITH, Robert. The seventeenth and eighteenth-century architecture of Brazil. In: ***Actas do Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros***. Nashville: Vanderbit University Press, 1953. p. 109-110; IDEM. ***Arquitetura colonial.*** Salvador: Progresso, 1955, p. 11; IDEM. Colonial towns of spanish and portuguese América. In: *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 14, nº 4, p. 1-12, 1956. Este autor

Descobrir a genealogia do desenho dessas vilas demanda tempo, mas, a partir delas pode-se perfeitamente descobrir analogias, partidas dos mesmos princípios que tinham como base a liberdade dos nativos, fundamentados nos escritos de Solórzano Pereyra e filósofos franceses, especialmente J. J. Rousseau, que resultou na expulsão dos jesuítas, e outros religiosos, e a transformação das aldeias missioneiras em vilas.

Não se pode conhecer por completo as razões da criação desses núcleos urbanos, localização, tipologia, sem conhecer o seu ideário e tipo de habitantes, pois podem explicar, inclusive, o seu desenho. Solórzano mostrava a mentalidade e ideologia do seu tempo e que era, também, a dos portugueses. Era indiscutível, para Solórzano, e para seus contemporâneos, a validade das Sagradas Escrituras, projetada no mundo das Índias Ocidentais, bem como os textos e livros da cultura jurídica. Era obra de Deus e prolongamento de um Reino cristão, no caso Castela, cujos fundamentos políticos e jurídicos se estendiam e aplicavam à realidade descoberta da América. Com esse conceito, dual e permanente, constituído por uma mesma teologia e uma mesma cultura jurídica, se justificou o descobrimento, a conquista para Castela e seus Reis, de umas gentes e terras até então desconhecidas, e se assentaram as bases para o governo de uma "república dos índios", diferenciada, mas não independente dos cristãos que ali viviam.[105] Solórzano, a partir de sua experiência vivida, propunha as adaptações cabíveis do direito espanhol, do romano e do comum, ou consuetudinário, aos índios, tendo em vista as inevitáveis desigualdades entre o velho e o novo, utilizando o causuísmo como método ou técnica.

Os encarregados da criação das vilas no Brasil estavam em contato direto com a ideologia e as leis relativas à América espanhola. Ocorrendo problemas quanto à posse da terra, ou direito de prescrição, dos índios da Vila de Abrantes, os membros do Tribunal de Ultramar, reunidos na Bahia, invocaram os "Doutores" e as "encomiendas da América de Hespanha", reputadas mais qualificadas que as sesmarias da América portuguesa, por envolverem jurisdição territorial. Ou, ainda, diziam que "todos os contractos feitos sem intervensão do ouvidor geral dos índios" deviam ser "nullos como referem os Authores que se pratica na América de Hespanha".[106] Percebe-se, pois, que a base do ideário luso, nesse projeto, era comum ao do mundo espanhol.

Todo o processo português baseava-se numa ideologia que o discurso do

considera a "desordem" dentro de modelos medievais.

105 SOLÓRZANO PEREIRA, J. Ob. Cit., t. 1, p. XXXVI, 164.

106 Idem, p. XLI.

período deixa bastante claro. Todas as referências são encontradas em Solórzano Pereyra, e que explica uma ligação bastante aproximada com a América espanhola, que vai além da adoção de formas de desenho urbano. Provavelmente a edição da "Política Indiana", de Solórzano, que chegou aos portugueses, foi a de 1736, acrescida de anotações de Ramirez de Valenzuela. O original é de 1629.

Faziam parte do seu ideário a brandura, no trato com os indígenas.[107] Criticava, sem piedade, os excessos dos religiosos, a cobiça insaciável dos prelados, curas e religiosos regulares.[108] Tratou da obrigação ao trabalho e abandono da ociosidade,[109] obrigação do uso da língua espanhola e casamento com brancos;[110] educação e ensino dos filhos (dos caciques);[111] liberdade e privilégios dos índios[112] e tratou dos mestiços.[113] Usou as definições de cidade de Aristóteles e Cícero e, com base no Concílio Limense II, estabeleceu as diferenças entre aldeia, metrópole, município, "*pueblos*", falando na redução dos índios a povoados copiosos e bem consertados, destacando as reduções, povoações ou agregações, como mandava Sua Majestade Católica. Grande parte desse ideário encontra-se no discurso do Diretório, dado aos índios do Grão-Pará e Maranhão e passado, através de instruções, ao resto do Brasil por Sua Majestade Fidelíssima.

As grandes dimensões dos lotes, das praças, das zonas de lavoura tentaram reproduzir um espaço mais largo para os indígenas, mas não foram suficientes. Os índios só obedeciam os limites naturais. A maioria foi atrás da liberdade. No ver de Spix e Martius, viajantes do oitocentos, a lei que assegurava a liberdade dos índios, porém, sob a guarda dos portugueses, foi desastrosa, pois aqueles fugiam, sempre em maior número, para o interior das matas.[114] Mas uma das principais causas explica-se devido às visões de mundo e culturas que diferiam radicalmente. Além disso, deve-se contar com o terremoto de Lisboa, de 1755, que obrigou o Brasil a remeter grandes quantias para sua reconstrução, inclusive os pobres índios, segundo testemunho de Machado Monteiro, que argumentava que eles não podiam

[107] Idem, t. I, livro II, cap. XXV, p. 528-543.

[108] Idem, t. I, livro II, cap. XXVI, p. 544-557.

[109] Idem, t. I, livro II. Cap. XXVII, p. 558-573.

[110] Idem, t. l, Livro II, cap. I, p. 173-187 e cap. II, p. 188-194, cap. XXIX, p. 594-606.

[111] Idem, t. l, Livro II, cap. XXX, p. 607-620.

[112] Idem, t. l, Livro II, cap. XXIV, p. 511-527.

[113] SOLÓRZANO PEREIRA, J. Loc. cit., t. 1, p. XXIV.

[114] VON SPIX, J.B. e VON MARTIUS, C.F.P. ***Viagem pelo brasil***. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. V. 1, p. 196.

fazer suas casas nas novas vilas, pois tinham que, impreterivelmente, contribuir com a referida construção. Além disso, faltava mão de obra qualificada, sem contar que a maioria dos índios, por vontade própria ou incentivados por outros, fugia das vilas. Massarandupió e a Ilha de Quiep foram refúgio dos índios de Nova Abrantes, quanto de todas as aldeias que estavam em Porto Seguro e Ilhéus.

Em função desse e de vários outros fatores, alguns dos quais foram apontados, grande parte desses núcleos não se desenvolveu a contento e foi alvo de nova política de fixação de habitantes, promovida, entre 1794 e 1799, quando um novo projeto de criação de vilas e povoamento teve lugar.

Vila de Nossa Senhora da Vitória: por uma perspectiva urbana no Brasil colonial

Luciene Pessotti de Souza, Dra.[*]

Considerações iniciais

A Vila de Nossa Senhora da Vitória é um dos núcleos urbanos mais antigos do Brasil, tendo sido fundada, segundo a historiografia oficial, em 8 de setembro de 1551.[1]

Refletir sobre a formação urbana de Vitória na longa duração pressupõe a realização de pesquisas sobre os processos que influenciaram em sua configuração espacial, considerando os aspectos sociais, econômicos, geográficos, culturais, psicológicos, entre tantos outros que caracterizam os fenômenos estruturais de uma sociedade.

Os estudos sobre os núcleos urbanos na longa duração são por excelência complexos objetos de estudos por abrigar vários aspectos da organização da vida humana. Demandam um amplo leque de disciplinas afins, bem como, a abrangência dos estudos de caso (CHECKLAND, 1976).

Nos estudos de caso, o método indutivo, utilizado em várias pesquisas no século passado,[2] não abarca a totalidade da complexidade estudada, pois,

---

* Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2005). Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFES.

[1] A implantação da Vila da Vitória na ilha, antes sesmaria de Duarte Lemos, consolidou-se após a chegada da primeira missão oficial da Companhia de Jesus no Espírito Santo, em 1551. Em 4 de maio de 1552, Bernardo Sanches de La Pimenta oficializou a primeira doação de sesmaria aos jesuítas para que fossem construídos a igreja e colégio. Segundo dados da historiografia, nesta ocasião, a Vila da Vitória ainda estava implantada na entrada da Baía, seu primitivo sítio, escolhido pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho. Sendo assim, a Vila da Vitória teria sido transferida aos poucos para a ilha, em virtude dos esforços empreendidos pelos jesuítas e colonizadores para consolidar a vida urbana no Espírito Santo (SOUZA, 2005).

[2] Uma obra que utiliza este método, apresentando o traçado das cidades coloniais como irregulares, sem planejamento, em oposição às cidades de colonização espanhola, é Raízes do Brasil, onde Sérgio Buarque de Hollanda (1956) generalizou, a partir de alguns

induz a generalização, podendo resultar em erros graves ao conduzir o raciocínio a conclusões reducionistas, apoiadas no uso de analogias (i.e., como base nas semelhanças, e não nas diferenças entre diferentes classes pré-estabelecidas) ocultando as singularidades, os detalhes, os eventos e agentes (LEPETIT, 2001). Logo, no âmbito da história urbana, a adoção do método indutivo implicaria numa série de procedimentos teórico-metodológicos que resultariam, no contexto da história da formação e desenvolvimento da rede urbana da América Portuguesa, em afirmar, acerca de todos, aquilo que foi possível observar em alguns.

Além destas questões, há que se considerar a grande importância que os documentos e a escrita da história assumiram nas pesquisas sobre as formações urbanas na longa duração. Os problemas metodológicos e epistemológicos relacionados aos documentos, no campo da história, trouxeram grandes contribuições (FOUCAULT, 1977). A ampliação da noção de documento possibilitou uma maior diversificação das fontes utilizadas nas pesquisas sobre a história urbana, possibilitando a investigação de novos objetos, sob novos métodos. No que tange às investigações da história urbana da América Portuguesa, novas problemáticas enriqueceram o aparato conceitual das pesquisas e amadureceu-se o entendimento da complexidade de sua rede urbana e, em especial, das vilas, como no caso da Vila de Nossa Senhora da Vitória.

Ressaltamos, em especial, a importância da cartografia urbana histórica e de seu uso em novas problemáticas sobre as características físico-espaciais dos núcleos urbanos coloniais. A possibilidade de múltiplas leituras sobre um mesmo objeto, principalmente quando realizada por arquitetos, urbanistas e geógrafos, ajuda a suprir a grande lacuna de interpretações e análises realizadas através da elaboração de **mapas temáticos**, tendo em vista, que esta é uma das atribuições deste campo de conhecimento, e que muito contribuí para um melhor entendimento das morfologias urbanas. A cartografia e iconografia somadas às análises ou interpretações gráficas das cidades coloniais são consideradas, atualmente, importantes recursos teórico-metodológicos para a compreensão das particularidades dos fenômenos urbanos.

No campo da história urbana da América Portuguesa, cabe ressaltar a importância da obra de Nestor Goulart Reis Filho (1968). A obra de Reis Filho possui importantes aspectos de diferentes campos de conhecimento que cabe apresentar: (1) a **noção de rede urbana**, que é considerada fundamental para o entendimento das formações urbanas brasileiras

---

exemplos, as características urbanas coloniais da América Portuguesa.

(1968); (2) a abordagem das diferentes etapas de desenvolvimento da América Portuguesa, das "(...) **diversidades regionais** ou níveis de complexidade nas várias formações urbanas" (grifo nosso) (p.16); (3) a procura de uma "(...) conceituação básica da natureza do fato urbano" (p.16), ou seja, de uma **referência teórica** para analisar os fenômenos urbanos; (4) interpretações que procuram explicar os fatos urbanos através da **geografia**, sendo, as principais fontes George Chabot, *Les Villes*, 1958, e da **sociologia**, cuja maior referência é Max Weber, *A cidade*, capítulo de *Wirtschaft und Geselhchft Grundriss der Verstehenden Soziologie*, obras de onde Reis Filho (1968), buscou respostas ao entendimento do processo de urbanização na colônia ultramarina lusitana; (5) a partir dos pressupostos teóricos da geografia e da sociologia, o autor (REIS FILHO, 1968) afirma que o fato urbano tem relação com os processos sociais subjacentes, incluindo também os aspectos econômicos, sociais, político-administrativos, militares, demográficos, psicológicos, entre outros, o que resultaria em configurações particulares dentro da rede urbana; (6) a relevância dada às funções urbanas, referência aos estudos de George Chabot, i.e., a geografia urbana, que naquele momento, tendia a "(...) explicar a origem da cidade – o que significa explicar a cidade – por suas funções" (p.22), e por fim, (7) a influência da teoria de Florestan Fernandes, publicadas em Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica, 1959, onde este autor relacionou as unidades do sistema social e seus componentes nucleares como um todo, perspectiva teórica que fundamentou as principais noções e pressupostos teórico-metodológicos de Reis Filho.

Logo, esta abordagem sobre a Vila de Nossa Senhora da Vitória objetiva uma breve reflexão sobre sua configuração espacial na longa duração, em especial nos Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, considerando as contribuições de diferentes campos de conhecimento, e assumindo as complexidades dos objetivos e das ações do Estado lusitano ao criar uma rica e diversa rede urbana neste período, não só na América Portuguesa, bem como, em outros continentes.

A vida urbana no Espírito Santo: a vila de Nossa Senhora da Vitória no contexto da América Portuguesa

Em 1535, Vasco Fernandes Coutinho iniciava oficialmente a colonização no Espírito Santo. A empreitada de Coutinho seguiu a lógica da Expansão Portuguesa no Século XVI: a relação entre os objetivos da missão, a escolha do sítio e o traçado que se adotava nos assentamentos. Quando a missão era designada a terceiros, como os capitães-donatários, havia a predominância de sítios localizados na confluência de baías e percursos de água de fácil

penetração, com implantações seguindo as referências vernaculares, ou privilegiando os saberes científicos, à medida que os objetivos da missão se tornavam mais claros e mais estáveis.[3]

A implantação da Vila da Vitória seguiu esta lógica. Não se trata de uma fundação com função especificamente militar, as cabeças de ponte. Tão pouco, tinha como objetivo ser uma importante cidade, cuja função seria polarizar uma rede urbana e uma zona produtiva. Nestes casos, em sua maioria, os núcleos urbanos eram planejados sob os princípios da engenharia militar que delineava seus primeiros passos adotando as inovações técnicas e científicas do Renascimento.[4]

A sede da Capitania do Espírito Santo é um exemplo da dificuldade de se estruturar a vida urbana na América no Século XVI. Tratava-se de uma povoação que se consolidou com os esforços do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho; com a ação dos missionários da fé católica, em especial os jesuítas (SOUZA, 2000),[5] empenhados em propagar o ideal cristão no Novo Mundo; e, com a ambição de aventureiros e homens que apostaram no lucro, acima de tudo, na empreitada de desbravar, ocupar e tomar posse das riquezas do território recém descoberto.

As Capitanias Hereditárias faziam parte do sistema de donatarias,[6] implantado pela Coroa Portuguesa na quarta década de colonização, e já havia sido anteriormente utilizado na colonização das Ilhas da Madeira e dos Açores (REIS FILHO, 1998). Assim, foram transferidas aos donatários e alguns colonos as responsabilidades militares e jurídicas, gerando, assim, um sistema administrativo em cada capitania. Em 1549, com a implantação

---

[3] A hipótese que apresentou as formações urbanas lusitanas como resultado de desígnios da Coroa Portuguesa foi apresentada por Portas (2000), ao afirmar que, antes de ser desenho, a forma urbana é desígnio, i.e., estratégia.

[4] Ver nesta obra o texto de Beatriz P. Bueno que aborda a importância da Engenharia Militar na formação urbana colonial.

[5] Em nossa abordagem na pesquisa de mestrado, defendemos a participação da Igreja Católica, através da atuação da Companhia de Jesus, na estruturação do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Vitória, o que lhe moldou características singulares (SOUZA, 2000).

[6] As Capitanias Hereditárias foram "(...) uma espécie de associação entre o poder da Coroa e a iniciativa particular, com a atribuição a alguns senhores ou válidos do rei às mais importantes prerrogativas sobre quinhões determinados da terra" (MELO FRANCO, 1971, p.31); eram porções de terra, administradas por um donatário, que tinham como função o povoamento e colonização das áreas que lhe foram concedidas. Neste momento, a Coroa Portuguesa passa a administração das terras conquistadas do território americano a nobres e militares portugueses, através de cargos burocráticos semelhantes aos da Metrópole.

do Governo Geral este sistema foi pouco modificado. As Capitanias Hereditárias foram, portanto, um marco de posse e defesa dos domínios da Coroa Portuguesa, e as cidades e vilas nelas fundadas constituíram-se em um ponto de ligação comercial entre sua área produtiva e a Metrópole. Cabe ressaltar, que a fiscalização das atividades econômicas produtivas e comerciais ficou ao longo de todo o período colonial destinada à Coroa Portuguesa (REIS FILHO, 1968).

As dificuldades enfrentadas por Fernandes Coutinho para colonizar o território espírito-santense foram de natureza geográfica, político-econômico e social. As características geomorfológicas da região dificultaram a ocupação do interior da capitania, tendo em vista que a área que compreende o litoral do Espírito Santo, parte de Porto Seguro e Rio de Janeiro é cortada pela Serra do Mar, uma cadeia de montanhas que impedia o acesso ao interior do território a ser colonizado. Cercados pelas montanhas e pelos indígenas os primeiros colonos da capitania, logo nos primeiros anos, se viram impedidos de explorar o interior do território espírito-santense conforme planejara o donatário.

Durante o primeiro século, houve uma inexpressiva exploração agrícola e portuária, basicamente voltada para a atividade de subsistência. Este ritmo só foi rompido no Século XVI, com a participação dos cristãos-novos na economia local, pois, estiveram à frente dos engenhos e, atuaram como arrendatários, proprietários e feitores, além de exercerem atividades comerciais. Segundo Abreu (1993, p. 53) "(...) nos séculos XVI e XVII, a vida da colônia girava em torno do açúcar, e os cristãos novos detinham o controle do comércio".

Outro fator que influenciou no crescimento econômico da região foi a política de exploração da Coroa Portuguesa, que impediu que o ouro encontrado em 1693 por Antônio Rodrigues de Arzão "(...) pelas bandas do Rio Casca" (NOVAES, s.d., p.20), nos confins geográficos da Capitania do Espírito Santo, fosse explorado pelos capixabas.[7]

Segundo Derenzi (1995),[8] o Espírito Santo sofreu as piores consequências do ciclo do ouro, em virtude do isolamento que lhe foi imposto, inclusive

---

7 A exploração do ouro beneficiou os bandeirantes paulistas e o território que pertencia por direito de doação régia aos descendentes de Vasco Fernandes Coutinho foi desmembrado, ficando a região das minas de fora do território da capitania (DERENZI, 2005).

8 A primeira edição de *Biografia de uma ilha* é de 1965. Logo, as referências citadas desta obra consideram a época em que o autor publicou sua obra, tendo em vista que a edição de 1995, não altera seu conteúdo.

com restrições à conquista do interior do seu território. Sofreu, ainda, em relação ao intercâmbio comercial com a região das minas, pois, D. João V proíbe a emigração da Metrópole para as capitanias, veda o comércio com estrangeiros e impede a construção de estradas da costa para a região aurífera. Tornou-se, assim, dogma da administração portuguesa no Brasil: "(...) quanto mais caminho houver, mais descaminhos haverá" (MARTINS, 1993, p. 65). O Espírito Santo sofreu, na avaliação de Derenzi (1995) as consequências mais desastrosas do ciclo do ouro no Brasil Colônia.

No Século XIX, com abertura de vias de comunicação para o interior do território colonial, viabilizou-se o comércio com a região de Minas Gerais, até então proibida, e iniciou-se uma nova época para a Capitania do Espírito Santo. Em 1823, a antiga Vila de Nossa Senhora da Vitória foi elevada a categoria de cidade, capital da Província do Espírito Santo, que passou a ser governado por Ignácio Accioli de Vasconcellos (1824-1829) (MARTINS, 1995).

Face às dificuldades da colonização, a Vila da Vitória, sede da capitania, consolidou-se ao longo dos Séculos XVI a XIX como o seu principal polo urbano. Cabe ressaltar que, até meados do século XVIII, a vida urbana do Espírito Santo era formada por cinco vilas: as do Espírito Santo (1535) e, de Nossa Senhora da Vitória (consolidada ao longo da segunda metade do quinhentos) do século XVI; Guarapari (1679), do século XVII; Nova Almeida (1758), e, Anchieta, do século XVIII. Estas três últimas vilas foram aldeamentos jesuíticos, implantados ao longo da costa oceânica.

Desta forma, constata-se que em virtude das (1) diretrizes de isolamento impostas pela Coroa Portuguesa, (2) das ameaças dos indígenas, que estavam no sertão adentro, e (3) dos condicionantes geográficos, a estratégia adotada pelos donatários e pelos jesuítas foi implantar engenhos, afastados algumas léguas do litoral, não excedendo 20 km da faixa costeira do oceano: "(...) eis, por conseguinte, os motivos de encontrarmos as antigas fazendas do Espírito Santo ao redor da Vila Velha, Guarapari e outras povoações" (SALVADOR, 1994, p. 70). Esta estratégia garantiu o comércio, a vida urbana e econômica do Espírito Santo, concentrados na costa, ao longo do oceano, principal meio de transporte e comunicação no período colonial.

Em 1817, Francisco Alberto Rubim escreveu a importante obra *Memória Estatística da Província do Espírito Santo no Ano de 1817*, onde sistematiza uma série de informações da Capitania, em especial, dados da vida urbana (1900, p.184-185), citando naquele momento a existência de 6 (seis) vilas e 6 (seis) povoações.

Em comparação com o restante da América Portuguesa no período, o Espírito Santo teve uma vida urbana concentrada na costa, com poucas vilas e povoações, sem ter tido nenhuma cidade até o início do Século XIX.

No âmbito da América Portuguesa, a vida urbana do Espírito Santo pode ser avaliada a partir dos seguintes dados: no final do século XVI, havia 14 (quatorze) vilas no território luso-americano e 3 (três) cidades, sendo 2 (duas) vilas em terras capixabas; no século XVII, após os primeiros 100 (cem) anos de colonização foram fundadas 31 (trinta e uma) vilas e 6 (seis) cidades. Neste período, fundou-se a segunda vila no Espírito Santo, Guarapari (1689), a partir de um aldeamento jesuítico. A concentração urbana deste Século pode ser mensurada com os seguintes números: na Bahia havia 1 (uma) cidade e 8 (oito) vilas; no Pará, 4 (quatro) vilas; Pernambuco, Espírito Santo, e Alagoas, 3 (três) vilas cada; Maranhão e Paraná, 2 (duas) vilas cada; Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Santa Catarina, 1 (uma) vila cada.

No século XVIII, a urbanização alcança o interior, com ocupações no planalto, influenciado pelas "bocas do sertão"; e, a região da Amazônia. As formações urbanas estavam localizadas, em média, entre 400 a 500 km do oceano, e a maior parte se localizava na região das minas e na Bahia. No total eram 169 (cento e sessenta e nove) vilas e 10 (dez) cidades no século XVIII. Conforme citamos, anteriormente, neste período, havia na Capitania do Espírito Santo, 5 vilas, e, somente em 1823, a Vila da Vitória tornou-se a primeira cidade capixaba.

Conforme atesta Reis Filho (1998), a fundação de núcleos urbanos foi uma estratégia de colonização.[9] Logo, a fundação da Vila de Nossa Senhora da Vitória, integrou os desígnios do projeto colonial português, e garantiu a **posse e defesa do território capixaba**.

Cabe ressaltar que a Capitania do Espírito Santo possuía posição estratégica na extensão territorial da América Portuguesa, e sua sede, a primitiva Vila do Espírito Santo (1535), bem como, a Vila Nova, ou Vila da Vitória (c.1550), que veio a ser a sede definitiva no decorrer do século XVI, possuía, como as demais vilas e cidades do mesmo período, conforme definiu Azevedo (1956), um traço comum: eram "(...) aglomerados marítimos" (p.15), i.e., fixavam-se junto às águas do Atlântico, o que lhes garantiu sobrevivência e esperança, já que, as necessidades materiais exigiram essa permanência na costa marítima.

---

[9] A concretização desta estratégia foi possível pela criação das Aulas Militares de Arquitetura, nos finais do século XVII (criação da aula na Bahia, em 1696, e no Rio de Janeiro, em 1699) (REIS FILHO, 1998).

Havia também a questão estratégica do ponto de vista militar, i.e., da defesa do território como um todo, e da região que estava sob a administração do donatário. Houve um grande empenho da Coroa Portuguesa na escolha e fundação de cidades, a partir da implantação do Governo Geral com a utilização de desenhos geométricos nos núcleos urbanos que não foram apenas uma construção abstrata, mas, resultado de um rigoroso exame do sítio que estabeleceu uma relação dialética entre o ato do levantamento e o ato de projetar a forma urbana.[10] Conforme atestou Bueno (2001), tornar concreto os **desígnios** da Coroa Portuguesa para a criação de um Brasil urbano, no período, foi empreitada complexa, visto que havia enorme lacuna entre teoria e prática. Esta complexidade está exposta nos inúmeros relatos exemplares dos governadores das capitanias, que atestam as dificuldades que haviam na implantação das vilas, organização social dos habitantes, meios materiais etc. A Vila da Vitória se configurou como um destes casos, e as características de sua composição espacial, reflete toda a complexidade do processo de estruturação da vida urbana no Espírito Santo.

Os principais agentes modeladores do espaço urbano da Vila da Vitória (séculos XVI, XVII, XVIII e XIX)

A dimensão do poder da Igreja Católica em Vitória "(...) foi muito mais amplo do que propriamente religioso..." Vitória teve "(...) seu processo de produção de cidade fortemente marcado por este imaginário de conquista e dominação".

João G. M. Vasconcellos. A construção do imaginário de Vitória. 1995

A dimensão do sagrado na forma urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória

A formação urbana de Vitória deve-se à ação da Coroa Portuguesa, pois foi através da criação da Capitania do Espírito Santo que oficialmente iniciou-se o processo de colonização, com a criação da primeira vila; e da Igreja Católica, principalmente, com a atuação dos jesuítas. A presença da Companhia de Jesus em solo capixaba, que iniciou suas atividades em

[10] As características da implantação e organização formal das cidades brasileiras tiveram em sua origem a participação da Engenharia Militar definindo a defesa pela altura, em sítios à entrada de baias ou rios, como Salvador (1549), Rio de Janeiro (1667), Filipéia de Nossa Senhora das Neves (1585), São Luis do Maranhão (1615-1616), Belém (1616), sendo as duas últimas cidades nascidas a partir de uma fortificação, sendo contudo, comum, a todas elas uma disciplina formal.

1550, com visitas e, posteriormente, em 1551, fixou-se com a primeira missão oficial, garantiu a constituição e organização de uma sociedade cristã, nos moldes da organização social europeia. Além da Companhia de Jesus, outras ordens religiosas se fixaram no Espírito Santo, e a localização de seus templos religiosos teve, em Vitória e em demais vilas e cidades da América Portuguesa, uma importância na estruturação espacial.[11]

A implantação num platô (Figura 01), dentro da Baía de Vitória, ao longo do século XVI, garantiu a defesa da vila e conferiu a sua organização espacial uma determinada singularidade, pela disposição dos templos no espaço urbano, configurando sua **célula matriz**, de onde se originaram os primeiros caminhos, que vieram, posteriormente, dar origem ao arruamento que se consolidou ao longo dos séculos posteriores.

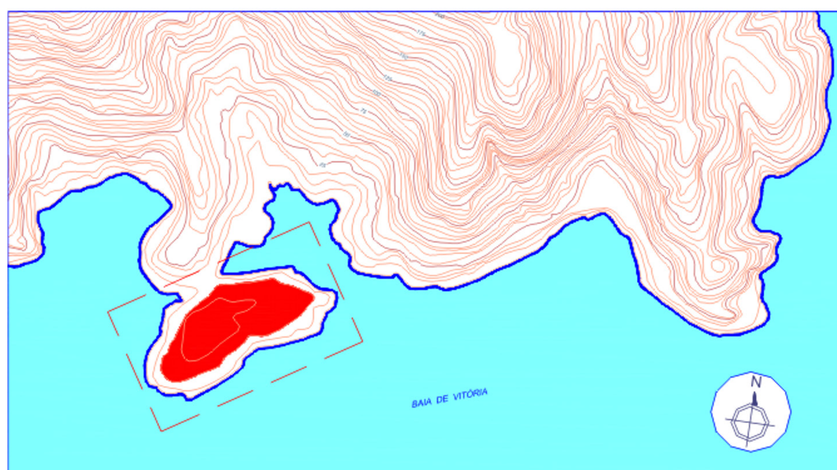
A análise da dimensão do sagrado na Vila da Vitória pode ser extrapolada para a dimensão do simbólico. A peculiar disposição da capela de Santa Luiza, da igreja Matriz e dos jesuítas, se configurou em uma forma geométrica, e se remete a um das mais importantes mistérios da Igreja Católica, a Santíssima Trindade (Figura 02). O triângulo, conforme afirma Delumeau (2003), na verdade tem uma relação com o círculo, que seria

[11] A constituição hierárquica da Igreja Católica, adotada na colônia americana, segundo Boxer (1989), estava normalmente centralizada, sob a direção dos bispos, estes como sucessores consagrados dos apóstolos e, a autoridade suprema era conferida ao papa, o sucessor direto de São Pedro. Sendo assim, ressaltou o autor (1989, p.85;86): "(...) uma vez estabelecida a administração diocesana e paroquial, as paróquias devem ser administradas pelo clero secular sob o controlo directo, jurisdição, inspeção e correção dos bispos" (grifo nosso).

Entretanto, conforme demonstrou Boxer (1989), por razões óbvias, o trabalho missionário pioneiro, nos reinos e estados pagãos, bem como, em regiões recentemente conquistadas pelas Coroas portuguesa e castelhana, não podia ser feito pelos padres paroquianos seculares. Em virtude desta situação, "(...) em 1522, o papado concedeu aos superiores das ordens religiosas uma autoridade alargada (omnimoda) para exercer o trabalho pioneiro da conversão e da administração paroquial" (p.86). Portanto, neste contexto histórico, a Santa Sé concedeu às ordens religiosas "(...) privilégios extensivos, incluindo uma vasta gama de isenções na direcção e controlo episcopal, salvo para aqueles actos que requeriam a consagração episcopal" (p.86) (grifo nosso). Embora, tivessem recebido amplos privilégios na atuação nas terras de além mar, as ordens religiosas esbarraram nos decretos do Concílio de Trento (1545-1563), que definiram como um de seus objetivos principais reforçar a autoridade do prelado diocesano, inclusive, reforçando também a disciplina eclesiástica dentro de seu território. Entretanto, o vasto território da América Portuguesa, sem a infraestrutura de cidades no século XVI, e o desconforto da maioria das vilas do século XVII, inibiu o clero secular lusitano em emigrar nestas condições, além do que, durante muito tempo, não havia candidatos suficientes, nas colônias ultramarinas, em virtude de uma população branca muito reduzida. Tais fatos favoreceram uma supremacia das ordens religiosas em algumas vilas e cidades do território ultramarino da América Portuguesa, principalmente, da Companhia de Jesus.

a forma mais perfeita; em movimento, o triângulo é círculo, portanto, unidade. Esta mesma noção de unidade está presente na Santíssima Trindade, ao reunir três entidades distintas.

Algumas pesquisas na contemporaneidade indicam a existência de um conjunto de valores teológicos e filosóficos que estariam expressos na arquitetura e na implantação dos templos das ordens religiosas nas urbes coloniais.[12] Estas referências, conforme demonstra Guidoni (1981a, 1981b), teriam surgido na Europa cristã durante os séculos XII e XIII.



Área onde se implantou a Vila da Vitória (século XVI).
Platô onde se implantou a Vila da Vitória (século XVI).
Linha de Preamar
Planta com Restituição aerofotogramétrica da cidade de Vitória (MAPLAN, 1993)

Figura 01: Localização do platô onde se implantou a Vila de Nossa Senhora da Vitória. Observa-se que a vila foi implantada numa porção de terra cercada por dois braços de mar, com altura aproximada de 20m, com cerca de 300 metros de comprimento, no eixo leste-oeste, por aproximadamente, 100 a 140 metros de largura, no eixo norte-sul, sendo a maior cota de 25m, que formava uma elevação quase central, totalizando uma área entre 3 e 4 hectares. Fonte: Souza, 2005.

[12] Na cidade de Salvador, os templos dos jesuítas, dos franciscanos, dos beneditinos e dos carmelitas, formam um esquema cruciforme, tal qual identifica Guidoni (1981a) em algumas cidades da Europa. Outra vila da colônia também expressou em sua conformação urbana um esquema espacial que poderia ser atribuído à simbologia cristã. No planalto de Piratininga, onde os jesuítas implantaram um templo que deu origem à vila, contando com o esforço de Anchieta e Nóbrega, surgiu em 1554 a incipiente povoação de São Paulo. Neste sítio, houve uma disposição triangular, que ocorreu com a implantação da igreja de São Francisco, com o Convento do Carmo e de São Bento. Além disto, durante o I Seminário do Urbanismo Colonial, Maurício de Almeida Abreu, demonstra o mesmo esquema existente em São Paulo e Vitória, na cidade do Rio de Janeiro, conforme texto publicado nesta edição.

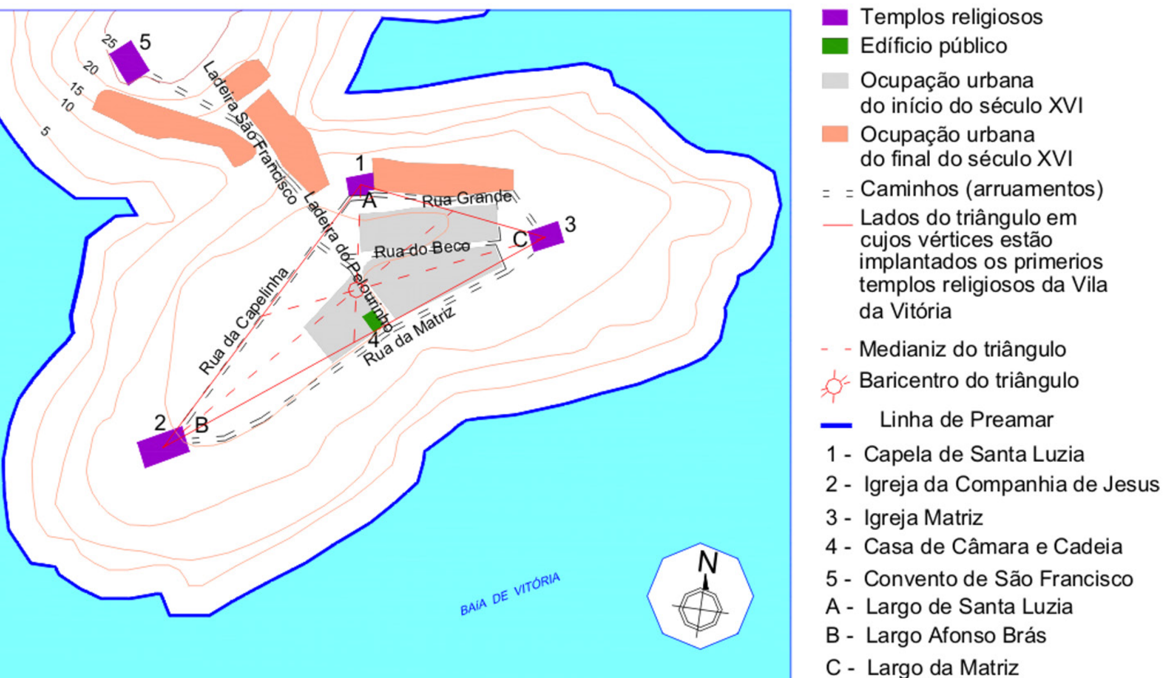


Figura 02: Mapa Temático da Síntese da estrutura urbana da Vila da Vitória no século XVI. Através da Figura 02 podemos verificar a disposição dos três primeiros templos, a Capela de Santa Luiza (1), da Companhia de Jesus (2) e, da igreja Matriz (3) em disposição triangular, em cujo baricentro se concentra a estrutura urbana inicial (em cor cinza), inclusive, um dos principais edifícios da administração local, a Casa de Câmara e Cadeia (4). Posteriormente, a implantação do Convento de São Francisco (5) (c. 1591) influenciou no crescimento da vila dando origem a novos quarteirões. Observa-se, ainda, os primeiros caminhos da vila, que surgiram como elementos de ligação entre os templos religiosos. Fonte: Souza, 2005.

O uso de elementos da simbologia cristã na composição formal destes espaços e o resultado desta manifestação nos tecidos urbanos medievais europeus se dava, no caso de três conventos, numa disposição espacial triangular, onde os templos eram dispostos **planimetricamente nos vértices do triângulo**; e, no caso de quatro conventos, a implantação orientava-se para um esquema **cruciforme** (GUIDONI, 1981a). Estas implantações introduziram um novo conceito de disposição e relação entre os monumentos religiosos entre si e com o restante da trama das urbes, formulando, portanto, uma nova configuração nas morfologias urbanas onde se assentaram as ordens religiosas.

Ressaltamos, ainda, a existência, durante a Idade Média, de uma homologia entre arquitetura, teologia e filosofia, que era expressa no gótico. (PANOFSKY, 1991).[13] Cabe, então, destacar que as **ordens religiosas**, utilizavam-se de recursos da teologia, i.e., dos fundamentos cristãos para transmiti-los na concepção de seus espaços, não excluindo os espaços urbanos. A disposição de seus templos na cidade, conforme cita Guidoni (1981a), demonstra a expressividade marcadamente urbana destas ordens.

Assim, com o objetivo de um ministério mais urbano, as ordens religiosas preferiram as cidades ao isolamento; as igrejas estavam mais destinadas à conversão que ao misticismo: sermão e teatro são associados para a catequese[14] (LUCAS, S.J., 1997).

---

[13] Foi no período entre 1130/40-1270, fase de uma maior homologia entre arquitetura gótica e escolástica, que caracterizou-se uma relação de causa e efeito que, contrariamente às influências individuais, resultou em "[...] um processo de difusão genérico" (PANOFSKY, 1991, p. 14) . Neste contexto, o autor denominou o processo de difusão genérico de hábito mental, no sentido exato, escolástico, como "[...] '*princípio que rege a ação*'" (p.14), *pricipium importans ordinem ad actum*, e que exerce esta ação em qualquer cultura. Na região geográfica já referida, no entorno de Paris, a escolástica deteve, neste âmbito restrito, o monopólio da formação intelectual, deslocando-se dos monastérios para as instituições mais urbanas, tais como, "[...] as escolas de catedrais, as universidades e as *studia* das novas ordens mendicantes" (PANOFSKY, 1991, p. 15) (grifo nosso).

[14] Na liturgia, conforme problematizou Lins (2002), prevalece a linguagem dos símbolos que são apreendidos pelo homem através de seus sentidos: ouvir, ver, experimentar. Na perspectiva da Igreja Católica, pondera o autor (p. 41): "[...] a parte do homem é sinergia com Deus". Dentre os códigos fundamentais da ação litúrgica, tais como, o silêncio, a palavra e o sonoro-musical, destaca-se a importância do código cinético, i.e, do movimento, com ênfase da dança expressa no espaço; e, o código icônico, que orienta a disposição dos objetos no espaço. Estes códigos tiveram, na Idade Média, uma função de valorizar a dimensão devocional e alegórica da liturgia. Na primeira prática, a aproximação dos fiéis às ações litúrgicas dava-se através da utilização de símbolos, de uma linguagem por vezes fantasiosa ou fantástica; no segundo caso, havia a intenção de conservar a relação dos fiéis com a prática litúrgica. No período que compreende os séculos X ao XV, a celebração da liturgia sofreu profundas reformulações em virtude

A partir destes pressupostos da prática litúrgica na Idade Média, principalmente a partir do surgimento das ordens religiosas, pode-se conjecturar que a ambição cênica, de irradiação da fé católica pelo mundo, não cedeu com a queda de Constantinopla em 1453, mas, fortaleceu-se com a descoberta da América, com a Contra Reforma. Pela renovação proposta pelo Concílio de Trento (1545-1563), pela primeira vez as ordens religiosas puderam estar presentes na missão apostólica, que viria a alterar a concepção dos espaços arquitetônicos de seus templos. Este mesmo princípio pode ter sido estendido ao espaço das cidades e vilas na América Portuguesa.

Cabe aqui ponderar a questão do simbólico e do sagrado, com a **dimensão temporal**, ou seja, as possíveis adaptações de referências do urbanismo lusitano na conformação urbana de Vitória. Uma das principais características das formações urbanas coloniais do século XV, é a **métrica** que os lusitanos empregaram para disposição dos quarteirões, ou seja, a do retângulo e a do triângulo, conforme atestou Carita (2000). Além disto, tem-se as **referências vernaculares** da formação urbana de Portugal, onde a cultura mulçumana e cristã desempenharam um importante papel. Nestas culturas, observa-se um traçado típico, e uma disposição e valorização dos edifícios singulares, com ênfase nos templos religiosos.

Há, ainda, as **características do sítio**, tão peculiar e tão familiar aos lusitanos, em sua irregularidade, que poderia ter favorecido a implantação de uma disposição linear, tal como aborda Teixeira (1996), demonstrando vários exemplos similares nos territórios colonizados pelos portugueses (Figura 03).

No entanto, a ausência de um projeto e de levantamentos e, ainda, de informações regulares e precisas sobre a formação e consolidação do espaço urbano da Vila da Vitória, até praticamente meados do século XVIII, permitem algumas reflexões, fundamentadas em pressupostos teóricos das recentes pesquisas da história urbana colonial, nos documentos históricos e em outras experiências relatadas neste período. Além disto, não se pode deixar de mencionar a influência que os colonos podem ter tido ao tentarem reproduzir a **paisagem urbana** que lhes era familiar na Europa cristã.

---

de causas políticas e religiosas que se fizeram sentir nas cerimônias que passaram a ser dotadas de uma "[...] pompa e complexidade nunca vistas na Igreja" (LINS, 2002,p.71), cujo exemplo máximo foram as ocorridas em Cluny. Houve, portanto, segundo Lins (2002), uma exteriorização da religiosidade, cuja manifestação saiu dos templos e foi para a cidade, em festas e procissões, com missas, danças e representações.

A **ausência de um plano** pode ser, *a priori*, o dado mais relevante, pois, afirma-se como o único dado que até o momento não pode ser contestado. Esta informação permite afirmar, também, que os agentes modeladores presentes no local, naquele momento, configuraram o espaço inicial da vila, sem uma concepção pré-elaborada pela Coroa Portuguesa.

Estes agentes modeladores eram formados pela Igreja Católica, através da presença dos jesuítas, confirmada pela historiografia; pelos colonos, que haviam migrado para ilha e iniciado a povoação; e de forma menos

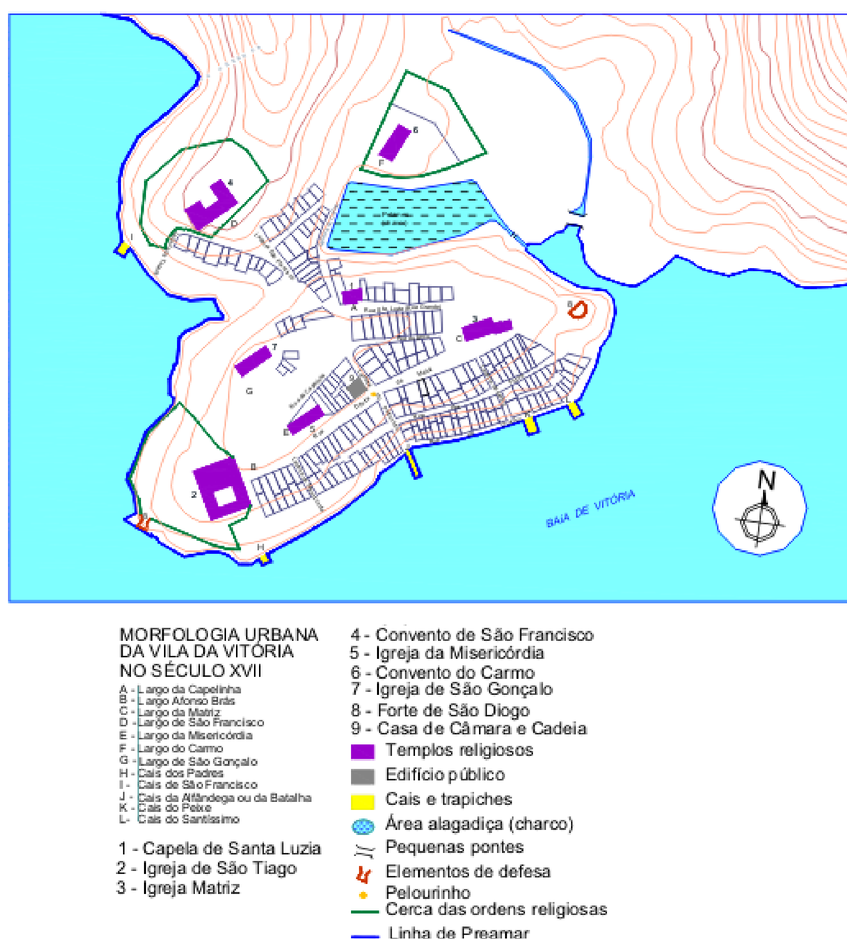


Figura 03: Mapa Temático da Síntese da estrutura urbana da Vila da Vitória no século XVII. Destaca-se a evolução espacial da vila, notadamente em direção ao Convento de São Francisco e ao Convento do Carmo. Observa-se, ainda, a estrutura linear no traçado urbano e a localização dos templos religiosos definindo o limite espacial da vila. As cercas das ordens religiosas, os cais e trapiches, e os elementos defensivos, demonstram que a vida urbana no século XVII já está mais estruturada com importantes elementos de organização adotados na tradição portuguesa.

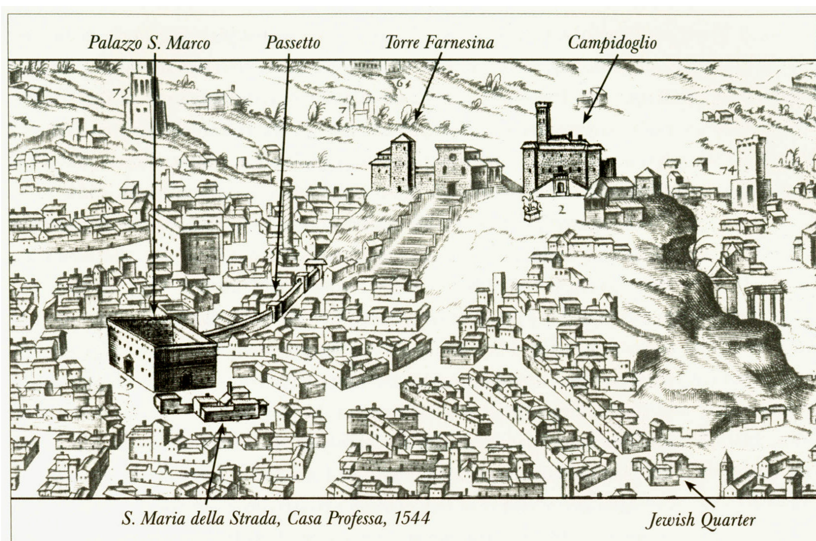


Figura 04: Vista da cidade de Roma, século XVI. Nesta vista, pode-se observar a implantação de uma das principais igrejas dos jesuítas no século XVI, em Roma, S. Maria della Strada, Casa Professa, em 1544, bem como, a localização de um quarteirão onde se localizavam imóveis da ordem religiosa, ambos localizados próximos a importantes marcos arquitetônicos da cidade. Fonte: LUCAS S. J.,1997.

contundente, pelos altos representantes da Coroa Portuguesa, o donatário, que, segundo os documentos do período, mantinha-se sempre ausente e Duarte Lemos, o sesmeiro, cujos relatos atribuem-lhe mais uma ambição em retornos lucrativos que outra, que seria a de colonizador, empenhado em fundar e organizar vila. Na ilha, Duarte Lemos não quis mais que obter vantagens, o que gerou a célebre desavença entre ele e Fernandes Coutinho. No que tange aos outros representantes da Igreja, tais como os padres, os próprios jesuítas reclamaram sua ausência desde 1550, até pelo menos 1552 (SOUZA, 2005).

Logo, sendo estes os principais envolvidos na consolidação de uma nova ocupação da ilha – jesuítas, colonos, e em menor relevância, o donatário – pode-se supor que prevaleceram, conforme demonstrado em outras pesquisas (SOUZA, 2000), os princípios que orientavam a implantação dos templos da Companhia de Jesus até então. Ou seja, é muito provável que os jesuítas soubessem que a ilha seria melhor local para se consolidar a sede da Capitania do Espírito Santo. Segundo esta suposição, teriam migrado para a incipiente povoação na fazenda de Duarte Lemos, e procurado escolher o melhor lugar para implantar seu templo, conseguindo, posteriormente, a doação das terras (Figuras 04 e 05).

A capela de Santa Luzia, à época da chegada dos inacianos, já estava implantada, certamente, singela e simples. Assim, posteriormente constrói-

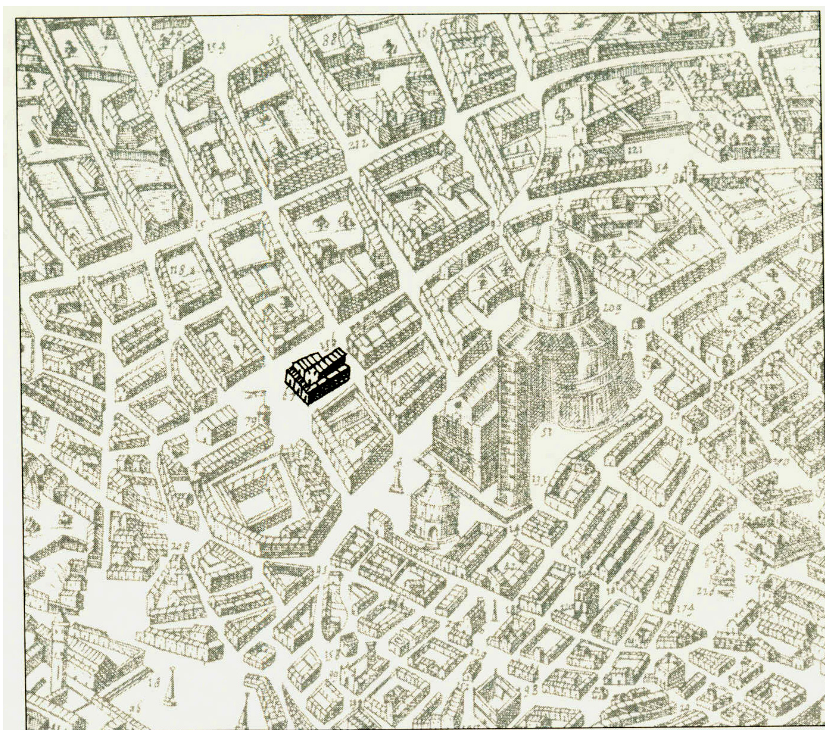


Figura 05: Planta da cidade de Florença no Renascimento. Em destaque a implantação de um templo e colégio dos jesuítas localizado bem próximo à igreja de Santa Maria del Fiore, i.e., no entorno de uma das mais importantes obras do período, o que demonstra a busca das ordens religiosas em se implantarem em locais privilegiados das cidades. Fonte: LUCAS S. J.,1997.

se, também de forma precária, jesuítico. E definindo, o último vértice do triângulo, construiu-se a Igreja Matriz, que conforme afirma Elton (1987), confunde-se com os primórdios da vila. A escolha do local para implantar este último templo e as diretrizes que a fundamentaram, poderiam esclarecer o esquema triangular que a localização dos três templos definiu.

Na ausência desta informação, podemos apenas considerar, que não sendo objeto de uma ação racional, é possível que a disposição dos templos tenha seguido as limitações e características do sítio.

No entanto, percebe-se até hoje, em Vitória, a relação tão particular que estes três edifícios mantêm entre si, com suas fachadas voltadas para o centro da vila, o baricentro do triângulo. Esta disposição permitia, e ainda permite, que se avistasse ao mesmo tempo, situados à frente de qualquer um destes locais, os outros dois templos. Além disto, tinha-se a percepção dos limites, que os templos definiam, numa relação dialética entre si, com o sítio e com a vila: dentro, a vida sagrada, fora, o profano

(ELIADE, 1992). Esta configuração acabou por influenciar no traçado que foi se estruturando em seu entorno, conforme se atesta nas Figuras 03, 10, e 12, mapas temáticos[15] de síntese sobre a morfologia urbana de Vitória no período colonial.

Portanto, não há como refutar, a partir dos dados coletados e sistematizados até o momento, que a Igreja Católica foi o principal agente modelador do espaço urbano da Vila da Vitória. Além, disto as análises sobre a consolidação de sua morfologia urbana atestam importantes referências vernaculares do urbanismo quinhentista português.[16]

Quanto à dimensão simbólica do espaço urbano da Vila da Vitória, cabem, portanto, três considerações. A primeira fundamenta-se nas análises que o historiador das mentalidades, Jean Delumeau (2003), realiza sobre os elementos da simbologia cristã, que, segundo sua hipótese, a Igreja Católica transmitiu a arte, a arquitetura e a cidade, do período medieval até o Barroco. A segunda, remete-se às pesquisas de Guidoni (1991) e Lucas S. J. (1991), sobre a implantação dos templos das ordens religiosas na Europa cristã, que remetem-se à disposição triangular, logo, importante referência que poderia ter sido transposta para a América Portuguesa (Figuras 06 e 07).

Por fim, volta-se novamente à Vila da Vitória, retomando-se a assertiva de

---

[15] O mapa temático, conforme define Oliveira (1983), no Dicionário Cartográfico, é a "(...) representação sobre fundo básico (topográfico, geográfico ou hidrográfico) de síntese de pesquisa e estudos geográficos, e de outros temas". (grifo nosso) Os documentos cartográficos elaborados em nossos estudos são mapas temáticos resultantes da síntese das pesquisas realizadas a partir de fontes primárias e secundárias que fundamentaram a análise histórica da formação urbana de Vitória e integram este conjunto de reflexões. Os mapas temáticos de síntese são, portanto, conforme afirma Barbosa (1967), abstrações intelectuais que apresentam determinados fenômenos – e nesta pesquisa o fenômeno urbano – de forma simbólica. Segundo estes pressupostos, pode-se demonstrar através dos mapas temáticos em geral, o conjunto dos resultados de pesquisas, levantamentos, análises, reflexões e abstrações teóricas. Este resultado pode ser representado através de uma síntese onde as informações coletadas informam, refletem, problematizam e expressam questões ou hipóteses subjacentes ao processo de investigação do tema que se destina à pesquisa e que orienta sua confecção. Assim, o mapa temático, de síntese, é uma das formas de linguagem e de comunicação do conteúdo que se abordou em determinada investigação, seja, na curta ou na longa duração. Logo, conforme define Oliveira (1983), o(s) mapa(s) temático(s) sintético(s) ou de síntese são "[...] especialmente concebidos para uma finalidade explicativa, representando um fenômeno no seu conjunto, por meio de suas relações internas".

[16] Durante os últimos anos, temos realizado uma série de análises sobre a conformação urbana de Vitória no período colonial, elaborando novos mapas temáticos e confrontando-os com os dados históricos pesquisados.

Vasconcellos (1995), que atesta que a religião não foi apenas o epicentro do processo de formação da sociedade, ou seja, da constituição da vila, mas, a explicação central, da presença da cultura europeia estabelecida nesta porção da América Portuguesa.

Logo, pode-se afirmar que o processo de formação de Vitória foi marcado pelo imaginário religioso, de conquista, de poder, dominação, expressos nas linguagens e proporções da arquitetura e, na disposição dos templos.

A engenharia militar e a forma urbana da Vila da Vitória

A implantação da Vila da Vitória, dentro da Baía de mesmo nome, com uma série de acidentes topográficos, facilitava sua defesa. A primitiva

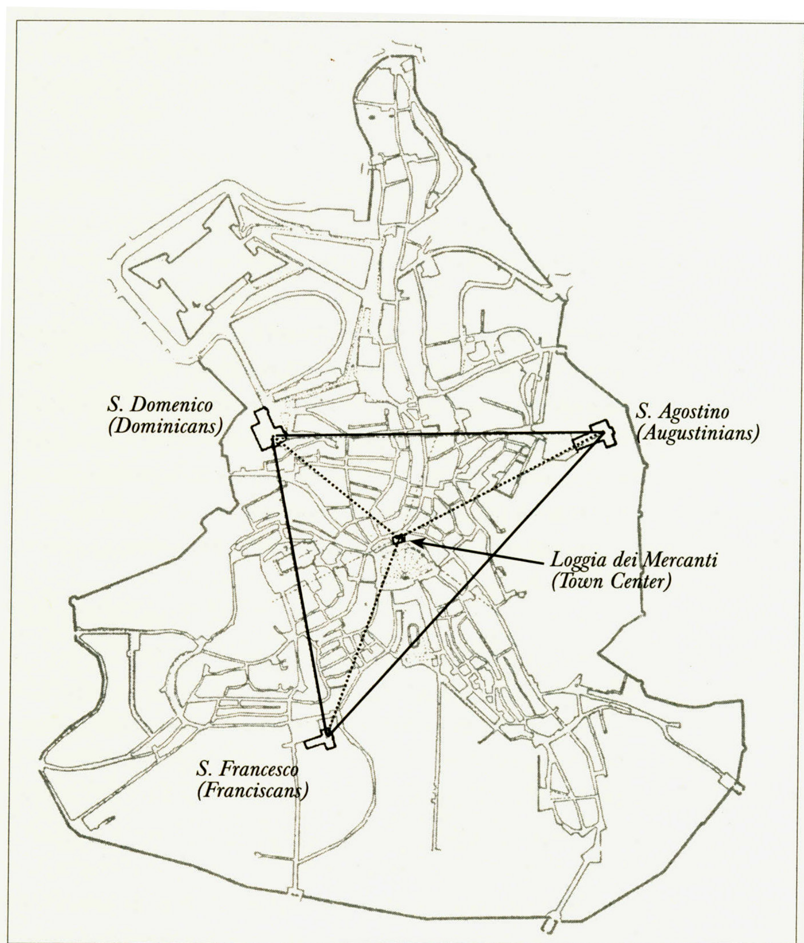


Figura 06: Planta da cidade de Siena na Idade Média. Nesta planta pode-se observar a relação das igrejas das ordens religiosas, dominicanos, agostinianos, e franciscanos, que formam um esquema triangular e no baricentro da figura geométrica estava implantada a Loggia dei Mercanti. Fonte: LUCAS S. J.,1997.

vila, fundada à entrada da Baía de Vitória, que ora era denominada Vila da Vitória, ora Vila do Espírito Santo, e, por fim, Vila Velha (denominação que foi adotada após a consolidação da segunda vila na ilha), era menos defensável, mais suscetível a ataques vindos do oceano. Nenhuma das vilas organizadas no século XVI pelos portugueses teve um projeto. Seguiram, conforme abordado, referências vernaculares e simbólicas do urbanismo lusitano e da Europa cristã, bem como, atenderam aos desígnios da empreitada de se garantir a posse e defesa da capitania (SOUZA, 2005).

As características do sítio de implantação (Vide Figura 01), num platô, e da região circundante favoreceram a defesa, mas, por si só não eram suficientes. Pela escolha de localização dos fortins, baterias, e trincheiras dos séculos XVI, XVII e XVIII, inicialmente localizados na vizinhança da Vila do Espírito Santo e, posteriormente, na vizinhança da Vila Nova ou Vila da Vitória, é possível concluir que estes locais foram escolhidos desde o início da ocupação para garantir a defesa da região. Somente no século XVI, a capitania, nas imediações das duas povoações lusitanas, foi atacada pelos franceses quatro vezes (1551, 1558, 1561, 1567) (NOVAES, s.d.).

O sistema defensivo da Vila da Vitória era formado pelo canal da Baía de Vitória, permeado por uma sequência progressiva de morros, pequeninas praias, imponentes contrafortes de granito, e pelas encostas dos morros, cobertas por densa cobertura vegetal, o que confundiu muitos navegadores, causando diversos acidentes. Destaca-se a importância do Morro do Moreno, com 164 metros de altura, que serviu como posto de observação da aproximação de embarcações que vinham pelo oceano. Entre este morro e o da Ucharia,[17] na enseada vizinha, onde se implantou a primeira vila, o primeiro donatário mandou edificar um fortim na praia de Piratininga, que foi remodelada no século XVIII. Ao fundo, delimitando o espaço da enseada, estava o morro onde se edificou o convento dos franciscanos, hoje denominado Convento da Penha, de onde se avistavam as embarcações que vinham do oceano. Seguindo a extensão da baía, utilizou-se também como recurso de defesa o Morro do Péla Macaco, onde se estabelecia contato visual como o Morro do Moreno avisando da aproximação de embarcações; a Ilha da Forca, onde puniam-se os criminosos e fanáticos religiosos; o Morro Inhoá; e, o Morro do Penedo, emersão granítica de 135 metros, que foi considerado o bastião contra as incursões estrangeiras, pois, em sua base havia um argolão que sustentava uma corrente que se

[17] O morro da Ucharia, extensão do morro do convento da Penha, e como o próprio nome designa, serviu para guardar mantimentos, víveres, armamentos, pólvora etc., podendo ter sido o primeiro baluarte e reduto natural utilizado por Vasco Fernandes Coutinho.

estendia até o forte de São João, que se construiu no outro extremo da Baía de Vitória (SANTOS, 1999).

Outro aspecto relevante do espaço da Vila da Vitória, no século XVI, foi sua defesa. No Regimento do governador e capitão general Tomé de Souza... há menção sobre a defesa das vilas no momento da implantação do Governo Geral, em 1549, e neste mesmo documento, há uma importante referência do regente de Portugal à situação de fragilidade da capitania do Espírito Santo, com relação à salvaguarda e resistência da capitania do Espírito Santo frente às ameaças dos índios da região (REGIMENTO, 1998, p. 17-18):

> E por que a do Espírito Santo que é de Vasco Fernandez Coutinho está alevantada ireis a ela com a mais brevidade que puderdes e tomareis informação pelo dito Vasco Fernandez por quaisquer outras pessoas que vos disso saibam dar razão da maneira que estão com os ditos gentios e o que cumpre fazer-se para se a dita capitania a tornar a reformar e povoar e o que assentardes poreis em obra trabalhando todo o que for em vós por que a terra se assegure e fique pacifica e de maneira que ao diante se não alevantem mais os ditos gentios e na dita capitania do Espírito Santo estareis o tempo todo que vos parecer necessário para fazerdes o que é dito.

Tais recomendações teriam, segundo Reis Filho (1994), levado os portugueses a construir um muro na Vila da Vitória. O autor defende duas hipóteses sobre os muros que teriam circundado a Vila da Vitória.[18] Os muros, segundo o autor (REIS FILHO, 1994), teriam sido erguidos depois que Tomé de Souza esteve na capitania e teria delimitado o espaço onde estavam as primeiras habitações do povoado, todas de palha. Na primeira hipótese (Figura 08), os limites do muro foram assim descritos pelo autor (1994, p.3):

> O perímetro inicial partia do Colégio dos Jesuítas (onde está o Palácio do Governador do Estado), percorria o que era então o pátio da Misericórdia e seguia, no lado sul, pela borda do que é hoje a Rua Pedro Palácios, até a Matriz (hoje Catedral). Desta seguia no lado norte pela rua José Marcelino

[18] Reis Filho (1994, p.2-3) se baseia nas assertivas de Oliveira (1951, p.73-74) que informou que, em junho de 1553, Tomé de Souza escreveu ao rei de Portugal relatando que havia percorrido as capitanias do sul e tomado medidas para sua fortificação, inclusive cercando-as, dando-lhes artilharia e mandando construir Casas de Audiência e prisão. Para a Vila da Vitória, segundo Oliveira (1951, p.73-74), teria sido enviado, ainda em 1549, data da criação do Governo Geral, "(...) um falcão de metal com duas câmaras, e uma chave, e trinta e um pelouros". Em 1550, a capitania recebeu "(...) seis meios berços, e um falcão de metal com suas chaves", sendo que seis meses depois, em setembro, houve o envio de "[...] um falcão de metal, setenta pelouros e um barril de pólvora de bombarda" (p.74). Todas estas medidas, segundo Reis Filho (1994, p.3), significariam a criação de um sistema defensivo, e citou que, tal como Vitória, outras vilas como Santo André e São Paulo, situadas mais os sul, teriam tido à mesma época baluartes e muros.

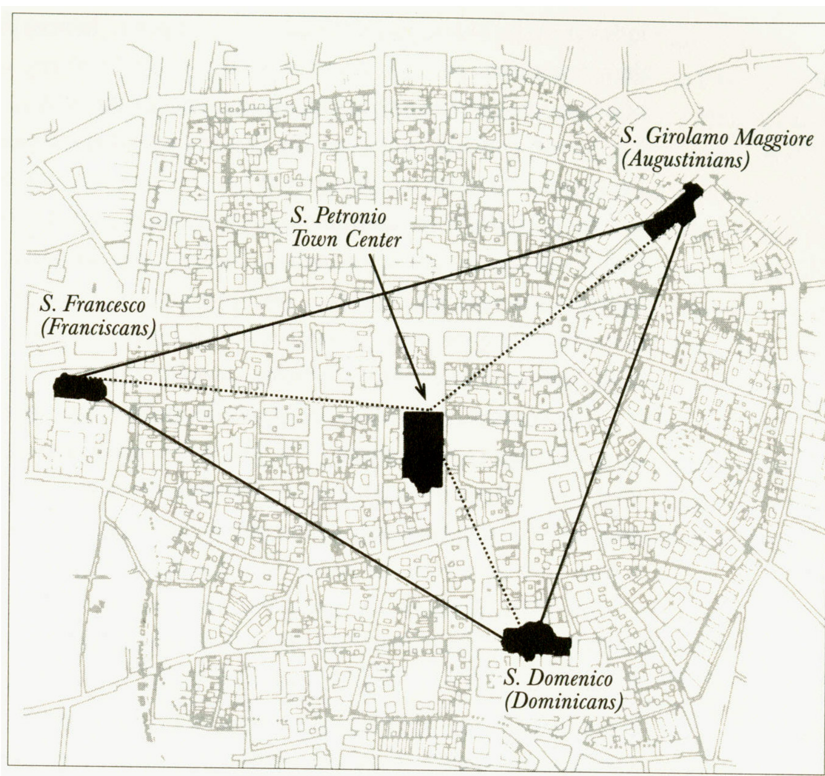


Figura 07: Planta da cidade de Bolonha na Idade Média. Nesta cidade, pode-se observar também a relação das igrejas das ordens religiosas, dominicanos, agostinianos e franciscanos, que formam um esquema triangular, conforme também demonstrou GUIDONI (1981a). No baricentro da figura geométrica, estava implantada a Piazza S. Petrônio. Fonte: LUCAS S. J.,1997.

> até o largo de Santa Luzia, onde provavelmente havia a porta principal. Deste ponto podia subir pela que é hoje Rua Muniz Freire, voltando ao largo junto à Misericórdia.

Na segunda hipótese (Figura 09), há algumas alterações quanto à configuração do muro (REIS FILHO, 1994, p.3):

> Mais eficiente, ainda que traçado mais complexo, seria o percurso pela antiga Rua do Egito (hoje Francisco Araújo). Os terrenos a oeste da Rua São Gonçalo, mais altos do que o Colégio, serviriam como baluarte, controlando os acessos pelo lado norte. Por esse motivo, podemos admitir também, como alternativa, que desse lado todo do terreno ficasse livre, sem edificações e sem ruas, o que permitira erguer os muros na borda superior, deixando mais abaixo o que seria depois a Rua do Egito. O acesso principal seria pela porta de Santa Luzia, da qual partiam os caminhos menos íngremes. Um deles para o lado leste, passando pela Rua José Marcelino, em direção a rua Professor Baltazar, pela qual se descia à praia. O outro em direção ao oeste, passando pelas ruas São Francisco e Caramuru (antiga rua do Fogo), em direção ao

Cais de São Francisco. O terceiro caminho, em direção ao norte, passava pelas atuais ruas Professor Azambuja e Coronel Monjardim, dando acesso à Fonte Grande. Na extremidade leste da colina ficava a igreja matriz e do lado norte a igreja de Santa Luzia.

Conforme as Figuras 08 e 09, podemos constatar que as características formais deste elemento defensivo – o muro – seguiram, na verdade, uma relação entre a implantação dos principais edifícios – os templos religiosos – e a topografia (Vide Figura 02).

As duas hipóteses apresentadas por Reis Filho (1994), conforme graficado, delimitavam o espaço urbano da Vila da Vitória.

A existência do muro pode ser atestada através de outro documento, datado de 1618, assinado por Constantino de Menelao, Capitão Mor, conforme se lê abaixo (AHU, 1618):

> Certifico Eu Constantino de menelao que Eu chegei a esta villa da victoria capitania do espírito santo de que fui capitão mor que agora he Gaspar alvez de sequeira a tem jntrecheirada de taipa de pillão muito larga e muita della de pedra e cal de modo que segundo he notorio na ditta villa não esteve nungua ta bem jntre cheirada como hoje E achei mais que o dito capitão tinha tirado a artelharia do forte o que ffez com bom descurço por não ser de utilidade algua nelle por estar desempado E sem soldados e a trouxe pera a villa E a plantou pro deceplina militar dentro das tricheiras em lugar que se pode aproveitar nella na ocasião se a ouvier o que tudo juro pasar na verdade pello aditto de nosso senhor Jesus Cristo que recebi por me ser pedida a prezente a pasei na villa da victoria em 4 de agosto de ibi [1618] annos.
>
> *Constantino de Menelao (grifo nosso)*

Cabem, entretanto, sobre estes dois documentos, o *Regimento do governador e capitão general Tomé de Souza*... e a carta de Constantino de Menelao, algumas considerações. A primeira delas é sobre o período de tempo, pois, um documento é do século XVI, e ou outro do século XVII. O primeiro demonstra a preocupação de D. João III (1521-1557) com a defesa da capitania do Espírito Santo, ordenando a Tomé de Souza, primeiro Governador Geral, que tome providências para guarnecê-la. O segundo trata-se de um relato, de um testemunho do período, de um agente que havia morado e governado a capitania. Logo, ainda que a existência do muro que Reis Filho (1994) cita, no século XVI, seja real, não seria o mesmo descrito por Constantino de Menelao, tendo em vista a fragilidade do material comumente empregado à época. Sobre a questão do material, vimos que o próprio Menelao afirma que o muro da vila, em 1618, era de taipa de pillão, com partes de pedra e cal.

Logo, podemos conjecturar que no século XVI, se houve um elemento defensivo que circundava a vila, não se tratava de um muro de pedra e

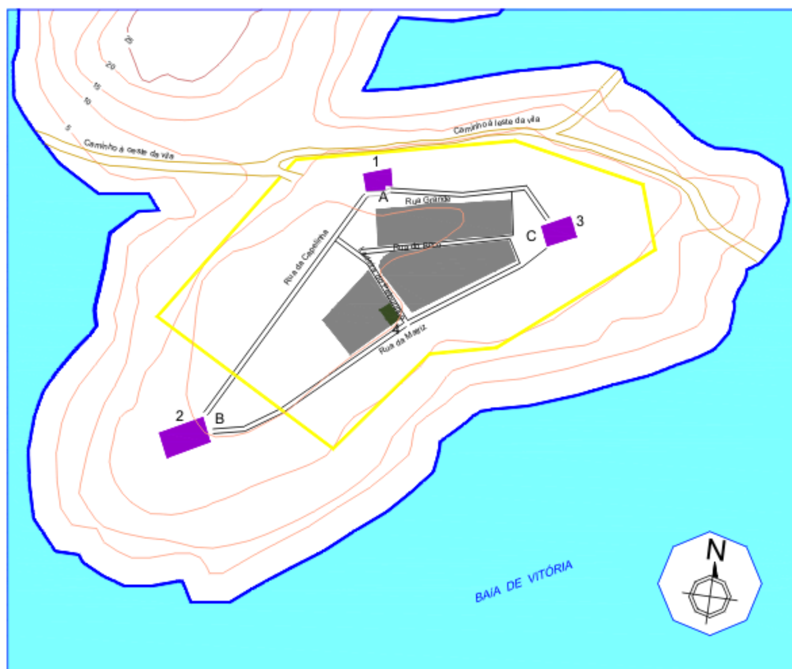


Figura 08: Configuração da Vila da Vitória no século XVI. Hipótese de delimitação de muro que circundava o espaço urbano. Nesta hipótese o templo dos jesuítas ficava fora dos muros. Fonte: LUCAS S. J.,1997.

cal, pois, era extremamente cara a sua feitura e manutenção, como se deu na cidade de Salvador, a sede do Governo Geral no período, fato que é relatado em os inúmeros relatos pela historiografia e estudos (SOUZA, 2003). O que se pode conjecturar é a existência de uma paliçada, tendo em vista os inúmeros ataques indígenas à região das duas vilas portuguesas.

Já no século XVII, conforme afirma Constantino de Menelao, pode ter existido um muro, principalmente, se considerarmos que neste período a Capitania do Espírito Santo vivia um momento de prosperidade econômica.

Conforme atesta Schwartz (1995), no Espírito Santo, durante o período da expansão açucareira, entre 1570 e 1650, houve uma maior afluência de pessoas e capitais, principalmente cristãos-novos, que receberam terras da

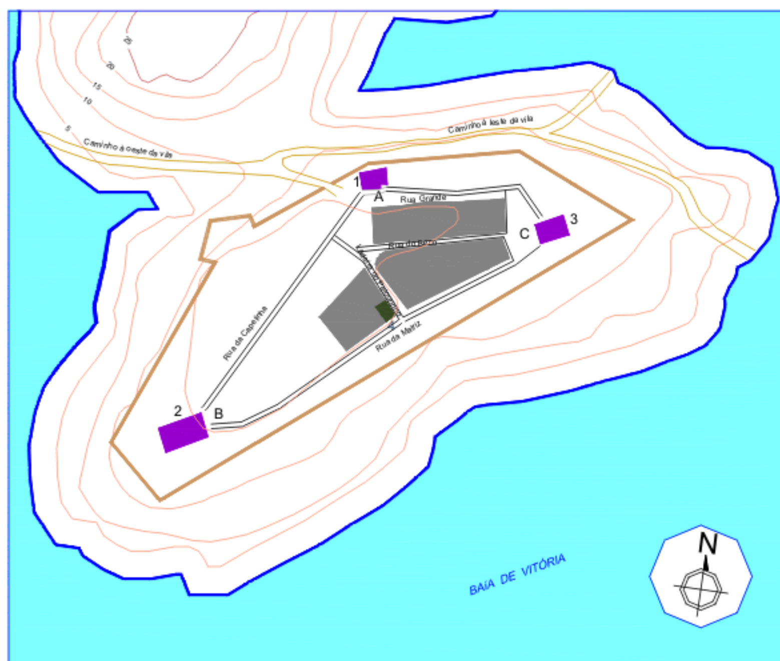


Figura 09: Configuração da Vila da Vitória no século XVI. Hipótese de delimitação de muro que circundava o espaço urbano. Nesta hipótese, o templo dos jesuítas ficava dentro dos muros." Fonte: LUCAS S. J.,1997.

capitania, cujos direitos de sesmeiros que haviam morrido ou abandonado suas glebas lhes foram repassado, assumindo a frente dos engenhos. Em 1545, havia na capitania do Espírito Santo sete moendas, além, de outras três em construção.

A produção açucareira na capitania era tão expressiva que, em 1613, ficou constatado mediante devassa ordenada pela Coroa Portuguesa, que Leonardo Fróis e Marcos Monsanto, dois cristãos-novos, enviavam açúcar para a Europa sem registro. Os fatos se agravaram com denúncias de corrupção, pois Leonardo Fróis era tesoureiro da Alfândega de Lisboa e Marcos Monsanto ocupava cargo idêntico em Madrid, o que, na opinião de alguns moradores da Vila da Vitória, facilitava a alteração dos registros no Brasil, em Portugal e na Espanha. Em 1617, ficou constatado pela Alfândega que o Engenho N. Sra. da Paz, um dos dois engenhos registrados de Marcos Monsanto, produziu 4.123 arrobas de açúcar, embora ele tenha

declarado apenas 2.547 arrobas. Leonardo Fróis, segundo registros, possuía três engenhos (SALVADOR, 1994).

A relação entre a defesa da Vila da Vitória e a expressiva melhoria na vida econômica entre 1570 e 1650 pode ser atestada, ainda, pela melhoria dos aspectos materiais das construções, pois, o engenho de Marcos Monsanto em Guarapari era feito de pedra e cal, coberto com telhas (SALVADOR, 1994).

Por fim, tem-se também, o registro dos ataques holandeses à América Portuguesa, inclusive a Vila da Vitória, atraídos pela riqueza do açúcar. Constata-se, através da relação entre as fontes documentais, que a melhoria da vida econômica refletiu-se também no aspecto urbano, pois, em maio de 1625, época da moagem da cana, quando o almirante Patrid, com suas 14 ou 15 naus, atacou as vilas portuguesas, na capitania do Espírito Santo, não conseguiu incendiar a Vila da Vitória, apesar dos vinte e quatro dias que os holandeses permaneceram no local, "(...) cometendo atropelias, roubos, incêndios e mortes" (SALVADOR, 1994, p.47), em virtude do **casario do lugar ser edificado em tijolos.**

Logo, o muro citado por Constantino de Menelao, edificado em taipa de pilão e pedra e cal, seria para defender a Vila da Vitória no período de crescimento econômico dado pela atuação dos cristãos-novos na produção de açúcar, com a organização de diversos engenhos. Sobre a configuração espacial deste muro e um possível projeto ou intervenção de engenheiros militares para sua confecção, não há registros, mas deveria seguir os limites da vila, ainda implantada no platô, conforme demonstrado na Figura 03.

A vinda efetiva de engenheiros militares se deu somente no século XVIII, em virtude da defesa do ouro da região das *minas gerais*, conforme abordado anteriormente, que fez da Vila da Vitória, uma cabeça-de-ponte para a defesa da região aurífera. Em 1726, o Conde de Sabugosa envia o engenheiro militar Nicolau de Abreu para fortificar a vila, que se transformou em "(...) verdadeira praça de guerra" (DERENZI, 1995, p.73). Em um percurso de pouco mais de um quilômetro, foram erguidos cinco bastiões artilhados (DERENZI, 1995) (Vide Figura 10).

Entretanto, o engenheiro militar que atuou de forma mais decisiva na Vila da Vitória foi o sargento-mor José Antônio Caldas, que recebeu a incumbência de rever o estado de conservação dos fortes, levantar a planta e perspectiva, i.e., perfil, sendo este realizado com câmara escura, instrumento tecnológico avançado à época, relatando informações importantes sobre o lugar, tendo atuado na região na segunda metade do século XVIII.

Podemos atestar, através da planta levantada por José Antônio Caldas, *Planta da Villa da Victória* (Figura 11), que as fortificações no século XVIII passam a integrar a trama urbana como um dos principais elementos morfológicos do período. A relação destes elementos morfológicos, principalmente, as fortificações, com a trama urbana pode ser verificada através da Figura 10.

A militarização do espaço urbano com a construção de elementos defensivos foi um fator determinante na estruturação urbana deste



Figura 10: Configuração da Vila da Vitória no século XVIII. Observa-se nesta planta a expansão da vila e a implantação de novos elementos defensivos.
Mapa Base: Planta da Villa da Victória, de autoria de José Antônio Caldas. Fonte: Souza, 2005.

período, com a inserção dos novos elementos morfológicos. No século XVIII, há uma expansão na vila, e são ocupados novos espaços físicos em seu entorno. Esta ocupação rompe definitivamente os limites do núcleo matriz, situados no platô, seguindo na direção da encosta, e também, na parte baixa, alagadiça (Figura 10).

As características da morfologia urbana da vila neste período estão atreladas aos vetores de expansão, i.e., a implantação e remodelação das fortificações, e a implantação dos novos templos religiosos. Além disto, também influenciaram os condicionantes geográficos e a organização espacial do espaço, nos séculos precedentes, e sua respectiva relação com o sítio.

Atesta-se, portanto, que as fortificações, no século XVIII, redefiniram os limites da vila, que tem sua ocupação mais concentrada no entorno da ocupação iniciada no século XVI.

Apesar destas intervenções, a Vila da Vitória manteve seu aspecto urbano primitivo, cuja maior referência era as vilas portuguesas de traçados tortuosos, irregulares. A Vitória setecentista, conforme afirmou Derenzi (1995), apresentava "(...) belo aspecto paisagístico" (p.79), situada entre o mar e as montanhas, tendo seu "(...) casario, nascendo do mar" (p.79), entremeando-se "(...) com restos de vegetação nativa" que ia morrer "(...) em torno do colégio e da matriz" (p.79).

Ainda, no século XIX, o traçado da vila mantém estas características (Figura 12). Apesar da expansão urbana, Vitória se tornou uma cidade em 1823, com "(...) um certo ar de tristeza, como Óbidos e Alenquer", com as quais se assemelhava, segundo afirmou o bispo José Caetano da Silva Coutinho, no início do Século XIX.

Elevada à categoria de cidade, Vitória rompeu o século XIX com aspecto de uma vila portuguesa do século XVI.

Seus principais agentes modeladores, no período colonial foram o Estado, que agiu de forma inexpressiva, através da sucessão de diversos dirigentes, e de forma mais contundente no período da exploração aurífera, com a atuação de engenheiros militares, objetivando a melhoria da defesa do ouro. A participação da Igreja Católica foi, neste contexto, maior e mais atuante e definiu à Vila da Vitória aspectos singulares da sua morfologia, cujas referências do urbanismo português vernacular também é observada.

A Vila da Vitória pode ser considerada um dos mais significativos exemplares da história urbana do Brasil no período colonial, e a pesquisa dos diferentes aspectos de sua vida urbana vem enriquecendo o conhecimento deste objeto de estudo.



FIGURA 11 - "PLANTA DA VILLA DA VICTORIA situada a 20º15' de Lat. Sul e 344º45' Long."
Vila da Vitória - 1767.
Autor: José Antônio Caldas (atribuído).
Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.



MORFOLOGIA URBANA DE VITÓRIA NO SÉCULO XIX

1 - Capela de Santa Luzia 2 - Palácio do Governo (antigo colégio jesuítico) 3 - Catedral 4 - Convento de São Francisco
5 - Igreja de São Gonçalo 6 - Convento do Carmo 7 - Igreja do Rosário
8 - Assembléia Legislativa (antiga Igreja da Misericórdia)

Templos religiosos · Edifício público · Estrutura Espacial - início do século XVI
Estrutura Espacial - final do século XVI · Estrutura Espacial - século XVII · Estrutura Espacial - século XVIII
Estrutura Espacial - século XIX · Campo do Pelame · Pequenas pontes · Escadarias · Linha de Preamar

Figura 12: Morfologia urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória no século XIX. Observa-se que a vila manteve a maior parte de sua ocupação no platô, com poucos vetores de expansão. A ocupação cresceu em direção à baía com pequenos aterros, e na direção leste e oeste. A principal característica do traçado é a linearidade, com as ruas tendendo ao paralelismo, tendo como referência a linha de preamar, e adaptando-se às características do sítio, gerando, quarteirões de formas geométricas irregulares, com proporções e dimensões variáveis, mas, com a estrutura fundiária do lote segundo características do período, com testadas estreitas e fundos de maior dimensão. Fonte: Souza, 2005.

Créditos

Este artigo integra os resultados da pesquisa financiada pelas seguintes agências de fomento: FAPES (Fundação de Apoio à Ciência e à Tecnologia do Espírito Santo); e pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), através do Programa Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – DCR.

Referências Bibliográficas

ABREU, Carol;. **O desejo da conquista.** In: ______; MARTINS, Janes de Biase; VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). **Vitória. Trajetórias de Uma Cidade.** Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993. 41-61p.

ADONIAS, Isa. **Mapa: imagens da formação territorial brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Odebrecht, 1993.

BARBOSA, Rodolpho Pinto. **A questão do método cartográfico.** Revista Brasileira de Geografia, v. 29, n. 4, out-dez, 1967.

BOXER, C. R. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770).** Lisboa: Edições 70, 1989.

BUENO, Beatriz P. Siquiera. **Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822).** 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CALDAS, José Antônio. **Notícia Geral desta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Bahia: Tipografia Beneditina, 1951. Edição fac-Similar.

CHEKLAND, S. G.**Toward a definition of urban history.** In: DYOS, H. J. (Editor). The Study of Urban History. Londres: Edward Arnold Ltd., 1976. p.343-360.

DELUMEAU, Jean. **O que sobrou do paraíso?.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELTON, Elmo. **Velhos Templos de Vitória e outros temas capixabas.** Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

ESTAÇÃO Capixaba. **Revista Eletrônica.** Vitória, 2000. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/>. Acesso em: maio de 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

GUIDONI, Enrico. **La Cittá dal Medioevo al Rinascimento.** Roma: Bari, Laterza, 1981a.

GUIDONI, Enrico. **La ville européenne. Formation et signification du quatriéme au onziéme siécle**. Liège: Pierre Margada Èditeur, 1981b.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LINS, Eugênio Ávila. **Arquitectura dos mosteiros beneditinos no Brasil. Século XVI a XIX.** 2002.Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Universidade do Porto, Portugal, 2002.(v.1)

LUCAS, S. J., Thomas M. **Landmarking. City, Church & Jesuit Urban Strategy.** Chicago: Loyola Press, 1997.

MARTINS, Janes de Biase. **A cidade reconstruída.** In: ABREU, Carol; _______; VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). **Vitória. Trajetórias de Uma Cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993. 61-103p.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. **Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil.** Conselho Federal de Cultura, 1971.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s.d.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário Cartográfico.** Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 1983.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro, 1951.

PANOFSKY, Erwin. **Arquitetura Gótica e Escolástica. Sobre a analogia entre arte e teologia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PORTAS, Nuno. **Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil.** Oceanos, A construção do Brasil Urbano, nº 41, p.162-173, janeiro/março 2000.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Breve Histórico do Centro de Vitória.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Planejamento, Companhia de Desenvolvimento de Vitória,1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1817.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Tomo XIX (terceira série), 1900, p. 161-84.

SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos.** Vitória: Secretaria de

Produção e Difusão Cultural, Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento Estadual de Cultura, 1994.

SANTOS, Jair. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo: fragmentos de uma história.** Vila Velha: Ed. do autor, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Alfredo Henrique Caldas. **Salvador: Cabeça do Brasil. Participação da Engenharia Militar na configuração de seu espaço urbano (Século XVII).** 2003.244p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2003.

SOUZA, Luciene Pessotti. **Sagrado e estratégia. O Sagrado como estratégia da Companhia de Jesus na construção do espaço urbano da Vila de Nossa Senhora da Vitória.** 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

TEIXEIRA, Manoel. **A influência dos Modelos Urbanos Portugueses na Origem da Cidade Brasileira** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, R.J., Rio de Janeiro. Anais...R.J.: UFRJ/PROURB, 1996. p. 572-583. (v. 2)

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial** In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (orgs). Explorações geográficas – percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.247-277.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A construção dos imaginários de Vitória.** In: ABREU, Carol; MARTINS, Janes de Biase; _______(Org.). Vitória. Trajetórias de Uma Cidade. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993. 19-41p.

Documentos oficiais

ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado da Cultura e Esportes. Arquivo Público Estadual. **Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania do Espírito Santo: 1585-1822.** Org.: João Eurípedes Franklin Leal. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. (Coleção Canaã, v. 3).

ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento. **Espírito Santo: Documentos Administrativos coloniais.** Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, jan. 1978. (Série Documentos Coloniais 1).

ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento. **Espírito Santo: Documentos Administrativos coloniais.** Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, jan. 1978. (Série Documentos Coloniais 2).

ESPÍRITO SANTO: Governo do Estado. Secretaria de Estado do Planejamento. **Espírito Santo: Informações bibliográficas.** Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves. (Série Documentos Capixabas). vol.4.

REGIMENTO do governador e capitão general do Brasil Tomé de Souza dado em Almerim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548: "constiuição prévia" do estado do Brasil. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998.

Parte 3 - A cartografia histórica como instrumento de (re)construção da história urbana

A relevância da cartografia para a construção da história de Urbes como Aveiro

Walter Rossa, Dr.[*]

Até nas formas mais arcaicas, os desenhos técnicos – aqui muito em especial cartográficos – detêm um enorme potencial de informação. Não sendo simples a sua leitura plena, continuam a ser pouco utilizados e por poucos. É também comum considerarem-se ilustrações e não fontes, assim se perdendo valor e informação. Do treino dos historiadores fazem sempre parte técnicas paleográficas e hermenêuticas de leitura de textos de várias épocas e tipos, mas raramente a descodificação de desenhos técnicos e o estabelecimento de relações entre os factos históricos e a sua espacialidade. O objectivo deste texto não é o de simplificar o que de facto não é simples, mas sim o de confrontar o leitor com a existência desse tipo de fontes e com a sua importância para uma mais completa interpretação e construção da História e descodificação do presente. Deixo para outra oportunidade a reflexão sobre as potencialidades que o exercício do desenho tem como método e instrumento de investigação.

Nas suas mais diversas formas e desde que obedeça a um protocolo claro, o desenho é um dos mais fiáveis instrumentos de registro de uma qualquer realidade imaginada ou materializada. No último dos casos, diria mesmo que, depois do(s) objecto(s) que materializa(m) essa realidade, é mesmo o mais fiável. Por mais objectivo que pareça, qualquer processo de registo de uma realidade é uma abstracção dela e, enquanto tal, recorre sempre a filtros/códigos. Mesmo aquilo que nós vemos e sentimos é diverso para outrem e diverso em função da multiplicidade de factores que determinam a nossa percepção no momento. Tudo o que pensamos ser a realidade não é mais que uma abstracção individual e datada da realidade em si, a qual anda por aí…

* Investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (desde 2007) e professor catedrático no programa de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa (III/CES) (DESDE 2010).

Por exemplo, a descrição por palavras – escrita, oral, cantada – ou por imagens captadas do real – cinema, fotografia, pintura – integra sempre distorções involuntárias de natureza técnica – induzidos pelos meios usados – e pessoal. A estas acrescem sempre os domínios conscientes do interesse e/ou da criatividade. Para melhor entender isto não precisamos de ir mais longe do que invocar as mais diversas expressões e legado das correntes artísticas dos *realismo*, *neo-realismo* e *hiper-realismo*, as quais recorreram a uma terminologia precisa no sentido de manifestarem o seu desígnio em representar o real, o que, perante os resultados, não pode deixar de confirmar a insegurança e a distância a que qualquer aproximação rigorosa da realidade acaba por dela ficar. Importa também não esquecer o quanto, quotidiana e propositadamente, se distorcem factos reais através de documentos e como disso tantas vezes se esquece o investigador. É necessário criticar a fonte, conhecer a sua história, por mais coerente que seja a sua aparência. Há sempre pelo menos duas versões de uma mesma acção.

Qualquer registo da realidade tem, pois, um protocolo de comunicação que age como filtro, sendo esse claramente estabelecido e declarado ou não. Mas no concreto não há situações puras, em que esse protocolo é absolutamente esclarecedor ou completamente oculto. Cabe a quem usufrui desse registo descodificá-lo de acordo com o próprio objecto, a informação disponível e a sensibilidade, experiência e conhecimento pessoais. Nós não vemos o que está à nossa frente, mas sim o que de tudo isso e em função do momento consciente ou inconscientemente nos impressiona. Assim se introduz uma nova película ou filtro de subjectividade.

O papel do historiador ou do crítico de arte, por exemplo, não é mais do que, respectivamente, interpretar e explicar uma determinada realidade através dos seus registos disponíveis ou descortinar o protocolo que presidiu à elaboração de determinados registos. Tenha-se ainda em linha de conta que, por sua vez, qualquer um deles fixa o resultado do seu trabalho segundo determinados protocolos, nem sempre claros, colocando-se frequentemente em jogo a valorização excessiva do papel do próprio.

Não é este o local para dissertar sobre a importância que a mais recente tomada de consciência do que acima fica registado teve e vai tendo na forma de entender e produzir conhecimento nos mais diversos domínios disciplinares, mas tudo se pode resumir a uma expressão com tanto de boçal quanto de simples: tudo, mesmo tudo, até o mais cientificamente comprovado facto, é relativo e provisório. Por graça, podemos dizer que a *teoria da relatividade* einsteniana é mesmo real e universal e tem um valor

de postulado para a vida equivalente ao cartesiano *penso logo existo*, ou ao socrático *só sei que nada sei!…*

Por quê aqui esta breve reflexão/abstracção prévia? Porque, relatividade estabelecida, me interessa situar com algum rigor a relevância do *desenho de protocolo claro* como documento fiel de registo da realidade projectada e/ou concretizada. Neste caso, o protocolo obedece a duas ordens de factores: o conjunto de regras de representação adaptado e o fim para o qual o desenho foi feito, ou seja, a natureza da sua encomenda. Dificilmente, um desenho dito *livre* ou à *mão levantada* obedeceu de forma clara a ambos os princípios. Falo, pois, de tipos de desenho que habitualmente chamamos *rigoroso*, *geométrico* ou *técnico*, entre algumas outras designações possíveis. São as regras de rigor e/ou a geometria o seu protocolo, mas não só, pois também as motivações ou encomenda determinam a sua expressão e os códigos porque se regeu a sua elaboração. E quando o protocolo não é claro – o problema pode ser do emissor, mas também do receptor – impõe-se ao observador a sua clarificação e crítica.

O que deu origem a um desses desenhos – a encomenda e/ou as motivações – é da maior importância para a sua leitura, muito em especial quando lidamos com elementos que registaram realidades para as quais a quantidade de informação é escassa. Quando hoje procuramos informação sobre uma determinada parcela do território, podemos recorrer a fotografias e levantamentos de todo o tipo, mas deparamo-nos com a mesma questão de sempre: representação alguma contém tudo o que existe na realidade. Por exemplo, não é possível juntar numa mesma fotografia aérea ou de satélite – ainda menos vertê-la em abstracções em desenho – a informação dada por um registo com a sensibilidade cromática próxima à do olhar humano com outra que junte a informação – importantíssima para determinados fins – que o registo de frequências invisíveis a olho nu (infra-vermelhos, ultra-violetas, raios X etc.) nos pode dar. Há sempre uma temática que exclui, mas isso ocorre com todas as formas de registo da realidade. Todo o desenho é temático.

O *desenho*, que apenas para esta reflexão e também por razões de comunicação aqui decidi designar como de *protocolo claro*, constitui-se assim num instrumento de registo da realidade muito exigente e por isso muito útil porque preciso. Por entre as diversas vertentes dessa exigência importa aqui destacar o facto de não permitir a descontinuidade inconsciente da representação. Com efeito, ao invés de uma descrição por palavras, que inevitavelmente deixa mudos e olvidados espaços intersticiais entre os objectos incluídos na narração, aquele tipo de representação não

pode deixar de assumir o vazio ou representar a realidade desses espaços. Por outro lado, há coisas que apenas o desenho pode descrever com fiabilidade. Como narrar por escrito a morfologia e o parcelário de um conjunto urbano?

A representação desenhada segundo um protocolo claro – o *desenho técnico* – da realidade não pode ser inconscientemente descontínua. E assim se incluem informações frequentemente tidas como desnecessárias ao fim que presidiu à representação, mas que dele nos dá um registro essencial: o do contexto. E quantas vezes o que é contexto para um fim vira objecto para outro? Quantas vezes encontramos coisas novas numa paisagem, numa pintura, numa fotografia, num desenho já visto inúmeras vezes? Tudo depende do que no momento nos preocupa e impressiona.

Tudo isto para valorizar o papel inestimável como fonte das representações em desenho técnico de realidades passadas. Tudo isto também para tornar clara a necessidade de as cotejar com a realidade actual, com a história do objecto de estudo e a do próprio documento. Por vezes custa-nos estabelecer até que ponto temos em mãos uma representação da realidade – vulgo levantamento – ou um projecto. Também é vulgar não nos apercebemos da probabilidade que o representado tem de ter deixado marcas ainda perceptíveis na realidade actual.

É evidente que, quando me refiro a desenhos técnicos de representação da realidade com o valor de fonte para a História, na sua quase esmagadora maioria me estou a referir a elementos que vulgarmente são reconhecidos como *cartografia*. Muitos deles contêm projecto, mas, como não era comum projectar-se sem se ter em linha de conta o suporte, acabam por também conter levantamento e assim se constituem em elementos cartográficos. É também claro que tendencialmente esses desenhos representam áreas relativamente vastas, normalmente à escala urbana ou do território, caso contrário seriam projectos ou levantamentos de edifícios ou de objectos ainda mais pequenos. Se, como já atrás se disse, todo o desenho é temático, quando nele procuramos algo extra impõe-se-nos pois uma pesquisa de vestígios diversos, numa espécie de arqueologia do próprio.

Frequentemente me deparo com o paradoxo da divulgação maciça e recurso continuado a registos da realidade em desenho cuja fiabilidade não está demonstrada e cujas regras de representação são ambíguas, em detrimento de outros em que sucede o contrário e que, por isso, têm maior potencialidade de nos informar com menor erro. Exemplifico, sem dificuldade, com casos de Aveiro: a gravura da *Panorama* (12 Jan. 1843, vol.II, p.17) e o conjunto de dois desenhos num só suporte da colecção do Museu de Aveiro.

Sobre a primeira sabemos suficientemente pouco: como para muitas outras paisagens urbanas, foi elaborada para aquela revista, sendo por isso posterior à realidade retratada, designadamente as muralhas. Não temos certezas sobre a que informação terá recorrido o autor – por certo que alguns testemunhos orais terão sido relevantes – o qual também desconhecemos. Sei, porém, que tem sido reproduzida e exposta pelas mais diversas formas, de livros sérios a painéis em estabelecimentos comerciais e materiais publicitários. A única razão que encontro para isso é a sua fácil leitura, quase imediata. Pouco importam as distorções perspécticas, a desproporção entre os elementos representados ou a fantasia sobre alguns etc. Ali temos uma imagem cuja descodificação é simples, intuitiva mesmo para os observadores menos treinados. Não é mais que uma mera ilustração.

Parecem-me muito distantes, mas talvez o autor dessa gravura tenha recorrido à única representação à mão livre da cidade feita perante o objecto que conhecemos, o Averiense Prospecto, desenho do último quartel do século XVIII de autor desconhecido, hoje à guarda do Museu de Aveiro. O problema é que a distorção em relação a esta fonte é tão grande que nos ficam dúvidas. Mas a ser verdade é espantoso como a fortuna critica da (má) cópia contrasta com o quase desconhecimento do hipotético original. Claro que este é a cores e de traços sensíveis, por isso difícil de reproduzir, mas com os meios de que hoje dispomos… Ainda mais impressionante é o facto de aqueles que se têm dedicado a fazer a história da cidade ainda não terem explorado, exaurido, a informação que nos dá o conjunto original.

O *Averiense Prospecto* tem no verso um levantamento planimétrico da urbe com o seu subúrbio intitulado *Averien Civit. Planispheri cum ipsius SubUrbis*. Trata-se de um conjunto coerente que obedece a um protocolo de representação geométrico-topográfico que nos dá razoáveis garantias de fiabilidade – permite aferir a topologia que a vista do verso nos apresenta muito distorcida. Tratam-se de desenhos esboçados a lápis, posteriormente passados a tintas e aguarelados de diversas cores. O levantamento tem por base uma quadrícula e um petipé (escala gráfica) em varas. Adquirem ainda especial relevância gráfica uma rosa dos ventos e a cartela onde se inscreve o título. Ambos contêm ainda preciosas legendas.

Este conjunto não teve ainda o estudo que merece, pois o que acabo de deles descrever e ainda vou dizer são meras generalidades baseadas na sua observação sumaria à luz da minha experiência enquanto investigador de história do urbanismo e não propriamente de história da cartografia. No futuro será difícil, mas possível, estabelecer a sua origem (motivação e núcleo de autoria). Existem formas relativamente rudimentares de o datar

com mais precisão, por exemplo, cotejando o que está representado com a cronologia conhecida dos elementos representados. A técnica de desenho conduz-nos à 2ª metade do século XVIII, o que me parece confirmado pela expressão decorativa rocaille das cartelas onde estão inscritos os títulos. A própria grafia dos mesmos e das legendas, em letra de forma e não cursiva, também nos conduz para as últimas décadas de Setecentos. Em tudo me lembram alguns conjuntos de desenhos então feitos por engenheiros militares sobre cidades no Brasil.

Não deixa de ser importante destacar como a vista é uma tentativa de descrição dos principais elementos da paisagem urbana da cidade de então. A meu ver é essa a melhor forma de explicar porque é que a relação topológica entre os edifícios está completamente distorcida, ou seja, não existe nenhum ponto de observação que permita ver tudo quanto ali é representado naquelas posições relativas, numa espécie de cidade enfileirada para revista em parada. Isso é bizarro quando no verso verificamos como o autor tinha uma noção bastante correcta dessas relações, a não ser que consideremos que para ele, uma vez que a posição estava descrita na representação planimétrica, ali lhe era permitida distorção por forma a poder mostrar tudo. Isto é bem mais comum do que o que se possa pensar. Note-se, por exemplo, como é deliciosa a preocupação em representar o recorte montanhoso ao fundo, com a Serra do Caramulo e a posição de povoados de meia encosta como as Talhadas e Boialvo.

Também não percebo porque se estabeleceu a ideia de o autor ser espanhol. À excepção dos títulos de um mau Latim, nada nos desenhos surge escrito noutra língua que não o Português da época. Aliás, tudo nos conduz para uma autoria comum à do conjunto de desenhos relativos à reforma de Aveiro através da valorização das suas potencialidades portuárias pertencentes ao acervo de cartografia antiga do Instituto Geográfico Português.

Trata-se de uma colecção razoavelmente extensa, de grande qualidade e inestimável conteúdo. Foi referenciada por alguns investigadores e, muito em especial, pelo autor do catálogo do acervo daquela instituição (então Instituto Geográfico e Cadastral), Humberto Gabriel Mendes em (1972/3) – Cartografia e engenharia pombalinas da ria e Barra de Aveiro. *Boletim do Arquivo Histórico Militar. Lisboa*: vol.s LXII/LXIII, 1972/3: 7-80/7-143 e (1974) – Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: vol. LX, 1975: separata. Em Novembro de 1997, foi também objecto de uma exposição no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro com catálogo de Inês Amorim que, aliás, publicou parte desses desenhos, infelizmente a preto e branco, num anexo à sua obra (1996) – *Aveiro e a sua provedoria no*

séc. XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. 2 vol.s, 1997.

Pela sua escala (próxima das que hoje usamos para o desenho urbano), detalhe, rigor e como fonte quase inesgotável para a reconstituição da topografia e morfologia da cidade pelo início da década de 1780, detenhamo-nos agora brevemente no inominado levantamento da cidade atribuído ao engenheiro militar Izidoro Paulo Pereira, o item nº 390 da colecção do Instituto Geográfico Português. Farei apenas algumas observações e chamadas de atenção.

Não é um desenho inacabado – como a ausência de rótulo ou título pode fazer crer –, mas um típico borrão de levantamento da época, também elaborado com o recurso a uma base em quadrícula a lápis. Para além dos diversos dados toponímicos e fundiários, dá-nos indicações precisas e impossíveis de registar por escrito, sobre a morfologia urbana, o parcelário e as frentes de rua então ocupadas com construções. Podemos também ler diversos dados sobre o salgado, a ria e os canais urbanos em vias de serem ordenados. Note-se como (ainda não) eram as frentes urbanas da Beira Mar com relação ao salgado, designadamente na zona da actual Praça do Peixe e do Canal de S. Roque.

Atente-se, também, porque ao que sabemos é única, na informação sobre os desaparecidos templos do Espírito Santo (actual Largo das 5 Bicas), da Vera Cruz (actual Largo Maia Magalhães), de S. Miguel (actual Praça da República) e de S. João (actual Rossio), bem como nos respectivos adros e, ainda, no que diz respeito à disposição dos corpos principais do Convento das Clarissas de Sá (hoje Quartel da Guarda Nacional Republicana). Também no que a isso diz respeito é bem interessante verificarmos como se estruturavam os espaços fronteiros de alguns outros edifícios e equipamentos públicos de que ainda usufruímos e cuja geração morfológica só assim se pode compreender cabalmente. Verifiquem-se, ainda, o que eram então artérias de acesso ao núcleo urbano e correspondentes eixos de crescimento, face àquilo a que deram origem na cidade de hoje – por exemplo a já então Rua do Seixal e a sua relação, entretanto obliterada, com a actual Rua Engenheiro Von Haff. Por último veja-se a clareza e rigor da informação dispensada ao traçado da muralha quatrocentista.

É extremamente provável que tenha sido este levantamento a base para alguns outros desenhos de projecto e representação da colecção a que pertence. Todos os outros são desenhos de apresentação, com cores, legendas, especificações, assinaturas. Alguns deles representam a cidade com bastante rigor, pese embora o facto de serem a escalas de relação

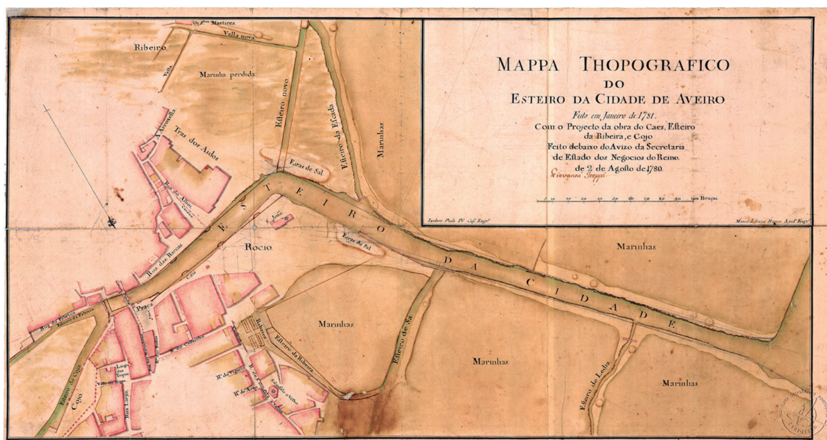


Figura 01: “Mappa Thopografico do Esteiro da Cidade de Aveiro Feito em Janeiro de 1781…”.
Giovanni Iseppi.
Fonte: Instituto Geográfico Português, Imagem 318.



Figura 02: Levantamento da Cidade de Aveiro. Izidoro Paulo Pereira (atrib.)
Fonte: Instituto Geográfico Português, circa 1780, Imagem 390.

bastante superior. São relativos à ria e à abertura da barra. Também não me espantaria que um dia se verificasse documentalmente ter também sido ali que o autor dos dois desenhos à guarda do Museu de Aveiro baseou o *Averien Civit. Planispheri cum ipsius SubUrbis*, o qual, apesar de ser menos preciso e segundo uma escala de relação superior, partilha diversas semelhanças na informação e a quadrícula de proporção segundo o mesmo sistema de coordenadas.

Concluindo esta breve abordagem aos elementos cartográficos mais antigos que representam a Aveiro à escala urbana, deixo à interpretação do leitor o *Mappa Thopografico do Esteiro da Cidade de Aveiro Feito em Janeiro de 1781*… por Giovanni Iseppi. Não se esqueça que o essencial ainda existe no terreno – repare, por exemplo, no traçado do aqueduto e nos projectos para os muros do canal central e para a Praça do Peixe – e que a leitura do desenho fica longe de se esgotar com uma análise visual directa. Comece por pedir o necessário apoio bibliográfico na Biblioteca Municipal…

Nota

Este texto foi escrito originalmente para Sal – boletim municipal de cultura. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. nº1, vol./ano 1, 2007, p. 4-9.

Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI*

*Mauricio de Almeida Abreu (in memorian), Ph.D***

Muito se tem escrito, sobre as cidades que os portugueses construíram no ultramar durante a época dos descobrimentos. Dando continuidade às contribuições pioneiras realizadas por Azevedo (1954), Reis (1968) e Santos (1968), diversos autores de língua portuguesa se dedicaram, nos últimos anos, ao estudo das morfologias urbanas implantadas pelos lusos em diversas partes de seu império (ROSSA, 2002; TEIXEIRA E VALLA, 1999; CARITA E ARAÚJO, 1998; ARAÚJO, CARITA E ROSSA, 2001; TEIXEIRA, 2001; TEIXEIRA, 2004). Um objetivo importante desses estudos tem sido o de contestar a hipótese, lançada há quase setenta anos por Sérgio Buarque de Holanda (1984), de que os núcleos urbanos que os lusos fundaram na América seriam fruto da espontaneidade – o que redundaria em traçados orgânicos, sem ordenação aparente –, razão pela qual destoavam dos traçados geométricos e ortogonais – portanto, planejados – das cidades de origem espanhola, sobretudo daquelas fundadas após a promulgação por Felipe II, em 1573, da "Lei das Índias".

Não é o lugar aqui de comentar em detalhe a rica produção que resultou desse esforço de pesquisa. É mister, entretanto, sumarizar as conclusões a que chegaram vários autores que estudaram o assunto.

São elas:

* Este trabalho contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). O autor agradece a valiosa colaboração cartográfica de Bruno Affonso Rego Rossato.

* Doutor em Geografia, Ohio State University, OSU, Estados Unidos (1976). Departamento de Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador do CNPq..

(a) Embora não sejam consequência da aplicação rígida de um *corpus* que hoje denominaríamos de urbanístico, os núcleos urbanos que os portugueses estabeleceram na América não foram produto do acaso, mas se materializaram em conformidade com normas de ordenação espacial que vinham sendo implementadas em Portugal desde o século XIII e que foram crescentemente sistematizadas a partir do reinado de D. Manuel I (1495-1521), quando a influência das ideias renascentistas se fez sentir com maior intensidade em Portugal, fruto, sobretudo, do intenso intercâmbio que se estabeleceu entre engenheiros e arquitetos militares italianos e portugueses;

(b) Estas novas práticas de controle do espaço urbano nos autorizam a aceitar a existência, desde os finais da Idade Média, de um "urbanismo português" ou de um "urbanismo regulado português", que se transformaria, a partir de meados do século XVII, e, sobretudo, no século XVIII, em "escola portuguesa de urbanismo". O Brasil seria o palco preferencial de aplicação dessas ideias urbanísticas;

(c) A crescente interferência do Estado sobre a forma urbana se revelou, dentre outros aspectos, pela exigência de maior regularidade dos traçados urbanos, pela obrigatoriedade de alinhamento das ruas, pela demarcação de praças, pelo controle crescente dos usos do espaço público, pela preocupação com o aformoseamento e com a estética da paisagem;

(d) Essa ação do Estado não se deu, entretanto, de forma autoritária e homogeneizadora, mas respeitou os variados desígnios da expansão marítima lusitana e a diversidade de sítios escolhidos para a fundação de núcleos urbanos, disso resultando uma multiplicidade de morfologias;

(e) No Brasil, os núcleos urbanos fundados por donatários tiveram sempre o título de vila; já aqueles fundados pela Coroa nas capitanias reais obtiveram o título de cidade. Sujeitas diretamente ao rei, as cidades reais foram muito mais controladas pelo estado português do que as vilas, inclusive no que diz respeito à sua morfologia. Disso resultou que seus planos urbanos foram sempre mais regulares, ainda que nenhum deles tenha se caracterizado pela perfeita ortogonalidade.

Não obstante a rica produção recente, há necessidade de maior investimento em pesquisa histórica, pois ainda sabemos muito pouco sobre as morfologias originais dos núcleos urbanos fundados no século XVI. Esse é o caso, por exemplo, da cidade real do Rio de Janeiro. Embora sejam volumosos os estudos sobre o Rio colonial, a verdade é que muito pouco se conhece dos primeiros tempos da urbe. De um lado, isso é consequência do incêndio que atingiu

o arquivo municipal, em julho de 1790, que destruiu boa parte da memória colonial carioca. De outro, é também fruto do pouco esforço empreendido na análise dos séculos XVI e XVII, o que vem permitindo que certas "explicações consagradas", feitas por historiadores e cronistas do passado, sejam mantidas como verdadeiras até hoje, ainda que sustentadas, em muitos casos, por pesquisas metodologicamente deficientes (ABREU, 2002).

O presente estudo pretende resgatar do esquecimento esse Rio de Janeiro primitivo. Sustentado por fontes primárias que estão dispersas por várias instituições de memória e orientado por procedimentos metodológicos amplamente discutidos, o trabalho apresenta uma longa discussão sobre a forma que a cidade assumiu no século XVI e destaca seus principais elementos constitutivos. Oferece também alguns mapas conjecturais da cidade quinhentista, construídos a partir das bases documentais utilizadas, que visam contribuir para o preenchimento da imensa lacuna que temos de representações cartográficas urbanas dos primeiros tempos da colonização.

As origens do Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro foi fundado em 1º de março de 1565, data em que Estácio de Sá desembarcou junto ao sopé do Pão de Açúcar e ali estabeleceu um arraial militar, que desde o início teve o título de cidade e serviu de cabeça de ponte para a conquista definitiva da terra. Esta só ocorreu em 20 de janeiro de 1567, quando as forças portuguesas, auxiliadas por reforços trazidos pelo Governador Geral Mem de Sá e por indígenas temiminós aliados, desfecharam um grande ataque aos inimigos tamoios e a seus aliados franceses, estes últimos remanescentes da França Antártica, experiência colonial malograda que Nicolas Durand de Villegagnon tentara implantar na Guanabara dez anos antes (ABREU, 1999; 2005).

Realizada a conquista final, a cidade foi então transferida para seu sítio definitivo, processo que foi transcrito em detalhe pelo governador Mem de Sá, no "Instrumento dos Serviços", documento que preparou para solicitar autorização para retornar ao reino. Nele, o governador descreveu todas as atividades que desempenhara na colônia, dentre as quais avultava a conquista da baía de Guanabara e o estabelecimento definitivo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Sobre a transferência da urbe, afirmou o governador:

> "... e por o sítio onde Estácio de Sá edificou não ser mais que para se defender em tempo de guerra, com o parecer dos capitães e de outras pessoas que no dito rio de Janeiro estavam, escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião, o qual sítio era de um grande

> mato espesso, cheio de muitas árvores e grossas, em que se levou assaz de trabalho em as cortar e limpar o dito sítio, e edificar uma cidade grande, cercada de trasto de vinte palmos de largo e outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia. E fiz a igreja dos padres de Jesus, onde agora residem, telhada e bem consertada, e a Sé de três naves, também telhada e bem consertada, fiz a casa da Câmara assobradada, telhada e grande, a cadeia, as casas dos armazéns e para a fazenda de Sua Alteza, assobradadas e telhadas e com varandas, dei ordem e favor e ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e assobradadas ...” (ISMS, 1906, p. 136, grafia e pontuação atualizadas).

É possível imaginar quais teriam sido as razões então levadas em conta. As vantagens defensivas das localizações alcandoradas eram inegáveis e isso justificou a preferência generalizada, desde as épocas mais remotas da história portuguesa, pelos sítios em acrópole. Resultou daí uma paisagem tipicamente lusitana em que as cidades, notadamente aquelas próximas à fronteira, encarapitam-se no alto dos morros, destacando-se do território circundante como sentinelas altaneiras e fortificadas. A fundação de núcleos urbanos no Brasil seguiu a mesma lógica. Com exceção de São Vicente e de Santos, fundadas em meio a um gentio pouco hostil, os primeiros núcleos urbanos brasileiros foram assentados no alto de colinas, para facilitar a defesa, e o mesmo aconteceu às margens da baía de Guanabara. Como era, entretanto, esse Rio de Janeiro primitivo?

A busca da cidade quinhentista: as fontes de informação

Decorridos 450 anos de sua fundação, reconstituir o que foi o Rio de Janeiro do século XVI é tarefa difícil. Em primeiro lugar, porque não contamos mais com seu sítio original, desaparecido com o arrasamento do morro do Castelo no início do século XX, o que impossibilita qualquer aproximação física com o objeto de estudo. Em segundo, porque não possuímos documentação cartográfica urbana desses primeiros tempos, o que nos obriga a visualizar a cidade primitiva a partir de fragmentos de documentos antigos, exigência que transforma a análise em verdadeiro exercício de dedução. Em terceiro, porque, no esforço de esboçar uma reconstituição, mínima que seja, desse Rio quinhentista, temos que contar com fontes produzidas em momentos posteriores, algumas até mesmo do século XX, que precisam ser utilizadas com cuidado, pois incorporam elementos estruturais e paisagísticos posteriores ao período que se quer estudar.

Apesar dessas dificuldades, acreditamos que é possível realizar uma aproximação a esse Rio primitivo, ainda que saibamos que nunca seremos

capazes de avistá-lo com nitidez. É o que faremos aqui. Com o apoio das fontes disponíveis, tentaremos reconstituir as formas que a cidade assumiu no século XVI, encapsulando-as, a seguir, em alguns mapas conjecturais. É importante enfatizar, desde já, que esses mapas são exatamente o que seu qualificativo indica: conjecturais. Devido à exiguidade das fontes e à dificuldade mesmo de interpretá-las, nada nos pode garantir que a cidade tenha sido *exatamente* como ela será aqui apresentada. Conjecturas, entretanto, só podem ser consideradas sérias se conseguirmos acompanhar seu processo de produção, isto é, se formos capazes de explicitar claramente os passos que levaram às conclusões a que chegamos. Por essa razão, a construção de mapas conjecturais precisa ser precedida de uma discussão individualizada das fontes que permitiram sua elaboração. É importante esclarecer, outrossim, que todos os esforços foram realizados para interpretar a evidência disponível segundo suas múltiplas possibilidades. Por essa razão, podemos igualmente afirmar que, se a cidade não foi *exatamente* como os mapas a irão apresentar, também não terá sido *muito diferente* dessa caracterização.

Comecemos pelo instituto jurídico que orientou a apropriação da terra. Ao falarmos do Brasil colônia, vem-nos logo à mente o sistema sesmarial, através do qual os representantes régios doaram a particulares extensas porções de terra, para que fizessem lavouras e criassem gado, com a única obrigação de pagarem um décimo de tudo o que a terra produzisse (o dízimo) à Ordem de Cristo, representada, na prática, pela Coroa. O que raramente lembramos é que governadores, capitães-mores, donatários e/ou seus loco-tenentes também distribuíram outro tipo de sesmaria no Brasil colonial. Trata-se das *sesmarias de chãos*, ou seja, da doação de pequenas extensões de solo aos moradores dos núcleos urbanos para que construíssem suas casas de moradia. Ao contrário das sesmarias de terras, os chãos, mesmo tendo pequena produção de quintal para uso doméstico, estavam isentos do tributo.

Muito pouco se sabe dessas doações urbanas primordiais. No Rio de Janeiro, em especial, quase não há mais informações sobre elas, pois os livros que as registravam estão, hoje, quase todos perdidos. Houve um tempo, entretanto, em que ainda podiam ser encontrados nos arquivos e foram consultados por pesquisadores antigos, notadamente por Monsenhor Pizarro. Preocupado, entretanto, em produzir apenas uma relação das doações de terras – que hoje, pelo desaparecimento dos originais, é fonte fundamental para o estudo do processo de povoamento e apropriação do território fluminense (PIZARRO E ARAÚJO, 1901) –, esse estudioso desprezou, naquela ocasião, os registros de sesmarias de

chãos, resultando dessa decisão um prejuízo enorme ao entendimento dos primórdios da urbanização carioca. Apesar disso, ainda é possível recuperar, minimamente que seja, o que foi o processo de materialização inicial da cidade. Com o que contamos hoje? Em primeiro lugar, com alguns fragmentos de livros de registros de cartas de sesmarias, já publicados, referentes aos anos de 1573-1574 e 1578-1579 (BN, 1997) e de 1594-1595 e 1602-1605 (AN, 1967). Em segundo, com cartas de chãos que acabaram sendo propriedade das ordens religiosas, razão pela qual foram transcritas em seus livros de tombo, hoje também publicados (LTCJ, 1962; TCNSC, 1939; LTMSB, 1981). Contamos, finalmente, com documentação esparsa, que pôde ser localizada em arquivos brasileiros e estrangeiros, e com informações preciosas encontradas em obras diversas.[1] É com base nessas fontes que tentaremos reconstruir, a seguir, o Rio de Janeiro do terço final do século XVI.

Os caminhos primitivos

No "Instrumento dos Serviços", Mem de Sá informou que, para "assentar" a cidade de São Sebastião, escolhera uma colina que tinha "*um grande mato espesso, cheio de muitas árvores e grossas, em que se levou assaz de trabalho em as cortar e limpar o dito sítio*". Já vimos que tal decisão fundamentou-se em critérios puramente estratégicos, que maximizavam a capacidade de defesa da terra conquistada. A opção pelo alto de uma colina, entretanto, teve necessariamente que ser acompanhada da abertura de um ou mais caminhos que lhe dessem acesso, originando-se aí o modelo estrutural típico da maior parte dos núcleos urbanos de origem portuguesa: a cidade alta e a cidade baixa.

Três caminhos, surgidos no primeiro decênio da instalação definitiva da cidade, fizeram a conexão do alto da colina com a baixada. O primeiro a ser aberto foi, certamente, o que se dirigia à estreita faixa de terra que demorava ao sopé da encosta norte, então chamada de Piaçaba, na qual embicavam as canoas indígenas aliadas e os batéis das naus e caravelas. Temos notícia dele desde 16/8/1567, data em que Mem de Sá, atendendo ao pedido do Padre Manuel da Nóbrega, concedeu à Companhia de Jesus o terreno em que seria construído o colégio jesuítico. Esse caminho seria conhecido por longo tempo como "ladeira da Misericórdia", por ter sido posteriormente

[1] Dentre os acervos consultados, merecem destaque os do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Importantes informações foram extraídas de Silva-Nigra (1950), Röwer (1937), LPOPR (1928) e de Fazenda (1919, 1920, 1921, 1923 e 1924).

edificado, junto ao seu trecho inicial, o hospital da Santa Casa. Embora não exista documentação comprobatória, é praticamente certo que também date da época de instalação da cidade o caminho que ficou conhecido, a partir do século XVII, como do "Poço do Porteiro", e que mais tarde chamou-se ladeira do Seminário, por ter sido construído junto a ele, em meados do século XVIII, o Seminário de São José. Descendo a encosta na direção do interior, esse caminho era o menos íngreme de todos e, ao que tudo indica, juntava-se na baixada a uma antiga trilha indígena, que demandava o rio Carioca, fonte de abastecimento d'água. Completando a ligação com o alto do morro, abriu-se, em meados da década de 1570, um terceiro caminho. Por estabelecer ligação mais fácil com o colégio, esse caminho ficaria conhecido mais tarde como "ladeira do Colégio"; chamou-se também "ladeira do Carmo", pois a subida tinha início nas proximidades do local onde os carmelitas estabeleceriam seu convento, ao final do século XVI.[2] Aberto em boa parte sobre a rocha matriz, que aflorava nessa parte do outeiro, pode-se dizer que esse caminho foi, sem dúvida, a primeira grande obra pública realizada na cidade.

A doação de chãos aos jesuítas

A carta mais antiga de doação de chãos de que temos notícia é a que foi concedida à Companhia de Jesus, em 16/8/1567. Através dela, e com a ajuda da documentação iconográfica posterior ao século XVI, é possível delimitar, com relativa precisão, o terreno sobre o qual seriam construídos a igreja (mais tarde de Santo Inácio), o Colégio de Jesus e a "cerca" dos jesuítas, isto é, sua horta e pomar (LTCJ, 1962, p. 33-37). O documento indica que os padres haviam solicitado um chão localizado junto ao primitivo caminho e que esse pedido foi integralmente deferido pelo governador, à exceção de dois pequenos detalhes. O primeiro diz respeito à pretensão dos jesuítas de que suas terras tivessem início junto a "um cotovelo", isto é, a uma curva acentuada que o caminho fazia, solicitação que não foi aceita pelo governador, pois assim exigia "a serventia da cidade", isto é, o bem público. O segundo se refere a um outro pedido, também negado por Mem de Sá, de que a cerca do colégio se estendesse encosta abaixo até ao mar. Como veremos mais adiante, essas decisões são indicativas de que o governador já possuía uma ideia bastante precisa da forma que a cidade primitiva deveria ter. Em outras palavras, já se sabia

[2] Sabemos da origem desse caminho pela carta de sesmaria de chãos concedida, em 7/1/1604, a Francisco de Sá, que informa que "defronte dos chãos de Fernão Baldez, ao pé do caminho que fez o Governador Antônio Salema que vai da Várzea de Nossa Senhora para o Colégio de Jesus, está um pedaço de chão devoluto ....". Cf. AN (1967, p. 213-215).

onde os moradores seriam autorizados a construir suas residências e quanto era necessário para a abertura de ruas e para a proteção da cidade.

Concluímos preliminarmente, e provaremos isso mais adiante, que a cidade foi surgindo a partir de decisões tomadas concomitantemente à sua materialização, mas que eram balizadas por um "ideário urbanístico" pré-concebido, o que exclui a possibilidade de a forma urbana carioca ter sido produto das circunstâncias ou dos casuísmos individuais. Embora não contando com uma "traça" pré-estabelecida, orientadora da abertura de caminhos e delimitadora de lotes, como ocorreu com Salvador, deve-se reconhecer, desde já, que o Rio de Janeiro também não foi produto do acaso. Houve, efetivamente, um "traçado mental" que orientou a sua implantação, não formalizado em papel, mas balizado pelos costumes do reino e, ao que tudo indica, também pelo exemplo soteropolitano. Esse traçado iria se materializar, sobretudo, na "cidade baixa", onde o terreno era plano, conforme discutiremos adiante.

O trasto da cidade

No "Instrumento dos Serviços", Mem de Sá informou que, após derrubar o "grande mato espesso" que cobria o outeiro, edificara ali "*uma cidade grande cercada de trasto de vinte palmos de largo e outros tantos de altura, toda cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia*". De todas as dificuldades que esta pesquisa teve que enfrentar para tentar reconstruir a paisagem carioca do último quartel do século XVI, talvez a maior de todas tenha sido decifrar o significado de *trasto*, palavra arcaica que aparece não apenas no "Instrumento", mas também em nove cartas de sesmaria de chãos e em seis documentos cartoriais dos séculos XVI e XVII.

Não há dúvida de que se trata de um termo militar, ligado a fortificações. De início, identificamo-lo como sendo uma área *non aedificandi*, de proteção do muro da cidade, situada imediatamente à sua frente. Todavia, como tinha vinte palmos (4,40 m) de altura, poderia também ter sido um fosso, interpretação aventada por Vieira Fazenda (1923, p. 39). Começamos então a trabalhar com a perspectiva de a cidade ter sido toda cercada de muro no alto do outeiro, à frente do qual fora construído um longo fosso. Ao tentarmos localizar as poucas sesmarias de chãos que faziam referência ao "trasto da cidade", verificamos, entretanto, que nenhuma delas fazia referência a muros e que algumas eram, inclusive, atravessadas pelo trasto. Ora, como poderia ser este uma área de proteção do muro, ou mesmo um fosso que lhe antecedia, se muitas propriedades particulares se estendiam até ele, ou eram mesmo cortadas por ele?

Recorrendo a antigos dicionários da língua portuguesa, verificamos, com espanto, que não ofereciam qualquer explicação vinculada à terminologia militar.[3] Viterbo (s/d, v. 2, p. 615), por sua vez, nada fala sobre trasto em seu elucidário, mas apresenta a forma *trauto*, que seria "*um bom espaço de caminho*", sentido que se aproximaria de um significado militar, mas que jamais aparece nos documentos. Recorrendo, finalmente, à ajuda de gramáticos e de especialistas de terminologias militares antigas, verificamos, com surpresa ainda maior, que também desconheciam a palavra. Um deles, entretanto, interessou-se vivamente pelo assunto e, acionando sua rede de interlocutores, logrou decifrar o enigma. Trasto seria um neologismo quinhentista, junção do português medieval *trato*, ou *trauto*, com o italiano *guasto*, termo usado para designar a área livre, situada imediatamente à frente de uma muralha, obtida por derrubes ou terraplenagem, que se destinava a controlar os movimentos do inimigo. No caso do Rio, esse terrapleno não teria sido construído à frente do muro da cidade, que foi erguido no alto da colina, mas, isto sim, no sopé do outeiro. Como Mem de Sá informara que o trasto carioca tinha vinte palmos de largo (4,40 m) e outros tantos de altura, isto significaria que a altura não era para baixo, em fosso, mas para cima, isto é, a derrubada da vegetação teria deixado a nu os primeiros 4,40 m da colina e outros 4,40 m do terreno plano, situado junto ao outeiro.[4]

É essa, com certeza, a interpretação correta, pois ela se adequa perfeitamente às várias conotações com que a palavra trasto aparece nos documentos da época. A construção de um trasto foi, ao que tudo indica, uma característica singular do Rio de Janeiro, já que nenhum outro centro urbano fundado no Brasil quinhentista parece ter tido algo semelhante. Tratou-se, efetivamente, de uma grande obra de desmatamento do sopé da colina, que deu origem a uma faixa de terreno livre, que podia ser bem observada e controlada do alto. Singular e exótico foi também o processo pelo qual a palavra trasto ingressou na língua portuguesa, já que a transformação do radical gu (de guasto) em tr (de trasto), é foneticamente impossível: para tanto contribuíram a influência, então poderosa, da arquitetura militar italiana em Portugal e a tendência a "falar difícil" dos profissionais lusos que haviam obtido essa formação na Itália.[5]

---

3 Tanto Bluteau como Morais apresentam a palavra como sinônimo de traste, significando coisas velhas de uma casa. Indicam, outrossim, dois outros sentidos para o termo: banco de remadores de galés e divisões do braço das violas. Cf. Bluteau (1720-1721); Morais e Silva (1789).

4 Agradeço penhoradamente a ajuda do Professor Rafael Moreira, grande especialista da arquitetura militar portuguesa e docente da Universidade Nova de Lisboa, pelo interesse que teve em decifrar a charada.

5 Recorro novamente ao Professor Rafael Moreira: "Tratou-se ... [do] gosto muito

A cidade alta

Esclarecida a natureza do trasto, cabe agora discutir a cidade que Mem de Sá instalou no alto da colina. As fontes disponíveis indicam que um plano urbano bastante simples foi adotado e que a distribuição de chãos não foi aleatória nem tumultuária. Comandadas pelo próprio Governador Geral e pelo mestre de obras Nuno Garcia, a abertura de ruas e a distribuição de lotes aos moradores regeram-se por práticas consuetudinárias e seguiram os procedimentos legais previstos nas Ordenações do Reino, tais como a lavragem de documentos cartoriais e a realização de autos de posse, ainda que tais formalizações tenham ocorrido, muitas vezes, depois de já terem sido realizadas benfeitorias nos chãos.

Os documentos também indicam que esse Rio em acrópole durou muito pouco tempo, desacreditando, portanto, as afirmações de alguns historiadores do passado, que sustentaram a tese de que a cidade teria permanecido no alto da colina até fins do século XVI.[6] Para isso contribuiu não apenas o sentimento de segurança da conquista, que deu o estímulo necessário para que os povoadores logo se espalhassem pela várzea e pelo recôncavo da baía de Guanabara, como também a própria exiguidade do sítio originalmente escolhido, que se revelou inadequado às funções que a cidade passou a exercer.

Ao contrário de Salvador, onde a cidade alta ocupou a borda de uma escarpa falhada, com superfície suficiente para a implantação de um conjunto de ruas, praças e lotes urbanos, limitando-se a estreita cidade baixa, localizada ao sopé da escarpa, aos usos associados à defesa e ao porto, o sítio primitivo do Rio de Janeiro revelou uma situação topográfica exatamente oposta. A colina escolhida para a instalação da urbe era não apenas de pequena dimensão, como apresentava superfície de cimeira bastante irregular. O topo do outeiro era formado por quatro modestos platôs – um deles situado na cota de 40 metros, dois na cota de 50 e o

maneirista de 'falar difícil' típico dos engenheiros militares do tempo de D. Sebastião que tinham estudado na Itália. Lembra-me o caso ... de António Rodrigues, que viveu na Itália de 1560 a 64 e ao voltar, nomeado para o cargo máximo de 'arquitecto-mor', escreveu o único tratado português de Arquitectura Militar (1576-79) em que só diz rame em vez de "arame", oposito em vez de "oposto", esperto em vez de "perito", fango em vez de "lama" etc... Seria, pois, algum engenheiro militar formado na Itália, como tantos na época, que queria chamar a atenção usando guasto e a aportuguesou pela palavra mais próxima, trasto – mesmo se forçando muito o sentido original desta. Daí o jargão de um grupo profissional novo, o mais convencido de sua importância (aliás, real) nesse tempo. Não era, de modo algum, um termo corrente, mas um italianismo prestigiante" (carta pessoal, 10/2/2003).

[6] É o que disse, por exemplo, Felisbelo Freire (1912, p. 75).

mais alto na altura de 60 metros – que precisaram ser articulados uns aos outros por meio de ladeiras. A exiguidade desse espaço físico certamente atuou como um elemento importante para impelir a urbe em direção à várzea circundante, que podia ser embrejada, mas, era bastante ampla, movimento esse que, a partir de meados da década de 1570, se tornou tão veloz que rapidamente deslocou para a cidade baixa o centro de gravidade da urbe.

O traçado urbano da colina

Se aceitarmos a norma da permanência do plano, que dispõe que, uma vez abertos, os logradouros públicos tendem a permanecer na paisagem, pois passam a delimitar juridicamente as propriedades privadas, não importando se os imóveis aí construídos se mantenham eretos ou não, podemos conjecturar que os logradouros que chegaram ao século XX seriam os mesmos que foram originalmente traçados, ou seja, três ruas e uma praça.[7] Os documentos, entretanto, só nos falam desta última e de duas ruas. A primeira delas, chamada de "*rua Direita*", ligava o pequeno platô de 40 metros de altura, onde se localizou o colégio, ao platô de 60 metros, que abrigava o forte; era, na realidade, a continuação da ladeira que vinha da Piaçaba, mas só assumia a denominação de rua a partir do colégio. A segunda referência fala de uma "*rua travessa que desce da praça*", também citada como "*rua e travessa que vai para a praça*", que se articulava ortogonalmente com a rua Direita e que depois ficou conhecida como travessa do Castelo (LTCJ, 1962, pp. 118-119; 50-53). A terceira rua, por sua vez, estabelecia a ligação do forte com a praça e prolongava-se, a partir daí, até a Sé, mas dela não temos prova documental.

Há pouquíssimas informações sobre essas primeiras artérias do Rio, mas a iconografia posterior nos revela que teriam largura semelhante àquela dos logradouros que seriam abertos mais tarde na cidade baixa. As três ruas formavam um triângulo no alto do morro, disposição que maximizava a utilização do sítio irregular, e que foi seguida em outras implantações urbanas quinhentistas, como São Paulo (REIS, 2004) e Vitória (SOUZA, 2005). Situada num dos platôs de 50 metros, a praça, de formato aproximadamente quadrangular, era o ponto fulcral do traçado. É provável que ali estivessem os edifícios principais da urbe, tais como "*a casa da câmara assobradada, telhada e grande*" e as casas dos armazéns

[7] Sobre a norma da permanência do plano, assim esclarece Carvalho (1989, p. 34): "Esta norma afirma que, independentemente de demolições que as casas possam sofrer, o plano das ruas mantém-se relativamente estável, oferecendo cada artéria, de um modo geral, o traçado da anterior".

de El-Rei, "*assobradadas e telhadas e com varandas*", conforme informou o governador. Era também ali que estava sendo erguido, em 1574, o primitivo hospital da Santa Casa da Misericórdia, obra que, cinco anos mais tarde, seria abandonada em favor de outra, já localizada na cidade baixa, ao pé da ladeira que demandava a Piaçaba, fato indicativo de que a cidade se transferia rapidamente para a várzea e prova cabal de que a Santa Casa carioca é bem mais antiga do que geralmente se supõe.[8]

Era também na praça, ou entre esta e o forte, que importantes moradores da urbe haviam construído suas moradas, tais como Manoel de Brito, cavaleiro fidalgo, Francisco de Barbuda, senhor de engenho na Bahia, e Francisco Velho, mordomo da confraria de São Sebastião do arraial primitivo, já chamado então de Cidade Velha. Outros se estabeleceram pelos lados da rua Direita, junto ao forte, como André de Leão, futuro sertanista, e Aires Fernandes Vitória, juiz ordinário. Não há muitas informações sobre o tamanho dessas primeiras sesmarias de chãos, mas o pouco que se sabe delas indica que a área concedida foi diretamente proporcional à importância de quem as recebia. O lote padrão parece ter tido 10 braças (22 metros) de testada. As moradas eram, em sua maioria, de pau-a-pique e cobertas de sapê, verdadeiros "tijupares" como se dizia à época, ainda que alguns moradores, como Aires Fernandes Vitória, possuíssem casas um pouco diferentes, "*cobertas de taipas de mão francesas*" (TCNSC, 1939, p. 221-226).

Deixando ainda entrever a influência das traças medievais, a cidade voltava-se para o interior do morro, o que ocorria, inclusive, com as moradas localizadas junto às encostas, pois seus quintais projetavam-se colina abaixo, em direção ao trasto. É mister alertar, neste sentido, como a iconografia que possuímos do outeiro, toda ela bem posterior aos primeiros tempos da urbe, se revela enganosa para o estudo da cidade quinhentista, pois apresenta situações paisagísticas que só se materializaram mais tarde.

[8] A origem da Santa Casa carioca é usualmente atribuída à chegada da frota de Diego Flores de Valdez, que aportou no Rio de Janeiro em 1582, com inúmeros doentes a bordo, para o tratamento dos quais o Padre José de Anchieta teria rapidamente improvisado um hospital junto ao sopé da colina. Essa explicação não é correta. Um antigo documento jesuítico informa que o hospital primitivo foi originalmente construído na cidade alta, pois foi lá, "na praça dela [cidade], onde se ora faz a casa do hospital e misericórdia", que o ouvidor Luiz Álvares recebeu, em 15/9/1574, uma determinada petição. Sabemos, por outro lado, que a transferência do hospital para a várzea também ocorreu em período anterior à chegada de Flores de Valdez, pois em outubro de 1579, quando os jesuítas deram início ao processo de demarcação de suas terras do rio Macacu, o anúncio público que apregoava a dita medição foi realizado "na praia defronte da Casa da Santa Misericórdia". Cf. ANTT, CJ, f. 82; LTCJ (1962, p. 196).

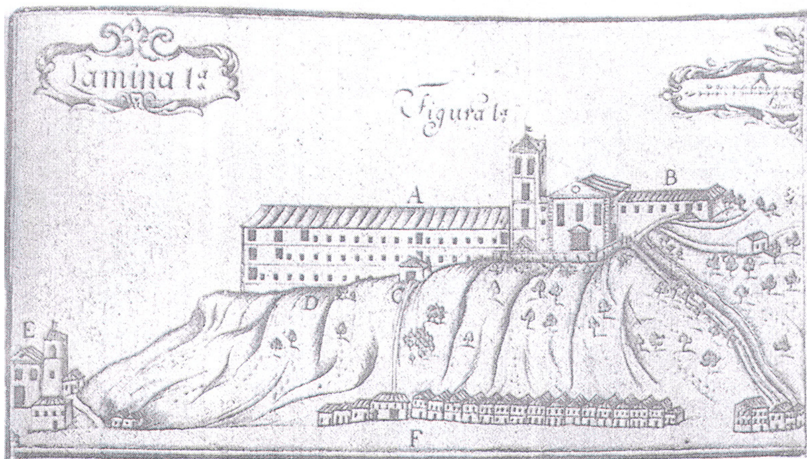


Figura 01: Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, 1728.
Fonte: Vaticano: Archivum Romanum Societatis Iesu, Brasilia 4, Epistolae, f. 380.

É o caso, por exemplo, da visão desimpedida que toda a frontaria do colégio jesuítico apresenta para a baía, observada em diversas ilustrações antigas (Ver Figura 1). Ao contrário do que as imagens nos levam a crer, essa perspectiva não foi originalmente concedida aos padres, mas, isto sim, conquistada por eles por compras sucessivas das propriedades que estavam à frente do colégio.[9]

Baluartes, muro e portas da cidade

Segundo o "Instrumento dos Serviços", a cidade era também "*toda cercada de muro por cima, com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia*". Se o trasto nos impôs dificuldades de ordem etimológica, tratar desses elementos da morfologia urbana original implicou também enfrentar problemas de monta, em primeiro lugar porque só temos notícia da existência de um forte e de um baluarte; em segundo, porque nenhuma das fontes documentais que subsistem, a não ser o "Instrumento", faz qualquer menção a muros. Há, por outro lado, referência a uma porta, só que ela não parece ter feito parte de muro algum. Precisamos, pois, prosseguir com cautela.

Comecemos pelos baluartes. Tudo indica que a afirmação de que a cidade teria "*muitos baluartes e fortes cheios de artilharia*" necessita ser tratada com cuidado, pois parece ser fruto da ansiedade de um governador que, desejoso de voltar para casa, exagerava seus feitos na colônia para obter

[9] Apenas os chãos fronteiros à porta da igreja foram originalmente concedidos aos padres. Cf. LTCJ (1962, p. 44-49).

a aquiescência régia. É certo que Mem de Sá erigiu a principal defesa da cidade sobre o platô mais elevado da colina, ainda que esse pequeno forte não tenha merecido, por parte de um sesmeiro que morava junto a ele, título maior do que "*baluarte d'El-Rei*" (LTCJ, 1962, p. 173-177). Todavia, além dessa fortificação, só temos notícia de que existia, em 1592, um "*baluarte da Sé*" nas proximidades da igreja de São Sebastião, o que nos permite aceitar que ele tenha igualmente sido erguido nos primeiros tempos da urbe.

No que diz respeito ao muro, os problemas tornam-se ainda mais agudos. Em primeiro lugar, porque há contradições entre o que relatam antigos cronistas, pois enquanto Gabriel Soares de Souza (1851, p. 89) afirma que a cidade teve "*muros de taipas com suas torres*", o Padre Simão de Vasconcelos (1977, Livro III, § 131-134, p. 146), ao referir-se ao episódio da entrada de quatro naus francesas na baía, em junho de 1568, relata que a população ficara em pânico, não só porque "*o inimigo chegou inopinadamente*" como porque "*nem a mesma cidade estava cercada*". Em segundo, porque o mapa produzido em 1579 por Jacques de Vaux de Claye, espião enviado por Catarina de Médicis para preparar a logística de uma retomada da Guanabara pelos franceses, indica claramente a existência de baluartes e de um "fort de haut" no alto da colina, mas não faz qualquer referência a muros.[10]

Aceitemos, entretanto, as declarações do governador e de Gabriel Soares de Souza de que algum tipo de proteção murada existiu na cidade primitiva. O que significa, então, a declaração de que a cidade era "*toda cercada de muro por cima*"? A resposta mais simples a essa pergunta seria afirmar que um muro de taipa cercava todo o alto do outeiro, envolvendo seus quatro platôs e tudo o que eles continham. Não é essa, entretanto, a paisagem que os documentos quinhentistas existentes revelam. Comecemos, então, a explorá-los, o que nos leva, de imediato, a uma constatação importante: o livro de tombo dos jesuítas, que inclui diversas escrituras de chãos doados aos padres ou adquiridos por eles no século XVI, para "*acrescentamento de seu mosteiro*", jamais faz menção a muralhas, o que nos permite concluir que, se um muro cercava toda a cidade "por cima", ele não abrigava o Colégio de Jesus, o que implica dizer que o Rio de Janeiro primitivo seguiu o mesmo modelo de Salvador (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1998, p. 36), com os jesuítas localizando-se na cidade alta, mas extramuros (hipótese 1), de resto uma decisão bastante cara aos inacianos.[11]

[10] O original do mapa de Jacques de Vaux de Claye encontra-se na Biblioteca Nacional da França, em Paris. Uma reprodução parcial dele pode ser encontrada em Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2000, p. 32-33).

[11] Note-se que esse padrão já era seguido em Lisboa, onde a igreja jesuítica de São Roque

É muito provável, por outro lado, que mesmo deixando o colégio e alguns moradores de fora, o muro não fosse de todo contínuo, inexistindo pela encosta que olhava para a "banda d'além", ou seja, para o outro lado da baía. Esta suposição se apoia em documentação referente a uns chãos situados junto ao forte, cujos fundos desciam até o trasto e Piaçaba, que não faz qualquer menção à existência de muros cortando esses quintais. Como a encosta que olhava para a "banda d'além" era a mais íngreme do outeiro, é possível que ela e o trasto, situado ao seu sopé, tenham sido considerados suficientes para a proteção da cidade, tornando dispensável a construção de um muro por esse lado.

Essa configuração topográfica não ocorria, entretanto, na encosta oposta, que olhava para o interior. Muito mais dissecada do que a encosta norte e, portanto, de mais fácil escalada, era junto a ela que um muro era decididamente imprescindível. Como já aludido, não existe qualquer documentação sobre sesmarias de chãos concedidas junto à encosta interiorana, razão pela qual não podemos comprovar a existência de um muro por ali. Todavia, essa carência pode ser também advogada para concluirmos que, se um muro realmente foi erguido no alto da colina, conforme afirmou Mem de Sá, ele certamente teria existido ali, e se não temos prova disso é porque as fontes comprobatórias desapareceram. Aceita esta segunda conjectura, deduzimos, então, que o muro de taipa que o governador diz ter erguido "por cima" se estenderia do forte ao baluarte da Sé, protegendo toda a encosta que olhava para a terra, prolongando-se, a partir daí, até as proximidades da praça, ou, o que é mais provável, até a rua Direita. Esse muro não contornaria, entretanto, toda a cidade, pois inexistiria junto à encosta norte que, muito íngreme, servia de anteparo natural da urbe (hipótese 2).

Se nos ativermos, finalmente, às poucas evidências de que dispomos, que não fazem menção a muros, nem junto à encosta norte, nem junto a qualquer parte da sesmaria jesuítica, só nos resta então aceitar que esse elemento de defesa não foi de todo contínuo e se limitou a proteger a cidade pela encosta que descia para o interior (hipótese 3).

Independentemente de qual hipótese seja a verdadeira, é muito provável que um outro baluarte tenha sido erguido junto à ladeira que subia o outeiro pelo interior, o que nos autoriza a afirmar que existiria ali uma

---

tinha localização periférica. Sabe-se, por outro lado, que o Padre Manuel da Nóbrega, ao recusar o terreno intra-muros que o governador Tomé de Souza lhe oferecera em Salvador, em 1549, argumentara que a cidade logo viria juntar-se ao redor da casa. Também não lhe agradava erguer o colégio na cidade fortificada, "porque fica muito junto da Sé e duas igrejas juntas não é bom"...". Cf. Nóbrega (1988, p. 83).

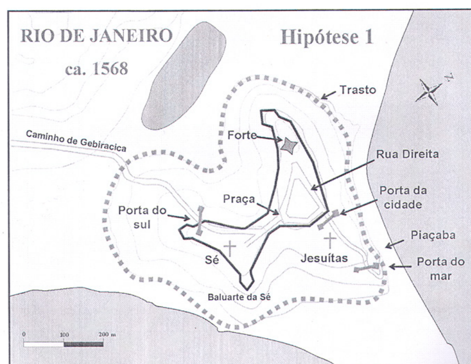


Figura 02: MAPA 1 - Rio de Janeiro (1568) – Hipótese 1

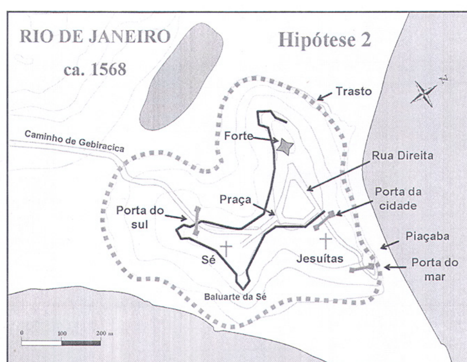


Figura 03: MAPA 2 - Rio de Janeiro (1568) – Hipótese 2

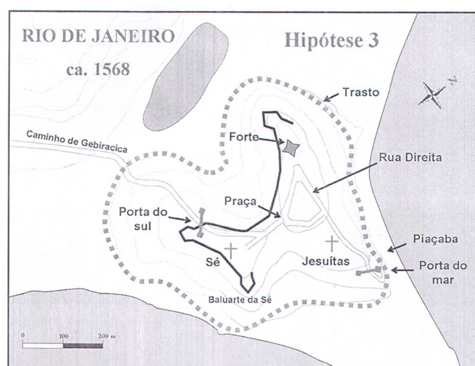


Figura 04: MAPA 3 - Rio de Janeiro (1568) – Hipótese 3

porta de acesso à cidade primitiva, talvez chamada de "porta do sul", ou de "porta da terra", denominação que é puramente conjectural, mas que serve para distingui-la de outra, que efetivamente existiu, que os documentos denominam de "porta do mar". A principal referência que temos dessa última é uma carta de sesmaria, concedida em 22/4/1568 a Antonio Dias,

mestre de açúcar degredado, pela qual esse conquistador recebeu do governador "*um pequeno mato que parte com Afonso de Almeida e pelo caminho da porta para o mar, que poderá ter dez ou doze braças*". Não se sabe o que Dias fez com esses chãos. É certo, entretanto, que, em 1598, eles já pertenciam aos jesuítas, época em que são descritos como se estendendo "*até o pé da ladeira e correm do caminho da banda do mato*" (LTCJ, 1962, p. 169-172). Trata-se, certamente, de mais um exemplo de como os inacianos foram adquirindo terrenos localizados junto à sua sesmaria original, ampliando-a, portanto. Pelo documento de 1598, ficamos sabendo que esses chãos estavam no trecho inicial da ladeira primitiva, o que nos permite deduzir que a "*porta do mar*" havia sido erguida junto ao cotovelo da ladeira, provavelmente nas três braças que Mem de Sá subtraíra aos religiosos porque eram necessárias "*para a serventia da cidade*". Essa hipótese é ainda reforçada por outra sesmaria de chãos, também adquirida posteriormente pelos jesuítas e localizada no início desse mesmo caminho, cujos fundos desciam "*até o trasto*", na direção da praia de Santa Luzia, chãos esses que estavam situados "*defronte da porta do mar*".[12]

É certo, portanto, que houve uma "porta do mar" no início do caminho primitivo de acesso à cidade alta, o que nos leva a concluir que o colégio, mesmo localizado extramuros, não esteve totalmente desprotegido nos tempos iniciais da urbe. Seria essa, entretanto, a única porta a controlar o acesso à urbe pelo caminho mais tarde chamado da Misericórdia? É possível que sim. Todavia, se aceitarmos a hipótese de que o muro construído no alto se estendia até esse mesmo caminho, é bem provável que houvesse outra porta mais acima da ladeira, além do colégio, que poderia ter sido chamada de "porta da cidade". Todas essas conjecturas estão demonstradas nos Mapas 1, 2 e 3, que apresentam graficamente as três hipóteses discutidas acima e sumarizam todas as discussões que travamos até aqui.

A descida para a várzea

Piaçaba foi o nome pelo qual ficou conhecida, no século XVI, a estreita faixa de terra que se estendia entre o outeiro de São Sebastião e a baía. A mais antiga concessão de chãos de que temos notícia nessa área data de 30/8/1567, ou seja, é apenas duas semanas mais nova do que a sesmaria concedida à Companhia de Jesus para a construção do colégio. O beneficiado foi Antônio de Sampaio, que recebeu chãos "*na Praia que está ao pé desta cidade*" (LTCJ, 1962, p. 270-272). Esse documento prova que

[12] No índice do tombo dos jesuítas, esta escritura é descrita como "Escritura das 27 braças de chão que o Colégio comprou defronte da porta do mar e chegam até o trasto de Santa Luzia e comeu o mar quase tudo". Cf. LTCJ (1962, pp. 113-114, 366).

a cidade baixa também se materializou desde o início da urbe, talvez pela impossibilidade de se conceder chãos no alto a todos os conquistadores.

Da Piaçaba, a cidade logo se expandiu para a área embrejada que lhe ficava adjacente, chamada então de "várzea". Embora fragmentárias, as fontes que possuímos permitem que falemos sobre ela com certa segurança. Sabe-se, por exemplo, que em meados da década de 1570, toda a faixa lindeira à baía já havia sido concedida. As doações de sesmaria beneficiaram, sobretudo, a pequena fidalguia presente na terra e os conquistadores de prestígio, que receberam chãos bem maiores do que aqueles concedidos aos demais povoadores. No início dessa década, toda a área já era conhecida por "Várzea de Nossa Senhora do Ó", em razão da capelinha dessa invocação ali surgida ao final dos anos sessenta.

Mesmo sendo área embrejada, sabe-se que o interior da várzea começou a ser utilizado pelos conquistadores desde os primeiros tempos, que ali estabeleceram roças e pastos, muitas vezes sem carta de sesmaria. Foi o caso do Padre Antônio Fernandes, coadjutor da Sé e mais conhecido pela alcunha de Padre Salsa. Já em 1573, esse clérigo residia junto ao sopé do atual morro da Conceição, chãos que acabou por receber oficialmente dois anos mais tarde, "*para fazer casas para enobrecimento desta cidade, porquanto tudo tem já derrubado e roçado e feito benfeitorias neles*". Eram terrenos que destoavam dos demais por seu grande tamanho, justificado por se tratar de local pouco enxuto (AMSBRJ, Nº 132; AMSBRJ, Nº 744; SILVA-NIGRA (1950, p. 21*-22*). Por tornarem-se devolutos, esses chãos acabariam sendo novamente concedidos a terceiros ao final do século, todavia em dimensões bem menores.

O mapa 4 apresenta o estágio em que se encontrava a apropriação territorial da cidade baixa ao final do século XVI. O que se indica ali é a área já concedida de sesmaria, tal qual pôde ser recuperada pela interpolação de documentos quinhentistas e de fontes produzidas posteriormente. Note-se que o mapa trata da apropriação *de jure*, ou seja, indica os chãos cuja doação fora formalizada pela expedição de cartas de sesmaria e pela realização de autos de tomada de posse, e não necessariamente da área apropriada de *facto*, isto é, efetivamente ocupada por edificações urbanas, que era muito menor.

O mapa mostra também o papel estruturador desempenhado pelo litoral na conformação do plano urbano da várzea. Inicialmente chamada apenas de "*praia desta cidade*" ou de "*praia de Nossa Senhora*",[13] a linha de costa

[13] Essas eram as toponímias em 1573. Cf. BN (1997, p. 69-74); AGCRJ, 3-4-27; AN, 114, v.



Figura 05: MAPA 4 - Rio de Janeiro (1600)

seria arruada pela Câmara em 1587, o que fez com que passasse a ser chamada de "*rua pública que vai ao longo da praia*" (LTCJ, 1962, p. 272-273), denominação que se transformaria, em 1593, em "*rua direita que vai da Misericórdia ao longo da praia para a Senhora do Ó*" (LTCJ, 1962, p. 254-255), e evoluiria depois para "*rua direita da praia*" ou, simplesmente, "*rua Direita*".[14] Surgiu assim no Rio, pela segunda vez, essa toponímia tão comum às cidades de origem portuguesa, que ao invés de referir-se a uma

1, f.1; Silva-Nigra (1950, pp. 14* e 17*).

14 O documento mais antigo no qual a antiga praia de Nossa Senhora do Ó é chamada apenas de rua Direita data de 11/3/1613. Cf. AN, 1ON, Nº 28.

rua reta, significava, isto sim, uma artéria que articulava *diretamente* dois importantes pontos de referência da urbe, fossem eles o colégio e o forte, no caso da rua Direita do outeiro, ou a Misericórdia e a capela de Nossa Senhora do Ó, prosseguindo para São Bento, no caso da várzea.[15]

Desse eixo inicial, que por algum tempo foi também conhecido como "*rua do Conselho defronte do mar*",[16] partiram, no último quartel do século XVI, os primeiros tentáculos em direção à retroterra embrejada. Como eram ortogonais a um litoral curvilíneo, que alguns documentos denominam, por isso mesmo, de "*praia arqueada*" (SILVA-NIGRA, 1950, p. 11*), essas travessas acabaram formando eixos não perfeitamente paralelos, que se abriam levemente em direção ao interior. A mais antiga delas, então chamada de Caminho de Capueruçu, ocupou, ao que tudo indica, uma antiga trilha indígena que percorria os terrenos secos da várzea; é a atual rua da Alfândega. Ainda no século XVI, foram abertos os trechos iniciais de muitas outras travessas. Temos também notícia da existência, desde a década de 1580, de um "*caminho do Conselho*" que ia para Santa Luzia, sem dúvida a rua que margeava a cerca dos jesuítas (LTCJ, 1962, pp. 123-124; 287-288) e, desde a década seguinte, de um "caminho da olaria" ou caminho que está "*quando vão para as olarias*".[17] Neste caso, trata-se da área da antiga sesmaria do Padre Salsa que, tornada devoluta, vinha sendo concedida a outros moradores. Já conhecida nessa época como "Várzea da Olaria", para diferenciá-la daquela "de Nossa Senhora", essa terra pouco enxuta era cortada por um "ribeiro", na verdade uma vala natural de drenagem, sujeita à ação das marés, que ficaria conhecida mais tarde como "ribeiro de São Bento", por terem os beneditinos construído, nas suas proximidades, a sua "cerca". No início do século XVII, toda essa várzea passaria a ser conhecida como Vila Verde, ou Valverde, topônimo cuja origem não foi possível determinar.

O século XVII verá a malha urbana se espraiar pelas várzeas de Nossa Senhora e da Olaria, ainda que em baixas densidades. Embora essa centúria não seja objeto de atenção deste trabalho, pode-se adiantar que este foi um processo lento, de dissecação e conquista de cada palmo de terreno

[15] Outras ruas direitas surgiriam depois no Rio, mas apenas o trecho da antiga praia da cidade que articulava a igreja de São José com o mosteiro de São Bento, pela importância e centralidade que passou a exercer, lograria dispensar seus qualificativos iniciais ("rua direita que vai para São Bento"; "rua direita que vai de São José para a Misericórdia") para tornar-se simplesmente "rua direita", denominação que manteve até ao final da guerra do Paraguai, quando teve seu nome mudado para Primeiro de Março.

[16] Esta denominação aparece em escritura de 17/4/1613. Cf. AN, 1ON, Nº 28, f. 72v; AGCRJ, 42-3-55, f. 30.

[17] Conforme indicam inúmeras cartas de sesmaria de chãos concedidas em 1594 e 1595, publicadas em AN (1967).

embrejado e de prolongamento gradual, a partir do eixo morfológico primordial, a "rua direita da praia", dos eixos secundários, cada um deles denominado de "rua da travessa" ou "rua travessa"; estes, por sua vez, foram sendo cortados por artérias de terceiro nível, que os documentos denominam simplesmente de "travessa" ou de "beco". Materializou-se, assim, um plano urbano moderno, que nada tinha a ver com o que se entende hoje por crescimento orgânico.

Foi também um processo qualitativamente diferente, pois deixou de ser comandado pelo instituto jurídico da sesmaria. Ainda que não sejam muito numerosas, as informações que possuímos são suficientes para comprovar que, ao final da primeira década do século XVII, quase todos os chãos situados nessas duas várzeas já haviam sido concedidos de sesmaria. Já finalizada, portanto, a apropriação territorial *de jure*, o restante dessa centúria seria caracterizado pelo lento desmembramento desses terrenos em lotes menores, seja por herança, aforamento, doação ou venda. Consequentemente, a malha fundiária carioca, que era originalmente generosa, com chãos que possuíam, pelo menos, 10 braças (22 metros) de testada, tornou-se crescentemente mais modesta, processo que, com o decorrer do tempo, deu origem ao padrão de terrenos com testada estreita, de 2 ou 3 braças (4,4 - 6,6 metros) e profundidade até o meio do quarteirão, que ainda hoje predomina em boa parte do centro histórico da cidade.

O traçado urbano da várzea

É lamentável que a única planta que poderia lançar alguma luz sobre a morfologia primitiva da cidade, desenhada em 1649, sob a orientação do engenheiro militar francês Michel de Lescolle, a serviço de D. João IV, tenha desaparecido dos arquivos portugueses. Essa planta seria valiosa para discutirmos, não apenas o plano implantado na cidade alta, que Lescolle sempre chama de "*cidade velha*", como aquele da cidade baixa, que é por ele denominada de "*cidade nova*".[18] A falta de documentação cartográfica não impede, entretanto, que digamos algo a respeito do processo de implantação do plano urbano original. Contamos, para isso, com outras fontes e todas elas indicam que, contrariamente ao que muitos autores defenderam no passado, o Rio de Janeiro não surgiu de qualquer

[18] A planta, na realidade, foi feita por Michel de Lescolle e Philippe de Quitau. Dela temos apenas documentação escrita, em especial uma carta de Mateus do Couto, datada de 1/10/1649, em que afirma ter visto "as plantas que deste tribunal [Conselho Ultramarino] se me entregaram, do Rio de Janeiro". Esta carta comenta cada uma "das sete plantas que lhe haviam sido enviadas pela Câmara do Rio de Janeiro". As plantas, entretanto, desapareceram. Cf. AHU- RJ.

jeito na paisagem, ao "deus-dará", por assim dizer, mas materializou-se a partir da aplicação de um conjunto de regras e de procedimentos hoje ditos urbanísticos, provavelmente não especificados em papel, mas criteriosamente obedecidos desde os primeiros tempos.

Vamos aos fatos. Comecemos com um exemplo da cidade alta. A carta de sesmaria de Domingos Fernandes, expedida em 30/9/1567, informa que o governador já lhe havia feito mercê de 10 braças de chãos. Tendo erguido ali duas habitações toscas, reclamou Domingos que ele ainda não possuía carta oficial de doação, razão pela qual a solicitava agora. Ao despachar a petição, Mem de Sá ordenou que Nuno Garcia fosse até ao local, já que era ele o responsável pela medição de terras, pelo alinhamento das ruas e pela supervisão da construção de edifícios e de fortificações. Atendendo à determinação, respondeu o mestre de obras: "*Senhor, tem dez braças de largo e o mais de comprido até o trasto*", informação que foi considerada suficiente para que a carta oficial fosse lavrada (LPOPR, 1928, p. 30-32). Há outros exemplos da atuação de Nuno Garcia na modelagem da nova cidade, mas esse basta para que afirmemos que o Rio de Janeiro se materializou, desde o início, com supervisão técnica e segundo práticas urbanísticas modernas, dentre as quais a do arruamento (ou arruação, como então se dizia), que já vigoravam em Portugal desde o reinado de D. Manuel I e teriam continuidade por todo o período colonial.

Embora não seja tão conhecido quanto Luiz Dias, o mestre de obras que comandou a edificação da cidade do Salvador, Nuno Garcia teve papel destacado no Rio de Janeiro do período da conquista. Chegara a Salvador como degredado e aceitara, em 1551, a incumbência de ser mestre de obras do colégio jesuítico por um período de cinco anos, "*comprometendo-se os padres a alcançar-lhe o perdão dos outros cinco do seu tempo de degredo, igual a 11 anos*". Quando acompanhou o governador Mem de Sá ao Rio, em 1567, já havia, portanto, cumprido a sua pena e resolvera permanecer na colônia (LEITE, 1938, p. 48-49; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1998, p. 37). Não se sabe até quando permaneceu na cidade.[19] Todavia, a prática que ele inaugurou não sofreu solução de continuidade. Ao contrário, com o progredir da ocupação da várzea, as determinações que hoje chamamos de urbanísticas foram sendo cada vez mais incluídas

[19] Em recente trabalho, ainda inédito, Rafael Moreira apresenta alguns traços biográficos desse importante personagem carioca do século XVI. Cf. Rafael Moreira. Nuno Garcia, mestre de obras do Rio de Janeiro em 1567, e a formação da cidade no morro do Castelo. Trabalho apresentado no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur). Niterói, 9-12 de novembro de 2004.

nas cartas de sesmaria, o que indica que o "traçado mental" original foi se aprimorando à medida que as doações de chãos se efetuavam.

Alguns poucos exemplos bastam para provar a continuidade dessa prática. O primeiro é a carta de sesmaria passada, em 26/9/1573, em favor de Jorge Ferreira. Ex-capitão e ouvidor de São Vicente, Ferreira participara das lutas da França Antártica e pelejara também na Cidade Velha. Voltava agora ao Rio "*com casa, mulher e filhos e criados e família para ajudar a povoar e enobrecer esta terra, pois é pessoa nobre*". Necessitando de chão, solicitou o que pertencera a Antonio de Proença, que retornara a São Vicente, que se localizava "*ao longo da praia de Manoel de Brito ... entre Nossa Senhora e o chão de Francisco Antunes, com ficar rua por o canto de Nossa Senhora*" (BELCHIOR, 1965, p. 209). Em outras palavras, já sabendo que estava prevista a abertura, ali, de uma rua transversal à praia, Ferreira esclarecia que seu pedido não incluía a área a ela destinada (tratava-se, neste caso, da futura rua do Ouvidor).

Veja-se também o caso de Luiz de Madureira, morador "*na praia de Nossa Senhora do Ó*", que vendeu, em 22/10/1593, dez braças de chãos a Fernão Baldez. Mais tarde, querendo neles construir casas, Baldez solicitou à Câmara que os mandasse arruar. A arruação foi realizada em 4/1/1596 e dela foi lavrado um auto bastante revelador: além de determinar com precisão os limites da propriedade de Baldez, o documento indica que "*ficaram trinta e cinco palmos de rua que o dito arruador lhe deixa por ser rua principal*" (LTCJ, 1962, p. 242-252). Junto a esses chãos estavam outros que Faustino Eobano e Miguel Gonçalves receberam de sesmaria em 27/5/1594. Em sua petição, disseram esses dois que os chãos ficavam "*na Praia de Nossa Senhora, defronte das casas de Fernão Baldez, partindo desde defronte de uma travessa até a travessa que vai entre João do Basto e Aires Fernandes, tudo até o mar*, *ficando a rua necessária primeiro*" (AN, 1967, p. 15-18).

Um último exemplo, já do século XVII, nos basta para provar quão corriqueiras foram as arruações nos primórdios da cidade. Em 9/4/1608, frei Leonardo de Jesus, frei Vicente do Salvador e frei Estevão dos Anjos receberam, em nome da comunidade franciscana, o terreno em que seria construído o convento dedicado a Santo Antônio, que ainda embeleza a área central do Rio. Como indica a carta de concessão, esses chãos ficavam "*no outeiro [então chamado] do Carmo, defronte da Várzea, e Bairro de Nossa Senhora, sobre a lagoa de Santo Antonio, por ser mais conveniente para o dito efeito e ficarem os Religiosos no dito lugar algum tanto separados, e mais recolhidos*". Feita pelo governador Martim de Sá e pela Câmara, a

concessão outorgava todo o chão que fosse necessário, "*para cima como para fora dele [outeiro], correndo para uma e outra banda ... com todas as pedreiras e águas de poços como de fontes que nele se acharem*". Para viabilizar a implantação imediata da residência conventual, os outorgantes se comprometeram também a mandar "*desabafar o mato, que tem por toda a Várzea, e lhe daremos uma rua direita da largura de trinta palmos, conforme as mais*" (RÖWER, 1937, p. 25-27, todos os grifos nossos).

Um plano urbano regular

A documentação que ainda existe sobre a abertura dos primeiros logradouros do Rio de Janeiro é inequívoca e desacredita todos aqueles que sustentaram, no passado, que a urbe teria se materializado de forma desordenada ou, como queria Ferreira (1933, p. 301), "*sem rumo certo*". Mais importante ainda, ela contraria frontalmente a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda (1984 [1936], p. 76) de que "a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra 'desleixo'...".

Com efeito, ao contrário de desleixo, o que vemos na cidade baixa – que é a área onde a urbe definitivamente se implantou – é a materialização de um plano que teve na rua mais tarde conhecida como Direita o seu eixo estruturador, a partir do qual partiram inúmeras travessas em direção ao interior, todas com 30 ou 35 palmos de largo. Ao invés de se enlaçarem na linha da paisagem sem qualquer rigor ou método, essas artérias foram sendo abertas com critério, decorrendo desse esforço um traçado que se aproximou da forma de um tabuleiro de xadrez; a ortogonalidade das ruas só não resultando perfeita devido ao arqueamento da praia, à presença de lagoas e de outeiros que precisaram ser contornados e à fiscalização dos séculos seguintes, nem sempre rigorosa.[20] Os chãos, por sua vez, foram cordeados e arruados por mestres de obras à medida que eram concedidos. Para melhor demarcação e alinhamento, usava-se uma corda que, quando esticada, se estendia por uma braça craveira, isto é, "*duas varas de medir por uma, como se no Reino costuma medir*". De início, o processo de implantação da malha urbana e de demarcação dos lotes foi comandado

[20] É importante reconhecer aqui que o grande mestre, na mesma obra em que comparou a forma das cidades implantadas por espanhóis e portugueses na América, não deixou de reconhecer que "o esquema retangular não deixava de manifestar-se ... quando encontrava poucos empecilhos naturais", referindo-se, especificamente, ao caso do Rio de Janeiro. Cf. Holanda (1984, p. 109).

pelos governadores, cabendo à Câmara Municipal, posteriormente, assumir as rédeas dessa tarefa.

Há quase meio século, Paulo F. Santos (1968, p. 92-93) aventou a possibilidade de o risco urbano carioca ter seguido a orientação de Batista Antonelli, engenheiro italiano a serviço da coroa espanhola, "o qual, como participante da armada de Diego Flores [de] Valdez, que trazia 70 artífices (pedreiros, carpinteiros, aparelhadores etc.), invernou no Rio, em 1582, durante sete meses, à espera de condições propícias para prosseguir viagem até ao estreito de Magalhães".[21]

Pelo que demonstramos aqui, essa hipótese também não se sustenta. Os documentos que restaram dos primeiros tempos da urbe indicam que, muito antes de Flores de Valdez chegar ao Rio, já a cidade se materializava a partir de orientações que hoje chamamos de urbanísticas, o que não anula a possibilidade de Antonelli ter discutido as normas então vigentes com as pessoas gradas do lugar, ou de ter mesmo alterado algumas delas.

Conclusão

Embora não tenha contado com uma traça previamente desenhada, a implantação definitiva da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro obedeceu, desde o início, a normas urbanísticas bastante modernas. A prática do cordeamento das ruas e do alinhamento dos lotes é coeva dos primeiros tempos cariocas e prolongou-se, na realidade, por todo o período colonial. Com efeito, os "autos de arruação" que o arquivo da cidade hoje possui, embora lavrados em data posterior ao grande incêndio de 1790, em nada diferem daqueles produzidos nos primeiros tempos da urbe, ainda encontrados nas fontes que restaram do século XVI.

Afirmar, portanto, que "*a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental*" é colocar num mesmo saco práticas que foram bastante diferenciadas (ABREU, 1997). Essa conclusão pode ser verdadeira se estivermos falando dos arraiais que se espalharam pelo interior, ou mesmo de algumas vilas implantadas por donatários, onde

[21] Segundo esse mesmo autor, que se baseia em outros, durante sua estada no Rio de Janeiro, "Antonelli, além de outras actividades, fez projectos de obras portuárias, que enviou a Madrid; e em 1604, já recolhido à Espanha, foi mandado à América fazer o levantamento de todos os portos que tinha fortificado – da Califórnia ao Estreito de Magalhães -, falando-se especificadamente em 'mapas topográficos do Rio de Janeiro', que infelizmente não constam da Colecção de desenhos existentes no Arquivo de Índias em Sevilha". Cf. Santos (1968, p. 93). Sobre Flores de Valdez e sobre as obras de fortificação feitas por Batista Antonelli, sobretudo em São Vicente, ver Stella (2000, Capítulo 4).

as práticas quotidianas acabaram dando origem a traçados relativamente espontâneos, de origem popular, não raro denominados pela literatura moderna de "urbanismo vernacular", mas certamente não se aplica às cidades reais. Nessas últimas, há provas substantivas de que o que hoje chamaríamos de "urbanismo erudito" sempre orientou o seu crescimento. O caso de Salvador já é por demais estudado e ilustrativo dessa afirmação. Este trabalho demonstrou que a segunda cidade real implantadas pelos portugueses no Brasil não trilhou rumo diferente.

Referências Bibliográficas

Fontes manuscritas:

AGCRJ, 3-4-27 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Sesmarias. Códice 3-4-27.

AGCRJ, 42-3-55 – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 42-3-55.

AHU-RJ - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Rio de Janeiro, Avulsos, Caixa 2, Nº 124-A.

AMSBRJ - Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Seção 2, Documento Nº 132; Seção 3, Documento Nº 744.

AN, 114 – Arquivo Nacional, Códice 114.

AN, 1ON, Nº 28 – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Cartório do 1º Ofício de Notas. Livro 28.

ANTT, CJ – Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa). Cartório dos Jesuítas, Maço 87, Documento 21.

Fontes manuscritas publicadas e obras de referência:

AN, 1967 – ARQUIVO NACIONAL. **Tombos das cartas das sesmarias do Rio de Janeiro, 1594-1595; 1602-1605.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1967, 271 p.

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino.** Coimbra: Officina de Pascoal da Sylva, v. VIII, 1720-1721.

BN, 1997 – **Tombos das cartas de sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74) e por Salvador Correia de Sá (1578-1579).** Documentos Históricos (Biblioteca Nacional). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 111, 1997, 243 p.

ISMS, 1906 – **Instrumento dos serviços prestados por Mem de Sá, governador do Brasil.** Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v. 27, 1906, p. 130-218.

LPOPR, 1928 - PREFEITURA MUNICIPAL DO DISTRICTO FEDERAL. **Livro primeiro de Ordens e Provizoens Reays.** Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Jornal do Brasil, 1928, 61 p.

LTCJ, 1962 - **Livro de tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro.** Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v. 82, 1962, 369 p.

LTMSB, 1981 – MOSTEIRO DE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO. **Segundo livro do tombo (1688-1793).** Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 1981, 498 p.

MORAIS E SILVA, Antonio de. **Diccionario da Língua Portugueza.** Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 v.

TCNSC, 1939 - **Tombo dos bens pertencentes ao convento de Nossa Senhora do Carmo, na Capitania do Rio de Janeiro.** Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v. 57, 1939, p. 187-400.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa (Frei). **Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram.** Porto: Civilização, s/d.

ABREU, Mauricio A. **Penser la ville au Brésil: du XVIè. au début du XXè siècle.** In: JOUSSEMET, Anita (Coord.), La recherche sur la ville au Brésil (Actes des journées franco-brésiliennes du PIR-Villes). Paris: CNRS Éditions, 1997, p. 13-36.

______. **La France Antarctique, ou le Brésil français du XVIème siècle.** In: PITTE, Jean-Robert e SANGUIN, André-Louis (Orgs.). Géographie et liberté. Mélanges en hommage à Paul Claval. Paris: L'Harmattan, 1999, p. 201-212.

______. **O Rio de Janeiro quinhentista: debates e armadilhas.** Rio Urbano (Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, v. 1, 2002, p. 42-51.

______. **A luta pelo controle territorial da baía de Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos.** In: ABREU, Mauricio A. (Org.). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, p. 8-29.

ARAÚJO, Renata; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (Orgs.). **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e Cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva).** Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, v. 9, n. 1, 1954, p. 83-168.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. **Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1965.

CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata Araújo (Orgs.). **Universo urbanístico português, 1415-1822.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CARVALHO, Sérgio Luís. **Cidades medievais portuguesas: Uma introdução ao seu estudo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

FAZENDA, José Vieira. **Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, t. 86, n. 140, 1919; t. 88, n. 142, 1920; t. 89, n. 143, 1921; t. 93, n. 147, 1923; t. 95, n. 149, 1924.

FERREIRA, João da Costa. **A cidade do Rio de Janeiro e seu termo: Ensaio urbanológico.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Secretaria Municipal de Administração, 1933.

FREIRE, Felisbelo. **História da cidade do Rio de Janeiro (1564-1700).** Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1912.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O semeador e o ladrilhador.** In: ______, Raízes do Brasil. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984 [1936], p. 93-138.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa e Rio de Janeiro: Livraria Portugália, Civilização Brasileira, Tomo I, 1938.

NÓBREGA, Manuel da. **Carta ao Padre Simão, 1549.** In: ______, Cartas do Brasil, 1549-1560. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1988.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. **Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro**, extrahida dos livros de sesmarias e registros do cartório do tabelião Antonio Teixeira de Carvalho, de 1565 a 1796. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, t. 63, parte 1, 1901, p. 93-153.

ROSSA, Walter. **A urbe e o traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português.** Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Do cosmógrafo ao satélite: Mapas da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720).** São Paulo: Livraria Pioneira; Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

______. São Paulo: **Vila, Cidade, Metrópole.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.

RÖWER, Basílio. **O convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Convento de Santo Antônio, 1937.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, Coimbra, 1963. Actas. v. 5, 1968, p. 7-116. Publicado como livro com o mesmo título: Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

SILVA-NIGRA, Clemente Maria da. **Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.** Salvador: Tip. Beneditina, 1950.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, Luciene Pessotti de. **A geopolítica do sagrado – A participação da Igreja Católica na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória – Espírito Santo (séculos XVI ao XIX).** Salvador: UFBA, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2005 (Tese de Doutorado).

STELLA, Roseli Santaella. **O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes, 1580-1640.** São Paulo: Unibero/CenaUn, 2000.

TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

______ (Org.). **A construção da cidade brasileira.** Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

______; VALLA, Margarida. **O urbanismo português: Séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil.** Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia, Fundação Gregório de Mattos. **Evolução física de Salvador, 1549 a 1800.** Edição especial. Salvador: Palotti, 1998.

VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus.** 3ª edição. Petrópolis e Brasília: Editora Vozes, Instituto Nacional do Livro, 1977.

Nota:

*Este artigo foi publicado originalmente na Revista CIDADES, volume. 2, n. 4, no ano de 2005 (p. 189-220).

 *(27) 3376-0363*

 *facebook.com/EditoraMilfontes*

 *@editoramilfontes*

Conheça mais sobre a Editora Milfontes. Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas Minion Pro, Bahamas, Bauhaus e Bauhaus 93.



EDITORA MILFONTES

2021

Patrocínio:



ISBN: 978-65-86207-68-2





Editora
Milfontes